

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS - NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

ANDRESSA SZEKUT

**CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS NO OESTE DO PARANÁ: A
(RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E A FIXAÇÃO DE
REPRESENTAÇÕES**

FOZ DO IGUAÇU – PR

2014

ANDRESSA SZEKUT

**CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS NO OESTE DO PARANÁ: A
(RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E A FIXAÇÃO DE
REPRESENTAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: História, Memória e Território.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Klauck

FOZ DO IGUAÇU – PR

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

C719 Colóquio Internacional Cultura e Memória Social (5. : 2011 : Foz do Iguaçu, PR)
Migrações e fronteiras : anais / V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social; II Jornadas Rio-Platinenses sobre Cultura e Fronteira [CD-ROM]; organização de Samuel Klauck [et al.] – Foz do Iguaçu, Unioeste, 2011.
1 CD-ROM

ISSN 2176-4042

1. Cultura – Memória social - Eventos. 2. Migrações e fronteiras - Movimentos sociais. 3. América do Sul - Região Rio Platina – História regional. I. II Jornadas Rio-Platinenses sobre Cultura e Fronteiras. II. Título.

CDU 316.722(061)

325

982/989.9

Andressa Szekut

**CENTROS DE TRADIÇÕES GAÚCHAS NO OESTE DO PARANÁ: A
(RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E A FIXAÇÃO DE
REPRESENTAÇÕES**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção de título de Mestre, e aprovada em forma final pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível Mestrado. Área de concentração História, Memória e Território, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Valdir Gregory
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon

Prof. Dr. Samuel Klauck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Foz do Iguaçu
Orientador

Foz do Iguaçu, 10 de Fevereiro de 2014

À minha Família.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Samuel Klauck pela atenção e paciência dedicada à orientação, que acompanhou todos os passos e permitiu a conclusão desse trabalho;

À Vania Maria da Costa Valle, da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteira, pela presteza;

Aos colegas de mestrado, Teresa Cristina Duarte, Valeria de Oliveira Fernandes e Cassiano Ricardo Galli, que acompanharam minha trajetória em um processo de crescimento conjunto;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras, que contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico;

Aos professores Ivo José Dittrich e Méri Frotscher pelas sugestões de direcionamento do trabalho;

Ao 2º Vice-presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná, Osvaldo Martins e ao Coordenador da 12ª Região Tradicionalista do Paraná, Leovedes Luiz Gasparetto, pela disponibilidade e contribuição dada para alcançar os objetivos deste trabalho;

Aos Representantes dos Centros de Tradições Gaúchas da 12ª Região Tradicionalista do Paraná, que dispuseram do seu tempo para colaborar com este trabalho, e forneceram informações imprescindíveis;

À Biblioteca da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu, a qual disponibilizou o material necessário para pesquisa e também seu espaço de estudo, que durante algum tempo foi minha segunda casa;

À Capes, que prestou apoio financeiro ao desenvolvimento deste projeto;

A Lucio Miguel Jorge, que acompanhou todas as etapas deste trabalho com paciência e auxiliou a tomar decisões com calma e sabedoria;

Aos amigos, Juliano L. Hoesel, Bruna Predabon, Simone Laurindo, Janaina Lulu e Jacqueline B. Claudino, uns próximos e outros distantes, mas sempre presentes em todos os momentos;

A meus pais, Marilene A. Hoeff e Valdecir J. Szekut, e familiares, que me apoiaram incondicionalmente em todas minhas decisões.

Brasil de bombacha.

"Após muito tempo guardando
Os limites do Sul do Brasil
O gaúcho migrou para o Norte
E do Norte mudou o perfil

Deixou para traz a campanha
E a beleza dos campos dourados
E se foi a buscar nova vida
Numa terra de mato fechado

Este é o Brasil de bombacha
É a saga da raça guerreira
Nos fundões dessa pátria se acha
Um gaúcho abrindo fronteira

Só quem parte é quem sabe da dor
de deixar o seu pago e sua gente
As lembranças rebrotam ao redor
Só o forte consegue ir em frente

Nos pessusêlos vão laços de afeto
E a honra de ser o que são
Os centauros da banda do Sul
Povo guapo criado em galpão

Ao chegar no torrão de seu gosto
vão semeando alegria e respeito
O trabalho em seguida da fruto
E o fruto é um consolo pro peito

Mate quente ou mate gelado
Chimarrão ou então tererê
Os costumes vão sendo mesclados
Num País com sotaque de tchê

Quando bate a saudade daninha
Nos gaudérios tão longe de casa
A cordeona resmunga num rancho
E o churrasco respinga na brasa

No alicerce de algum CTG
O Rio Grande campeiro floresce
Aos gaúchos de alma pioneira
Comovido o Brasil agradece"

(Musica de: Angelo Marques , Ricardo Marques , Léo Ribeiro)

“A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada.”
(Candau, 2011, p. 16)

SZEKUT, Andressa. **Centros de Tradições Gaúchas no Oeste do Paraná: A (re)construção da memória coletiva e a fixação de representações.** 2013. 176. Dissertação (Mestrado em Sociedade Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Foz do Iguaçu

RESUMO

Este estudo analisa a valorização do *ser* gaúcho e a constituição e fixação de Centros de Tradições Gaúchas (CTG) no Oeste do Paraná. Busca entender, a (re)construção da memória do *ser* gaúcho no Oeste do Paraná após a migração dirigida, através de análise da constituição de territórios CTGs. Em específico, aborda o processo de migração dirigida e da colonização no Oeste do Paraná; estuda a (re)construção da memória coletiva do *ser* gaúcho a partir dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG); analisa as representações exercidas pelos CTGs no Oeste do Paraná, através da identificação dos símbolos e referenciais de memória coletiva do grupo; e, analisa as representações das ações desenvolvidas pelo grupo para manutenção e difusão de suas tradições. A pesquisa vincula-se à perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, seguindo as etapas de: revisão bibliográfica, apoiada em livros e documentos institucionais que tratam da formação do espaço do Oeste paranaense; análise de documentos institucionais, *sites* e obras direcionadas ao tradicionalismo, sobre a formação do Movimento Tradicionalista Gaúcho no Brasil, passando pela historização da organização, normatização e influência na constituição de CTGs no Oeste paranaense. Através de fontes orais, observações de campo e documentos administrativos pautam-se as análises sobre as conjunturas em que se constituem e se fixam os CTGs na região. Essas etapas permitiram adentrar nas peculiaridades de construção desses Centros, observar as representações materiais e simbólicas vinculadas à (re)construção da memória, e analisar as diretrizes que os organizam. Por sua vez, esse conjunto de fontes e dados foi apreendido a partir da compreensão do uso da memória como constituinte de identidade. Isso permitiu compreender que toda ação é formadora de espaços e que as representações são formas de definir referências do que se busca vincular ao grupo, envolvendo dimensões materiais e simbólicas. Ao mesmo tempo permitiu entender que as memórias e representações constituídas a partir destes Centros são formadoras de laços entre seus membros, tanto espaciais quanto temporais. Dessas considerações mensuram-se resultados que indicam que os CTGs analisados constituíram-se a partir de particularidades próprias da colonização desta região; que os Centros foram construídos com o objetivo de preservar laços com a identidade do *ser* gaúcho idealizado e constituem-se como territórios, organizados em atividades regulamentadoras, de sociabilidade; que a participação nestes Centros é normatizada e as práticas (dança, música gastronomia, etc.), ensinadas através das internadas e ritualizadas a partir dos eventos, cumprem a função de rememoração e simultaneidade; por fim, permitiu perceber o esforço, a partir destes Centros, para consolidar o imaginário e as representações sociais do *ser* gaúcho, através da afirmação de sua memória coletiva na região.

PALAVRAS-CHAVE: Centros de Tradições Gaúchas, Oeste do Paraná, memória, representações.

SZEKUT, Andressa. **Gaicho Traditions Centers in Western Paraná: The (re)construction of the collective memory and establishment of the representations.** 2013. 176. Dissertation (Master's degree in Society, Culture and Frontiers) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Foz do Iguaçu

ABSTRACT

This essay examines the valorization of the gaicho “*being*” and the foundation and establishment of Centros de Tradições Gauchas – CTGs (Gaicho Traditions Centers) in western Paraná. It seeks to understand the (re)construction of the gaicho “*being*” memory in western Paraná after the directed migration, through analyzing the creation of territories, CTGs. It specifically addresses the process of directed migration and colonization in Western Paraná; it studies the (re)construction of the gaicho “being’s” collective memory through the CTGs; It analyzes the representations practiced by CTGs in western Paraná, through the identification of symbols and references to the group’s collective memory; and analyzes the representations of the actions developed by the group for the maintenance and dissemination of their traditions. The research is linked to the perspective of Carlo Ginzburg’s evidentiary paradigm, following the successive steps: a literature review, based on books and institutional documents that deal with the formation the West Paraná space; analysis of institutional documents, websites and articles directed to traditionalism, about the formation of the Gaicho Traditionalist Movement in Brazil, then historicizing the organization, regulation and influence in the formation of CTGs in western Parana, and finally, analyzing the conjectures supplied by oral sources, field observations and administrative documents, in which the CTGs are founded and established in the region. These steps have. These steps allowed to explore the peculiarities of the construction of the Centers, observe the material and symbolic representations related to the (re)construction of memory, and analyze the guidelines that organize them. In turn, these sources and data were obtained by comprehending the usage of memory as an originator of identity. That allowed us to understand that every action is a maker of space and representations are ways to define references to whatever is intended to be associated to the group, involving material and symbolic proportions. At the same time that allowed understanding that memories and representations created from these centers are forming bonds between their members, both spatial and temporal. Results are measured from these considerations indicating that the CTGs analyzed were founded within the particularities of the colonization of this region; the centers were built targeting the preservation of ties with the identity of the idealized gaicho “being” and form themselves as territories, organized in regulating activities of sociability; participation in these centers is regulated and the practices (dance, music, gastronomy etc) that are taught through their departments and ritualized through the events, fulfill the task of remembrance and synchronicity; and finally, realize the effort from these centers to consolidate the imaginary and the social representations of the gaicho “being”, by the affirming of their collective memory in the region.

KEY WORDS: Gaicho Tradition Centers, Western Paraná, memory, representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE – FLUXOS POPULACIONAIS E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA.	31
1.1 O ESPAÇO COLONIAL DO OESTE DO PARANÁ: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SER GAÚCHO.....	31
1.2 OESTE DO PARANÁ E PRECEDENTES POPULACIONAIS	35
1.3 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO: A GENEALOGIA DA OCUPAÇÃO DIRECIONADA.	40
1.4 SER GAÚCHO NO OESTE DO PARANÁ: LAÇOS DE ESPAÇO/ORIGEM	57
2 OS CTGS: DO RIO GRANDE DO SUL AO OESTE DO PARANÁ.....	68
2.1 O TRADICIONALISMO GAÚCHO NO BRASIL.....	68
2.2 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL DO OESTE PARANAENSE E O <i>SER GAÚCHO</i>	83
2.3 MOVIMENTO TRADICIONALISTA NO OESTE PARANAENSE: OS CTGS....	94
3 CTGS NO OESTE DO PARANÁ.....	108
3.1 ORIGEM DOS CTGS NO OESTE PARANAENSE A PARTIR DOS SEUS REPRESENTANTES.....	108
3.2 NOMEAR E REMEMORAR: A RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DOS CTGS.....	115
3.3 ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA.....	128
3.4 INVERNADAS: FIXAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS.....	141
3.5 OS CTG E SUAS REFERÊNCIAS: SE ESTABELECEM LAÇOS E FRONTEIRAS.	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS.....	165

Fontes Eletrônicas:.....	168
Dissertações e Teses	171
Fontes Orais	172
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	173
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	175
APÊNDICE C – DADOS DAS ENTREVISTAS E COLABORADORES	176

INTRODUÇÃO

As temáticas envolvendo os processos de construção ou reconstrução da memória passam a ser mais amplamente desenvolvidas a partir da valorização do estudo da História das Mentalidades na terceira geração dos *Annalles*, como aponta Ronaldo Vainfas (1997). Estas destacam assuntos ligados ao cotidiano e às representações, influencia a Nova História Cultural com os estudos das pluralidades do cotidiano, com ênfase nas análises das percepções e ações dos indivíduos na sociedade. Esta perspectiva, corroborada com o paradigma indiciário de Ginzburg (1999, p 144), que nos diz “ser necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados” nos aproxima do estudo aprofundado, holístico, da realidade vivenciada por um grupo identitário, no caso, os gaúchos. Ginzburg nos mostra que o paradigma indiciário é fundamentalmente qualitativo, e parte da análise de fontes variadas tais como entrevistas, observação de campo e análise documental, entre outras, que permitem a maior aproximação possível ao objeto pesquisado. Assim, o rigor flexível do paradigma indiciário possibilita o estudo das experiências cotidianas de forma ampla. Parte-se das premissas deste paradigma para remontar a realidade complexa das relações sociais estabelecidas a partir da formação dos Centros de Tradições Gaúchas no Oeste do Paraná.

Nesta perspectiva, os dados levantados são analisados a partir de suas peculiaridades, em busca das sutilezas que unem os indivíduos ao grupo. Esta análise surge como interrogação para compreender a (re)construção da memória do *ser* gaúcho em um espaço diferente ao seu originário, através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG). Observa-se este processo em uma perspectiva de (re)construção, pois se entende que este se desenvolve através de ações de construção e reconstrução concomitantes, como, por exemplo, na construção dos Centros e na reconstrução das práticas.

Neste sentido, as análises refletem acerca da importância do gaúcho na colonização do Oeste paranaense, região que, de acordo com Gregory (2002), teve uma colonização dirigida, primeiramente, a migrantes sul-rio-grandenses e catarinenses. A escolha do elemento humano para esta colonização não é vista como ocasional, mas, sim, como uma ação seletiva do Estado, através da qual foram desenvolvidas políticas direcionadas tanto à região de origem como à ocupada, atuando na formação destes espaços.

Os colonos¹ migrantes sulistas de meados do século XX fazem parte da implantação da política centralizadora e nacionalista de Getúlio Vargas, por meio da qual, previa-se não só a ocupação do espaço, mas também o desenvolvimento das regiões de fronteira através da agricultura e industrialização. Assim, no Oeste paranaense, seguiu-se o modelo das antigas colônias do sul do Brasil, e foram os colonos desta região os escolhidos para a colonização e a criação do “corpo da pátria” neste espaço, com o objetivo de defender a fronteira agrícola.

Entendendo que a história oficial² faz parte de uma construção escriturística³, buscamos identificar a genealogia da ocupação da região de forma holística, procurando observar em documentos, como os livros que tratam da formação da região e as informações disponibilizadas pelas prefeituras sobre a história dos municípios, os pormenores que entrelaçam os interesses que circundam este espaço, para compreender como foi formado pelos agentes inseridos e os quais se inseriram.

Neste sentido, os migrantes oriundos da região sul tiveram papel importante neste processo de colonização e reafirmaram sua identidade no novo espaço colonizado. De acordo com estudos já realizados,⁴ pode-se identificar que o gaúcho foi um elemento importante para a colonização do Oeste do Paraná, e que este grupo reafirmou sua identidade imprimindo suas representações no novo espaço, contribuindo, assim, para a formação cultural da região através da difusão de sua memória coletiva.

Referimo-nos, ao tratar dos migrantes, a sulistas, sul-rio-grandenses e catarinenses, contudo entendemos que estes não compõem um único grupo definido, como o que se indica

¹ Este termo é utilizado, neste trabalho, para referir-se aos indivíduos migrantes que colonizaram a região Oeste do Paraná. Entende-se que existiu uma construção sobre a figura do pioneiro como colono, contudo, destacamos que esta referência não indica apenas as pessoas que trabalham no campo, mas também outros indivíduos como comerciantes e prestadores de serviço que vieram para a região no momento de sua colonização.

² Denominamos história oficial às representações construídas de forma direcionada, sobre as trajetórias sociais, por indivíduos ou instituições que detêm poder (econômico, social, cultural ou simbólico) na sociedade. Como, por exemplo, materiais elaborados por instituição pública ou historiadores.

³ Para Certeau, a construção escriturística [...] tem como sentido remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de mudá-la*. Tem como alvo uma eficácia social. Atua sobre a sua exterioridade. O laboratório da escritura tem como função ‘estratégica’: ou fazer que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligida, classificada, imbricada num sistema e, assim, transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o meio e transformá-lo. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 226.

⁴ Durante a graduação de Turismo – Unioeste – Foz do Iguaçu, foram desenvolvidos dois projetos no Programa de Iniciação Científica que abordaram a tradição gaúcha, nos anos de 2009 e 2010, como Bolsista PIBIC. Os projetos foram “Migração, memórias e patrimônio cultural de sul-riograndenses em Foz do Iguaçu” e “O Patrimônio cultural gaúcho na cidade de Foz do Iguaçu e a possibilidade de sua utilização no turismo”, através dos quais foi possível identificar que os gaúchos se afirmam sobre referências históricas e que se organizam através dos Centros de Tradições Gaúchas, os quais permitem a difusão da memória do grupo a partir da reprodução dos seus usos e costumes.

com a referência genérica a colonos ou pioneiros. A colonização foi direcionada a indivíduos do sul do Brasil, mas o sul é composto por diferentes grupos. Neste sentido, nos aproximamos do que é *ser* gaúcho. Neste trabalho, não se tem a pretensão de responder esta pergunta⁵, mas sim de entender como estes colonos oriundos do sul do Brasil tornam-se gaúchos no novo espaço colonizado, em um processo de resignificação.

Este estudo começa a desabrochar na infância, quando indagava ao avô: Por que somos gaúchos se não moramos no Rio Grande do Sul? Questão que foi sendo incrementada com o passar dos anos, principalmente por ter morado em distintos lugares de colonização considerada gaúcha, inclusive em um país diferente, Paraguai. Isso permitiu observar o sentimento de pertencimento às tradições gaúchas em pessoas de origens diversas.

A vida acadêmica possibilitou expandir conhecimentos sobre o tema, através de pesquisa e análise sobre a migração da cultura gaúcha para o Oeste do Paraná. Em uma perspectiva de análise do grupo, fomos nos aproximando da sua realidade através de estudos que puderam conjugar a vinda deste elemento humano e como este vai incorporando em seu *ser* o pertencimento ao *ser* gaúcho.

No âmbito teórico, este projeto nos aproxima da interdisciplinaridade, sendo que se utiliza de conhecimentos de distintas áreas que permitem a abordagem ampla das experiências vivenciadas pelo grupo. Com a interação entre disciplinas de forma complementar, como a história, a antropologia e a sociologia, é possível obter maior conhecimento sobre as facetas da realidade vivenciada por este grupo cultural, neste espaço e tempo determinados.

Neste sentido, reconhecer a importância da história oficial e também das histórias silenciadas é fundamental para compreender os interesses políticos e sociais existentes em cada momento histórico, e como isto interfere na constituição da identidade nacional, regional ou de grupos. Assim, o estudo contribui para entender de que modo estes sujeitos, gaúchos, vão sendo incorporados como *ser* ideal e, então, de que maneira estes se organizam como grupo identitário.

Reflexões sobre a formação de um grupo são elaboradas por Halbwachs ao tratar sobre a memória coletiva. Para o autor, a memória é sempre produto do meio social, e a formação do grupo está diretamente relacionada com a manutenção das similitudes das mentalidades dos seus membros. Assim, a ideia de grupo seguida nesta pesquisa é a de indivíduos ligados por elementos que reconstruem uma mesma mentalidade, imagem, a sua memória coletiva.

⁵ Esta questão equivale a outro trabalho de longa pesquisa e interrogações.

Assim, abordamos o *ser* gaúcho, como grupo a partir de sua organização através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG).

Esta entidade é estudada por Ruben Oliven, que diz que o Centro de Tradição Gaúcha,

[...] funciona como uma espécie de clube [...] compreendendo diversos ‘departamentos’ que são chamados de ‘invernadas’ (o nome evoca as grandes extensões de terra cercadas que existem nas estâncias e que são destinadas à engorda do gado). Um CTG é caracterizado pelas várias atividades que executa, compreendendo a área ‘social’ (festas, ‘fandangos’, isto é, bailes), as atividades culturais (execução de músicas, declamações), as atividades ‘campeiras’ (rodeios, gineteadas) e outras, e tendo uma sede que funciona também como centro de entretenimento e lazer. (RUBEN OLIVEN, 1992, p. 88)

Conjectura-se que estes espaços serviram e servem como alicerce de preservação do legado cultural gaúcho no Oeste paranaense. Por isso, a importância de analisar como estas entidades foram constituídas e difundidas na região, para assim entender a (re)construção da memória coletiva deste grupo. Isto é estudado a partir de documentos produzidos pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), pelos CTGs, assim como pela Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (CBTG), tais como, Regulamentos, Estatutos e Carta de Princípios do MTG. E também, tomam-se como base *sites* oficiais do Movimento e *sites* que tratam sobre esta temática, nos quais se encontram histórias e representações que servem de base para análise da construção da identidade do grupo.

A delimitação espacial e temporal costura o trabalho como um todo. O Oeste paranaense é recortado por suas características de colonização dirigida, e até certo ponto homogênea, diferente de outras regiões do país. Logo, a temporalidade de análise é determinada pelo tempo em que se implantou esta colonização na região, ou seja, a partir dos anos de 1930, prolongando-se até a atualidade, pois se busca identificar como este grupo identitário se organiza com o passar do tempo neste espaço.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo entender a (re)construção da memória do *ser* gaúcho no Oeste do Paraná após a migração dirigida, através de análise da constituição de territórios CTGs. Para o desenvolvimento deste estudo, a pesquisa se desdobra em quatro objetivos específicos: entender o processo de migração dirigida e colonização do Oeste do Paraná; estudar a (re)construção da memória coletiva do *ser* gaúchos a partir dos Centros de Tradições Gaúchas; analisar as representações exercidas pelos CTGs no Oeste do Paraná, através da identificação dos símbolos referenciais de memória coletiva do grupo; analisar as

representações das ações desenvolvidas pelo grupo para a manutenção e difusão de suas tradições.

O trabalho centra-se na perspectiva de análise das ações dos CTGs para legitimar⁶ e rememorar a cultura gaúcha na região. O caráter inovador se apresenta no estudo dos gaúchos como grupo organizado, rede de sociabilidade, através dos CTGs. Este ponto de vista é corroborado por autores como Gimenez (2009), que trata sobre a formação de “redes de paisanos” com relação à outra realidade vivida, porém que se aproximam do assunto estudado aqui ao falar sobre a necessidade de organização de um grupo após a migração. Gimenez, ao discorrer sobre cultura, identidade, memória e fronteiras, mostra que os grupos culturais, ao migrarem, buscam, através da memória coletiva, organizar espaços imaginários, simbólicos, para ancorar suas memórias e manter sua ligação com o espaço de origem,

En el caso de la migración, por ejemplo, se puede observar la tendencia a construir en el lugar de destino redes de paisanos organizadas en forma de vecindades étnicas que de algún modo evocan las localidades de origen y frecuentemente constituyen simulacros de la misma (GIMÉNEZ, 2009, p. 22)

Aproximando esta reflexão da realidade do nosso objeto de pesquisa podemos visualizar os CTGs como espaços de reconstrução da memória coletiva do gaúcho, e, a partir da observação da organização e difusão destes centros, perceber que formam uma rede de sociabilidade⁷. Assim, fez-se necessário entender o processo de formação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, analisando, através de sua história, símbolos, organização e regulamentação, de que modo este se consolida e se faz reconhecer em diferentes espaços.

⁶ Entendendo legitimação a partir da discussão de Bourdieu sobre dominação simbólica e lutas regionais, na qual o autor mostra que a questão de legitimação está atrelada a lutas propriamente simbólicas, em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas da identidade social. “[...] Ou seja, são lutas de legitimação, onde o que está em jogo é o poder de se apropriar, das vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer suscetível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida, e não estar mais sujeito a ser avaliado.” (2001, p. 124 – 125)

⁷ Ao falarmos de rede, considera-se a noção de território(s)-rede trabalhada por Haesbaert (1997), o qual diz que o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território. E nos leva a entender os CTGs como Territórios-rede pela sua formação, sua ligação entre os Centros, indiferente ao espaço físico que os separa. Esta perspectiva corrobora-se com a ideia de “redes de paisanos” (rede de compatriotas) de Gimenez (2009) e de reconstrução do espaço vivido de Machuca (2010), apresentado abaixo.

A princípio, busca-se, através da bibliografia, mapear o processo de migração ocorrido para a colonização do Oeste do Paraná. Com isso, se fazem necessárias leituras para a compreensão do momento histórico vivido. Por meio de autores como Schallenberguer (2006), foi possível visualizar a região desde seus primórdios, entendendo como estava habitada por indígenas e como foi sendo “atingida” pela disputa territorial entre Portugal e Espanha durante os séculos XVII e XVIII. Logo, com Wachowicz (1987) e Colodel (1988), foi possível compreender a composição deste espaço a partir do fim do século XIX e início do século XX, quando ocorria, na região, exploração extrativista ativa, feita por *obrageros e mensus*⁸, na sua maioria, estrangeiros.

Dessa forma, chega-se a Myskiw (2011), Sperança (2011), Freitag (2001) e Colodel (1988), através dos quais é possível compreender as relações econômicas, políticas e sociais que se estabeleceram na região desde o princípio de sua exploração, no fim do século XIX, até as políticas de nacionalização implantadas para proteger a soberania nacional brasileira, no começo do século XX. Estes autores refletem sobre objetos e espaços distintos distribuídos na região, permitindo compreender o enredo de como esta é explorada a partir das iniciativas de ocupação da fronteira agrícola, tendo como base os relatos de militares, revoltosos e colonizadores que adentraram a região nos primórdios de sua ocupação.

Com a contribuição destes autores, nos aproximamos da fase de colonização mais acentuada da região, a qual é detalhada também por outros autores como Gregory (2002), Freitag (2001), e Associação dos professores aposentados de Medianeira (1996). Estes aportam na caracterização das políticas implantadas pelas colonizadoras, mostrando as principais ações desenvolvidas para a ocupação deste território. Assinalam como estas empresas privadas, apoiadas na ideologia política do Estado, puderam promover a ocupação de um território considerado “inóspito”, direcionaram a migração e incrementaram seus lucros privados.

Pôde-se, assim, chegar ao sujeito migrante, o qual é selecionado pelos discursos do Estado, e facilitado pela ação das colonizadoras. Estes, que deveriam ter “braços fortes para a lavoura”, foram definidos como os colonos oriundos das antigas colônias de imigrantes do sul do Brasil, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que já estavam adaptados ao trabalho no campo e à agricultura familiar, atividades incentivadas para a efetivação da colonização deste espaço.

⁸ Obrajeros, de acordo com Gregory (2002), são os proprietários das *obrages*, que são latifúndios extrativistas. E *mensus*, é a designação dada aos indivíduos que se propunham a trabalhar braçalmente numa *obraje*, normalmente eram trabalhadores paraguaios, os chamados guaranis modernos. (GREGORY, 2002, p. 89)

Os colonos escolhidos, principalmente ítalos e teuto-brasileiros, com sua experiência e seu excedente de mão de obra, são atraídos pelas colonizadoras que usam de diferentes artifícios para vender seus terrenos. E, nestas práticas, são identificadas ações de enaltecimento do pioneiro⁹ desbravador da região¹⁰, o qual tem seus valores exacerbados, contribuindo para a criação de um imaginário idealizado sobre o mesmo. Estas ações vêm a corroborar para a formação do imaginário social deste grupo. Segundo Baczko (1985), os imaginários sociais constituem pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz, e através da qual ela se reconhece, divide e elabora os seus próprios objetivos.

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (BACZKO, 1985, p. 309, grifo de autor)

Este autor nos leva a entender que o imaginário é uma das formas reguladoras da vida coletiva, e está constituído a partir dos sistemas simbólicos que, quando reconhecidos, unificam o grupo e regem as suas ações, intervindo em vários níveis da vida coletiva. Nesta perspectiva, observa-se que as questões de formação do espaço estudado estão permeadas tanto pelo aspecto material como também pelo simbólico. Assim, as ações que foram desenvolvidas a partir da colonização interviam não só pela implantação da agricultura e o desenvolvimento econômico e político, mas também na constituição das referências culturais da região.

Lembramos que o espaço a ser colonizado no Oeste do Paraná não estava completamente desabitado, porém o contingente populacional e as atividades desenvolvidas não condiziam com os interesses nacionais, atingindo a soberania do país, pois os habitantes

⁹ Entendendo pioneiro como indivíduo que colonizou o espaço, sem entrar no mérito de discussão conceitual atribuída ao tema por outros autores.

¹⁰ Estendendo o nosso espaço estudado como a região Oeste do Paraná, é importante lembrar que região na acepção de Bourdieu (2001) é produto histórico das determinantes sociais, sendo construída tanto no sentido concreto quanto no sentido simbólico nas relações do homem com o espaço. O que nos permite conjecturar que os elementos humanos que colonizaram este espaço formaram a região a partir de suas características.

na sua maioria eram estrangeiros¹¹ e praticavam o extrativismo. Estes fatos são enredados em uma construção histórica que os torna invisíveis dando a patente de colonos e desbravadores a sujeitos eleitos, enaltecendo então suas características sobre as outras, não desejadas, atribuindo poder simbólico aos sulistas que vêm a colonizar a fronteira agrícola.

Chega-se então na questão do poder simbólico, sobre a qual Bourdieu expõe que se coloca,

[...] como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2001, p. 14)

Este conceito circunda todas as esferas do nosso trabalho, entendendo que as construções e apropriações simbólicas das práticas culturais são fundamentais para a constituição e manutenção no espaço e tempo e para a legitimidade de um grupo e o estabelecimento de suas fronteiras. Dessa forma, concebendo, de acordo com o autor, que o poder simbólico existe a partir de que é reconhecido e faz-se reconhecer, analisam-se como as ações desenvolvidas pelo grupo de gaúchos atrelados aos CTGs, agentes autorizados, têm poder de constituir uma identidade territorial¹² ao grupo através das suas práticas de espaço.

Assim, nos aproximamos do grupo a partir dos CTGs e observamos suas práticas de legitimação de sua identidade neste espaço. Michel de Certeau (2011) com suas reflexões, nos mostra que todas as ações levadas a cabo são formadoras do espaço, tanto o andar assim como o falar, são atos que vão construindo a realidade vivida. “Os jogos dos passos moldam o espaço. Tecem os lugares” (CERTEAU, 2011, p. 163). Certeau mostra que tanto o poder disciplinar quanto as práticas do espaço são formas de tecer o espaço da vida social, o que nos leva a entender que tanto as ações regulamentadoras, efetuadas por autoridades, quanto ações individuais ou coletivas da vida cotidiana vão construindo a realidade vivida. Assim,

¹¹ Entende-se que o termo “estrangeiro” faz parte de uma construção para justificar ações neste espaço. Pois, a região está inserida em uma realidade transfronteiriça, caracterizada por um alto fluxo populacional e pouco controle estatal.

¹² Esse poder simbólico, ao se manifestar, pode fazer uso de elementos espaciais, representações ou símbolos, constituindo assim uma *identidade territorial*, ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive e que com ele se identifica. (HAERBAERT, 1997, p. 50)

percebemos que, com a construção dos CTGs, este grupo passa a influenciar na formação do espaço, a partir da afirmação de uma identidade gaúcha na região.

Neste sentido, observamos que, na construção dos CTGs, são selecionadas referências pelas quais o grupo se sente pertencer e busca ser reconhecido. Estas percepções nos remetem às ações desenvolvidas pelos indivíduos, e como estas são “eleitas”, apropriadas, selecionadas, dentro de um espaço que também é atuante, tanto na transformação como na apropriação e intervenção nas práticas cotidianas. Essa perspectiva pode ser corroborada em uma assertiva de Roger Chartier, a partir da noção de representação que, segundo o autor, serve para compreender a intencionalidade de um grupo em forjar determinada representação social, pois, para ele, as representações,

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Para isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Assim, cabe entender as representações sociais do grupo como formas de lutas de poder e fixação de visão no espaço. Neste sentido, as representações agem sobre a construção das relações sociais a partir de sua ação mobilizadora exercida pelo seu poder simbólico. Aproximamos esta assertiva à reflexão sobre imaginários sociais de Baczkó que diz “Esses imaginários intervêm ativamente na memória coletiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram” (BACZKO, 1985, p. 312). E podemos ver que as representações são construídas a partir da memória coletiva com a intenção de fixar uma visão de mundo.

Com isto, a questão da memória torna-se especialmente importante na medida em que se visualiza que o sentimento de pertencimento ao grupo é crucial para o seu reconhecimento, ou seja, para a manutenção de sua identidade. A memória, segundo Michael Pollak, pode ser “um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si.” (POLLAK, 1992, p. 204)

Também assume importância, entender como este migrante sulista se torna gaúcho, pois nas bibliografias analisadas sobre a migração e colonização, estes são entendidos, na sua maioria, como catarinenses e sul-rio-grandenses, ou ainda hifenizados como ítalos e teuto-brasileiros ou como eurobrasileiros, e não reconhecidos, a princípio, como gaúchos. Stuart Hall (2006) nos mostra que a identidade do sujeito pós-moderno¹³ é formada ao longo do tempo, sempre em processo, assumindo diferentes identidades em distintos momentos, de acordo com os diversos grupos dos quais o sujeito participa. Assim, entender o gaúcho como sujeito identitário denota observar as representações que o constituem, dentro do tempo e espaço que o circunda, reconhecendo que este sujeito está inserido em um ambiente de múltiplas interações e construções.

Da questão anterior, nos aproximamos dos estudos realizados por Haesbaert sobre a reterritorialização gaúcha no nordeste do Brasil. Este autor mostra que, no norte, é reconhecido por gaúcho todo migrante vindo do Sul do Brasil, independentemente do estado (Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul). Em nosso trabalho, analisa-se um movimento de colonização anterior ao estudado por Haesbaert, contudo trata sobre os mesmos sujeitos históricos, o gaúcho. Este autor observa que a identidade gaúcha se projetou geograficamente a partir de aspectos particulares, sendo eles: o gaúcho deixa de ser estigmatizado a partir da Revolução Farroupilha; depois passa a ser o habitante rural da campanha; a partir do século XX, os habitantes do Rio Grande do Sul passam a ser chamados de gaúcho; a intensificação de migração de gaúchos para o Oeste de Santa Catarina, Paraná e, posteriormente, outras regiões faz com que os migrantes provenientes da região Sul sejam identificados como “gaúchos”; aos traços do gaúcho-“estancieiro”, vêm a se incorporar algumas feições do gaúcho-“colono”, como caráter trabalhador e a origem étnica “europeia” (ítales e germânica). (HAESBAERT, 1997, p 76). Este autor nos possibilita observar a formação identitária do gaúcho através de uma construção histórica, e como esta se projeta para o restante do país a partir da legitimação e reconhecimento de suas representações.

¹³ No nosso trabalho, optamos pela utilização da concepção de Sujeito pós-moderno de Hall, entendendo que esta cabe para circunscrever nosso objeto. As concepções são a do (1) sujeito do iluminismo, aquele sujeito ou pessoa humana centrado, dotado da capacidade de razão, de consciência e ação, é a identidade de uma pessoa; (2) O sujeito sociológico reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência é formada pela relação com “outras pessoas importantes para ele”, a identidade é formada de uma interação entre eu e a sociedade; E o (3) sujeito pós-moderno, o qual não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, a identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. A pessoa humana assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. (HALL, 2006, p. 10-12)

Outros trabalhos também nos possibilitam observar a constituição da identidade do ser gaúcho, tais como teses e dissertações como a *De Rio-grandense a Gaúcho*, de Carla Renata Gomes, que relata sobre a transformação do termo gaúcho e sua representação regional a partir da literatura do século XIX. Trabalhos como *Em que homem o gaúcho se transformou*, de Nara Rubert, que também analisa a parte literária do ser gaúcho adentrando na questão do regionalismo. O trabalho de Betty Rocha, intitulado “*Em qualquer chão sempre gaúcho*”, que trata sobre a multiculturalidade do migrante gaúcho no Mato Grosso.

E, também, o texto de Ely Bergo de Carvalho e Cacildo Alves Nascimento, intitulado *A identidade étnica e memória: Algumas reflexões e o caso dos gaúchos em Coxim - Mato Grosso do Sul*, que reflete sobre a construção de uma memória e identidade do gaúcho a partir da aglutinação entre o moderno e o tradicional, com base na memória do “gaúcho típico” do Rio Grande do Sul, mesmo o indivíduo não tendo nascido neste estado. Estes autores entendem este processo de construção a partir de Pollak, ao refletirem que os gaúchos buscam uma “imagem de si para si e para os outros” e indicam que esta função de construção é desempenhada pelos CTGs.

Estas bibliografias levantadas, já problematizam a migração gaúcha e como estes se inserem no espaço a ser ocupado. Com efeito, percebemos que estes trabalhos analisam o gaúcho em um espaço diferente do determinado no nosso objeto de pesquisa, contudo partem da mesma problemática de formação do *ser* gaúcho. Dessa forma, servem como base para a construção de reflexões inseridas na realidade do nosso objeto, pois se constata que esta construção de identidade e representações pode ser entendida como uma “invenção das tradições”. Sobre essa definição, cabe citar o entendimento de Hobsbawn, que as define como,

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento, através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com relação ao passado. (HOBSBAWN, 1997, p.9)

Esta reflexão de Hobsbawn nos leva a compreender os processos de construção de uma tradição, para a qual se percebe a regulamentação e a busca de fixação de valores e normas de comportamento. Esta ideia se aproxima do nosso objeto a partir da formação dos CTGs, nos quais se percebe que são desenvolvidos estes elementos de invenção da tradição que permitem a continuidade do grupo. Assim, compreendemos que as ações desenvolvidas por estes Centros estão ligadas à questão de afirmação de valores do *ser* gaúcho, e, com isso, existe uma seleção e enquadramento do que se quer preservar como representação do grupo.

Assim, a construção de CTGs no Oeste do Paraná é entendida como uma forma de (re)construção de uma memória coletiva às pessoas que o integram, através da afirmação de uma identidade que tem como base as representações construídas pela tradição inventada. A capacidade de legitimação desta identidade está relacionada com o reconhecimento destes CTGs na região, pelo seu poder não apenas material, mas também simbólico. Para isso, nos aproximamos do conceito de território a partir das acepções de Haesbaert, segundo o qual,

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p. 42)

De acordo com este autor, pode-se entender a importância da constituição de um território para a apropriação, definição e dominação dos valores culturais de um grupo. Este pode ser formado por caracteres tanto materiais como simbólicos, estabelece fronteiras e forma a territorialidade, elementos pelos quais os indivíduos podem se reconhecer e rememorar seu passado, comum ao grupo, o que nos leva a entender o CTG como um território simbólico.

Dentro desta perspectiva, nos debruçamos nas análises de três concepções entendendo-as como formadoras do território. Estas acepções são baseadas nas reflexões de Bourdieu, o qual parte de uma perspectiva construtivista, onde os conceitos são complementares entre si. Com isto, primeiramente, toma-se como base o sentido de fronteira, “esse produto de um ato jurídico, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto dessa.” (BOURDIEU, 2001, p. 115). O autor ainda enfatiza que não se deve esquecer que se trata de “[...] um estado de relação de forças materiais e simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação [...]” (BOURDIEU 2001, p. 115). Entende-se que a delimitação de fronteiras tanto materiais como simbólicas são atos premeditados que pretendem delimitar e fazer-se reconhecer frente ao outro.

Outra ação que observamos, a partir de Bourdieu, é a de nomeação, a qual, de acordo com o autor, é um ato de força simbólica que, para ser bem sucedido, precisa estar fundamentado na realidade. Assim,

É na medida e só na medida em que os actos simbólicos de nomeação propõem princípios de visão e de divisão objetivamente ajustados às divisões preexistentes de que são produtos, que tais actos têm toda sua eficácia de

enunciação criadora que, ao consagrar aquilo que enuncia, o coloca num grau de existência superior, plenamente realizado, que é o da instituição instituída. (BOURDIEU, 2001, p. 238)

A partir deste conceito, podemos entender como as ações de nomeação são formadoras e formadas no espaço social. Estas estão diretamente vinculadas à questão de reconhecimento do grupo, de valorização e difusão de uma história, personagens e mitos; suas junções e formas são ações simbólicas formadoras do espaço.

Logo, tem-se a identificação do porta-voz feita por Pierre Bourdieu. Para ele,

O porta-voz autorizado consegue agir com as palavras em relação a outros agentes e, por meio do seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador. (BOURDIEU, 1996, p. 89)

De acordo com o autor, o ato do porta-voz, entendido tanto como o falado ou como textos, sendo proferido por alguém reconhecido como autoridade pelo grupo, tem força de lei, de “verdade”, o qual “por estar firmado, pelo reconhecimento, como todo poder simbólico, produz a existência daquilo que enuncia” (BOURDIEU, 2001, p. 114). Estas concepções se entrelaçam para a construção das representações de um grupo e serão aplicadas para a análise da realidade dos gaúchos, respeitando as diferenças temporais e espaciais. Contribuem para entender como este grupo constrói o seu pertencimento a uma homogeneidade a partir de ações atreladas ao poder simbólico.

É então, neste contexto, que se analisa a constituição dos CTGs no Oeste do Paraná, entendendo-os como territórios por seu espaço físico e sentido simbólico, pois podem delimitar fronteiras a partir da legitimação de sua visão de mundo, e serem constituídos por representações que buscam recriar no presente um passado idealizado com espaços e práticas cheias de significados. A esse respeito Haesbaert diz que,

Através dos CTGs, revive-se, mesmo em áreas muito distantes da campanha gaúcha, uma identidade regional que de alguma forma tenta reproduzir no interior dessas associações o modo de vida das *estâncias* do pampa fronteiriço – a começar por sua sede, o “galpão”, uma espécie de réplica do local mais tipicamente gaúcho dentro das fazendas, abrigo da *peonada*, que se confraterniza em torno do ‘fogo de chão’. (HAESBAERT, 1997, p. 87)

Considerando esta reflexão, pode-se conjecturar que o imaginário idealizado do gaúcho se materializa simbolicamente através destes Centros. Contextos de reprodução deste

imaginário passam a ser reconhecidos a partir de sua capacidade de rememorar, difundir sua tradição, usos e costumes, ou seja, práticas do espaço.

Este diálogo nos leva novamente à questão de formação do grupo a partir de laços que ligam seus integrantes na mesma mentalidade. Halbwachs, ao falar sobre a formação de um grupo, ressalta a importância da manutenção dos laços entre seus integrantes no tempo e no espaço, e diz que são traços que permitem o acesso a memórias do grupo e à permanência da sociedade antiga no presente. “O essencial é que os traços pelos quais ele [o grupo] se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo o seu conteúdo.” (HALBWACHS, 2004, p 89)

Com base nesta reflexão visualizamos os CTGs como espaços de reconstrução da memória coletiva dos gaúchos no Oeste paranaense. A partir da organização e difusão destes centros percebe-se que se constroem laços espaciais e temporais entre o grupo, o que leva a retomar a ideia de redes de sociabilidade já apontadas anteriormente. Assim, entendemos que as (re)construções da memória do grupo a partir da constituição de territórios (CTGs) permitem a manutenção dos traços de ligação entre seus membros.

Nesta mesma perspectiva, Gimenez (2009, p. 22) ainda diz que a memória coletiva precisa ser re-acessada constantemente. Esta ideia é corroborada por Tedesco quando afirma que,

A memória coletiva alimenta-se em muito das tradições, costumes e experiências. Os elementos centrais promotores da perdurabilidade são a ritualidade, a simbologia e a experiência partilhada; por isso a necessidade de integração para sentir-se membro. [...] Festas possibilitam o cruzamento de temporalidades, lembranças ritualizadas, dinâmica de espaço, origens. Os ritos de integração e agregação renovam a dimensão fronteiriça do grupo e seu pertencimento. (TEDESCO, 2011, p. 166)

Tedesco e Gimenez mostram o papel da construção dos espaços e dos rituais para difundir e manter a memória coletiva de um grupo. Estas facetas das ações desenvolvidas pelo grupo para manutenção de sua memória são então observadas nos CTGs. Seu galpão¹⁴, suas normas e objetivos, suas danças, músicas e nomeações são reconhecidas aqui como atos simbólicos que constituem a representação do grupo, amparados na sua memória coletiva e no imaginário social, legitimando a identidade do grupo.

¹⁴ O galpão é o espaço construído de forma a reproduzir o espaço de vida rural, mas sua estrutura vai além do significado material, pois se constatou que o galpão com toda sua estrutura e símbolos que o definem coloca-se como uma referência espacial e também identitária. Pois, é nele que o grupo se reúne, reconstrói e rememora sua coletividade.

Levantou-se que existem 27 CTGs em funcionamentos no Oeste do Paraná, filiados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho. Observou-se também que a divisão política da região não condiz com a divisão tradicionalista, sendo que a região Oeste do Paraná está composta por duas Regiões Tradicionalistas (RT), a 10ª e a 12ª. Neste contexto, optou-se em limitar a pesquisa à 12ª RT, a qual se localiza no extremo Oeste paranaense e está composta por onze Centros de Tradições Gaúchas. Dez destes Centros estão localizados nos municípios que compõem esta Região Tradicionalista, que são: Céu Azul, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste. Estes municípios estiveram inseridos no processo de colonização dirigida para a região. São dezesseis municípios, dos quais nove têm CTGs ativos, sendo que Foz do Iguaçu tem dois Centros.

Esta escolha se deu após a análise da migração para a região Oeste do Paraná, a qual nos permitiu observar que o espaço da 12ª RT representa, por suas características, a realidade vivenciada de colonização da região Oeste do estado. Contudo, ademais dos dez Centros localizados nos municípios do Oeste do Paraná, a 12ª RT do Paraná está composta por um CTG constituído em Santa Rita, Alto Paraná, Paraguai. Este município encontra-se em uma região de colonização brasileira no exterior, e está localizado a aproximadamente 80 km da tríplice fronteira entre o Brasil, o Paraguai e Argentina. Com isto, aprofundamos os questionamentos sobre a constituição de fronteiras e laços do grupo. Discussão que será feita no decorrer do trabalho.

A delimitação dos CTGs analisados neste trabalho tem como base a sua participação ativa no Movimento Tradicionalista do Paraná. Entendendo-o como órgão regulamentador, buscou-se analisar todos os Centros que estão inscritos a esta entidade, a 12ª RT. Durante a pesquisa, foi levantada a existência de entidades de representação da cultura gaúcha na região não filiadas ao MTG, e estas não serão analisadas neste trabalho, pois, estudando o Movimento Tradicionalista Gaúcho a partir de sua organização normatizada, conjectura-se estar vinculado de forma regular a esta instituição, fazendo parte da construção de suas representações e legitimidade, o que delimita fronteiras entre o *nós* e os *outros*.

Na perspectiva do paradigma indiciário de Ginzburg, para o desenvolvimento do trabalho, aparamo-nos em variadas fontes como bibliografias, entrevistas, questionários¹⁵, observação de campo, documentos administrativos e *sites* das instituições. Entendemos que

¹⁵ O roteiro das entrevistas e o questionário estão disponíveis nos anexos A e B.

este levantamento possibilita uma visão abrangente do nosso objeto de pesquisa, pois cada uma das fontes possibilita uma aproximação diferente às relações sociais estabelecidas pelo grupo no processo de construção e fixação de sua identidade.

Primeiramente, parte-se de um levantamento bibliográfico relativo à formação dos municípios do Oeste paranaense. Este permite identificar a genealogia da ocupação da região, o processo de colonização que se desenvolve, e as relações sociopolíticas estabelecidas neste espaço. Sua análise permite mapear a construção desta região e mostra as seleções elaboradas para a formação de suas histórias oficiais. O que possibilita entender como o pioneiro da região, através da definição de características específicas, passa a ser identificado como sujeito idealizado.

Informações sobre o histórico dos municípios do Oeste paranaense também foram obtidas através dos *sites* das prefeituras. Entendemos estes *sites* como fontes oficiais que disponibilizam, no seu espaço limitado, informações selecionadas, pelas quais definem a marca de cada município. São discursos positivos que oficializam e buscam harmonizar a história da região, e suas análises indicam seleções e construções elaboradas referentes à memória deste espaço. Estas fontes oficiais permitem identificar como a imagem do pioneiro da região é associada aos migrantes do sul do Brasil.

Outros materiais como livros, dissertações, teses e artigos referentes ao gaúcho e ao tradicionalismo mostram a construção da imagem e representação do *ser* gaúcho através do tempo e espaço. Indicam como acontece a difusão de sua identidade a partir da associação de sua imagem a de sujeito idealizado, através do enaltecimento de seus valores socioculturais, da valorização de um passado idealizado e da associação a um território de origem, o Rio Grande do Sul. Mostram a inserção do gaúcho nos processos de migração e ocupação das fronteiras agrícolas brasileiras, e também refletem sobre as ações do tradicionalismo para a afirmação do *ser* gaúcho. Com isso, estes materiais permitem analisar como este sujeito constrói, legitima e difunde sua memória e identidade no tempo e espaço.

Realizou-se entrevistas com sujeitos autorizados¹⁶ pelos CTGs do Oeste paranaense, analisando-os como porta-vozes do grupo. Estas foram gravadas e logo transcritas. Seu roteiro foi elaborado em uma perspectiva de identificar as representações desta instituição, com

¹⁶ Utiliza-se o termo sujeitos autorizados considerando as concepções de Pollak (1989) sobre o termo, entendendo-os como portadores de discurso organizado. Os entrevistados são pessoas que participam ativamente nas atividades dos CTGs da região. Foram encaminhadas solicitações para seus dirigentes, os “patrões”, com a especificação do objetivo do projeto, e estes tiveram a liberdade de selecionar o colaborador para participar da entrevista, o que nos permite conjecturar que o colaborador é autorizado, ou também reconhecido como porta-voz do grupo, em uma acepção a Bourdieu (1996).

questões que envolvem a fundação, os objetivos, os membros, as atividades, e as concepções sobre o tradicionalismo e seus elementos. Utilizamos estas fontes orais como narrativas dotadas de sentido. Lembramos aqui serem as narrativas fontes que não devem ser analisadas como verdades absolutas, pois se tratam de representações construídas e direcionadas de acordo com as diferentes situações nas quais são comunicadas e a imagem que se busca passar. Assim, entendemos serem as respostas proferidas de acordo com os interesses de fixação da mentalidade do grupo. Estas, a partir de suas peculiaridades, permitem observar as relações estabelecidas nas (re)construções da memória e representações do *ser* gaúcho na região, através dos CTGs.

As fontes orais, e também a observação de campo, permitem identificar as características dos CTGs construídos na região, como estes atuam para sua manutenção, seus espaços disponíveis e atividades desenvolvidas. Observaram-se as representações exercidas durante as entrevistas, o espaço dos Centros e algumas de suas atividades. Assim, a observação de campo torna-se especialmente importante, pois possibilita analisar, não apenas a partir da fala, mas também através do espaço e seus elementos materiais e imateriais, as nuances negligenciáveis das representações construídas pelo grupo.

Para um levantamento de dados mais específico, foi elaborado um questionário e encaminhado aos onze CTGs da 12ª RT, o qual foi composto por perguntas mais quantitativas, e que possibilitou um levantamento das datas de formação dos Centros, do número de sócios e das práticas e eventos realizados, permitindo um mapeamento de sua constituição e fixação na região.

Tomam-se também como fontes as informações disponíveis nos *sites* das instituições MTGs, CTGs e CBTG, entendendo-os como detentores de discursos performativos, em uma acepção a Bourdieu (2001), pois, ao serem reconhecidos pelo grupo, também fazem parte da formação e fixação de suas representações. Nestes, encontram-se materiais referentes à história do grupo, definições de suas concepções e práticas difundidas, que permitem identificar construções e definições das referências do grupo. Além disso, estes *sites* também dispõem de documentos como Regulamentos, Estatutos e a Carta de Princípios que, pelo teor de seu conteúdo regulamentador, são fontes de análise da organização e normatização do grupo. Outros *sites* como “Página do Gaúcho” e “Somos do Sul” também servem como fontes, entendendo que estes, como os demais citados, são reconhecidos pelo grupo e estão compostos por discursos positivos referentes às suas ações. Tem-se, assim, a partir destes *sites*, um apanhado de representações construídas como referenciais ao grupo, as quais nos permitem analisar como se constrói e se difunde o seu imaginário e se afirma sua identidade.

Para uma análise das representações exercidas pelo *ser* gaúcho na região, fez-se um levantamento através de *sites* de rádios do Oeste do Paraná. A existência de programações radiofônicas estritamente gaúchas em inúmeras rádios permite perceber a fixação das representações deste grupo na região, pois, entendemos que os meios de comunicação, pela sua ação no espaço, difundem e fazem reconhecer as referências culturais entendidas pelo grupo como as do *ser* gaúcho.

Em função da metodologia e dos princípios até aqui apontados, esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, faz-se uma discussão referente ao elemento humano. Retrata o tempo e o espaço estudado e analisa como migrantes do sul do Brasil se fixam no Oeste paranaense e constituem laços com a identidade gaúcha. Para isso, faz um levantamento da formação da região, através de autores como Gregory (2002), Wachowicz (1987), Colodel (1988), entre outros, que permite analisar os diversos interesses envolvidos na colonização deste espaço. Dá ênfase aos sujeitos envolvidos no processo de ocupação deste espaço, e se toma como base metodológica as concepções de memória, identidade, representação e imaginário. Assim, analisa como os colonos oriundos do sul do Brasil passam a se identificar e manter laços com o *ser* gaúcho após a migração para o Oeste paranaense.

Na segunda parte do trabalho, faz-se uma reflexão referente à formação e expansão do Movimento Tradicionalista Gaúcho, a transformação do espaço colonial do Oeste do Paraná, a valorização do *ser* gaúcho nesta região e a construção das representações do grupo através de CTGs. Mostra-se como o Movimento Tradicionalista se fixa como grupo legitimado, através de análises de suas ações afirmativas, com base em suas representações e documentos regulamentadores. Busca-se entender como este movimento se expande e, ao mesmo tempo, mantém a ligação entre o grupo, sobre o qual os CTGs formam uma rede de sociabilidade. E analisa-se em que contexto sociocultural surgem os CTGs no Oeste paranaense, observando as transformações neste espaço e a valorização de uma imagem de sujeito idealizado associada ao *ser* gaúcho.

Por sua vez o terceiro capítulo analisa, através das representações expostas pelos representantes dos CTGs do Oeste do Paraná, como estes Centros (re)constróem a memória coletiva do *ser* gaúcho na região. Analisam-se as fricções e adaptações decorrentes da fixação dos CTGs na região. Observam-se como as nomeações fazem parte da afirmação do imaginário do grupo. Levantam-se as representações construídas sobre o galpão e a indumentária para entender o processo de manutenção e reconstrução da memória do grupo. E analisam-se as ações dos Centros elaboradas através das invernações, em perspectiva de entender as práticas de ritualização e simultaneidade exercidas pelo grupo. Com estas

reflexões, observamos como as representações e imaginários constituídos e fixados a partir dos CTGs no Oeste do Paraná são amparados pela (re)construção e difusão da memória do grupo, a qual estabelece vínculos entre seus membros.

1 COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE – FLUXOS POPULACIONAIS E CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA.

1.1 O ESPAÇO COLONIAL DO OESTE DO PARANÁ: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SER GAÚCHO.

O *ser* gaúcho, no sentido identitário, se faz presente na história e no imaginário brasileiro há quase três séculos. Se em um primeiro momento este sujeito histórico ganha evidência a partir da literatura, a exemplo da obra *O gaúcho* de José de Alencar, do século XIX, no transcorrer percebe-se uma metamorfose identitária que é ligada aos aspectos culturais (linguagem, alimentação, danças, músicas), econômicos (desbravador de novos espaços coloniais integrando novas regiões produtivas), políticas (associadas ao ideário republicano presente na Revolução Farroupilha), os quais, no transcurso deste processo, vão contribuindo para a construção de uma imagem idealizada do *ser* gaúcho.

O gaúcho que tem sua origem não em um Estado-nação, mas sim em um modo de vida, é reconhecido, no princípio, como o homem de modos rudes e do trabalho no campo dos pampas, sem fronteiras políticas, e seu espaço transpassava partes do atual território do Uruguai, da Argentina e do Brasil. No transcurso histórico, no Brasil, o gaúcho passa a ser sinônimo de sul-rio-grandense, pois, a princípio, era nesta parte do país que se encontrava.

Porém, a meados do século XX, o gaúcho deixa de ser apenas sul-rio-grandense e passa a ser entendido como um “estado de espírito”, situação muitas vezes lembrada por tradicionalistas em suas obras, fato que remete às questões de identidade.

O gaúcho, enquanto sujeito histórico, é o indivíduo que mantém laços com o território de origem a partir de valores e referências culturais que o integram à mentalidade do grupo, mesmo após estar inserido em um processo de migração. As características de colonização e dos habitantes do Rio Grande do Sul passam a exercer influência no desenvolvimento do Brasil após o incentivo do Estado de que estes indivíduos migrem para outras regiões e insiram nelas suas características de produção. Este processo, que tem início na década de 1930, com a política da “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, se estende durante o século XX, com diferentes formas de incentivo à colonização, e tem grande abrangência no território

nacional, se expandindo de Santa Catarina até os estados do Norte e Nordeste do país, como Amazonas, Pará e Bahia.

A colonização efetuada por gaúchos é estudada, na sua maioria, tendo como objeto a ação desenvolvida por estes sujeitos nas regiões de abrangência dos fluxos de migração. Por exemplo, o livro de José Vicente Tevares dos Santos, *Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia*, trata sobre a colonização de duas áreas do Mato Grosso, e o livro *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*, de Rogerio Haesbaert, trata sobre a colonização gaúcha no sul da Bahia. Estes dois autores relatam sobre os incentivos para a migração destes indivíduos e como estes se inserem nos espaços a serem colonizados, suas ações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Referente à região Oeste do Paraná, não se tem estudos específicos sobre a migração gaúcha para a região, mas sim sobre a colonização de sul-rio-grandenses e catarinenses. Esta é uma questão que dá sentido ao nosso questionamento sobre a transformação – enquanto representação – destes colonos vindos do sul do Brasil, em gaúchos. Percebe-se que os colonizadores desta parte do estado, ao migrarem, não se identificavam e não eram identificados como gaúchos, mas que este sentimento será construído por alguns indivíduos com o processo de fixação na região.

O Oeste do Paraná, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)¹⁷, é uma mesorregião que se localiza no Terceiro Planalto do estado do Paraná, e está composta por três microrregiões que são Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, as quais somam, atualmente, cinquenta municípios, como pode ser visto no mapa 1. E esta região foi inserida no processo de colonização a meados do Século XX.

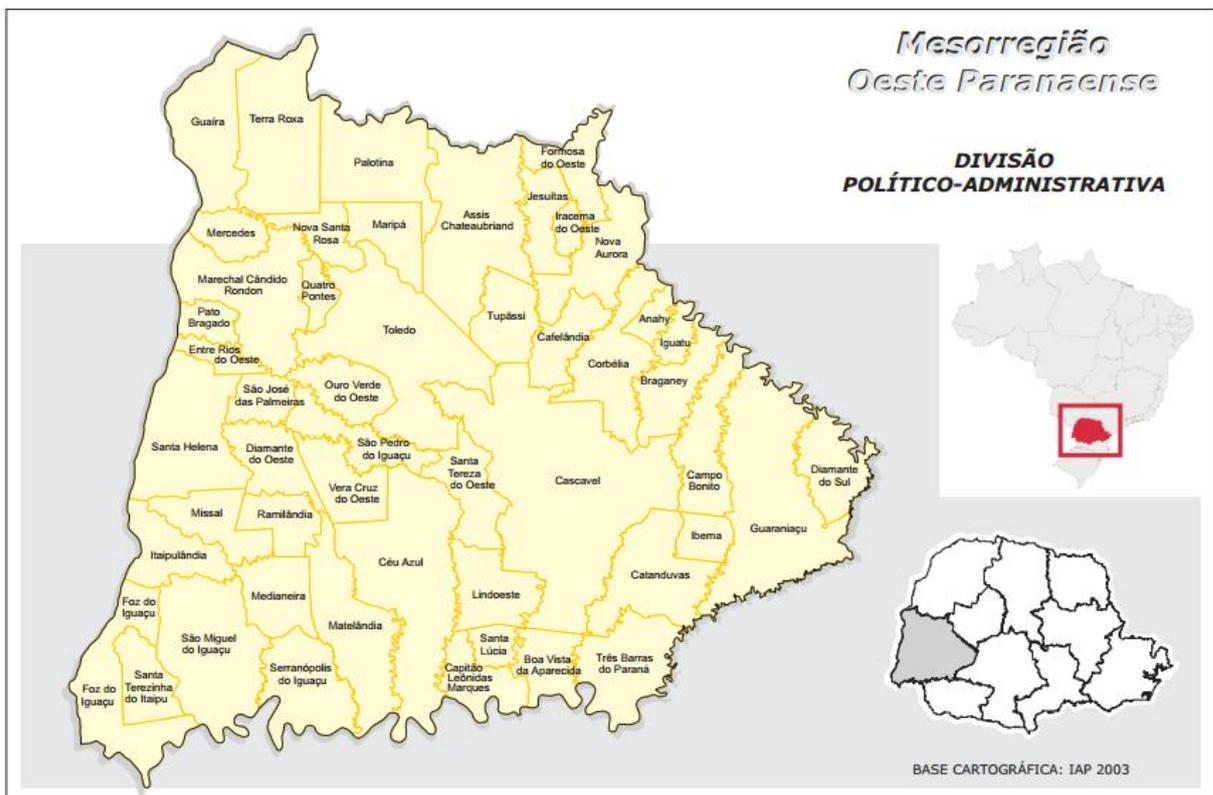
Conforme indicações de Wachovicz (1987) e Gregory (2002), o Oeste paranaense foi densamente – no sentido quantitativo – ocupado e povoado por migrantes sul-rio-grandenses desde meados dos anos de 1940. Conjectura-se que essa trajetória do migrante sul-rio-grandense e sua consolidação enquanto gaúcho na região se deve ao reconhecimento deste indivíduo como sujeito idealizado, pois ele assume papel de importância na colonização a partir da definição de atributos e significados atrelados à sua identidade, que são valorizados pela história oficial.

Aproximamos a questão acima do apontado por Hall, quando diz ser a nação um sistema de representação cultural que produz sentido, ou seja, “Uma nação é uma comunidade

¹⁷ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2003. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/leituras_reg_meso_Oeste.pdf> Acesso em: 20 nov. 2013.

simbólica”, que explica o seu poder para gerar lealdade e identidade, transferidas do povo para a nação (HALL, 2006). Mesmo que o autor se refira à ideia de Estado-nação, forjada no século XIX, permite perceber que da mesma maneira como se constrói uma cultura nacional, também se fortalece uma cultura regional¹⁸, vinculada ou unida em torno de um discurso que confere sentidos contidos em estórias, memórias, imagens, dando significado de tradição e continuidade, criando padrões os quais permitem o sentimento de pertencimento a uma coletividade. Assim, o sujeito que migra, ocupa o Oeste paranaense e fixa, por conseguinte, seus referenciais de memória, por sua vez, permitindo perceber nesta a identidade do *ser gaúcho*.

Mapa 1 – Atual divisão territorial do Oeste paranaense - 2013



Mapa 1: Fonte IPARDES. Alteração da autora.

Nesta perspectiva de formação de uma identidade gaúcha neste espaço, lembra-se que, de acordo com Dosse, o papel da história, dos historiadores, no século XIX, na consolidação de uma identidade nacional é de construção de um discurso que enaltece e caracteriza um Estado-nação, tendo o papel de enraizar o sentimento nacional da população (DOSSE, 2001, p. 11). Considerando as visões de ambos os autores, Hall e Dosse, as quais mostram de

¹⁸ Entendendo região em uma acepção a Bourdieu (2001).

formas diferentes, a importância do discurso para a formação da memória coletiva de um grupo, é possível inferir a influência do Estado nacional na construção da história oficial do país, e sua fixação. Situação que, como observa Tedesco (2011), exerce função modeladora da identidade nacional de acordo com a vontade política, sendo que o esquecimento e a lembrança cumprem uma função social de garantir uma identidade coletiva.

Estas percepções teóricas, juntamente com os dados da migração de sulistas para o Oeste paranaense, mostram ser esta uma migração dirigida, e permitem visualizar a construção de uma identidade idealizada do *ser* gaúcho. As terras do Oeste do Paraná, conhecidas até então, por suas características “inóspitas”, como sertão verde, foram valorizadas nos discursos da época, e o ato de desbravá-las aparece como um desafio demandado para os “filhos do sul”. Dessa forma, as propagandas e os documentos oficiais sobre a ocupação deste espaço foram, através de discursos políticos e ações particulares, enaltecendo os valores dos migrantes sulistas que se dispusessem a desbravar e ocupar este espaço.

Com isso, acerca-se da construção escriturística, que, em uma acepção a Certeau (2011), tem poder de “desenhar” a memória do seu povo e assim formar a identidade nacional, regional ou local, fazendo com que, enquanto alguns fatos são rememorados, outros caiam no esquecimento, dando maior representatividade a algumas referências culturais do que a outras para a construção da identidade desejada. Esta concepção de Certeau mostra que se deve analisar de forma holística a migração e a fixação de sul-rio-grandenses na região Oeste do Paraná, pois os fatos relatados e representações observadas fazem parte de uma construção de identidade, em que elementos indesejados são silenciados na construção histórica.

Com isso, entende-se que o *ser* gaúcho, ao associar suas representações às do migrante sulista, teve suas práticas reconhecidas e salvaguardadas pela história oficial, o que lhes concede difundir e preservar seus usos e costumes nos distintos lugares e tempos em que se aventuram. As referências culturais ligadas ao *ser* gaúcho passam a ser reconhecidas como ideais nas regiões onde se estabeleceu uma colonização vinculada ao migrante da região sul. Fato que contribui para que indivíduos oriundos ou não do Rio Grande do Sul se vinculem a esta identidade, pois, ao se reconhecerem e serem reconhecidos como gaúcho atrelam-se as referenciais positivas deste sujeito idealizado.

Percebe-se assim a construção de uma memória coletiva ao *ser* gaúcho a partir de referências culturais selecionadas. A noção de construção se emprega no sentido de reconhecer que a identidade é oriunda de fricções e adaptações culturais advindas da migração

e fixação na região colonizada, as quais estão vinculadas às práticas coletivas da realidade vivida na época. Essa perspectiva de compreensão pode ser vinculada ao que Pollak (1989) propõe ao falar das conjunturas que possibilitam o enquadramento da memória. Segundo o autor, isso decorre do momento político, das representações sociais, dos ritos, das festas, do espaço e do tempo, sendo estas as formas de assegurar permanência de manifestações do passado no presente e para o futuro. Esta concepção serve como base de análise às ações que contribuíram para o reconhecimento da identidade gaúcha no Oeste do Paraná.

Neste sentido, no próximo tópico, analisaremos a colonização do Oeste paranaense buscando entender como sujeitos oriundos do sul do Brasil se fixam na região e definem sua identidade como a do *ser* gaúcho. Após esta análise, nos aproximamos dos Centros de Tradições Gaúchas construídos na região Oeste do Paraná. Partimos desta instituição para compreender as formas de construção e reconstrução da memória coletiva, de afirmação das representações e fixação da identidade do *ser* gaúcho na região, entendendo que estes Centros, a partir de suas práticas, são capazes de manter e difundir as referências culturais deste grupo, exercendo influência na formação do espaço onde está inserido.

1.2 OESTE DO PARANÁ E PRECEDENTES POPULACIONAIS

Apoiados em referenciais bibliográficos, nos aproximamos da colonização do Oeste do estado do Paraná – Brasil, a qual tem sido pesquisada por diversos acadêmicos e instituições nas últimas décadas. Com a intenção de retratar a realidade vivida na região, tomamos como referência textos que historicizam sobre a constituição dos municípios. Estas fontes apoiam-se em diferentes formas de levantamento de dados para a reconstrução da história deste espaço, de acordo com os interesses envolvidos em cada produção.

As leituras destes materiais de reconstrução histórica agregam conhecimento e possibilitam interpretações para uma análise tanto objetiva como subjetiva dos textos, de acordo com a realidade em qual se inserem. Primeiramente, é importante lembrar que a região do Oeste do Paraná, de acordo com Schallenberger (2006), foi densamente habitada por indígenas. Esta ocupação é mostrada pelo autor a partir de fontes que permitem analisar a exploração do interior do continente nos primeiros séculos de colonização. Apresenta a região como espaço de incursões de Jesuítas no século XVII, com a construção de algumas

vilas. Estes missionários foram expulsos pelos bandeirantes que escravizaram índios da região, levando-os a São Paulo.

Desta análise importante da ocupação, percebe-se então uma lacuna na historiografia a respeito da região durante os séculos seguintes. Isto pode ser entendido como reflexo da pouca ocupação deste espaço e também da não preocupação por parte do governo. Seguem estudos que relatam sobre este espaço no fim do século XIX em diante. A partir de Wachowicz, é possível ter uma visão mais abrangente da colonização da região entendida como Oeste paranaense, que corresponde ao território compreendido entre os rios Guarani, Iguaçu, Paraná e Piquirí (2002, p. 231). Com este autor e também com Colodel (1988), pode-se entender a realidade da região no fim do século XIX e início do século XX, o trabalho dos *mensus* e o funcionamento das *obrages* que estavam localizadas neste espaço, e o início das políticas de fortalecimento da chamada fronteira guarani.

As primeiras investidas de proteção à fronteira pelo governo brasileiro foram a partir da criação de algumas colônias militares. Em 1889, com a expedição do Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, funda-se a Colônia Militar em Foz do Iguaçu (Wachowicz, 2002, p. 232). De acordo com Myskiw (2011) a implantação da Colônia Militar previa o avanço da fronteira, o estabelecimento de um núcleo colonial e a proteção deste espaço, contudo, mostra que estes objetivos não foram alcançados e a região continuou a ser explorada por estrangeiros. As práticas extrativistas de madeira e erva-mate não foram extintas, e continuaram como a principal atividade econômica da região. De acordo com este autor, as dificuldades enfrentadas pela Colônia Militar, durante sua existência, foram, principalmente, os precários meios de comunicação e a falta de verbas. O que, aos poucos, com as adversidades e o decorrer dos acontecimentos, para superar as necessidades, acabou desvirtuando a Colônia de suas metas originais¹⁹. Sobre esta época, são encontrados alguns relatos de viajantes e também relatórios oficiais que mostram as dificuldades enfrentadas na região e a necessidade de defender o território nacional.

Militares que participaram da expedição para a fundação da colônia militar em Foz do Iguaçu, como José Maria de Brito em seu texto *Descoberta de Foz do Iguaçu e Fundação da Colônia Militar*, relataram sobre as relações sociopolíticas e sobre a exploração de erva-mate e madeira na região Oeste do Paraná²⁰. Esta exploração extrativista, que começou a ser

¹⁹ Myskiw (2011), em sua Obra: a Fronteira como destino de viagem, faz uma análise sobre os textos produzidos pelos visitantes desta região durante a implantação e existência da colônia Militar de Foz do Iguaçu. Analisa a realidade vivida nesta época e as peculiaridades deste espaço.

²⁰ Sobre esta temática também se tem como base a dissertação de RITT, Evandro, A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU – PR UM PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA

praticada no fim do século XIX, continuou sendo a principal fonte econômica da região até meados do século XX. De acordo com Colodel (1988), o espaço estava ocupado por *obrages*, que, na sua maioria, eram de capital estrangeiro, principalmente argentino, e tomavam grandes áreas. Sua mão de obra, os *mensus*, eram trabalhadores paraguaios. Os *obrageros* utilizavam-se do fácil acesso pelo rio Paraná, principalmente pela falta de fiscalização brasileira, o que possibilitava o escoamento da erva-mate ou madeira extraída na região. Essas fazendas extrativistas, chamadas de *obrages*, tinham a ideia de exploração intensiva, indiferente ao esgotamento das reservas naturais, característica de exploração que mostra ser curta a vida útil das *obrages*, o que facilitou a venda ou negociação destas terras, sendo que os terrenos após terem sido explorados pelos fins extrativistas eram comercializados e rendiam lucros vantajosos aos *obrageros*. Sobre a ocupação da região, Colodel mostra que,

Ao iniciar-se a década de 1920, quando começaram a chegar os primeiros colonos gaúchos na região de Santa Helena, a presença argentina na região fazia-se de modo marcante. E Santa Helena, especificamente, a companhia Domingos Barthe desenvolvia as atividades em pleno vapor. (COLODEL, 1988, p.64)

Vê-se assim, que o espaço do extremo Oeste paranaense não estava desocupado, mas sim estava sendo explorado economicamente por capital e mão de obra estrangeira. Entre os estrangeiros, de acordo com Colodel, Domingos Barthe foi um ervateiro argentino que conseguiu grandes quantidades de terras com o governo brasileiro, controlando então parte do comércio e da exploração da região. Teve em seu poder os portos de Santa Helena e Sol de Maio, constituindo-se em uma grande *obrage*, a qual tinha disponível para suas atividades centenas de *mensus* espalhados pelos matos, distribuídos em acampamentos a cada 20 quilômetros, organizados em rede, para facilitar a extração e o escoamento (COLODEL, 1988, p.77). Com isso, se faz referência sobre a população deste espaço.

Colodel (1988, p. 66) afirma que, ao redor do ano de 1905, o contingente populacional estabelecido na região Oeste encontrava-se rarefeito, sendo que, o município de Guarapuava merecia destaque, e, além da própria Guarapuava, Catanduvas, Chagú e Foz do Iguaçu. Colodel (1988, p. 77) afirma que tais lugares eram pontos de abastecimento importantes para os *mensus*, e também destaca o caráter imediatista e organizado do trabalho nas *obrages*, mostrando que os trabalhadores paraguaios estabeleciam-se, na sua maioria, nos acampamentos distribuídos no grande espaço das *obrages* e não nos círculos comerciais. Estas

situações destacadas pelo autor possibilitam observar a existência e a necessidade de um contingente de trabalhadores espalhados pelos inúmeros acampamentos entre a mata, e não nas vilas. O que leva a entender que os *mensus* não eram considerados como contingente populacional da região.

Esta reflexão nos permite pensar nos discursos de brasilidade que se fixaram sobre a região, nos quais o *mensu* não é reconhecido como população adequada para ocupar a fronteira, e com isso acaba não sendo contabilizado nos discursos oficiais de ocupação deste espaço. Mesmo após a extinção das *obrages*, na sua maioria entre 1920 e 1930, os trabalhadores paraguaios são constantemente citados como colaboradores para o trabalho durante a colonização, tanto pelas colonizadoras como pelos colonos que chegam à região, mas nestas situações não é visto ou citado como indivíduo formador do espaço. Esta perspectiva nos remete à questão da seleção para o enquadramento da memória.

Em todo o Oeste paranaense, eram encontradas várias *obrages* que funcionavam de forma legal ou não. Constatou-se que entre as maiores *obrages* que desempenharam atividades extrativistas na região estão a Mate Larangeiras, a Fazenda Britânia, a Domingos Barthe, a Nuñes e Gibaja, a Julio Tomaz Allica, entre outras (COLODEL, 1988). Estas construíram e faziam uso de vários portos espalhados pela costa do rio Paraná, entre os mais citados nas bibliografias estão o Britânia, o Santa Helena, o Sol de Maio, o Artaza, o Guaíra e o Porto Mendes, entre outros distribuídos de acordo com as necessidades de escoamento da extração das *obrages*. Dando origem, então, aos primeiros pequenos povoamentos da região, que surgem ao redor da atividade econômica da época e têm como seu contingente populacional seus trabalhadores, na sua grande maioria, estrangeiros.

Ainda durante a atividade das *obrages* existiram ações para a colonização da região, porém de forma mais tímida do que a aplicada nos anos posteriores, a partir da política de proteção deste território em 1930. Sendo que, já em 1920, a localidade do então porto de Santa Helena, na época *Obrage* de propriedade de Domingos Barthe e, na atualidade, a cidade de Santa Helena, recebeu seus primeiros colonos através da colonizadora Meier, Annes e Cia. Colodel exhibe que, para esta colonização, “[...] Algumas localidades receberam a preferência de serem as primeiras fornecedoras de colonos para Santa Helena; dentre as quais; Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Cachoeira e Marau.” (1988, p. 193). Esta referência mostra que desde as primeiras ações de colonização direcionada já se traziam colonos oriundos do Rio Grande do Sul para a região.

Além das explorações extrativistas e tentativas de colonização, o Oeste paranaense, nas primeiras décadas do século XX, também foi ponto de encontro das forças revolucionárias

da Coluna Prestes, no ano de 1924. Os revoltosos se estabeleceram nesse espaço por sete meses e dentre suas ações contra os legalistas também combateram as *obrages*, “libertando” *mensus* da escravidão e maus tratos, destruindo acampamentos e bens das *obrages*. De acordo com o que diz Colodel, procuravam, dessa forma, diminuir a exploração dos recursos naturais pelo capital estrangeiro, e também defender esses trabalhadores dos maus tratos vividos. Estes fatos, juntamente com uma política protecionista argentina da sua própria produção ervateira, a partir dos anos de 1930, resultam no processo de decadência das *obrages* no Oeste paranaense.

No contexto nacional, a partir dos anos de 1930, com o governo centralizador de Getúlio Vargas, tem-se a implantação da “Marcha para o Oeste”, com o objetivo de colonizar efetivamente e nacionalizar as fronteiras agrícolas, para assim defender a soberania nacional. O Oeste paranaense teve sua fragilidade denunciada, principalmente, após 1924, quando os revolucionários da coluna Prestes passaram pela região, o que levou à disseminação de relatos, tanto de militares como de revoltosos, sobre a exploração deste território por estrangeiros e a dificuldade de comunicação e acesso à região.

Para entender a Marcha para Oeste, é importante visualizar a realidade política nacional, que sofre grandes modificações a partir da Era Vargas, a qual, de acordo com Freitag (2001, p. 34-35), tem uma política que pode ser resumida em três palavras-chave: a “*Pátria Unida e Forte*, com um só hino, bandeira, escudo, e com um só espírito; o nacional. [...] A partir de um projeto político-ideológico, que estabeleceria os limites da nacionalidade” Nesta perspectiva, a partir da autora, percebe-se que,

[...] a Marcha para Oeste envolveu questões referentes ao povoamento, ocupação e integração nacional. Igualmente, foi uma estratégia de manipulação simbólica, utilizada em função dos interesses da política estadonovista, a qual envolveu a difusão da cultura e do espírito cívico, mediante três tarefas básicas, o saneamento, a educação e o povoamento. (FREITAG, 2001, p. 43)

A autora mostra de que modo a ideia da Marcha para o Oeste foi difundida como um ideal de integração e formação nacional à população, na qual, nos discursos oficiais, os próprios colonos são entendidos como a força nacional para desbravar e nacionalizar o seu território, tendo em suas mãos o poder e a obrigação de defender as fronteiras, não apenas como espaço de produção econômica, mas também cultural, para assim formar o corpo da pátria. Estes colonos não são eleitos de forma aleatória, mas sim dirigida, pois deveriam atender às premissas étnicas e de desenvolvimento econômico da brasilidade desejada.

Medida esta que, de acordo com Freitag (2001) é implantada de forma a reprimir a expansão dos valores estrangeiros em território brasileiro, exaltando a soberania nacional.

Com isso, nota-se que a colonização na região Oeste paranaense acontece para impor barreiras frente à expressão estrangeira existente, pois, enquanto existia a exploração extrativista, a maioria dos moradores não era brasileira, as relações comerciais se estabeleciam com os países vizinhos, a língua falada era o espanhol e a moeda que se utilizava era o peso argentino. Fatos que são revelados por viajantes e estudiosos que passaram pela região nos meados da década de 1930. Mas o processo de colonização só é implantado com mais rigorosidade neste espaço a partir da segunda metade da década de 1940, quando é incentivada pelo governo a vinda de colonizadoras particulares para a região.

Constata-se que, com a implantação de uma política de colonização neste espaço, previa-se a defesa da soberania nacional, tanto no sentido econômico como também no sentido sociopolítico. O Oeste do Paraná passa a ter incentivo à sua colonização com o avanço da política de defesa das fronteiras agrícolas, a qual tem a característica de estímulo à produção agrícola familiar, visando, além da ocupação, também o desenvolvimento da região. Com isso, determina-se o colono ideal para ocupar e construir essa região, renegando a população estrangeira já existente.

É neste contexto que os colonos da região sul do Brasil são incentivados a migrarem e desbravarem o Oeste do estado do Paraná. As características do espaço, como a mata ainda existente e a falta de infraestrutura, eram aplacadas com o enaltecimento dos indivíduos que se dispunham a enfrentar estas adversidades. As colonizadoras eram responsáveis por prepararem a infraestrutura mínima neste espaço e também por atraírem os indivíduos para a região. Este processo é percebido como dirigido, e as relações que se estabelecem vão definindo as características da região. Realidade vivida de colonização que é analisada no próximo tópico.

1.3 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO: A GENEALOGIA DA OCUPAÇÃO DIRECIONADA.

Percebe-se que, entre as décadas de 20 e 30, o Oeste do Paraná começa a ter mais visibilidade dentro do contexto nacional, e é reconhecido pelo governo de Getúlio Vargas

como região estratégica para a proteção da soberania nacional, assim como para o desenvolvimento agrário e industrial do país, expansão do território e integração da nação. E vislumbra-se que se tenha tomado como base estrutural para este projeto a experiência e formação socioeconômica da população que colonizou a região sul do Brasil.

Sob a ótica do nacionalismo, característico da política ideológica do Estado Novo (1937 – 1945), a Marcha para o Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização. (GREGORY, 2002, p. 69)

Então, a partir das primeiras décadas do século XX, o Oeste do Paraná passa a receber fluxos migratórios tanto espontâneos como também direcionados, e é neste contexto que retomamos o questionamento sobre a migração gaúcha que se volta a este espaço. De acordo com fontes bibliográficas, a colonização direcionada do Oeste do Paraná foi efetivada a partir da década de 1940, através de acordos entre o estado do Paraná e iniciativa privada. Com isto, as empresas colonizadoras eram de particulares e seriam responsáveis por atrair colonos para a região e dar o suporte necessário para que se estabelecessem. Estas empresas visavam à distribuição dos terrenos em pequenas propriedades, buscando estabelecer colônias habitadas por eurobrasileiros, tendo como base a organização produtiva familiar. (GREGORY, 2002, p. 247)

Estas características levantadas por Gregory nos mostram, de uma forma geral, como se organizavam as empresas colonizadoras que vinham desenvolver suas atividades no Oeste do Paraná. Contudo, deve-se considerar que nem todo este espaço teve a ação direta dessas colonizadoras, pois há registros de núcleos populacionais constituídos de forma “espontânea”, que surgem através dos fluxos de indivíduos que acabavam se estabelecendo na região por diversos motivos.

Como já vimos anteriormente, no início do século XX, as *obrages* espalhavam-se por todo o espaço do Oeste paranaense, e, desse modo, construíram acampamentos e picadas para armazenar e escoar sua produção (extração). A partir dos anos de 1950, a economia da região passa a girar em torno da exploração da madeira, e abrem-se mais estradas facilitando o transporte e comunicação na região. Assim, as diferentes expedições que exploraram a região abriram picadas²¹, as quais, com o passar dos anos, foram se constituindo em estradas e estabelecendo as rotas e fluxos. Esse fato nos leva a perceber que a interiorização e a constituição dos núcleos populacionais nem sempre foram planejados, como acontecia nos

²¹ Forma rudimentar de estrada feita para suprir a necessidade do momento.

espaços organizados pelas colonizadoras, tendo assim alguns municípios originários de “pousos” e “encruzilhadas” que foram crescendo por consequência dos fluxos e oportunidades.

É importante entender como estava formada a administração do espaço do Oeste paranaense. No fim do século XIX, toda esta região estava sob a jurisdição de Guarapuava. A primeira segmentação deste território acontece a partir de 1914, quando a vila Iguaçu é elevada a Município e, em 1918, à condição de cidade, passando a ser chamada de Foz do Iguaçu. Esta se estendia da margem direita do rio Paraná até o atual município de Catanduvas. Desta forma, é possível visualizar que, a princípio, uma grande parte do espaço de exploração das colonizadoras estava no território de Foz do Iguaçu.

Este espaço vai sendo desdobrado entre os diferentes interesses que o cercam e podemos ir mapeando a região de acordo com sua distribuição territorial. Sobre antigos núcleos populacionais, anteriores às colonizadoras, destacam-se Foz do Iguaçu, Guaíra e Cascavel, pois tiveram uma colonização diferenciada. Pode-se observar que estes se consolidam como núcleos populacionais que surgem a partir dos fluxos econômicos da região, que, nos seus primórdios, vão se constituindo como pontos de referência em um espaço de escassa infraestrutura.

Foz do Iguaçu, referindo-se ao espaço que compreende aproximadamente a seu território atual, tem uma composição bastante diversa do restante do espaço que compreende o Oeste paranaense. Myskiw (2011) mostra, em sua obra, os interesses e dificuldades enfrentadas para a criação de um núcleo populacional neste espaço, no seu princípio, como Colônia Militar. Não tendo ação direta de nenhuma colonizadora, este espaço é formado a partir das ações do Estado brasileiro para proteger seu território, e também pela ação das madeiras e portos de escoamento que se instalam na região devido a sua localização estratégica. Assim, ao mesmo tempo em que é uma região de proteção nacional, abriga pessoas de diferentes origens, que se instalam na região por motivos diversos, ou simplesmente por originários deste espaço de fronteira como paraguaios e argentinos.

A própria Colônia Militar tinha o compromisso de colonizar a região, e fez loteamento e incentivou a fixação de colonos e práticas agrícolas, porém, devido às dificuldades de acesso e de meios de comunicação com o restante do país, como mostram as fontes bibliográficas, esta iniciativa não foi bem sucedida. O município é formado, com o passar dos anos, por meio de fluxos espontâneos, os quais podem ter diferentes motivações, mas percebe-se, na maioria dos casos, ser por motivos econômicos, já que ela se estabelece como um centro de escoamento das madeiras que se instalam na região, e também pelas Cataratas

do Iguaçu que já atraíam visitantes. Assim, Foz do Iguaçu é formada, em um primeiro momento, como uma vila que cresce em torno da exploração extrativista da região e desenvolve um pouco de agricultura para a sua própria subsistência.

Outro município que surge no Oeste do Paraná é Cascavel. De acordo com Alceu Sperança (2011), este tem sua origem nas antigas encruzilhadas entre as picadas que davam acesso às fazendas extrativistas. Este espaço foi explorado pela *obrage* de Domingos Barthe, servindo como um dos pousos dos trabalhadores. Também fez parte de uma concessão de terras feitas pelo Governo imperial para a companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, porém não tendo seu projeto desenvolvido. Sua sucessora foi a Braviaco – Companhia Brasileira de Viação e Comércio, que, responsável pela construção de ramais no estado, ganhou glebas de terra em muitas regiões. De acordo com Sperança, a Braviaco demarcou estas terras, evidenciando a existência de uma grande área de terras devolutas na região de Cascavel. Estas terras devolutas passam então a ser requeridas por colonos que se fixam na região a partir dos primeiros anos da década de 1920. Estes, segundo Sperança, eram originários de Guarapuava. Logo, o autor mostra que vieram mais famílias a se fixarem na região,

A primeira leva de colonos sulistas que se distribuiu pelo interior do atual município de Cascavel veio no final da segunda década do século XX, ampliando-se nos anos imediatamente subsequentes. Era um claro resultado do primeiro pós-guerra: a madeira começava a escalar uma trajetória ascendente na economia paranaense. Afora os ervateiros, os oestinos-cascavelenses pioneiros, responsáveis pelo estabelecimento das primeiras propriedades agrícolas, pecuárias, industriais e prestadoras de serviços foram os colonos eslavos juntamente com os caboclos guarapuavanos (SPERANÇA, 2011, p. 97)

Mostra-se assim como alguns núcleos populacionais vão surgindo mesmo antes das iniciativas de colonização. Estes se fixam na região, mesmo sem estrutura, e passam a construir o espaço de acordo com a força e material de que dispõem. Sobre a formação populacional desse espaço, Sperança mostra que, nos anos de 1930, o município de Cascavel começa a receber colonos “Italianos” vindos do estado de Santa Catarina, e, na década de 1940, italianos vindos do Rio Grande do Sul, constituindo-se em um espaço de migrantes de descendência italiana. Mudanças acontecem, em 1936, através de uma concessão de patrimônio municipal conseguida com o governo do estado, pela qual o município de Foz do Iguaçu começa a vender terrenos a terceiros na região da atual Cascavel, mediante títulos ou carta de aforamento (SPERANÇA, 2011, p. 114). Pode-se observar as forças políticas e

sociais impulsionando a ocupação deste espaço que, em 1951, é desmembrado como município, sem atuação direta de uma colonizadora particular, mas tendo seu crescimento impulsionado pelo desenvolvimento da região em geral, nesta época já ocupada pelas grandes colonizadoras.

Neste sentido, Sperança (2001, p. 177) diz que, “[...] em 1957, a exemplo de outras frentes colonizadoras, a prefeitura de Cascavel, por sua própria iniciativa, fez publicar país a fora um folheto de divulgação louvando as virtudes das terras oestinas, as melhores existentes, próprias para o plantio do café”. Com estas informações, é possível observar a influência das práticas das colonizadoras particulares no então já formado município de Cascavel, o qual passa a divulgar o espaço baseando-se nos atributos favoráveis à agricultura. Contudo, percebe-se na referência a “país a fora” que não se focou em uma região específica para atrair colonos, diferentemente das ações implantadas pelas colonizadoras particulares que atuaram na região (como observaremos adiante). Nota-se também que o Município de Cascavel acabou sofrendo com disputas territoriais²² nas quais colonos acabaram se enfrentando por títulos que se sobrepunham. Conjectura-se que isto acontece por sua ocupação não ter sido decorrente de uma ação planejada, resultando em disputas entre colonos e jagunços.

Em outro exemplo, como herdeira das *obrages* da região, surge o município de Guaíra. A origem da colonização do espaço referente a esta cidade vai muito aquém dos primórdios da colonização do século XX. Tendo um grande contingente de indígenas, seus primeiros núcleos populacionais surgem com a passagem dos Jesuítas pela região, os quais foram dizimados ainda no século XVII pelos bandeirantes paulistas (GROGORY e SCHALLENBERGER, 2008). Já no período de exploração das *obrages*, este espaço foi sede da Companhia Mate Larangeiras, responsável, além do extrativismo, por grandes investimentos na região. Sua sede e portos formaram os primeiros núcleos populacionais, sua estrada de ferro, construída nas primeiras décadas do século XX, foi essencial para o desenvolvimento da região, pois possibilitava o acesso e a exportação. Todos os serviços e infraestrutura eram de responsabilidade desta empresa (GROGORY e SCHALLENBERGER, 2008)

Dessa forma, Guaíra constitui-se em um núcleo antigo que influenciou na exploração e ocupação deste espaço de fronteira. Sobre sua ocupação, Gregory e Schallenberger (2008) mostram que, em meados de 1920, eram cerca de 2000 habitantes, na sua grande maioria paraguaios e estrangeiros, e a economia girava em torno da Mate Larangeiras. Esta empresa, diferentemente das outras *obrages* que exploravam a região, mesmo depois da decadência da

²² Sobre as questões de disputas territoriais não nos aprofundaremos neste trabalho.

exploração extrativista, continua suas atividades como colonizadora a partir da segunda metade do século XX. Assim, a colonização de Guaíra foi estruturada pela Mate Larangeiras e também por outras colonizadoras que atuaram no espaço do município naquele momento, pois os autores Gregory e Schallenberger (2008) mostram que, quando da emancipação de Guaíra, em 1951, percebe-se a presença de diversas colonizadoras. Estas seguiram a mesma forma de colonização das demais empresas que colonizam a região naquela época: responsável pela infraestrutura necessária e pela atração e fixação de colonos; dando origem à emancipação de novos municípios neste espaço.

Assim, a colonização do espaço do antigo município de Guaíra foi direcionada por diferentes interesses. As colonizadoras que ocuparam este espaço foram: Pinho e Terras Ltda., Colonização e Desenvolvimento Rural Ltda (Codal-Cia), Sociedade Agropecuária Industrial e Comercial Maracaju Ltda., Companhia Mate Larangeiras, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fazenda Esperança, Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Estas com o passar do tempo foram formando diferentes núcleos populacionais, sendo que,

Em 1953, o município de Guaíra se estruturava e “demonstrava toda sua grandeza” territorial, compreendendo a área que compõe os atuais municípios de Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Maripá, Assis Chateaubriand, Jesuítas, Formosa, Tupãssi, Nova Aurora e Cafelândia. (GROGORY e SCHALLENBERGER, p. 252, 2008)

Percebe-se, assim, que cada uma destas instituições atuou de forma e em tempos diferentes, dando origem a outros núcleos populacionais que, com o tempo, foram emancipados como municípios. Sobre a população atraída para este espaço, é percebido que cada uma das empresas teve uma ação diferenciada, sendo que algumas seguiram os ideais de colonização padrão das colonizadoras que atuavam no Oeste, atraindo principalmente sulistas. Outras também receberam paulistas, mineiros, descendentes de espanhóis, portugueses, japoneses e alemães, o que demonstra uma diferença de formação populacional em relação aos demais municípios do Oeste paranaense. Neste sentido, é possível perceber, também, as influências do espaço na atração dos colonos. Estando Guaíra nos limites da região Oeste do Paraná, encontra-se fisicamente perto do norte pioneiro que foi colonizado, na sua maioria, por paulistas e nortistas, e não teve, portanto, ênfase no elemento humano oriundo do sul do Brasil.

Nas fontes sobre o município de Guaíra, é possível observar que este foi, durante tempo, referência na região, constituindo-se em um local estratégico. Porém, com a estagnação do ciclo extrativista e a ação das colonizadoras, muitos núcleos populacionais

surgiram no Oeste do Paraná, enquanto este município, mais antigo, permaneceu estagnado. Pode-se identificar que sua localização não foi favorável para a ação das colonizadoras nesta fase de desenvolvimento do estado. Também se percebe que teve ações diferenciadas de colonização. Neste sentido, a sua formação populacional é distinta, e a construção da identidade do seu espaço também é diferente dos demais, como veremos adiante²³.

Observar a formação dos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra é importante para poder então visualizar o contexto de ocupação não planejada, decorrente dos fluxos comerciais que se instalam na região antes mesmo de se ter infraestrutura, pois, são estes que, a princípio, moldaram este espaço e se estabeleceram de forma diferente dos municípios que surgem com as colonizadoras. Com a implantação das grandes colonizadoras no Oeste paranaense, elas trazem consigo ideais progressistas provenientes do governo e vontades econômicas a serem satisfeitas.

Dessa forma, a região que, no início do século XX, era controlada pelas grandes *obrages*, em meados deste mesmo século, passa a ser de domínio das grandes colonizadoras. Assim como as *obrages*, as colonizadoras conseguiam a posse das terras através de concessões do governo do estado do Paraná, o qual, neste momento, tinha interesse em colonizar e desenvolver a região. Desse modo, o Oeste paranaense foi dividido de acordo com a capacidade econômica e de barganha de cada companhia colonizadora. Como afirma Colodel, “Uma coisa é certa: as manipulações com a propriedade da terra eram uma constante no Extremo Oeste Paranaense. Uma após outra, as companhias colonizadoras se revezaram na tutela das grandes áreas de terras na margem do rio Paraná.” (1988, p. 199)

Como mostra o autor acima, foram às companhias que se instalaram na região. A partir da compra de terras e de concessões do estado, passavam a deter o direito de explorar e a obrigação de colonizar um espaço predeterminado. A princípio, se a colonização não fosse efetivada com sucesso, as colonizadoras eram penalizadas. Com isso, algumas das companhias tiveram seus direitos de exploração retirados e logo repassadas a outras empresas. Com o objetivo de identificar as levas migratórias que se estabeleceram na região, focou-se nas colonizadoras que obtiveram êxito em suas atividades.

As colonizadoras foram então formando o espaço de fronteira agrícola e obedecendo às concessões. Dividiram espaço também com terras devolutas que, a partir dos anos de 1960, passaram a ser regulamentadas pela ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e, em várias localidades como Cascavel e Capanema, ocasionou conflitos

²³ No decorrer deste estudo, mostramos com mais detalhes o trabalho de algumas destas colonizadoras que atuaram em Guaíra, sua ação e a emancipação de alguns dos municípios.

agrários. O fluxo populacional que ocupa estas terras devolutas pode ser identificado como oriundo de regiões onde se estava fazendo propaganda do Oeste paranaense nessa época. Não é possível afirmar a origem desse contingente populacional que, a princípio, ocupa estes espaços de forma não dirigida, pois as fontes bibliográficas não os nomeiam, não os identificam.

Cabe dizer que as principais colonizadoras que atuaram na região, de acordo com Gregory (2002), foram a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPÁ); a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda.; a Colonizadora Gaúcha Ltda.; a Colonizadora Matelândia Ltda. e a Colonizadora Criciúma Ltda. Identificamos ações destas empresas que determinam os primeiros núcleos populacionais formados na região, e permitem perceber as marcas deste espaço, com suas características culturais.

Nesta perspectiva, é importante lembrar dois acontecimentos que atingem momentaneamente a ação de colonização. Um deles é o fato de que, no ano de 1942, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, entrando efetivamente na Segunda Guerra Mundial. Esta ação afetou diretamente a vida dos poucos colonos que já habitavam a região, pois, na sua maioria, eram de descendência italiana e tiveram que atender às represálias do exército, se afastando das fronteiras, para segurança nacional (COLODEL, 1988). Neste período, o trabalho das colonizadoras também foi atingido, sendo que, apenas após o término da guerra, em 1945, pôde-se retomar as atividades de atração e fixação de colonos de origem estrangeira ou descendentes destes para o espaço de fronteira.

Neste mesmo espaço de tempo, entre os anos de 1943 e 1946, houve a criação do Território Federal do Iguaçu, o qual delimitava uma faixa de fronteira que era constituída pelo Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. De acordo com Sérgio Lopes (2002), a ideia era permitir ao governo federal ocupar mais diretamente regiões fronteiriças de baixa densidade demográfica, com o objetivo de defender a soberania nacional. Contudo, como pode ser observado na obra deste autor, este projeto foi extinto no ano de 1946.

As colonizadoras que se direcionam a explorar esta região de fronteira, conhecida até então por “sertão verde”, estiveram organizadas em grandes sociedades. Estas eram responsáveis pelo capital investido na compra das terras na região, estavam formadas na sua maioria por empresários e agricultores do sul do Brasil, e constituíam empresas com divisão de lucros e atuação intensiva. Apoiadas nos interesses do Estado, desenvolveram planos de ação para extrair o maior lucro possível. Freitag (2001) mostra que tinham a clara finalidade de compra e venda de terras, extração, industrialização e exportação da madeira. Isso indica as

relações que se constituíram na colonização da região, unindo a ideologia política aos interesses econômicos empresariais.

Podemos citar como um dos grandes investimentos nessa região, a compra, por um grupo gaúcho, da fazenda Britânia, uma imensa extensão de terras. Esses empresários, comandados por Alfredo Ruaro, Alberto Delcanale e Willy Barth buscaram a participação de capitalistas de Porto Alegre para levantar os recursos necessários para a compra dessa antiga obra. Assim, em 1946, esse grupo fundou a Industrial Colonizadora Rio Paraná SA-MARIPÁ, com sede na cidade de Porto Alegre. (FREITAG, 2001, p. 86)

A empresa MARIPÁ foi uma das primeiras colonizadoras a se estabelecer na região, e sua forma de colonização foi modelo para outras empresas que se instalaram posteriormente. De acordo com Gregory, estas empresas foram criadas para se dedicar à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria, características que mostram a união dos interesses do governo e da iniciativa privada. Esta última obtendo lucros, e o estado do Paraná alcançando de forma rápida a ocupação e desenvolvimento social e econômico da região. Neste contexto, as colonizadoras, primeiro, exploraram o comércio da madeira e, depois, cederam lugar para a formação das colônias.

Para a constituição das colonizadoras e a aplicação do projeto de colonização, algumas pessoas foram importantes precursoras das atividades. Uma das pessoas de influência na colonização da região foi Alfredo Pascoal Ruaro que nasceu em São Marcos (RS). De acordo com seu depoimento (ASSOCIAÇÃO..., 1996), sua primeira atuação na região foi como diretor da MARIPÁ, entre os anos de 1946 e 1949. Logo fundou a Pinho e Terras Ltda. juntamente com Alberto Dalcanale e Luiz Dalcanale, começando a colonização da Gleba Iguaçu, localizada entre Santa Terezinha e Céu Azul. A colonizadora Pinho e Terras teve atuação em grande parte da região Oeste, atraindo grupos de compradores para formarem novos grupos de colonização. De acordo com Alfredo Ruaro,

Associamos com o grupo de Guaporé e Bento Gonçalves. Então formamos a firma industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.. [...] Com outro grupo de Farroupilha, Flores da Cunha e São Marcos formou-se o grupo de Matelândia e, ainda outro grupo de Farroupilha formou a gaúcha, hoje São Miguel do Iguaçu. (RUARO, in: ASSOCIAÇÃO..., 1996, p. 69)

Com este relato, é possível visualizar os tramites entre as colonizadoras, onde uma contribui para a criação da outra sempre direcionando suas ações para grupos oriundos do sul

do Brasil. Assim, a Pinho e Terras²⁴ teve influência direta na colonização de outras colonizadoras que são a Colonizadora Gaúcha; a Colonizadora Matelândia Ltda.; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda. e a Colonizadora Crisciuma Ltda., todas criadas no início da década de 1950. Esta mesma colonizadora também contribuiu para a colonização do atual município de Palotina, juntamente com um grupo de Santa Maria (RS) e com os padres Palotinos, e logo parte para colonizar parte de Foz do Iguaçu e Céu Azul. Essas relações comerciais permitem observar que os mesmos interesses de colonização foram amplamente difundidos em toda a região.

Sobre a instalação dos colonos, cita-se o exemplo da Colonizadora MARIPÁ. Esta se preocupou com a infraestrutura para estabelecer a colônia, predefiniu os locais para fixar os núcleos urbanos e as áreas rurais e construiu as estradas necessárias para o trânsito e o desenvolvimento de atividades em geral. Ainda, empenhou-se em organizar e efetivar a ocupação tanto da área urbana como das pequenas parcelas rurais, destinadas à policultura familiar, usando como referência a demarcação de lotes de acordo com as antigas colônias do sul do Brasil (Gregory, 2002, p 114). Esta característica que não é neutra, pois previa que os colonos a habitarem este espaço já estariam acostumados com esta forma de trabalho e espaço destinado, mantendo as suas características de produção econômica e reprodução social. Como destaca Gregory,

Pretendia-se que a divisão da área rural em colônias (lotes rurais) de dez alqueires paulistas (24 hectares ou 240 000 metros quadrados), devidamente demarcados, viabilizasse a reunião das colônias em perímetros, sendo estes providos de núcleos residenciais, futuras vilas ou cidades. (GREGORY, 2002, p.116)

Também, a partir deste autor, é possível entender como a MARIPÁ projetou e dividiu seus terrenos. E, com a análise das ações das demais colonizadoras que atuaram na região, é possível observar que da mesma forma que a MARIPÁ trabalhou seu espaço colonial as demais colonizadoras também o fizeram, demarcando suas áreas em pequenas propriedades e programando núcleos urbanos. A maioria das colonizadoras manteve os mesmos objetivos e modos de trabalho, construíram seus núcleos coloniais de acordo com os interesses do estado e também seus interesses econômicos.

Neste mesmo sentido, foram construídas e oferecidas pelas distintas colonizadoras “casas de migrantes” e capelas, estrutura religiosa, como forma de atração aos colonos,

²⁴ Esta colonizadora também atuou em outros estados brasileiros, como Santa Catarina.

estruturas estas que servem como amparo tanto material como espiritual, oferecidos pelas colonizadoras. Estas iniciativas têm suas razões justificadas na origem dos colonos a serem atraídos e nas características do espaço oferecido. Os migrantes, para levantarem a possibilidade de se fixarem na região, reconhecida na época como “inóspita”, requeriam o mínimo de suporte possível, e este precisava ser dado de acordo com as tradições e costumes do grupo que se pretendia fixar na região. Sobre a instalação dos colonos, Freitag mostra que,

Um fator que proporcionou credibilidade à empresa [Colonizadora MARIPÁ] foi a construção de um barracão denominado *república*. Chegando à sede da colonização, as famílias de colonos eram ali alojadas provisoriamente até que se instalassem em seus *lotes*. Isso tudo, segundo relato de um dos colonizadores, acabou proporcionando aos novos moradores um certo sentimento de solidariedade. [...] No entanto, a *república* não se restringiu somente à função exposta anteriormente. Ela também servia de loja e de comércio, de escola, de capela, de albergue aos visitantes e também de fornecedora de alimento ao restaurante. (FREITAG, 2001, p. 102-103, grifo do autor)

Vê-se que a concepção básica de alojamento oferecida pelas colonizadoras tinha grande valor para a captação do colono, tanto que esta foi uma das ações desenvolvidas pela maioria das colonizadoras. E isso interferiu no sucesso da colonização, pois colonos se estabeleciam por algum tempo nestas casas provisórias até construírem suas próprias casas. Por exemplo, esta situação é vista na colonização do atual município de Medianeira. Os depoimentos “dirigidos” de “pioneiros”, encontrados no livro: Resgate da Memória de Medianeira (ASSOCIAÇÃO..., 1996), mostram que o apoio integral dos diretores da Colonizadora Bento Gonçalves foi de extrema importância para a fixação dos colonos neste espaço. Os relatos “positivos” denotam que estes prepararam a infraestrutura necessária para receber os colonos que, ao chegarem, tinham a sua disposição uma casa onde poderiam se estabelecer até construírem as suas. Também indicam apoio às suas necessidades básicas, que, de início, eram responsabilidade da colonizadora, como a distribuição de alimentos e ajuda aos enfermos entre os migrantes. Além disso, foi construída uma capela, que foi motivo de festejo pelos moradores, servindo como estrutura de sociabilidade neste espaço.

A estrutura, tomada como exemplo, da Colonizadora MARIPÁ é observada em outras colonizadoras, porém isto não foi regra, e por diferentes motivos algumas colonizadoras não tiveram êxito. Algo que tem destaque em depoimentos do livro Resgate da Memória de Medianeira (1996) é o fato de que, ao chegar à região, trazidos pela colonizadora Bento Gonçalves, os colonos iam, a princípio, até a área da Colonizadora Gaúcha, e logo se dirigiam a Medianeira, onde se estabeleciam. A Colonizadora Bento Gonçalves, mesmo começando

suas atividades após as da Colonizadora Gaúcha, teve a efetivação de sua colonização com mais agilidade. E pode-se conjecturar que a diferença esteve no trabalho de propaganda e organização feito pelas colonizadoras, as quais dependiam de capital para poder preparar o espaço com infraestrutura suficiente, e logo divulgar e trazer colonos. Afinal o sucesso da colonização dependia da organização, do esforço e do capital investido.

Sobre a formação dos núcleos populacionais, especificamente na questão da Colonizadora MARIPÁ, a qual abrangeu um espaço grande do Oeste paranaense, Gregory (2002, p. 118) aponta que “cada grupo de colônias circundaria um povoado, que teria que ter casa comercial, igreja, escola, assistência médica. Estradas ligavam-nas a outros povoados e a Toledo”. Este autor ainda mostra que estas iniciativas de programar a infraestrutura e também o comércio, na sua maioria, foram da própria colonizadora, mas que, com a efetivação da colonização, também começam a surgir iniciativas privadas entre os colonos, as quais dão origem às primeiras casas comerciais e locais de prestação de serviços. De acordo com estas características, foram surgindo os municípios que compõem a atual formação territorial do estado do Paraná, na sua maioria, desenvolvendo-se em torno da atividade agrícola e também de indústrias que foram incentivadas.

No princípio da colonização, como indica Gregory (2002), a densidade demográfica do espaço pertencente à MARIPÁ era extremamente baixa, sendo povoada por poucos administradores e trabalhadores braçais da Fazenda, na maioria paraguaios e argentinos. Logo, se estabeleceram os polos regionais de Toledo e de Marechal Candido Rondon, circundados por pequenos núcleos populacionais que, aos poucos, foram se emancipando.

Sobre os migrantes que vieram a desbravar e ocupar a região, a partir de documentos da época, Gregory (2002) nos mostra que a colonização foi dirigida aos sulistas, sul-riograndenses e catarinenses, com o argumento de que pessoas com experiência anterior de imigração e colonização seriam o contingente adequado para povoar a região Oeste. Assim, as colonizadoras tinham como foco atrair colonos do sul do Brasil de origem, principalmente, italiana e alemã, que, por serem descendentes de imigrantes europeus, fizeram parte da colonização dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina no século XIX, mostrando-os como aptos a colonizar as terras do Oeste, com seu excedente de mão de obra e sua experiência com o trabalho no campo.

Para atrair estes colonos, foram utilizados diferentes meios de comunicação como revistas, jornais e programas de rádio. A igreja católica também foi atuante na colonização, responsável diretamente pela colonização da Gleba dos Bispos (KLAUCK, 2005), do município de Palotina (FREITAG, 2001), e também exercendo influência na formação das

colônias (DEITOS, 2004), onde a existência de uma igreja era peça importante para atrair colonos, representando segurança de continuidade dos costumes já estabelecidos outrora, sendo o espaço da igreja utilizado para muitas das atividades sociais do princípio da colonização, como reuniões e confraternizações.

A igreja aparece como instituição motriz no início das atividades propiciadas pela maioria das empresas colonizadoras, focando principalmente na atração e fixação de colonos católicos. Também houve a presença de colonos evangélicos. As duas principais religiões foram atendidas pelas colonizadoras, formando núcleos populacionais de cada segmento.

Especificamente sobre Palotina, Freitag (2001) mostra que a igreja católica exerceu grande influência na colonização, pois os padres Palotinos, foram os principais corretores responsáveis pela colonização da área, sob administração da Colonizadora Pinho e Terras. Dessa forma, uniram-se os interesses da iniciativa privada e do clero, formando um núcleo colonial com diretrizes católicas. Sobre a constituição das relações de poder neste espaço, Freitag mostra que,

O êxito do projeto disciplinar dos Palotinos neste núcleo de colonização se deu, também, em decorrência da infra-estrutura que a Empresa proporcionou a eles, responsabilizando-se, inclusive, pela construção da capela paroquial. Esta localizou-se em um ponto central e de fácil acesso, permitindo uma boa visibilidade a longa distância: Sua presença extrapolava a função religiosa impondo a todo o núcleo e aos indivíduos uma concepção de tempo, de espaço e de ordenamento social. (FREITAG, 2001, p.122)

Este relato, em conjunto com demais dados obtidos sobre a região, mostra que foram muitos os interesses envolvidos na colonização, onde entram também os de expansão do catolicismo, associado à arrecadação de capital. Vê-se que a religião serve, além de base motivadora para fixação do colono na região, como órgão regulamentador das atividades desenvolvidas pelos colonos, desempenhando funções auxiliares como a social, a de educação e de saúde, entre outras, fazendo parte da formação cultural destes espaços.

A colonização do Oeste paranaense requeria esforços para captar os indivíduos. Para isso, as colonizadoras utilizaram muito das redes de sociabilidade, onde o “boca a boca” e a confiança eram primordiais para o sucesso das vendas dos terrenos na região. Gregory (2002) mostra as diferentes formas que foram utilizadas para atrair colonos para a área da colonizadora MARIPÁ, onde o corretor de terras se mostra uma peça importante no processo. Ele era, normalmente, um comerciante do interior gaúcho ou catarinense que utilizava de sua confiança com amigos e fregueses para convencê-los a visitar e comprar terras na região,

fator que delimita os espaços a serem oferecidos e comercializados, os terrenos das colonizadoras.

A ideia de desbravar, de comprar uma colônia de terra fértil, de poder produzir e reproduzir a unidade familiar avivava o espírito colonial. [...] O desafio da floresta, da construção do espaço colonial era um valor cultural marcante destes colonos. Muitas histórias semelhantes “rolavam” nas colônias. A literatura colonial em livros e em periódicos, inundou os sonhos destes camponeses. [...] Vender lotes no mato, atrair colonos para a floresta, povoar terras inóspitas, implicava em seduzir, em sensibilizar, em provocar sonhos. (GREGORY, 2002, p. 170-171)

Gregory nos mostra a importância da constituição de um imaginário idealizado vinculado à valorização do espaço a ser colonizado, e do indivíduo que se habilita a colonizá-lo, para o sucesso da colonização. As propagandas das colonizadoras, de acordo com Klauck (2005) enaltecem a figura do pioneiro desbravador, fazendo com que se crie um imaginário de valor exacerbado sobre o colono que enfrenta o “sertão verde”. Sobre o imaginário, Tedesco (2012) diz que este se assenta nos sistemas simbólicos construídos na experiência dos sujeitos, e assim, na medida em que auxilia na conformação da identidade, permite que os grupos sociais se diferenciem e se identifiquem como superiores; possam elaborar certas representações de si e dos outros. Concepções estas que contribuem para entender como os migrantes sulistas constituem uma imagem de si como grupo distinto aos demais, pois estes foram selecionados para ocuparem a região e tiveram suas características enaltecidas, o que contribuiu para que se fixasse um imaginário, sobre eles, de sujeito idealizado.

A colonizadora Bento Gonçalves, assim como a MARIPÁ e a Pinho e Terras, também fez divulgação das terras de forma direcionada. Nos relatos dos colonizadores para o livro de memórias do município de Medianeira, é possível observar que vieram incentivados por propagandas em jornais e também através dos corretores que lhes proporcionavam uma primeira visita ao local para conhecerem, e então, depois das negociações, retornarem trazendo suas famílias. Acerca disso, Soccol afirma que,

A propaganda foi intensa, no Correio Rio Grandense, de Caxias do Sul, jornal de grande penetração nas áreas de colonização italiana, também no Correio do Povo, de Porto Alegre e na Gazeta do Povo, de Curitiba, pioneiros da arte de divulgação do Oeste paranaense. (Soccol, in: ASSOCIAÇÃO..., 1996, p. 55)

Nesta fala, pode-se perceber o direcionamento e intencionalidade da colonização deste espaço. Neste sentido, o livro Resgate da Memória de Medianeira permite observar a origem

de pioneiros vindos para a região. Estes são, na sua maioria de Bento Gonçalves (RS); Guaporé (RS); Caxias do Sul (RS); Tangará (SC); Urussunga (SC); Criciúma (SC); Serrafina Correia (RS). Dentre os colonos, muitos já haviam migrado para outras regiões de colonização recente antes de dirigirem-se à Medianeira, como os municípios Pinheiro Preto do estado de Santa Catarina e Santo Antônio do Sudoeste no estado do Paraná. Isso indica que estes colonos são remigrantes, pois já estavam em trânsito na região de colonização que estava sendo ocupada também por colonizadoras como as que exploravam o Oeste paranaense. Diante destas informações, é possível constatar que o município de Medianeira foi colonizada com a vinda de pessoas de descendência, na sua maioria, italiana com uma pequena presença de alemães.

Também são vistos como fontes de dados os relatórios das próprias colonizadoras, os quais são analisados por Gregory. Estes mostram informações sobre a origem dos colonos e as ações das colonizadoras da região. Eram documentos feitos, de acordo com o autor, para prestar contas, aos associados e ao governo, das atividades desenvolvidas para a colonização e também para enaltecer os aspectos da constituição deste espaço que lhes era interessante. Sobre as informações que eram disponibilizadas por estes relatórios, Gregory observa que os dados populacionais,

São arredondados por centenas e por milhares, não interessando o número exato. Interessava, porém, informar que a maioria dos habitantes era de italianos ou de alemães (entenda-se descendentes) e que os outros habitantes eram poucos ou estivessem ausentes. Mencionar os nomes e sobrenomes dos “primeiros moradores” implicava em dar mostras da origem étnica. Dizer que havia casas comerciais, igrejas, escolas e assim por diante, era dizer que o embrião do espaço colonial estava criado e que bastava dar continuidade para que a nova colônia pudesse proporcionar a reprodução colonial e a reprodução da unidade familiar. (GREGORY, 2002, p. 98)

Percebe-se que as características de formação espacial são definidas, pois o interesse em construir um espaço com seleção étnico-cultural é mostrado nos documentos das empresas colonizadoras que atuaram na região, dando ênfase ao elemento humano desejado. Estes relatórios podem ser entendidos como materiais que contribuem para a formação de uma memória coletiva sobre a imagem construída pelas próprias colonizadoras em torno do espaço colonizado. Esta ação influencia diretamente a formação da identidade cultural da região, a partir da seleção do elemento humano que deveria estar presente nos relatórios, e, ao mesmo tempo, silenciando a participação de *outros* neste espaço.

Outro fator que é recorrente entre as colonizadoras é a composição dos sócios, pois na sua maioria são do Rio Grande do Sul. Isso permite conjecturar que sua influência é determinante também no processo de captação de pessoal e venda dos terrenos. Porque é possível identificar que as empresas colonizadoras utilizavam-se principalmente do seu círculo de amizades para comercializar os terrenos. Como é possível observar, por exemplo, nas obras de Colodel (1988) e Gregory (2002), as quais mostram que os encarregados de vender os lotes preparados pelas colonizadoras direcionavam suas vendas para suas regiões de origem.

Este procedimento também facilita o convencimento de um grupo de pessoas conhecidas a se mudarem para a mesma região, reforçando o vínculo fraternal e o sentimento de pertencimento a um grupo, com a manutenção de sua memória. Isto pode ser observado em diferentes casos, como o que cita Colodel (1988, p. 203) sobre a atuação da companhia Espéria, a qual procurou vender a ideia de construção de uma pequena Itália onde todos compartilhariam solidariamente o processo de ambientação nos seus novos locais de moradia.

Esta ação direcionada é vista em varias localidades. Gregory mostra que a ideia de transplantar comunidades foi utilizada em algumas localidades. Isto pode ser percebido nas nomenclaturas de vilas e municípios que foram criados após a atuação das colonizadoras, tais como Novo Sarandi, Novo Três Passos, Nova Santa Rosa, entre outros. Sobre esta constituição Gregory diz,

Para os colonos das novas localidades, a nova identidade está assentada sobre a identidade antiga, cujas raízes estão na cidade natal. Morar em Novo Três Passos é morar com três-passenses vindos do Rio Grande do Sul. [...] Esta realidade alimentava o desejo de continuidade da pulsão migratória na medida em que o “novo” se constituía no “velho” renovado, possibilitando a reconstrução espacial. (GREGORY, 2002, p. 137)

A questão de reconstrução do espaço contribui para maior adesão ao projeto. Assim, a nomeação faz parte de uma construção de pertencimento à localidade, possibilitando continuação e coerência na memória destes indivíduos. É formado um imaginário de representação social dos migrantes neste novo espaço colonizado, através do qual se reafirmam suas raízes, difundindo suas características aos demais colonos. Então, em volta de um conjunto de interesses, os colonos escolhidos vão se afirmando no novo espaço. Sobre esta formação, Gregory complementa, informando que,

Diversos dados e diversas fontes mostram que a delimitação étnico-cultural foi realizada de uma forma competente e que marcou a região. Os próprios

migrantes manifestaram tais desejos, sendo que os novos habitantes introjetaram este espírito de segregação. A nova terra seria exclusiva para colonos escolhidos. (GREGORY, 2002, p. 157)

Vê-se assim o amálgama de ações que são desenvolvidas em torno da construção deste espaço. As ações de seleção dos migrantes caracterizam uma política de enquadramento da memória da região. As denominações das colônias fazem referência ao *Novo* em uma acepção de progresso, porém, ao mesmo tempo, faz referência à cidade de origem dos colonos o que remete ao passado, constituindo-se em uma re-construção do antigo no novo. Neste sentido, relembra-se a questão de construção do espaço de Certeau (2011) que nos diz ser toda ação desenvolvida formadora do espaço vivido de acordo com suas características. Esta reflexão permite entender que as ações das colonizadoras, juntamente com as ações e características dos indivíduos trazidos por elas para colonizar a região, foram formando o espaço de acordo com suas referências culturais, políticas, sociais e econômicas.

Nessa perspectiva, lembramos o interesse do Estado em nacionalizar a região, no qual a Marcha para Oeste, como política territorial, significou a defesa da soberania nacional nas fronteiras agrícolas. Relatar que a delimitação étnico-cultural foi vontade tanto das empresas como dos próprios migrantes, requer considerar que isto foi incentivado pelo governo, o qual é o sujeito que permite o desenvolvimento destas ações de forma a excluir a outra parte da população, renegando-a como formadora do espaço nacional.

Mostra-se até aqui, através das fontes pesquisadas, de que forma foram empregados os projetos de colonização na região Oeste do Paraná, percebendo-se o direcionamento das ações desenvolvidas e como foram desempenhadas para a construção do novo espaço colonial. Estas reflexões permitem conjecturar que estas ações, corroboradas pelos interesses políticos da época, são formadoras do imaginário idealizado sobre o migrante que desbravou a região. Foi percebido que este migrante selecionado é o indivíduo da região sul, dotado de valores associados ao trabalho e à família. Neste contexto, analisamos, a seguir, a vinculação deste imaginário idealizado ao do *ser* gaúcho.

1.4 SER GAÚCHO NO OESTE DO PARANÁ: LAÇOS DE ESPAÇO/ORIGEM

Com o advento da colonização, os migrantes da região sul passam a ocupar e construir um novo espaço no Oeste paranaense. Esta região costuma ser “marcada”, em uma acepção a Michael Pollak, física e simbolicamente por características culturais. Estas “marcas” são associadas aos pioneiros da região sul, vinculando a estes a imagem do gaúcho. Estes pioneiros, como já vimos anteriormente, foram imbuídos de uma carga de valores positivos sobre suas ações, delegados pelas colonizadoras e pelo poder público, que os permitem formar uma memória coletiva com o enaltecimento dos seus costumes. Isto também acontece com a carga negativa construída referente ao *outro*, sobre o qual Gregory (2002) mostra que, em discursos políticos da época, o “mau elemento” tinha procedência e companhia suspeita sendo caracterizado por ser aventureiro, e vir de regiões do norte. Pode-se dizer que esta construção negativa sobre os valores destes indivíduos também contribuem para a formação da memória coletiva do grupo de sulistas²⁵. Estes elementos, que até o momento de sua re-migração são identificados por suas diferentes origens (por exemplo: teuto – ítalo – polonês) passam então a compor a identidade brasileira dentro do cenário nacional.

A exclusão do *outro* se materializa nas ações de colonização direcionadas, nas facilidades proporcionadas aos escolhidos, e com o enaltecimento dos seus valores, episódios estes que marcam a memória e fazem parte então da construção do espaço colonial do Oeste do Paraná, pois são interiorizados no imaginário dos colonos que ocupam a região. Estas conjunturas mostram uma construção sobre a colonização desta região, com a perspectiva de selecionar características específicas para a sua formação.

Neste contexto, é possível observar que os colonos trazidos para o Oeste paranaense foram, principalmente, descendentes de imigrantes, que vindos, na sua maioria, da Europa estabeleceram-se, a princípio, nas colônias do sul do Brasil. Estas, nos anos 1940 – 1950, já estavam consolidadas e dispunham de mão de obra adaptadas ao trabalho no campo, e formação de valores culturais esperados para a constituição da região Oeste paranaense. Foram selecionados então, principalmente, ítalo e teuto-brasileiros, colonos do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina, estes, até o momento da migração, continuam sendo hifenizados, e o gaúcho em si ainda era pouco citado como o desbravador.

²⁵ Considerando Bourdieu (2001) percebe-se, nesta ação, a questão de distinção frente ao *outro*, afirmação da força simbólica do grupo.

A ação de valorização do migrante como desbravador e construtor do “corpo da pátria” resulta no enaltecimento do sentimento de pioneirismo dos agricultores sulistas, que pode ser percebido na afirmação da identidade regional deste grupo. Como destaca Klauck,

Essas movimentações merecem destaque, não só pelos discursos que as motivaram, mas igualmente porque a partir delas se reconheceu o “Corpo da Pátria”, através da ação diária destes “Praticantes do Espaço”, que transformariam grande parte do Sertão do Oeste, não só no Paraná, mas no Brasil. E se não criaram uma identidade nacional, vivenciaram e construíram identidades a partir de momentos específicos da colonização, reafirmando, em alguns casos, uma identidade regional e identidade individual de pioneiro/desbravador, identidades que não deixam de estar ligadas ao desenvolvimento da nação. (KLAUCK, 2005, p. 362)

Percebe-se que, além da vontade política do Estado e da ação das colonizadoras, a ação dos migrantes da região sul do Brasil teve influência na formação do espaço do Oeste paranaense, pois, ao se inserirem neste, a partir do enaltecimento de seus valores, estes migrantes passam a imprimir estes valores na região, construindo-a de acordo com suas referências culturais, sua marca. Estas referências estão ligadas à migração, na sua maioria, de um espaço comum, o Rio Grande do Sul, sendo o pertencimento a este estado uma característica comum a estes indivíduos.

Mostramos anteriormente que, na região, havia uma população escassa quando começou a ser colonizada, porém atuante, ocupando o espaço e imprimindo suas características. As políticas de proteção à soberania nacional procuraram ocupar a região com outro elemento humano e, com isso, silenciam a existência dos estrangeiros na região. O incentivo à vinda dos migrantes do sul previa que estes desenvolvessem a região, tanto social como economicamente, marcando o espaço com características socioculturais selecionadas.

Dessa forma, os paraguaios, argentinos e outros estrangeiros que ocuparam este espaço antes da ação de defesa da fronteira são negados como contingente populacional formador da nação. Percebem-se afirmações oficializando o pioneirismo de migrantes, descendentes de imigrantes, ocupando o Oeste do Paraná. Ítalo e teuto-brasileiros que, para constituir o Estado brasileiro, precisam deixar de ser hifenizados e compõem uma identidade nacional. Desse modo, lembra-se do conceito de identidade do sujeito pós-moderno de Hall, que, segundo o autor, está composto por inúmeras identidades de acordo com as distintas realidades em que vive, reconhecendo-se participante, então, de vários grupos. Este conceito é lembrado para podermos nos aproximar do *ser* gaúcho que passa a ser formado nesta região.

O sujeito, imigrante, migrante, re-migrante, se torna gaúcho neste espaço. Transformação que pode ser entendida tomando como base a valorização do tradicionalismo gaúcho a partir de meados do século XX, juntamente com a necessidade de manter vínculo com o território de origem, para a manutenção da continuidade e pertencimento a uma identidade. É neste período que surgem com mais vivacidade movimentos pró-cultura gaúcha no Rio Grande do Sul e se espalham, juntamente com a migração, para as distintas áreas que esta população está ocupando.

O movimento pró-cultura gaúcha surge como forma de valorizar as práticas campeiras, criando um imaginário idealizado referente à figura do *ser* gaúcho, não só no Oeste, mas em todo o Brasil. Observa-se este processo a partir da concepção de Baczko sustentando que todo imaginário social “[...] torna-se inteligível e comunicável através da produção de discursos nos quais e pelos quais se efetiva a reunião de representações coletivas numa linguagem” (1985, p. 311). Nota-se que, a partir da definição de referências culturais que caracterizam o grupo, este passa a reproduzi-las e fixá-las.

O gaúcho do século XIX, que era estigmatizado por sua vida desregrada nos pampas sulinos, passa, então, no século XX, a ter suas práticas re-valorizadas. Isto acontece a partir de uma sequência de fatos que transformam a vida nos campos do sul do Brasil. Pode-se conjecturar que as práticas do gaúcho iniciam suas transformações com as delimitações fronteiriças as quais fizeram parte das lutas, tanto na independência do Uruguai, como na revolução Farroupilha²⁶, e também com as guerras platinas e com a guerra do Paraguai, entre outras manifestações das quais participaram, as quais introduziram a representação do gaúcho nas discussões políticas e territoriais, fazendo com que o mesmo fosse formando e legitimando sua identidade.

O espaço do Rio Grande do Sul, que foi palco dessas batalhas, também foi uma área de intensa colonização estrangeira, primeiro com a chegada dos alemães em 1824 e, logo, de italianos em 1875. Ambos foram distribuídos em partes do território do estado, onde cada um, com suas tradições arraigadas, foram transformando o espaço e imprimindo suas características. E são estes indivíduos que, na metade do século XX, vão ser direcionados a colonizar as fronteiras agrícolas brasileiras.

²⁶ A revolução Farroupilha, foi o mais longo movimento de revolta da história brasileira no século XIX, estendendo-se de 20 de setembro de 1835 a 1 de março de 1845, de acordo com Kuhn (2002), foi fundamental para a constituição da identidade rio-grandense, pois forneceu uma série de elementos que compõem o imaginário político gaúcho. Esta ideia corrobora a questão da formação do imaginário gaúcho, construído na experiência dos sujeitos, assim como a formação da identidade política do grupo.

Estes imigrantes, quando chegaram ao Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, foram enviados para as regiões de pouca população, estratégia que facilitava a organização e também proporcionava ocupação do espaço. Com isso, durante muito tempo, estas colônias estiveram encerradas dentro delas mesmas, e, assim, mantiveram os costumes dos seus países de origem como a língua e a gastronomia. Esta realidade foi modificada, principalmente, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o que levou o governo nacional a se preocupar com estas colônias que, na sua maioria, preservavam suas tradições oriundas dos países que, nesta ocasião, eram inimigos do Estado brasileiro (Alemanha e Itália). Foram, então, aplicadas políticas de nacionalização nestas regiões, proibindo-as de falar suas línguas maternas, exigindo que todas as escolas ensinassem português, e controlando as atividades destas colônias para, assim, manter-se o controle e segurança nacional.

Estes indivíduos foram inseridos nas atividades do trabalho do campo, adaptando-se às características espaciais e temporais que lhes impõem o novo espaço. Nesta perspectiva, vão incorporando costumes dos antigos habitantes enquanto também vão difundindo seus costumes²⁷. Esta troca cultural é empiricamente reconhecida como a formadora do gaúcho, que é entendido como fruto de um amálgama de tradições incorporadas. Neste contexto, conjectura-se que imigrantes e descendentes de imigrantes apropriam-se do imaginário do *ser gaúcho* através do convívio e da construção de um sentimento de pertencimento a este espaço, através das práticas do cotidiano, em uma acepção a Certeau (2011).

Ao nos aproximarmos do gaúcho, vemos que este indivíduo constitui-se em um espaço colonizado por diferentes elementos culturais, no qual cada um dos grupos étnicos fixados no espaço, com o passar do tempo, imprimem suas características, ao passo que também aderem às características oriundas deste. Sobre a construção de identidades culturais no Estado do Rio Grande do Sul, Meri Lourdes Bezzi e Helena Brun Neto mostram a formação da cultura gaúcha, dividindo esta em quatro regiões culturais²⁸. As autoras indicam que,

²⁷ Esta questão pode ser corroborada por Gylberto Freyre, no livro *O Mundo que o Português Criou*. Neste o autor mostra como os imigrantes europeus vão se inserindo no Sul do Brasil. Aponta que “o alemão ou o italiano começam a se nacionalizar ou abrasileirar pela prática de uma série de pequenos atos brasileiros, tradicionalmente brasileiros; e essa liturgia, esse ritual, essa exterioridade acabam por ter uma força de persuasão que vai até as raízes, até ao espírito, até a alma do imigrante.” (1940, p. 34). O autor mostra que estes imigrantes, ao mesmo tempo em que mantém suas características, vão incorporando os costumes e práticas brasileiras.

²⁸ Sobre a divisão das quatro regiões culturais as autoras mostram que “A operacionalização dos dados permitiu delinear um esboço das regiões culturais através da individualização de quatro recortes espaciais, segundo critérios culturais no Estado gaúcho, originando respectivamente: a *região cultural 1* (nativa, portuguesa, espanhola, africana e açoriana), *região cultural 2* (alemã), *região cultural 3* (italiana) e a *região cultural 4* (mista)” (BEZZI e BRUM NETTO, 2008, p. 138)

A localização das regiões culturais deve-se às políticas de incentivo à ocupação do território riograndense, inicialmente, nas áreas fronteiriças, com os portugueses e, posteriormente, no centro e nordeste, com alemães e italianos e, por fim, no norte, com culturas diversificadas. [...] Desse modo, as regiões culturais, de uma forma geral, apresentam paisagens dotadas de significados particulares a cada cultura, que denotam sua origem étnica. (BEZZI e BRUM NETTO, 2008, p. 152)

Esta citação nos aproxima da formação do espaço do Rio Grande do Sul, retratando como este foi constituído após a sua colonização. Contudo, as autoras continuam a narrativa mostrando que “a simbologia das culturas que compõem o Rio Grande do Sul agregaram valor ao gaúcho ao longo do seu processo evolutivo sociocultural” (2008, p. 152). Lembrando que a cultura não é estática, o que faz com que, no processo de fixação, estes elementos humanos também façam parte da construção do *ser* gaúcho; ao mesmo tempo em que preservaram suas características de origem, incorporaram outras atreladas ao gaúcho, reconhecendo-se como tal, as autoras indicam que,

Em cada região cultural do Estado há uma forma de “ser gaúcho”, que expressa o nativismo de acordo com a sua concepção, mediada por valores e crenças particulares, que guardam alguma homogeneidade em relação à questão cultural gaúcha, pois partilham códigos comuns. (BEZZI e BRUM NETTO, 2008, p. 154)

Estas constatações nos permitem visualizar que é a utilização de códigos comuns, traços de referências, que permitem a ligação entre os gaúchos, mesmo estes sendo formados por concepções diferentes. Com isso, conjecturamos que a migração destes colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Oeste paranaense, assim como para outras regiões, está atrelada à construção da identidade do gaúcho. Ou seja, a migração, interação, fixação de referências culturais distintas, mantendo aspectos singulares desta identidade²⁹ alusiva a uma origem comum, faz parte da formação do *ser* gaúcho. “Esse se reconhece e se identifica mediante simbologias comuns, materializadas via costumes e tradições que originam formas e hábitos particulares, que remetem a um modo de vida singular se comparados a outras porções do País” (BEZZI e BRUM NETTO, 2008, p. 153).

Tem-se a compreensão da formação do *ser* gaúcho como um sujeito formado a partir de interação de diferentes culturas que mantêm traços em comum, os quais se fundamentam

²⁹ Sobre esta questão Gimenez em seu texto sobre cultura e identidade mostra, que “son las fronteras mismas y la capacidad de mantenerlas en la interacción con otros grupos lo que define la identidad, y no los rasgos culturales seleccionados para marcar, en un momento dado, dichas fronteras. Esto no significa que las identidades estén vacías de contenido cultural.” (2005, p. 18)

em uma ligação territorial simbólica. Conjectura-se que, com a valorização da cultura gaúcha, a partir do movimento pró-cultura gaúcha que surge no fim da primeira metade do século XX³⁰, e com a necessidade de manter vínculo com o espaço de origem, o *ser* gaúcho passa a ser um referencial de identidade aos indivíduos que migraram.

A partir destas reflexões, constata-se que os imigrantes hifenizados que constroem o espaço do Rio Grande do Sul também contribuem para a sua formação cultural e para a construção do *ser* gaúcho neste espaço. Suas características e valores são *enquadrados* em uma perspectiva formadora de identidade nacional, a partir de ações do Estado, corroboradas com as práticas do espaço, que formam juntas o sentimento de pertencimento deste indivíduo ao território, ao grupo.

É importante lembrar que esta formação espacial e construção identitária não acontecem, na sua totalidade, de forma harmoniosa, pois existem fricções e adaptações para o *enquadramento* das memórias. As construções históricas sobre os diferentes fatos que transpassam esta formação são feitas de acordo com os interesses que a permeiam. Neste sentido, é necessário considerarmos o que nos mostram os livros oficiais, muitas vezes, escondendo histórias que foram renegadas ao esquecimento por não fazerem parte dos fatos selecionados como memoráveis. O que nos permite entender que estas culturas distintas colocadas em um mesmo território não têm uma adaptação e fruição cultural completamente amistosa, nem tampouco homogênea, porém que cumprem os interesses nacionais de colonização com a exaltação dos valores atribuídos a estes indivíduos imigrantes, e, paralelamente, com a negação de fatos não desejados.

Nesta perspectiva, é possível observar que se corrobora a figura do antigo gaúcho dos pampas com os valores destes imigrantes, em uma construção que funde os diferentes costumes em uma cultura, a gaúcha. Esta construção segue um processo lento que vai se afirmando com o passar dos anos. Algumas teses e dissertações mostram a construção do *ser* gaúcho na perspectiva da literatura. Demonstram que o gaúcho, no transcorrer do século XIX e XX, passa de estigmatizado a um *ser* idealizado. Em específico, o trabalho de Carla Renata Antunes de Souza Gomes, intitulado *De Rio-Grandense a Gaúcho: O Triunfo do Averso* mostra a construção escriturística sobre este personagem.

Assim, os migrantes do sul do Brasil, por terem as suas características referentes ao trabalho e à vida sociopolítica das colônias reconhecidas, constroem o novo espaço de acordo com suas referências culturais. Levam consigo suas memórias, as quais sofrem

³⁰ Trataremos deste assunto no decorrer do próximo capítulo.

enfrentamentos, fricções e adaptações. Questão esta que estabelece fronteiras culturais e batalhas de memórias entre distintos grupos, que, de acordo com Tedesco (2011), estabelece um jogo de poder, onde o presente lembra o passado de forma que o satisfaz, constroem-se monumentos e se estabelecem rituais servindo para a produção da tradição, identidades culturais, e memorizar ideias de acordo com os interesses. Isto faz com que algumas memórias sejam silenciadas enquanto outras se enaltecem.

Esta disputa acontece na construção dos espaços coloniais de acordo com a representatividade de cada grupo identitário. É possível observar, nas ações das colonizadoras, a intencionalidade de reconstruir espaços nas novas colônias, onde cada núcleo populacional foi formado de acordo com características próprias, por exemplo: católicos separados de evangélicos, ou descendentes de alemães separados de italianos. Estas práticas facilitam a formação populacional, porém, principalmente, com o passar do tempo e com a chegada de novos colonos, vindos com diferentes objetivos e de diferentes regiões, surge então a necessidade de afirmar a identidade legítima de cada município.

A manutenção da memória coletiva proveniente da colonização vai sendo feita a partir de reafirmações dos fatos e dos valores atribuídos aos primeiros colonos a ocuparem esta região, que se legitimam como sujeitos idealizados. Pode-se conjecturar que as ações dos guardiões da memória destes municípios, como comemorações e monumentos, são realizadas para que se reafirme uma memória enquadrada de uma identidade idealizada, que é atribuída, de uma forma genérica, aos primeiros colonos da região.

Estas reflexões acerca da formação do gaúcho, juntamente com as reflexões sobre a colonização do Oeste do Paraná, que mostram o direcionamento aos sulistas, indicam que a origem étnica do indivíduo não foi um fator determinante para sua seleção, mas sim **aptidões físicas** e **valores** desses indivíduos de um **espaço determinado**, o sul do Brasil. Isso permite conjecturar que estes elementos (tanto de forma simbólica como material) formam laços de pertencimento aos distintos grupos que colonizam a região. São as lembranças comuns destes migrantes, associadas ao imaginário idealizado construído a respeito do pioneiro, que os unem a uma mesma mentalidade.

Ao mesmo tempo, o *ser* gaúcho, passa a representar os indivíduos de origem sul-riograndense. Este processo, Haesbaert (1997) diz acontecer como resultado da valorização da identidade gaúcha a partir de construções positivas sobre o passado e pela valorização do território de origem. Assim, a migração em massa dos habitantes do estado do Rio Grande do Sul caracteriza uma transformação espacial e temporal que contribuiu para a afirmação da

identidade do gaúcho como representante do estado, pela busca de manutenção de laços entre estes indivíduos.

Observamos que esta valorização do território de origem e do seu passado idealizado, em uma acepção a Joel Candau, é resultado da tentativa de manter vínculos a partir de uma memória das origens. Este autor fala da dificuldade do rompimento de uma continuidade para a constituição de uma nova origem após a transformação do espaço e tempo, mas que os grupos mantêm esta continuidade a partir da construção de uma origem indeterminada,

Quando a determinação deste momento de origem puder prescindir de uma historicização dos acontecimentos fundadores, os mesmos serão enraizados em uma antiguidade indeterminada, com objetivo de naturalizar a “comunidade”, que não terá necessidade de outra definição que a autoproclamação de si. (CANDAU, 2011, p. 95)

Este autor diz que esta construção mítica é uma invariável cultural a qual os grupos se apegam para promover a coesão de seus membros. Candau observa que o importante não é a homogeneidade do legado cultural que existe entre os membros, mas sim que estes vivam os elementos comuns como suas características de distinção frente ao outro. E ainda fala que existe uma presença marcante das origens na definição da memória social de migrantes, os quais se utilizam da origem para construção de uma identidade de grupo. Diz que estes “Pendem para os símbolos possíveis de reificação e por aqueles que acentuam permanência da origem”. (CANDAU, 2011, p. 97)

Para Candau, esta é uma construção que tem como base as imagens do passado mais convenientes para as necessidades comuns do grupo, tendo importância a pureza e autenticidade do que é transmitido, pois são estas qualidades que, de acordo com o autor, vão condicionar a representação da identidade do grupo como “essencial”, “pura” e “autêntica”. Por isso, a importância da “pedagogia das origens” que vai transmitir o legado do grupo para as novas gerações, visando à manutenção dos traços que os identificam, fazendo uma ancoragem da memória a partir da nostalgia dos “velhos bons tempos”, que é uma referência a um passado idealizado.

Todas estas reflexões de Candau nos levam a observar as ações de definição do *ser* gaúcho, os quais constroem sua identidade sem seguir uma temporalidade, mas sim associam-se a uma imagem construída sobre um passado idealizado, o qual lhes vincula a uma origem. Esta ideia pode ser associada à questão do *ser* gaúcho, considerando as construções elaboradas, principalmente, a partir da formação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas e do Movimento Tradicionalista gaúcho. Estes são responsáveis por pesquisar, levantar,

registrar e difundir usos, costumes, imagens e representações positivas associadas ao *ser gaúcho*, como veremos mais detalhadamente adiante. Um processo pró-cultura gaúcha que acontece no momento em que também ocorre a migração em massa deste espaço a outros, como o Oeste do Paraná.

O tradicionalismo passa a ser um movimento organizado, e, aos poucos, legitimado pelos indivíduos. Assim, as imagens e representações que este cria sobre o *ser gaúcho* passam a ser reconhecidas e difundidas. O mito do gaúcho se afirma associado a valores positivos como o trabalho e a família, relacionados com a vida rural, romantizada a partir das músicas, danças e rodeios instituídos pelo movimento tradicionalista. Passa a se estabelecer símbolos, comemorações e rituais que definem o grupo. Neste sentido, o tradicionalismo contribuiu para que se formasse, legitimasse e difundisse a imagem do gaúcho associado ao seu espaço de origem, o Rio Grande do Sul.

Constatamos que esta origem foi também reivindicada por alguns migrantes que se fixaram no Oeste do Paraná, pois percebemos que estes constroem CTGs na região, o que pode ser entendido como uma busca de manutenção de vínculos com as representações e imagens associadas ao *ser gaúcho*. Essa recriação do espaço faz com que o indivíduo ligado ao grupo mantenha o vínculo de continuidade e pertencimento a esta origem.

Esta ideia de continuidade após a migração é refletida por Gimenez, ao falar da constituição de “redes de paisanos”. Este autor relata que, após a migração, o indivíduo sente necessidade de manter vínculo com seu espaço de origem, e o faz a partir da formação de redes de sociabilidade, que o permite reconstruir o espaço vivido no novo local, no qual reconstrói as práticas, usos e costumes associados à memória que busca manter. Esta ideia de reconstrução em um novo espaço para manter vínculo com o local de origem também é corroborada por Jesus Machuca, que diz,

La sincronización y simultaneidad con que se llevan a efecto ciertas festividades, muestra el grado de comunicación logrados por los grupos y comunidades translocales. En lo ritual por ejemplo, esta sincronía es de tipo preformativo y responde a um ciclo que rige para todos por igual. La conciencia de ello, fortalece el sentimiento de acompañamiento y comunicación. Una sincronía em el tiempo, produce asimismo la ilusión de borrar la distancia. (MACHUCA, 2010 p. 44)

Este autor nos mostra que, em comunidades que se estabelecem, mesmo estando em locais diferentes, a reconstrução e a sincronização das comemorações e rituais faz com que o grupo constitua uma consciência de ligação, produzindo a ilusão de “apagar a distância”. As reflexões de Machuca e Gimenez nos levam a observar os CTGs como formas de construção

de redes de sociabilidade que buscam manter o vínculo com uma identidade, mesmo estando distante do espaço que a define, através de reconstruções e simultaneidades. Percebemos que esta é uma forma de afirmar sua origem e definir sua identidade após a migração. Assim, estar ligado ao CTG significa estar ligado ao Rio Grande do Sul, ou seja, ao imaginário e representações estabelecidas sobre o *ser* gaúcho, o que faz o grupo não perder seus laços, sendo um fator de coesão social.

O lugar de origem é uma das formas de ligação entre os migrantes do Rio Grande do Sul com o *ser* gaúcho. Mas também se podem observar outros fatores que levam aos migrantes da região sul a se vincularem com a referência cultural gaúcha, tais como a ligação comunitária e o parentesco, entre outras que, através da afetividade, estabelecem elos de continuidade e pertencimento. Estas questões estão estritamente ligadas à constituição de uma memória coletiva, a qual, como já observamos, é constituidora da identidade do indivíduo. Neste sentido, a construção de uma memória coletiva associada ao *ser* gaúcho permite a ligação com referências às quais se buscam manter continuidade e vínculo.

Assim, com a valorização do *ser* gaúcho e com o sucesso da colonização, a imagem idealizada deste sujeito vai sendo atribuída aos indivíduos que colonizaram o Oeste paranaense. Associando o gaúcho a todo sul-rio-grandense, este passa a ser reconhecido como grupo de maior representação nas primeiras fases de colonização do Oeste. O local de origem, o sul, passa a ser referência de identidade aos migrantes, imprimindo seus usos e costumes neste novo espaço à semelhança do antigo, mesmo que fossem compostos por distintas tradições, agora estão unidos por traços comuns referentes ao *ser* gaúcho.

Este passa a ser incorporado como o indivíduo desbravador das fronteiras, encaixando-se em um contexto nacional e também internacional. Os gaúchos participam não só da colonização do Oeste paranaense, do Mato Grosso do Sul e Norte do Brasil, mas também de países vizinhos, como o Paraguai, a Argentina e a Bolívia. Nesse processo, os gaúchos têm sua identidade valorizada, outorgando-lhes poder simbólico sobre os demais, a partir do reconhecimento de suas tradições, usos e costumes.

Identificado este processo de construção do *ser* gaúcho, verificamos que as ações que regem a formação do grupo estão atreladas à constituição de laços de continuidade, os quais se referem ao espaço e à origem, no caso, o Rio Grande do Sul e um passado idealizado. Neste sentido, a reconstrução do espaço e a manutenção da memória do grupo são elementos fundamentais para a definição de sua identidade. Vemos assim que o gaúcho no Oeste do Paraná não é um fenômeno pontual, mas sim, está inserido em uma lógica de manutenção de referências culturais por consequência das transformações no tempo e espaço. É nesta

perspectiva que seguimos para o próximo capítulo, buscando identificar como se definem as representações que mantêm laços entre os gaúchos, a partir da reconstrução de suas representações no Oeste paranaense.

2 OS CTGS: DO RIO GRANDE DO SUL AO OESTE DO PARANÁ.

2.1 O TRADICIONALISMO GAÚCHO NO BRASIL

Para contextualizar a formação dos CTGs no Oeste paranaense, entende-se necessária uma introdução sobre a formação dos Centros de Tradições Gaúchas no Brasil. Sobre estes Centros, sua criação e difusão, existem alguns estudos como os de Ruben Oliven (1992) e Luiz Felipe Falcão (2000) e também fontes oriundas do próprio movimento, como livros publicados por tradicionalistas como, por exemplo, Salvador Lamberty (2004), Paixão Côrtes (1968) e Barbosa Lessa (1975), além de documentos administrativos e sites³¹. As obras, destacam a história do Tradicionalismo gaúcho, o Nativismo, os Símbolos, o Folclore, e as atividades gerais desenvolvidas pelo grupo. Esse material é disponibilizado em diversos sites e em fontes impressas conservadas nas bibliotecas de cada CTG³².

Fez-se um levantamento referente à história e práticas do Movimento Tradicionalista, a partir das fontes que este disponibiliza, e as aproximamos a uma perspectiva teórica. Entendendo estas fontes a partir de Bourdieu, quando aponta que é preciso romper com os paradigmas e “[...] reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real, [...] compreender a real contribuição que a transformação coletiva da representação coletiva dá à transformação da realidade” (2001, p. 129). Assim, tomando por base esta reflexão, essas fontes são compreendidas como elementos constituintes e formadores do tradicionalismo gaúcho, pois podem ser entendidas como representações do real dos indivíduos que o praticam, a partir da sua afirmação e reconhecimento, também entendidos como *porta-vozes* do grupo. Esta análise pauta-se na metodologia do paradigma

³¹ Confederação Brasileira de Tradições Gaúchas. Sobre a validade da fonte, no Regulamento Geral do CBTG Art 146 “O sítio www.cbtg.com.br é reconhecido como órgão oficial de divulgação da CBTG” Disponível em: <<http://www.cbtg.com.br/>> Acesso em: 10 maio 2013.– Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná. Disponível em: <<http://www.mtgparana.org.br/>> acesso em: 10 de maio de 2013. Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/index.html>> Acesso em: 10 maio 2013. Este material será usado partindo da perspectiva de que ele é reconhecido pelo grupo como um discurso performativo. Sobre este, Bourdieu diz: “A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobreviver o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia” (2001, p. 116).

³² Muitos dos CTGs contam com suas próprias bibliotecas, estas estão compostas por obras que tratam sobre a sua história, cultura, tradições entre outras. Parte dessas obras não são científicas, ou seja, são um apanhado feito pelos próprios indivíduos do grupo, tais como livros e vídeos.

indiciário introduzido por Ginzburg (2004), observando as fontes a partir de suas particularidades negligenciáveis, ou seja, fazendo uma análise qualitativa das individualidades percebidas nas construções elaboradas por esta instituição.

A apropriação destas fontes permitiu identificar que o primeiro CTG foi formado por um grupo de estudantes em 1948 na cidade de Porto Alegre. De acordo com as informações do *site*³³ do MTG do Rio Grande do Sul e também do Caderno para Estudo da 10ª Região Tradicionalista³⁴ (RT) do Paraná, este grupo estava formado por jovens vindos do interior do estado; eram estudantes do colégio estadual Júlio de Castilhos³⁵ e passam a se organizar com a finalidade de preservar as tradições gaúchas. O objetivo era o de reproduzir o jeito campeiro de viver na cidade, onde perceberam que as tradições do pampa gaúcho estavam se perdendo. Segundo um de seus fundadores, Paixão Cortes, “Nós não estávamos procurando uma coisa, nós estávamos procurando a alma e o sentimento de um povo, e essas são expressões naturais espontâneas, como comer, beber, dançar, cantar, trabalhar, se divertir, religiosidade e seu aspecto moral da formação” (PAIXÃO CÔRTEZ, 2013)³⁶.

Estas informações nos mostram, juntamente com a fala de Paixão Côrtes, que a construção de um Centro de Tradições Gaúchas (CTG), desde seu princípio, está relacionada com a manutenção de memórias para definir a identidade do grupo. Considerando que o *site* do MTG – PR e o Caderno para Estudo da 10ª RT do Paraná (2013), por servirem como material de informação e aprendizado para os integrantes, também são formadoras do grupo. Percebe-se que estes se amparam em um imaginário a respeito de um passado idealizado da vida rural no Rio Grande do Sul para formar a representação do *ser* gaúcho, sendo que se tomam como traços de ligação entre os membros lembranças, costumes e valores neste estado.

³³ Disponível em <http://www.mtg.org.br/site/pag_grupodos8.php> Acesso em: 30 ago. 2013

³⁴ Caderno para estudo – Concurso de Peões e Prendas – 10ª Região Tradicionalista do Paraná. Disponível em: <<http://www.ctgtertuliadoparana.com.br/>> Acesso em: 10 maio 2013

³⁵ Este Colégio também é conhecido como “Julinho” e constitui-se em uma entidade de formação de representativa no estado do Rio Grande. De acordo com o texto *o Julinho e sua História*, publicado no Arquivo POA – Memória de Porto Alegre, este colégio foi fundado em 1900 e se consagra como “Uma das instituições públicas mais antigas do Rio Grande do Sul, berço de diversos líderes políticos e intelectuais. Sempre com uma conotação política latente, o Julinho concentra até a atualidade os alicerces do movimento estudantil.” Disponível em: <<http://arquivopoa.blogspot.com.br/2010/03/o-julinho-e-sua-historia.html>> Acesso em: 26 nov. 2013.

³⁶ Paixão Cortes, membro fundador do primeiro CTG, pesquisador das tradições gaúchas, autor de muitos livros sobre a cultura gaúcha. Entrevista disponível em: <<http://somosdosul.com.br/index.php/ctg/materia-especial-sobre-ctgs>> Acesso em: 07 jan. 2013. Este *site* é descrito no livro *Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*, como sendo o maior sobre a cultura gaúcha na internet, devido a seu conteúdo e a estar vinculado a muitas instituições que remetem a esta cultura. (MARTINS, 2002, p. 211-213)

Estes traços, que podem ser entendidos como histórias, práticas, símbolos e valores foram pesquisados, levantados, catalogados por representantes do tradicionalismo, como Barbosa Lessa, Paixão Côrtes e Glaucos Saraiva, os quais elaboraram livros, manuais, documentos e teses, tais como *Vestimenta do Gaúcho* (1961) de Paixão Côrtes; *Manual de Danças Gaúchas* (1956), de Paixão Côrtes e Barbosa Lessa; as teses: *O Sentido e o Valor do Tradicionalismo* e *O Sentido e o Alcance Social do Tradicionalismo* de Barbosa Lessa; *Manual do Tradicionalista* (1968), de Glaucus Saraiva, o qual também formulou a Carta de Princípios do MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho, e foi autor da nomenclatura simbólica do tradicionalismo, como a denominação de galpão, prenda e peão. Entendemos que estes materiais, entre outros, serviram para a construção das bases do tradicionalismo Gaúcho, pois se percebe o intuito de difundir características positivas referentes ao gaúcho e, dessa forma, fixar representações e imagens idealizadas sobre este indivíduo. Sendo estes materiais reconhecidos e difundidos pelo grupo, podemos conjecturar estar relacionado com a sua autoria, pois seus autores, por suas ações afirmativas, são reconhecidos como guardiões da memória do grupo.

Assim, entendemos que, através de suas obras, alcança-se a rememoração e a reconstrução de uma memória coletiva. Percebemos este processo como uma forma de definir e fixar uma visão de mundo, o que depende do seu poder simbólico, ou seja, do reconhecimento da instituição. Infere-se que a salvaguarda destas tradições envolve a formação de um simbolismo em torno dos espaços e práticas vivenciadas pelo grupo para a sua legitimação. Neste sentido, pode-se dizer que esta reconstrução é uma “invenção das tradições”, em uma acepção a Hobsbawn (1997), que considera este processo como um conjunto de práticas visando inculcar valores e normas de comportamento, implicando em uma continuidade com o passado.

Ao aproximar esta concepção de Hobsbawn à realidade de construção dos CTGs, pode-se visualizar que as ações desenvolvidas pelos indivíduos precursores das atividades destes espaços fazem parte de uma invenção de tradição, por suas ações de regulamentação, definição de valores e intenção de continuidade com o passado. Entende-se que manifestações culturais ligadas ao *ser* gaúcho já existiam antes das ações destes indivíduos, porém não estavam organizadas e imbuídas de valor de forma regulada por um grupo identitário. Estes indivíduos, já detentores de poder simbólico e possuidores de um discurso performativo, devido a sua atuação no grupo, selecionaram danças, músicas, poesias, vestimentas e valores, normatizaram suas práticas, difundindo-as através de sua repetição ritualística.

De acordo com o Caderno para Estudo da 10ª RT – PR (2013) já havia outras movimentações em torno de organização da tradição gaúcha em cidades do Rio Grande do Sul, feitas em associações e clubes. Nesta perspectiva, a constituição do CTG passa a ser a forma de organizar em “larga escala” as pequenas erupções em favor do tradicionalismo gaúcho que foram surgindo pelo estado, pois a partir dele começam as mobilizações de forma organizada e homogeneizadora. Percebe-se que, por meio dos levantamentos elaborados e das comemorações e ritualizações organizadas pelo grupo, tem-se a tentativa de fixar uma visão de mundo, buscando legitimar e fixar a identidade do *ser* gaúcho.

De acordo com os relatos encontrados no *site* “página do gaúcho” e também no Caderno para Estudo da 10ª RT – PR (2013), para a construção do CTG 35 os jovens estavam motivados a preservar uma cultura que estava sendo perdida. Assim, funda-se o Centro de Tradições Gaúchas 35, em 24 de abril de 1948, na cidade de Porto Alegre, idealizado através das ações desenvolvidas, a princípio, por Antonio João de Sá Siqueira, Fernando Machado Vieira, João Machado Vieira, Cilço Campos, Ciro Dias da Costa, Orlando Jorge Degrazzia, Cyro Dutra Ferreira e João Carlos Paixão Côrtes, seu líder³⁷. Estes estudantes se mobilizaram em torno de ações pró-cultura gaúcha.

Através de pesquisas referentes à tradição gaúcha e o desenvolvimento de práticas que passam a ser reconhecidas como referências do grupo, estes foram afirmando-se como gaúchos. Então, passaram a representar e divulgar o *ser* gaúcho a partir de suas ações afirmativas apoiadas na construção do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Estas ações foram, assim, responsáveis pela formação das representações do grupo e pela formação do seu imaginário, em um processo de (re)construção da memória.

Constata-se que, a partir da constituição do primeiro Centro, começa-se a articular um movimento em torno do tradicionalismo. Pelos dados observados no *site* da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha (CBTG) e “Somos do Sul”, vê-se que o movimento teve primeiro a adesão do Rio Grande do Sul, mas, com a migração de sul-rio-grandenses a outros estados brasileiros, os CTGs também passaram a ser constituídos nestes novos locais de colonização. Assim surgem CTGs em outros estados como Santa Catarina, Paraná, posteriormente em São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso. De acordo com o Caderno para Estudo da 10ª RT – PR (2013), com o surgimento de CTGs em outros estados, cresceu a necessidade da criação de “MTG Estaduais”, dividindo assim o estado a qual pertence em “Regiões Tradicionalistas” – RTs, ao mesmo molde do Rio Grande do Sul.

³⁷Disponível em: <<http://www.paginadogauchocom.br/ctg/ctg35.htm>> Acesso em: 17 jun. 2013.

De acordo com textos encontrados nos *sites* da CBTG, MTG-PR, MTG-RS e também *sites* como “Somos do sul” e “Página do gaúcho” percebe-se que a tradição gaúcha foi sendo valorizada com o passar do tempo, e a formação de um CTG não foi a primeira tentativa de salvaguardá-la, porém não abordaremos outras experiências com mais profundidade. Ressaltamos apenas que a história do Movimento Tradicionalista Gaúcho, de acordo com o *site* do MTG do Rio Grande do Sul, não tem um início definido,

Alguns reconhecem como ponto de partida a fundação do Grêmio Gaúcho, por Cezimbra Jacques, em 1889. Outros, a ronda gaúcha, no Colégio Julio de Castilhos, de 1947. Ainda há quem defenda como marco inicial a fundação do 35 CTG, em abril de 1948 ou a realização do 1º Congresso Tradicionalista Gaúcho, em 1954, ou, ainda, a constituição do Conselho Coordenador, em 1959. Mas, foi em 1966, durante o 12º Congresso Tradicionalista Gaúcho realizado em Tramandaí, que foi decidido organizar a associação de entidades tradicionalistas constituídas, dando-lhe o nome de Movimento Tradicionalista Gaúcho, o MTG. Assim é que, desde 28 de outubro de 1966, a Instituição se tornou conhecida como MTG.³⁸

Com estas pontuações feitas, pode-se observar todo um emaranhado de ações durante um tempo e em um espaço determinado, direcionadas à valorização e manutenção da cultura gaúcha. Percebe-se que este movimento começou de baixo para cima, ou seja, do individual para o coletivo, em que iniciativas particulares tomaram força e ampliaram suas ações junto com outros indivíduos. Primeiro, tem-se manifestações pontuais, logo se cria um CTG e, sequencialmente, outros. Depois se organizam congressos, dos quais se constituiu uma instituição de poder maior com a finalidade de orientar as atividades destes CTGs. Isso nos permite dizer que o movimento foi constituído a partir de reconhecimento interno e externo, ampliando sua força simbólica. Podemos conjecturar que a união do grupo em torno de um movimento se tornou possível a partir da construção de laços de memória entre os seus membros, propiciada por comemorações e ritualizações que passaram a ser elaboradas.

O MTG surge primeiramente no Rio Grande do Sul e depois também nos outros estados. De acordo com o seu Estatuto³⁹ “O MTG tem por objetivo congregar os Centros de Tradições Gaúchas, preservando o núcleo da formação gaúcha e a filosofia do movimento tradicionalista constante de sua Carta de Princípios, parte integrante deste Estatuto.” Em uma perspectiva hierarquizante, entende-se que esta entidade é dotada de poder regulamentador sobre os CTGs, fazendo então um intermédio entre estes centros e organizando as atividades.

³⁸ Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/historia.html>> Acesso em: 20 maio 2013.

³⁹ Disponível em: <http://www.mtg.org.br/site/docs/DOCUMENTOS/1_0_ESTATUTO_MTG.pdf> Acesso em: 16 maio 2013.

A partir dos MTG, os estados brasileiros que têm CTGs organizados passam a ser divididos por Regiões Tradicionalistas – RT, e estas então compostas pelos CTGs.

Outro órgão criado foi a Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha – CBTG, fundado em 1987. De acordo com seu Regulamento⁴⁰

A CBTG é a Entidade Maior do Movimento Tradicionalista Gaúcho Brasileiro, cujo objetivo é valorizar, organizar, defender, promover e representar as tradições e a cultura gaúcha, sendo constituída por um Conjunto de Entidades similares [MTGs], associadas e organizadas num sistema Confederativo, distribuído pelo território nacional, reger-se-á segundo os ditames do Estatuto Social, os preceitos da legislação superior e principalmente do Artigo 53 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Percebemos que esta instituição tem poder sobre os MTGs, os quais são criados a partir do aumento do número dos Centros de Tradições Gaúchas e sua disseminação pelo país, ou seja, pela sua inserção em novos territórios. Tem como seu primeiro objetivo “Representar, em todo o território nacional e no exterior, a cultura gaúcha, na condição de Entidade maior do movimento tradicionalista gaúcho brasileiro” (REGULAMENTO GERAL CBTG, 2012). E também está regida pela Carta de Princípios.

No ano de 1984, tem-se a fundação da Confederação Internacional da Tradição Gaúcha (CITG) como entidade internacional abrangente em três países Argentina, Brasil e Uruguai. Não entraremos em discussão aqui sobre a concepção da cultura gaúcha de forma internacional. Mas vale ressaltar que estes três países, berços históricos do gaúcho, passam a valorizar sua identidade cultural de forma conjunta, através da instalação desta entidade. A Confederação tem como objetivos apresentados na sua Carta Constitutiva⁴¹,

Investigar, difundir, e incentivar nos receptivos países os usos e costumes do tradicionalismo gaúcho, a aproximação e o intercâmbio cultural, respeitadas as peculiaridades regionais; manter a união dos Movimento Tradicionalistas Gaúchos dos países membros; interceder perante os Organismos Internacionais em benefício dos direitos legítimos da cultura gaúcha.

Percebe-se, nos objetivos traçados, a tentativa de manter a cultura gaúcha unida, mesmo que dividida por fronteiras políticas. Contudo, entende-se a partir destes objetivos que os países consideram que a cultura gaúcha está constituída de forma diferente em cada país, como pode ser observado na frase “respeitar as peculiaridades regionais”. Mas, ao mesmo

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.cbtg.com.br/RegulamentosCuritiba2012/RegGeral.pdf>> Acesso em: 16 mai, 2013.

⁴¹ CBTG, Disponível em: <http://www.cbtg.com.br/citg/?page_id=20> Acesso em: 20 maio 2013

tempo, a sua união através de uma instituição procura garantir a manutenção dos laços que os une como um grupo identitário.

Na questão nacional, pode-se inferir, a partir do Regulamento (2012) do MTG-RS que a necessidade de regulamentar as atividades provém da abrangência que o movimento acaba tomando, devido à instalação de CTGs em diferentes lugares, os quais, nas suas relações locais, acabam incorporando outras características ao grupo cultural. Nesta perspectiva, lembramos que a cultura não é estática, como mostra Gimenez (2005). A incorporação de novas práticas não é vista como prejudicial ao grupo, porém é importante manter os laços com suas concepções simbólicas, fronteiras culturais, sua “marca” física e simbólica, frente aos outros grupos. Amparando-se na concepção deste autor, entende-se, na organização hierárquica e regulamentadora, uma forma de manutenção destes laços e símbolos entre os CTGs que acabam constituindo-se em outros territórios, em uma reterritorialização.

A reterritorialização é entendida, de acordo com Haesbaert (1997), como a formação de novos territórios por meio de uma reapropriação política e/ou simbólica do espaço, através de uma imposição de outras formas de ordenação da vida social. Esta questão é especialmente importante em nosso trabalho, pois se entende que, a partir da constituição de CTGs em regiões fora da região de origem (Rio Grande do Sul), estes passam a influenciar a formação de espaços onde se inserem, imprimindo suas marcas culturais, constituindo-se assim em uma reterritorialização.

Entende-se, então, os CTGs como base efetiva do Movimento Tradicionalista, no geral, são formados como sociedades civis sem fins lucrativos e com sua organização inspirada na estrutura de estância de gado, na vida campeira. Eles se unem de diversas formas, amparados nas marcas físicas e simbólicas, para a reconstrução de sua territorialidade em distintos territórios. Uma das formas de ligação entre as entidades decorre da Carta de Princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho⁴², que foi elaborada no ano de 1961 no 8º Congresso Tradicionalista. Esta carta orienta a regulamentação do Movimento, define os princípios a serem respeitados e seguidos na consolidação de todas as instituições, pois dela emanam grande parte dos documentos que regulamentam os CTGs, MTGs, e a CBTG.

Entende-se esta carta como um discurso performativo, pois ela tem poder de fixar ideias a partir do momento em que é reconhecida sua legitimidade. Esta legitimidade é alcançada a partir do seu uso e incorporação de suas diretrizes para a regulamentação do

⁴² Disponível em: <<http://www.cbtg.com.br/RegulamentosCuritiba2012/carta2009.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2013.

grupo, garantindo força simbólica, ou seja, poder de impor sua visão de mundo sobre o grupo. Dentre os princípios que regem esta carta tem-se o VII:

Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção dos valores, princípios locais, reações emocionais, etc.; criar em nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e de pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns; (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1961)

Entendendo que esta Carta rege o Movimento Tradicionalista Gaúcho, esta diretriz citada nos mostra, de forma pontual, o que se prevê sobre um CTG. Percebe-se que inculca a necessidade de rememorar as tradições e valores do grupo, tomando que estes são fatores que criam laços de pertencimento e continuidade, mantendo a unidade do grupo e de suas tradições. Estas, selecionadas e incentivadas a partir da definição da mentalidade a ser seguida pelo grupo.

Entre as outras diretrizes que estão presentes nesta Carta de Princípios, também se encontram as questões expressas na VIII, XVIII e XIX, que são respectivamente: “Estimular e incentivar o processo aculturativo do imigrante e dos seus descendentes”, “Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.” e “Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.” Estas diretrizes nos permitem observar as formas de atuação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, e como este passa a se organizar. Considerando sua performatividade, estes pontos mostram a intencionalidade de difusão e integração da tradição gaúcha.

A partir destas diretrizes, vemos que os objetivos do Movimento Tradicionalista estão direcionados à preservação das características culturais do gaúcho, mas estes estão entrelaçados com questões sociais de valores do grupo. Ou seja, o próprio grupo valoriza e reafirma seus valores culturais, amparando-se em um passado idealizado, características selecionadas que são base para sua memória coletiva. Junto a isso, ao falar de unidade psicológica, com os modos de agir e pensar, percebe-se a intenção de fixar sua visão de mundo na sociedade, o que se ampara nas questões de valores positivos atrelados ao imaginário do *ser* gaúcho, o qual constata-se ir se formando a partir do próprio tradicionalismo. A questão de fixação de visão de mundo interligada ao incentivo da aculturação de imigrantes permite entender que o grupo não se fecha para pessoas de outras origens, mas que, ao mesmo tempo, estes devem enquadrar-se com a sua mentalidade para

fazer parte do grupo. E, por último, fazendo um paralelo entre estes princípios e o de divulgação do tradicionalismo e influência na literatura, percebe-se que o grupo atua para fixar-se no espaço e atingir seus objetivos de difusão e adesão. Através da propaganda e da expansão da literatura é possível o movimento construir um imaginário idealizado sobre o *ser gaúcho*, e assim legitimar suas representações no espaço onde atua.

Estes são apenas alguns dos vinte e nove princípios dispostos na carta, mas permitem uma aproximação com a temática discutida, e nos levam a entender a estruturação do Movimento Tradicionalista. Entendemos que o movimento pró-cultura gaúcha, como mencionamos anteriormente, constitui-se a partir das ações do movimento tradicionalista⁴³. Pode-se conjecturar que esta sucessão de acontecimentos, ações e construções, tanto física como simbólicas, foram favoráveis para a afirmação da legitimidade deste grupo, ampliando seu reconhecimento. E este reconhecimento possibilita a integração de indivíduos a partir de traços em comum que os identifiquem com o grupo, mesmo não vivendo em uma mesma realidade, mas sim, reconstruindo-a a partir de uma memória coletiva.

Lembrando, mais uma vez, a importância da memória coletiva para constituir o sentimento de pertencimento e continuidade de um grupo, Tedesco (2011, p.164) mostra que “os grupos precisam lembrar e relembrar; ritualizar para se reproduzir identitariamente e em termos de pertencimento”. De acordo com este autor, a organização do tempo rememorado e memorizado privilegia a referência identitária da comunidade. Partindo desta concepção, entendemos que as reconstruções elaboradas a partir dos CTGs são formadoras da memória coletiva do grupo e esta de sua identidade. Sobre a constituição do primeiro CTG o Caderno para Estudo diz,

Glaucus Saraiva, que dá à entidade a estrutura de uma estância simbólica, é eleito o primeiro Patrão. O 35 CTG forneceu modelo às demais entidades tradicionalistas, deflagrando um autêntico Movimento, influenciando até mesmo nas entidades anteriores, como a União Gaúcha, a Sociedade Gaúcha Lomba-grandense e o Clube Farroupilha. (10ª RT – PR, 2013)

Esta citação além de mostrar que já existiam outras organizações em torno do *ser gaúcho*, permite identificar que a constituição do Movimento Tradicionalista a partir dos CTGs passa a exercer influência sobre as demais manifestações. E, ao dizer que o galpão foi

⁴³ Por questão de esclarecimento, explicamos que ao tratarmos de movimento tradicionalista estamos fazendo referência às ações estabelecidas pelo grupo organizado em torno do tradicionalismo. E ao tratarmos da entidade Movimento Tradicionalista, estaremos indicando-a com iniciais em maiúscula, o que lhes confere ação de sujeito.

constituído desde seu princípio como uma “estância simbólica”, permite entendê-lo como fruto da necessidade de reconstrução do espaço de estância vivenciada nos campos desse estado, um passado romantizado e idealizado desta realidade. Esta ação constitui-se em uma construção da memória do grupo através de um fato concreto, um lugar, permitindo a legitimação simbólica⁴⁴ deste espaço, através de significados atrelados à história que o envolve. Isso nos leva a inferir que a influência exercida pelo CTG sobre outras instituições gaúchas preexistentes está relacionada com a constituição de uma memória atrelada à símbolos materiais e imateriais que fortalece os traços e laços do grupo, reconhecendo-lhe.

Algumas ações pontuais foram desenvolvidas na criação do CTG, assim como o seu espaço físico foi constituído buscando reconstruir o galpão rural. Também foram empregadas outras formas de apropriação da vida campeira como a nomeação dos cargos da diretoria fazendo referência aos usados para designar os indivíduos nas estâncias. De acordo com o Caderno para Estudo da 10ª RT-PR (2013), um CTG precisa seguir as estruturas adotadas nas origens do movimento tradicionalista, inclusive no sentido simbólico, implicando em seguir as normatizações e também as nomeações. Assim, a Diretoria, o Conselho e os Departamentos são designados, respectivamente, por: Patronagem, Conselho de Vaqueanos e Invernadas. Os membros da Patronagem (Diretoria) denominam-se: Patrão (Presidente), Capataz (Vice-Presidente), Sota-Capataz (Secretário), Agregado das Pilchas (Tesoureiro), Agregado das Falas (Orador). Além disso, os diretores das Invernadas são chamados Posteiros e os conselheiros chamam-se Vaqueanos. Esta ação de nomeação pode ser entendida como uma busca de rememoração constante, visto que o ato de nomear remete a uma intencionalidade, através da qual se pode manter vínculos de pertencimento com o espaço e o tempo sobre o qual se afirma o grupo.

A questão de nomeação vai além, com presença em diversos momentos e atividade dos CTGs, assim como na nomeação dos sócios, utilizando peão para denominar os homens e prenda para as mulheres. E também, de acordo com o Caderno para Estudo da 10ª RT-PR (2013), para a nomeação das atividades como, por exemplo: Chimarrão, que designa encontros entre sócios; Ronda, remetendo à vigília realizada, principalmente, na semana farroupilha; e Lida para reuniões de trabalho. Situação semelhante se encontra na nomeação dos próprios CTGs e dos espaços que o compõem, fazendo uma constante referência aos símbolos e valores envoltos na história e tradição do grupo, conjuntura que será analisada mais detalhadamente na sequência.

⁴⁴ Estes pontos de ancoragem são estratégias de legitimação e de manutenção do discurso sobre o passado. (TEDESCO, 2011, p. 168)

Sobre a nomeação, Bourdieu (2001, p. 239) diz que é “um acto de força simbólico que só é bem sucedido porque está bem fundado na realidade.” Aplicando este conceito à realidade vivenciada pelos indivíduos envolvidos na construção dos CTGs, é percebido que a nomeação faz parte das ações que reafirmam a memória do grupo, recorrendo às histórias, lugares, personagens e mitos como fonte para sua identidade. As nomeações são feitas a partir dos aspectos que se buscam definir no grupo e levar ao reconhecimento dos seus membros. São normalmente elementos selecionados como formadores do espaço a partir do próprio espaço. Por exemplo, dar o nome de 35 ao CTG relembra o início da revolução Farroupilha. Esta revolução está vinculada com a formação do imaginário político gaúcho e também com a apropriação do valor do território pelos habitantes deste espaço que lutaram por sua independência. Dessa forma, rememorar o ano de 1835 significa criar laços com os que se identificam ou querem se identificar com esta memória, fundado, portanto, em uma realidade, em um passado. A utilização da nomeação como forma de construção de representação foi utilizada para a formação do primeiro CTG e continuou sendo aplicada pelas instituições que foram criadas posteriormente.

Outra questão também observada na constituição dos CTGs é a definição de suas práticas. Entende-se, a partir de Certeau, que a seleção das atividades faz parte da formação dos espaços. Dentro desta perspectiva, percebe-se que os CTGs têm atividades como dança, músicas e cavalgadas, entre outras, as quais são organizadas a partir de Invernadas⁴⁵ que podem ser entendidas como formadoras da identidade do grupo. Estas atividades são selecionadas e estão organizadas em Invernadas dispostas de acordo com as distintas práticas, sendo elas: a Artística, a Cultural, a Campeira e a Esportiva. Observa-se que, nos primórdios dos CTGs, para que estas práticas fossem definidas, foram realizadas pesquisas, elaboradas principalmente por Barbosa Lessa e Paixão Cortes, que visitaram o estado do Rio Grande do Sul em busca de referências culturais gaúchas. Nesta inserção no espaço sul-rio-grandense, conheceram e registraram danças, cantigas e músicas, receitas, vestimentas e hábitos, dando origem a alguns livros, a exemplo do *Manual de Danças Gaúchas* (1956) e *Vestimenta do Gaúcho* (1961). Estas, entre outras, como já foi mostrado anteriormente, se tornam obras de alicerce para a construção dos CTGs no Brasil.

⁴⁵ O nome evoca as grandes extensões de terra cercadas que existem nas estâncias e que são destinadas à engorda do gado. (OLIVEN, 1992, p. 88). Os CTG's utilizam o termo invernada para denominar seus diferentes departamentos, tais como Campeiro (desenvolvimento de práticas com o gado, como o laço e a tosa), Artístico (atividades como a dança e a música), Esportivo (destinados a práticas como a bocha e o baralho) e o Cultural (o qual está relacionado com a organização das disputas, comemorações e ritualizações). Contudo, cada CTG tem autonomia para organizar suas próprias invernadas de acordo com seus recursos.

Pode-se dizer que foi feito um “trabalho” de levantar, organizar e difundir práticas selecionadas como tradicionais do *ser* gaúcho, constituindo, assim, representações baseadas nas vivências do estado do Rio Grande do Sul, alicerçando-as, historicamente, através das manifestações simbólicas que concebem este passado idealizado. Esta ação foi observada de forma holística, pois se percebe que existiu uma seleção dos valores a serem reproduzidos. Pela conjuntura em que se desenvolve, é evidente que o grupo determina valores aos quais querem estar relacionados, o que faz com que as suas práticas sejam restritas às que representam os valores que buscam seguir. Esta ação constitui-se em seleção, o que Pollak (1989) mostra como enquadramento da memória. São danças, roupas, comidas, comemorações, festas, rituais e símbolos selecionados que buscam afirmar uma imagem a partir de elementos específicos para a representação dos seus membros.

Estes rituais se formaram a partir das ações do grupo e adesão de outras pessoas que se identificavam com o movimento. Por exemplo, a Ronda Crioula, que foi realizada entre 07 e 20 de setembro de 1947, afirmou uma comemoração em torno do simbolismo gaúcho, sendo a origem da comemoração da semana farroupilha como data significativa para o grupo (PÁGINA DO GAUCHO, 2013). Atualmente, todos os anos, é comemorada a Semana Farroupilha nos CTGs, com a ritualização de várias práticas consideradas gaúchas, o que denota uma contribuição para a manutenção da memória do grupo. Esta data justifica-se por relembrar o início da Revolução Farroupilha em 1835, entendida como grande formadora do imaginário gaúcho. Isto pode ser relacionado com a questão levantada por Pierre Nora (1993) de formação de “Lugar de Memória”, na qual o autor mostra que acontecimentos são tomados como fatos de comemoração e/ou ritualização para a manutenção dos vínculos de continuidade com o passado.

Estas construções sobre referências históricas são vistas como forma de constituir as representações do grupo, para este, assim, legitimar-se no espaço e tempo onde se encontra. Identifica-se, com a observação da seleção das práticas feitas pelos agentes autorizados do grupo⁴⁶, as quais são registradas nos livros elaborados a partir destas seleções, que o CTG se forma a partir de um emaranhado de memórias de tempos e espaços distintos. Pois, faz uma junção entre a vida do gaúcho, que historicamente está relacionada com a vida andarilha no campo, associando-a às lutas pelo território, às músicas, à gastronomia e às danças, entre outros hábitos como o de tomar chimarrão, que são encontrados em todo espaço do Rio Grande do Sul. Contudo, como já mostramos anteriormente, a partir de Meri Lourdes Bezzi e

⁴⁶ Entendemos aqui por agentes autorizados os membros fundadores que elaboraram os livros e regulamentos que deram início ao Movimento Tradicionalista, como já mostramos anteriormente.

Helena Brun Neto (2008), este estado teve sua colonização feita por grupos de origens diversas, e que também foram inserindo suas marcas culturais neste espaço. Com isso, entendemos que o esforço em manter a cultura gaúcha passa por uma invenção desta tradição, a qual, com a constituição dos CTGs, amparam-se em memórias dispersas que remetem a um passado difuso, baseado em vivências heterogêneas, sem comunhão de origem temporal ou espacial, porém que, a partir dos lugares de memória constituídos pelo grupo, passam a desenvolver vínculos de ligação entre os indivíduos que se integram. Esta ação tem o CTG como seu suporte, a partir de suas representações espaciais e simbólicas.

Percebe-se, em informações encontradas na “Página do Gaúcho”⁴⁷ e também no trabalho de Francisco Cougo (2010), que os meios de comunicação foram utilizados para difundir a ideia de revitalização da cultura gaúcha a partir de programas de rádio. Segundo o Caderno para Estudos “Os jornais e rádios deram amplo apoio à iniciativa, a notícia espalhou-se gerando admiração, dando oportunidade ao surgimento de outros Centros de Tradições Gaúchas e posteriormente ao Movimento Tradicionalista Gaúcho.” (10ª RT-PR, 2013). Esta afirmação também se encontra no *site* Página do Gaúcho, que diz terem sido as ações da Ronda Crioula divulgadas nos programas da rádio Farroupilha e também no jornal Correio do Povo.

Podemos conjecturar que os programas de rádio envolvidos com o tradicionalismo contribuíram para espalhar a ideia do movimento. Francisco Cougo (2010) mostra, em seu trabalho, que o movimento tradicionalista passa a influenciar os meios de comunicação com a produção do primeiro disco de “Danças Gaúchas”⁴⁸, em 1953, gravado por Inezita Barroso, e também conseguindo espaço nos meios de comunicação com o a coluna “*Tradição*” no jornal *Diário de Notícias* e com o programa radiofônico chamado *Grande Rodeio Coringa*. Este programa foi levado ao ar nas décadas de 1950 e 1960 na Rádio Farroupilha de Porto Alegre. Era apresentado, inicialmente, por Paixão Côrtes e Darcy Fagundes e tinha participação de cantores regionalistas, como Teixeira, e trovadores tradicionalistas, como Formiguinha e Gildo de Freitas. De acordo com matéria do Núcleo de Pesquisa Histórica Benedito Saldanha, o programa *Grande Rodeio Coringa*,

[...] foi um dos primeiros programas de auditório no rádio a abordar a temática gauchesca, obtendo grande sucesso de público em todo o Estado, sendo até hoje lembrado como o programa de maior audiência naquela época. Era apresentado aos domingos, das 20h às 22h. Em sua estrutura, o

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/ctg/ctg35.htm>> Acesso em: 17 jun. 2013.

⁴⁸ De acordo com Cougo este material foi elaborado “com peças retiradas ou produzidas do folclore sulino, fruto das pesquisas produzidas por Côrtes e Lessa” (2010, p. 147).

programa era dividido em invernadas, isto é, tinha uma parte de trova, uma parte de humorismo, uma parte de declamação e uma para a Orquestra Sinfônica Farroupilha, regida pelo conhecido e renomado maestro Salvador Campanella. Já o quadro de humor era apresentado pelos artistas Valter Broda e Pinguinho”⁴⁹

Percebe-se que, através dos meios de comunicação, o movimento tradicionalista passa a inculcar representações sobre o *ser* gaúcho. Pois nota-se que utilizam imagens e valores positivos para associar ao *ser* gaúcho, vinculando-o à vida no campo, através das músicas, trovas e poesias, selecionadas de acordo com a pertinência de seu conteúdo. O que pode ser percebido, por exemplo, a partir de Cougo (2010), em suas observações sobre a vida e obra de Teixeira. De acordo com este autor, Teixeira tanto participou do Movimento Tradicionalista através do programa de rádio como também foi filiado ao 35 CTG; contudo, quando alcançou mais fama, afastou-se do movimento. Cougo diz que as produções de Teixeira passam a ser variadas, e não mais representam o *ser* gaúcho de acordo com a visão tradicionalista; entretanto, este cantor/compositor foi, durante muito tempo, conhecido como “Gaúcho Coração do Rio Grande”, nomenclatura que depois foi mudada para “Rei do Disco”. Mas o autor afirma que, mesmo se desvincilhando do movimento pró-cultura gaúcha, Teixeira continua representando o gaúcho, e o seu imaginário passa a ser atrelado no sucesso do cantor em todo país⁵⁰. Então, após a morte de Teixeira, em 1985, Cougo diz que o MTG se apropria das suas obras que estão vinculadas aos valores gaúchos incentivados pelo movimento, fazendo uso da popularidade do autor, e

[...] Em pouco tempo o mercado fonográfico gaúcho (tradicionalmente fechado em torno de si) também redescobriu Teixeira. Depois de Osvaldir & Carlos Magrão, dezenas de artistas regravam os sucessos do cantor, a imensa maioria deles apropriando-se das composições que compunham os

⁴⁹ Memorial Landell de Moura. Artigos sobre Radiofusão. Programa Grande Rodeio Crioulo. Disponível em: <http://memoriallandelldemoura.com.br/radiod_artigos_grande_rodeio_coringa.html> Acesso em: 01 nov. 2013.

⁵⁰ Sobre a trajetória de Teixeira Cougo diz que “Entre 1960 e 1985, Teixeira (Vitor Mateus Teixeira) foi um dos mais populares artistas brasileiros. Criativo e empreendedor, ele construiu uma carreira que ainda hoje surpreende: compôs cerca de 1.200 canções, das quais gravou 600; liderou a audiência no rádio, através de programas diários; produziu e atuou em 12 filmes de longa-metragem, campeões de bilheteria; cogita-se que tenha vendido aproximadamente 80 milhões de discos. [...] Junto com Gildo de Freitas, Ademar Silva, José Mendes, Rodrigo, Leonardo, Jorge Camargo, Sidnei Lima, entre outros, Teixeira se fez o representante sul-rio-grandense da “música popular brasileira urbana” às vezes pejorativamente tratada como “cafona”, “brega” ou “popularesca”; um segmento de grande penetração, marcado pela presença de destaque nas paradas de sucesso, por exorbitante vendagem de discos e pela legião de admiradores que acompanhavam os ídolos em shows, adquiriam suas gravações e atulhavam os escritórios das rádios com cartas apaixonadas. (COUGO, 2010, p. 11).

36 % "gauchescos" de seu repertório [...]. Clássicos não-gaúchos ou canções menos conhecidas não identificadas ao repertório gauchesco de Teixeira, só foram gravadas por artistas de fora do estado, ou que não cantam o tradicionalismo.[...] De forma semelhante, os discos-tributo a Teixeira também recorreram a um repertório gauchesco [...] o repertório (com poucas exceções) restringiu-se a canções sulinas, antes renegadas ao "lado B" pelo próprio Teixeira, e agora alavancadas à categoria de "classicos" que expressam a música tradicional sulina. (COUGO, 2010, p 146-147)

Esta reflexão serve como exemplo de seleção e enquadramento da memória elaborada pelo Movimento Tradicionalista, a partir, agora, dos meios de comunicação. Esta é mais uma questão que denota a invenção da tradição elaborada pelo grupo, em que apenas elementos selecionados são valorizados, através de uma normatização fechada nos seus ideais preestabelecidos, e são então difundidos, ritualizados e reconhecidos como legítimos do grupo.

Esta união com os meios de comunicação é entendida como uma forma de alcançar e agir sobre o imaginário da população e a partir dele. Estes exercem influência nas necessidades e decisões das sociedades. Assim, a divulgação das ações em torno do tradicionalismo gaúcho é importante para a difusão dos ideais do grupo e, conseqüentemente, para o surgimento de outros CTGs. Os discursos atrelados ao tradicionalismo gaúcho, lançados pelos meios de comunicação em um espaço e tempo de instabilidade econômica, cultural e política⁵¹, faz com que as pessoas passem a aderir ao grupo como forma de manter laços com o território, entendendo que esta é a identidade da região.

Entendemos que a difusão dos ideais gaúchos através de meios de comunicação lhes tornou reconhecidos, e isso resulta na adesão de pessoas ao movimento tradicionalista. Falcão, ao falar sobre o tradicionalismo gaúcho, diz que a adesão de pessoas ao movimento se dá por este

[...] se articular a partir de bens simbólicos que lhes são familiares e que se esmeram em preservar e ritualizar modos de vida acalentados por lembranças difusas de um passado menos instável. [...] construída no bojo de uma visão de mundo que não se sente bem adaptada às incertezas e inseguranças daquilo que se convencionou chamar modernidade. (FALCÃO, 2000, p. 223)

⁵¹ Lembramos aqui os primeiros CTGs surgem após a segunda guerra mundial, e muitas colônias do Rio Grande do Sul por serem formada basicamente por imigrantes estrangeiros sofreram repressão política, sendo obrigados a aderirem aos traços de brasilidade, como a língua.

Esta reflexão afirma, mais uma vez, que os CTGs baseiam-se em um passado idealizado que lhes serve de respaldo para suas construções de representações. Neste sentido, percebemos que o movimento tradicionalista se organiza a partir de um emaranhado de ações, práticas e valores em uma constante busca de manutenção da identidade do grupo e dos laços entre seus membros, por meio da construção de uma memória coletiva positiva.

Parte-se, então, à uma perspectiva de afirmação de identidade gaúcha em outro espaço, o Oeste do Paraná, pois a partir da observação de suas ações de afirmação, percebe-se que se ampara em uma construção de laços entre seus membros por meio de uma memória coletiva, vinculada tanto à questão espacial quanto à questão de valores, o que nos leva à discussão da reconstrução do seu território nos novos espaços colonizados. Neste sentido, em específico, abordaremos a construção de CTGs, entendendo-os como territórios, no Oeste do Paraná. Contudo, antes ainda, vamos adentrar na transformação do espaço colonial desta região, para entendermos o contexto que permitiu a formação e fixação deste movimento tradicionalista.

2.2 TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL DO OESTE PARANAENSE E O *SER GAÚCHO*

Partindo da compreensão da formação do Movimento Tradicionalista Gaúcho e entendendo o valor do CTG como espaço de construção da memória do grupo, nos aproximamos dos municípios do Oeste paranaense para identificarmos sua formação a partir dos anos 60. Isso, na perspectiva de entender o espaço em que os CTGs se constituem e fixam suas marcas.

De acordo com Gregory, a partir dos anos de 1960 e 1970, mudam-se os aspectos do setor agropecuário da região, adequando-se às necessidades nacionais, atribuindo a ele novas funções para o desenvolvimento em curso, cuja dinâmica está baseada no desenvolvimento urbano-industrial, visando a atender às necessidades internas. Isso exige dos colonos novas maneiras de produzir e uma inserção mais efetiva no mercado (GREGORY, 2002 p. 204). Essas ações modificaram as estruturas de sociabilidade das colônias, alterando as tradições de produção familiar, anteriormente estabelecidas pelos pioneiros e promovendo o crescimento dos núcleos urbanos.

Nesta perspectiva, relembremos a estrutura colonial que se instala a partir da ação das colonizadoras. Como já vimos anteriormente, esta se constituía de núcleos populacionais vindos de regiões específicas. Estes núcleos são planejados para a fixação destes contingentes e, logo, para o desenvolvimento de atividades agroindustriais. Neste sentido, é importante mostrar como se segmentou este espaço com a emancipação dos municípios, entendendo que estes surgem dentro da mesma área de ação das antigas colonizadoras, e tendem a ter a mesma formação etno-cultural, já que estas atuaram, na sua maioria, de forma direcionada.

Assim, os primeiros municípios emancipados de Foz do Iguaçu, em 1951, são Toledo, Guaíra e Cascavel. O primeiro, originário da ação de colonizadora, e os outros dois como núcleos anteriores a este movimento. Porém, no ano de 1951, também é desmembrado o município de Guaraniaçu, mas não do município de Foz do Iguaçu e sim de Guarapuava, no extremo Leste do que hoje é mesorregião Oeste do Paraná. Este município deu origem aos municípios de Campo Bonito, em 1986, e Diamante do Sul, em 1990. Os demais municípios da região foram desmembrados dos municípios originados de Foz do Iguaçu.

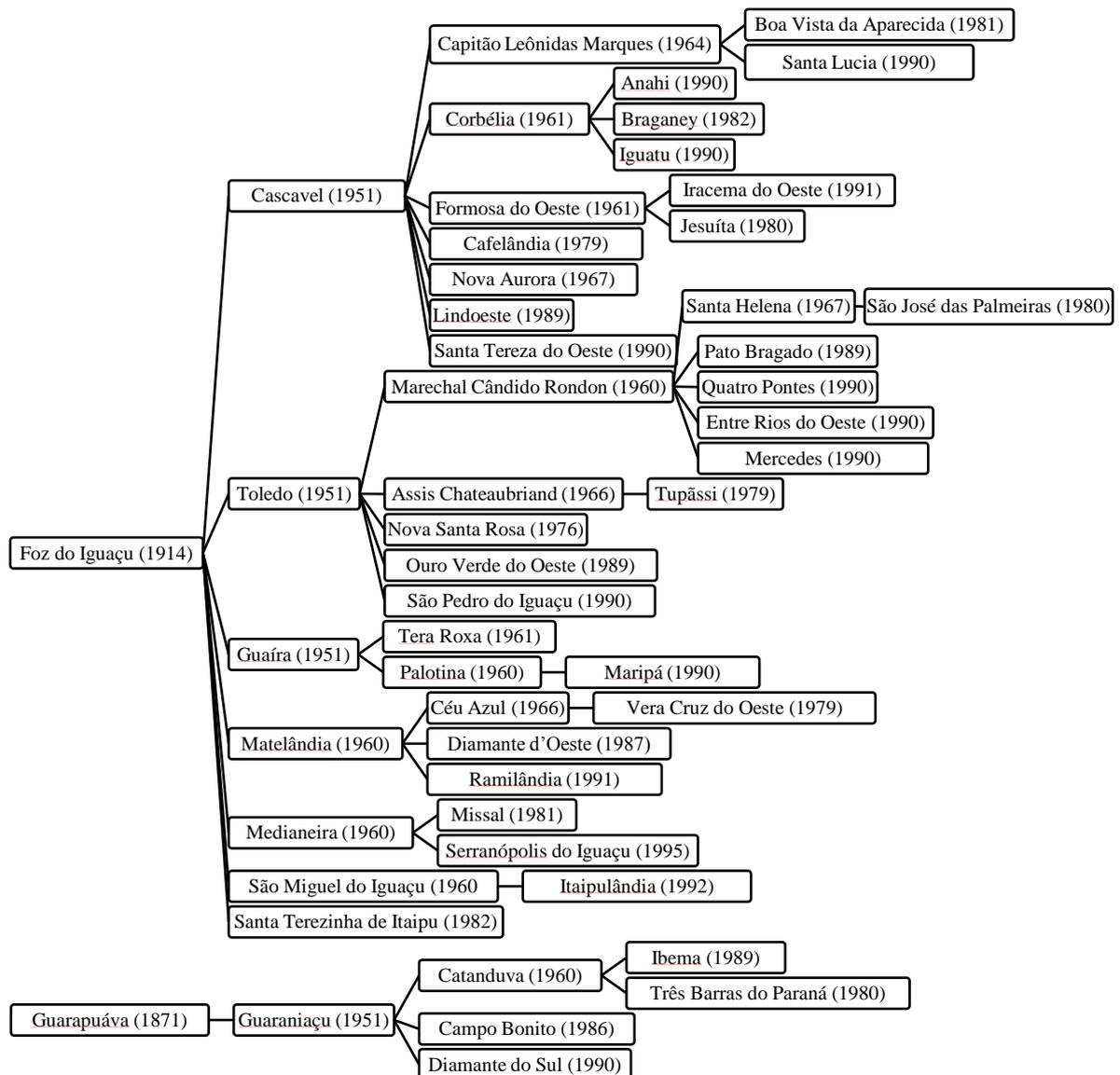
Na década de 1960, surgem, a partir de colonizadoras, os municípios de Medianeira, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e Céu Azul, que também foram desmembrados de Foz do Iguaçu; os Municípios de Marechal Candido Rondon e Assis Chateaubriand foram desmembrados de Toledo; e de Marechal Candido Rondon foram desmembrados Santa Helena; Corbélia, Formosa, Cafelândia, Capitão Leônidas Marques e Nova Aurora, foram emancipados de Cascavel (SPERANÇA, 2011); Palotina e Terra Roxa foram emancipados de Guaíra.

Desde então, vão surgindo emancipações dentro destes municípios, principalmente entre os anos de 1980 e 1990, quando foi incentivada a criação de novos municípios na região. Neste período, foram desmembrados de Foz do Iguaçu o município de Santa Terezinha de Itaipu em 1982; de São Miguel do Iguaçu o município de Itaipulândia em 1992; de Medianeira foram emancipados os municípios de Missal em 1981 e de Serranópolis do Iguaçu em 1995; de Matelândia foram desmembrados Diamante do Oeste em 1987 e Ramilândia em 1991; de Santa Helena foi desmembrado o município de São José das Palmeiras em 1980; de Marechal Candido Rondon foram desmembrados os municípios de Entre Rios, Pato Bragado e Mercedes e Quatro Pontes em 1990; de Céu Azul foi desmembrado o município de Vera Cruz do Oeste em 1979. Esses municípios conformam a área de abrangência de nossa pesquisa, de acordo com 12ª Região Tradicionalista do Paraná.

As emancipações estão mais detalhadas no Organograma das emancipações dos municípios do Oeste do Paraná, que segue abaixo. Nosso trabalho não vai aprofundar-se em

cada um dos municípios criados após este ciclo, posterior à ação das colonizadoras, pois se entende que estes surgem a partir destas primeiras iniciativas, sendo que são resultantes de colônias e vilas fundadas pelas colonizadoras. Estas se formam, geralmente, de acordo com os interesses e com as populações atraídas pelas colonizadoras que atuaram nos primeiros momentos de colonização. Mas, verificamos que os municípios que compõem o espaço de análise desta pesquisa encontram-se dentro da mesma realidade de ocupação do espaço.

Organograma das emancipações dos municípios do Oeste do Paraná.



Fonte: Organograma da autora com dados do IBGE (2013).

De acordo com as leituras elaboradas sobre a região, pode-se perceber que esta foi colonizada tendo como base a pequena propriedade, de produção familiar, na sua maioria dedicada à cultura especializada, mesmo tendo, desde o seu princípio, incentivo para a agroindústria. Neste sentido, a ascensão da tecnologia no campo faz com que se transforme a realidade de produção por consequência da demanda exigida pelo mercado. Esta alteração na estrutura de transações agro-econômicas acarretou a mudança, também, da organização social deste espaço, o qual era, a princípio, predominantemente rural, e passa a ser então mais urbano. Sobre a modernização e a consequente transformação do espaço colonial do Oeste paranaense Gregory diz que,

A colonização do Oeste do Paraná se reveste da peculiaridade de estar sendo concluída no momento em que começaram a ocorrer intensas e profundas transformações no meio rural brasileiro, afetando o espaço colonial e o estilo de viver e de ser dos eurobrasileiros. Este fato exigiu do homem colonial novos papéis e proporcionou resistências, adaptações, mudanças. Finalmente, no bojo destas transformações, a fronteira agrícola, também, assumiria outras funções e não se adequou mais à expansão do espaço colonial tal qual como foi caracterizado no texto que resultou desta pesquisa. [...] Por outro lado, o colono manteve um espaço, embora limitado, para exercer sua autonomia e para construir uma maneira de ser. Mesmo sendo, constantemente e repetidamente, afetado, “ele se fez colono”, ele resistiu e se adaptou. (GREGORY. 2002, p. 246-247)

Neste sentido, percebe-se que os colonos que vieram em busca de terras em uma perspectiva de implantação de agricultura familiar, acabam inseridos em mais uma transformação espacial, a primeira, sendo resultado da migração, e a segunda, pelo avanço da modernização nas técnicas agrícolas, por exemplo, com a adesão de plantadeiras e colheitadeiras⁵² e o plantio direto⁵³, o que propiciou o plantio em larga escala e a diminuição das pequenas propriedades. Contudo, como observa Gregory, os colonos da região, mesmo frente às transformações, resistiram e “se fizeram colonos”, o que nos leva a conjecturar que é resultado da fixação de suas marcas culturais no espaço.

⁵² Equipamentos agrícolas de grande porte, destinados ao plantio e colheita de cereais em larga escala.

⁵³ De acordo com a Embrapa, “O plantio direto é uma técnica de cultivo conservacionista na qual procura-se manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais. Essa cobertura tem por finalidade protegê-lo do impacto das gotas de chuva, do escoamento superficial e das erosões hídrica e eólica.” Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/mandireto.htm> Acesso em: 26 nov. 2013.

Neste ponto, lembramos o que foi levantado por Ruben Oliven (1992) e Felipe Falcão (2000), que dizem estar a formação do movimento tradicionalista gaúcho atrelada ao sentimento de saudade de um passado idealizado, e também ao sentimento de angústia causado pela modernidade da atualidade. Partindo destes entendimentos, nos aproximamos dos indivíduos que formam este espaço e da realidade vivenciada por eles. Conjectura-se que, devido às transformações sofridas, estes passam a apoiar-se nas memórias coletivas/oficiais como forma de legitimar-se neste espaço.

Estas memórias estão atreladas aos agentes da colonização do Oeste paranaense, como colonos desbravadores, os quais são reconhecidos como formadores deste espaço, e fixam suas raízes identitárias, legitimando-os através da formação de uma memória oficial em torno do pioneirismo da região sul do Brasil, devido aos valores que lhes foram embutidos. Estas construções da memória oficial são encontradas nos *sites*⁵⁴ das prefeituras dos municípios do Oeste paranaense, e também nos dados declarados pelo IBGE⁵⁵ sobre a história da região, os quais citam, principalmente, os sul-rio-grandenses e catarinenses como pioneiros dos municípios, na maioria das vezes, não especificando os demais fluxos que também veem a ocupar a região. Dessa forma, enaltece e legitima as memórias dos antigos colonos oriundos do sul do Brasil, por meio de referências em torno da construção da memória dos municípios.

Aqui, lembramos mais uma vez que se faz referência às populações vindas do sul para a colonização da região Oeste do Paraná. Porém, as leituras sobre esta colonização, como Gregory (2002) Scarpato (2006) e Gregory e Schallenberger (2008), indicam que populações oriundas de outras localidades, não o sul do Brasil, também vieram a ocupar este espaço, principalmente como mão de obra em um momento posterior à colonização, como resultado do seu advento. Em nosso trabalho, não negamos a existência destes grupos oriundos de outras regiões, tratamo-los como *outros*, não em uma perspectiva de exclusão, mas, sim, procurando identificar adaptações destes a esta região que passou por uma construção identitária marcada por características selecionadas, as do sul do Brasil.

⁵⁴ Foi feito um levantamento sobre a história dos municípios do Oeste do Paraná em *sites* de algumas prefeituras, tais como: de Foz do Iguaçu (Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/984/1007/Historia-da-Cidade>> Acesso em 25 out. 2013; Missal (Disponível em: <www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html/main.jsp?cat=mun&pg=historia> Acesso em: 25 out. 2013); Cascavel (Disponível em: <www.cascavel.pr.gov.br/historia.php> Acesso em: 25 out. 2013; Santa Helena (Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/historia/75.htm>> Acesso em: 25 out. 2013); Santa Terezinha de Itaipu (Disponível em: <www.stitaipu.pr.gov.br/?id=1031> Acesso em: 25 out. 2013); Marechal Candido Rondon (Disponível em: <<http://www.mcr.pr.gov.br/nossacidade>> Acesso em: 25 out. 2013); Guaraniacú (Disponível em: <<http://www.guaraniacu.pr.gov.br/a-cidade/historia.html>> Acesso em: 25 out. 2013); Palotina (Disponível em: <<http://www.palotina.pr.gov.br/artigo/129>> Acesso em: 25 out. 2013).

⁵⁵ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=41>> Acesso em: 01 nov. 2013.

Sobre a constituição desta memória oficial, que eleva os migrantes do sul do Brasil como promotores do progresso da região, cabem relembrar as questões de enquadramento, as quais podem ser alcançadas através de atores profissionalizados (POLLAK, 1989), entendendo que estes são portadores de discursos organizados, detentores de uma memória seletiva que é representativa do grupo. Dessa forma, pode-se dizer que estes agentes, que aqui são entendidos como as autoridades políticas e econômicas, historiadores e comunicadores, que, através do poder atribuído a eles, escolhem o que merece ser lembrado e omitido, formando a identidade oficial de cada município ou grupos de acordo com os seus interesses. Sobre esta ação de enquadramento, Pollak (1989, p. 10) ainda diz que “Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais”.

Aproximando as reflexões deste autor às histórias oficiais dos municípios do Oeste paranaense, encontradas nos *sites* das prefeituras, aferimos que suas memórias foram enquadradas sob a referência da origem e costumes dos colonizadores originários do sul do Brasil. Isso pode ser percebido, por exemplo, na referência à história do município de São Miguel do Iguaçu que, de acordo com o *site* da prefeitura⁵⁶, foi, durante muito tempo, chamada de Vila Gaúcha, e diz que o município teve sua colonização incentivada pela ação da Colonizadora Pinho e Terras Ltda. A fonte informa que “Esta colonizadora abriu um núcleo chamado Colonizadora Gaúcha Ltda. Este núcleo colonizador formou-se, na sua maioria, por pessoas vindas do Rio Grande do Sul.” Desse modo, pode-se perceber que, a partir da ação das colonizadoras, foram se fixando referências históricas do município, legitimando os sul-rio-grandenses como pioneiros, e também já fazendo alusão ao *ser* gaúcho a partir da nomenclatura da própria colonizadora.

Outros exemplos de construção de uma história oficial em torno dos migrantes do sul do Brasil podem ser vistos em referências feitas à história dos municípios pelas prefeituras como a de Pato Bragado, que diz ter o município origem na colonização implantada pela Companhia Maripá, e sobre o pioneiro fala que “Vale destacar As tradições sulistas são reforçadas no verso do Hino do Município ‘... os pioneiros chegados do Sul ...’”⁵⁷. Sobre o município de Medianeira, o *site* da prefeitura diz que teve “Nascimento planejado em 20 outubro de 1949, na cidade gaúcha de Bento Gonçalves, quando os fundadores da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. iniciaram os estudos para a

⁵⁶ São Miguel do Iguaçu. Disponível em: <<http://200.150.71.19/historia>> Acesso em: 25 out. 2013.

⁵⁷ Pato Bragado. Disponível em: <<http://www.patobragado.pr.gov.br/aCidade.php?id=14>> Acesso em: 25 out. 2013.

implantação do Projeto de Fundação.”⁵⁸ E Também pela prefeitura de Itaipulândia que diz que “Os pioneiros vieram para essa região em 1961, migrando de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quando adquiriram o direito de posse de cerca de 800 alqueires da gleba Guairacá.”⁵⁹

Estes relatos nos mostram como foi enquadrada a memória da região em torno das ações dos contingentes populacionais vindos do sul. Estes agentes autorizados constroem a ideia do migrante sulista como pioneiro, e lhe conferem reconhecimento às suas ações, como na referência ao “nascimento de Medianeira” na cidade gaúcha de Bento Gonçalves. Entendemos que estas ações vão definindo as características que os municípios buscam preservar e pelas quais querem ser reconhecidos, e, dessa forma, contribuem para a construção de uma memória coletiva em torno do *ser* gaúcho.

Esta questão também pode ser percebida em referências como as da prefeitura de Missal que, em seu *site*, ao falar de tradições e costumes do município, expõem que na sua colonização, desde o início, predominou a população de origem germânica, e que estes imprimiram suas características neste espaço. Contudo, na sequência, também diz que “As tradições gaúchas são cultivadas no município por meio de festas, bailes, fandangos, rodeios de laço e churrascos.”⁶⁰ Neste relato, observa-se que o município se afirma sobre duas origens culturais, dando ênfase à identidade germânica, mas, ao mesmo tempo, destacando a identidade gaúcha. Nesta perspectiva, percebemos uma construção identitária múltipla, o que pode estar vinculado com a necessidade de afirmar-se no espaço a partir da identidade legitimada, a qual consideramos, a partir das reflexões, que seja a do pioneiro sulista, que está relacionada como o *ser* gaúcho.

Percebemos, a partir destes exemplos, que memórias são fixadas através de nomeações e menções historiográficas, entre outras ações, que servem de pontos de referência para a construção de uma memória oficial como um mecanismo de rememoração contínua, associada a traços de identidade de imigrantes da região sul do país.

Discutimos anteriormente que os migrantes que vêm a fixar-se no Oeste paranaense não tem origem étnica e geográfica comum, porém ligam-se através de suas ações no espaço e tempo, o que lhes confere laços de identificação. Nesta mesma perspectiva, percebe-se, a

⁵⁸ Medianeira. Disponível em: <www.medianeira.pr.gov.br/index.php?pagina=historico> Acesso em: 25 out. 2013.

⁵⁹ Itaipulândia. Disponível em: <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br/conheca>> Acesso em: 25 out. 2013.

⁶⁰ Missal. Disponível em: <<http://www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html/main.jsp?cat=mun&pg=tradicao>> Acesso em: 25 out. 2013.

partir das informações encontradas nos *sites* das prefeituras da região, como foi mostrado nos exemplos acima, que existe, neste espaço, a valorização de traços culturais específicos, os de sulistas. Esta informação, juntamente com a questão de reconhecimento dos indivíduos de origem sul-rio-grandense como gaúcho, que já foi analisada anteriormente, nos leva a entender que, a partir da transformação do espaço e tempo em que os migrantes estão inseridos, faz-se então uma junção entre os indivíduos idealizados: o pioneiro e o gaúcho. E assim, o gaúcho é o pioneiro, e o pioneiro é o gaúcho.

Ressaltamos mais uma vez que, ao serem atraídos e ao se estabelecerem nesta região, os colonos que ocupam o Oeste paranaense não são reconhecidos e não se reconhecem especificamente como gaúchos, pois se percebe que, a princípio, fazem referência à sua origem étnica. Porém, nota-se que, com a efetivação da colonização, cresce a referência à origem territorial, ou seja, ao *ser* gaúcho. Dentre fatores que referenciam a cultura gaúcha na construção dos municípios do Oeste do Paraná, pode ser observada a existência de inúmeros estabelecimentos que fazem alusão ao gaúcho, tais como restaurantes, hotéis, comércios, programações de rádio, TV e comemorações.

Por exemplo, em pesquisa anterior referente à cultura gaúcha na cidade de Foz do Iguaçu, visualizamos indícios de uma memória já estabelecida e indicações materiais de sua cultura como dois CTGs, O Charrua e o Estância Crioula, onze restaurantes especializados em comida gaúcha – churrascarias (dentre eles, o restaurante Recanto Gaúcho que busca reproduzir, em sua estrutura, a vida e o espaço do ser gaúcho através da reunião de vários objetos de migrantes) e também a existência de uma programação radiofônica composta por quadros gauchescos regulares, em três rádios da região. (SZEKUT e KLAUCK, 2010)

Nesta perspectiva, fizemos um levantamento das rádios, através do *site* Rádios⁶¹, e de suas programações nos municípios do Oeste do Paraná, e percebemos que, nestas, existem referência à cultura gaúcha. Estas referências podem ser vistas, por exemplo, nas nomeações como: *Rádio Buenas Tchê*⁶² e *Rádio Gaúcha*⁶³ na cidade de Toledo; *Rádio Desgarrados*⁶⁴ na cidade de Cascavel; e *Rádio Sinuelo FM*⁶⁵ em Itaipulândia. Estas rádios fazem referência em seus nomes a símbolos considerados gaúchos e suas programações são desenvolvidas tendo como base músicas principalmente gauchescas.

⁶¹ Rádios. Disponível em: <<http://www.radios.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁶² Rádio Buenas Tchê. Disponível em: <<http://www.radiobuenastche.com.br>> Acesso em: 05 nov. 2013

⁶³ Rádio Gaúcha. Disponível em: <<http://www.radioguacu.com.br/topo2.php>> Acesso em: 05 nov. de 2013.

⁶⁴ Rádio Desgarrados. Disponível em: <<http://www.desgarrados.org.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁶⁵ Rádio Sinuelo. Disponível em: <<http://www.sinuelofm.com.br/>> acesso em: 05 nov. 2013.

Além destas rádios, outras também têm programação gauchesca, tais como a *Rádio Costa Oeste FM*⁶⁶ de São Miguel do Iguaçu, com os programas *Brasil de Bombacha*, aos sábados, e *Chimarreando na Costa Oeste*, aos domingos; *Rádio Clube AM*⁶⁷ de Nova Aurora com os programas *Recordando a Querência* e *Hora da Cuia* durante a semana, *Momento Gauchesco* e *Os Serranos* aos domingos; *Rádio Educadora*⁶⁸ de Marechal Candido Rondon, com o programa *Abraço Grande do Sul* aos domingos; *Rádio Cidade Verão*⁶⁹ de Santa Terezinha de Itaipu, com o programa *O Gaúcho* diariamente e *A Marca do Sul* aos domingos; *Rádio Criativa*⁷⁰ de Boa Vista da Aparecida, com o programa *Rancho do Gaudério* diariamente; *Rádio Atlântida FM*⁷¹ de Marechal Cândido Rondon, com o programa *Tertúlia* aos Domingos; *Rádio Grande Lago*⁷² em Santa Helena, com os programas *Bailão Gaúcho* e *Rancho Alegre* que vão ao ar aos domingos; *Rádio Crystal FM*⁷³ de Cafelândia, com o programa *Alegria dos Pampas* aos domingos e *Recordando a Querência* diariamente; *Rádio VivaOeste*⁷⁴ de Palotina, com o programa diário *Hora do Chimarrão*; e *A Rádio Viola FM*⁷⁵ de Guaraniaçu, com o programa *Som Campeiro* aos domingos.

Não nos preocupamos em levantar a totalidade de rádios e programações existentes na região. Contudo, a partir deste levantamento, se pode ter uma referência da fixação das representações gaúchas na região. Entendemos que, a partir destas programações, se difunde e se legitimam os traços gaúchos no Oeste paranaense, pois estes têm grande representatividade através de uma programação frequente em rádios de muitos municípios. Como já vimos anteriormente, os meios de comunicação têm o poder de fixar um imaginário a partir dos símbolos e valores que são associados ao gauchismo através das músicas, trovas e poesias. Isso acontece principalmente através das letras destas obras, as quais fazem alusão aos referenciais pelos quais se constrói a imagem do gaúcho e que, ao serem difundidas, tem o poder de construir laços de pertencimento aos indivíduos que se identificam com o enunciado.

Neste sentido, percebe-se que a memória do gaúcho é valorizada e torna-se representativa da memória do pioneiro da região Oeste paranaense. Observou-se que, enquanto este espaço ainda era majoritariamente rural, construiu-se um imaginário idealizado

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.costaOestefm.com/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.clubamnov.aurora.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.radioeducadora.com/educadora/index.php>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.radiocidadeverao.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.radiocriativafm.com/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.atlantidafm.com/atlantida/index.php>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁷² Disponível em: <<http://www.rgl.com.br/>> acesso em: 05 nov. 2013.

⁷³ Disponível em: <<http://www.radiocrystalfm.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.vivaOeste.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.violafm.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

em torno do pioneiro, e este é atrelado pela construção historiográfica e também representações espaciais ao *ser* gaúcho. E com a transformação desta realidade, do rural para o urbano, conjectura-se que os indivíduos que buscam se afirmar como desbravadores, e/ou que se sentem pertencer aos traços deste grupo, procuram uma forma de legitimar sua identidade. Entende-se que a busca pela reconstrução de uma memória coletiva pode ser evidenciada a partir da construção dos CTGs nestes municípios, o qual legitima a força simbólica do *ser* gaúcho através da afirmação de sua identidade nesta região, e mantém laços de pertencimento com o espaço de origem.

Considera-se que os indivíduos, ao se organizarem através dos CTGs, passam a legitimar sua identidade, e os demais que nesta situação não têm um grupo definido passam a integrar este grupo para definir-se neste espaço. Esta assertiva tem como base as considerações de Bourdieu (2001) sobre a legitimação da identidade em um espaço, referente a qual o autor diz que, quando é alcançado os demais que não se identificam com esta identidade, buscam se integrar ao grupo como forma de também ter sua identidade legitimada. Isso nos leva a inferir que os migrantes, ao colonizarem o Oeste paranaense, não necessariamente entendiam-se como gaúchos. Mas que, com o passar do tempo, estes passam a se organizar em torno de características comuns como forma de fortalecimento de suas ações neste espaço.

Também identificamos que nem todos os migrantes aderem ao tradicionalismo gaúcho, porém este passa a exercer representação na região a partir da organização do grupo através dos CTGs. Ao mesmo tempo, lembramos que Halbwachs diz que “Cada um é membro de vários grupos, participa de vários pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários tempos coletivos” (1990, p 128). Nota-se que essa ideia se relaciona com a questão da definição da identidade do sujeito pós-moderno de Stuart Hall (2006). Estas reflexões permitem entender que o indivíduo participa de várias memórias coletivas e sua identidade é formada ao longo do tempo, estando sempre em processo, de acordo com os diferentes grupos em que participa.

Com isso, entendemos que ao definir-se como gaúcho, existem também outras identidades que formam cada indivíduo, de acordo com os diferentes grupos de que participa e compartilha. Por exemplo: se identificar com o *ser* gaúcho não exclui que a pessoa também se reconheça como paranaense. Inferimos, então, que os gaúchos se constituem no Oeste paranaense apoiados em lembranças semelhantes que lhes remetem a uma mesma visão de mundo idealizada. Formando um grupo no qual podem participar pessoas de diferentes lugares, porém que compartilham de algumas lembranças, tais como a migração e a vida no

campo. Assim, o próprio grupo passa a construir sua memória coletiva a partir da afirmação de referências históricas e suas ações no espaço.

Compreende-se que indivíduos de diferentes origens ao se relacionarem com a valorização das tradições gaúchas, através dos CTGs, podem passar a constituir laços de pertencimento ao *ser* gaúcho, reconhecendo-se então, como gaúchos. Entendemos que isto acontece a partir da associação entre lembranças comuns às difundidas pelo grupo, o que consideramos que contribui para que colonos de diferentes origens passem a se reconhecer como gaúchos. Dessa situação, em uma metamorfose, o Oeste paranaense passa então a ser entendido como uma região de colonização gaúcha, legitimada através das histórias oficiais, memórias e identidades que passam a fixar-se na região.

Neste sentido, considera-se que se estabelece uma relação de legitimação da identidade a partir da afirmação do poder do grupo. Sobre a situação de poder, cabe destacar que Bourdieu (1989, p.15) mostra que o poder simbólico é uma forma transfigurada e legitimada das outras formas de poder, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. Neste sentido, entendemos que o poder simbólico perpassa os outros poderes, tendo autoridade legitimada, porém, não entendida como arbitrária, o que lhe permite atuar na realidade dos grupos que lhe reconhecem. Ou seja, entendemos que o *ser* gaúcho, ao se fazer reconhecer a partir de suas representações no espaço, passa a exercer poder sobre os *outros* que lhe reconhecem, permitindo-lhes influenciar na formação do espaço de colonização.

Tomada esta reflexão sobre poder simbólico, percebe-se que as análises das representações do *ser* gaúcho observadas na formação do Oeste paranaense indicam para como os colonos, que no início da colonização são chamados, na sua maioria, como aponta Gregory (2002), de alemães ou italianos, com o passar do tempo, influenciados pelas transformações socioeconômicas e pela representatividade do *ser* gaúcho, começam a ser reconhecidos e se reconhecerem como gaúchos. Isso permite entender que estes indivíduos estão sendo reconhecidos e passam a se reconhecer a partir das práticas e valores pregados como definidores do *nós*.

Chegamos então na questão de definição do grupo, entendendo que, para a formação do *nós* que transpasse o espaço e o tempo, existe a necessidade da formação de uma memória coletiva ao grupo. Lembrando que o gaúcho passa a fixar-se no Oeste paranaense a partir de suas representações. Infere-se, assim, que, a partir da formação dos CTGs, o grupo alcança a (re)construção de sua memória coletiva e a legitimação de suas representações neste espaço, definindo sua identidade e estabelecendo vínculos entre seus membros.

Conclui-se que a formação do espaço do Oeste do Paraná, além de ter presente influência da colonização dirigida a colonos do Sul do Brasil, também é influenciada pela afirmação de referências culturais ligadas ao *ser gaúcho*. Lembramos que, a partir da construção de uma tradição, tendo como base a valorização de memórias selecionadas, o tradicionalismo gaúcho se organizou e se expandiu. Assim, sua construção no Oeste do Paraná é analisada aqui tendo como referencial toda a sua construção histórica no tempo e espaço, considerando-o como um suporte para a fixação do ser gaúcho enquanto grupo na região. Seguimos para o próximo tópico, buscando identificar como se organiza, no Oeste paranaense, esta estrutura que possibilita a constituição de uma comunidade em rede entre os gaúchos.

2.3 MOVIMENTO TRADICIONALISTA NO OESTE PARANAENSE: OS CTGS

A partir das reflexões já elaboradas podemos entender como surge o primeiro CTG, e como o Movimento Tradicionalista Gaúcho se afirma no Rio Grande do Sul e se expande para outras regiões. Percebe-se que este processo de valorização da cultura gaúcha se intensifica na segunda metade do século XX. Cabe frisar que, nesta mesma época, acontece o auge da colonização do Oeste do Paraná, sendo que o primeiro CTG surge no Rio Grande do Sul em 1948, e os colonos sul-rio-grandenses começam a ser atraídos para o Oeste paranaense pelas colonizadoras nesta mesma década. Assim, no fim da década de 1950, tanto o Movimento Tradicionalista Gaúcho quanto a colonização do Oeste do Paraná estavam em franca expansão.

É claro, não devemos nos esquecer de que, mesmo antes da formação dos CTGs, já existiam manifestações pró-cultura gaúcha, com a valorização de sua identidade. Contudo, observamos que, com a criação e fixação dos CTGs, este movimento torna-se mais reconhecido e tem maior abrangência. Esta percepção nos permite observar que a maioria das populações que vieram a ocupar o Oeste do Paraná no seu princípio de colonização dificilmente havia participado de um CTG anteriormente, já que estes estavam em fase de expansão no Rio Grande do Sul. Porém, que ao mesmo tempo o Movimento, ao se articular com jornais e rádios, tornou-se acessível a estes migrantes em outras regiões. Esta reflexão se

apoia na afirmação de Oliven sobre os CTGs, pois este autor, ao relatar sobre a expansão do tradicionalismo, diz,

Pode-se argumentar que, ao cultuarem costumes e valores das estâncias da Campanha, os colonos gaúchos que emigraram para outros estados estão fazendo referência a um mundo ao qual, na verdade, não pertenceram. Ao saírem do Rio Grande do Sul, onde tinham no máximo alguns hectares de terra, e adquirirem glebas bem maiores em áreas de fronteira agrícola, eles simbolicamente deixaram de ser pequenos colonos e se transformaram em grandes fazendeiros, isto é, 'gaúchos'. Não é descabido imaginar que, no futuro, haja mais CTGs fora do que dentro do Rio Grande do Sul. Embora muitas entidades tradicionalistas de outros estados provavelmente já não sejam freqüentadas por gaúchos natos, mas por seus descendentes, sua existência denota uma grande saudade da querência, em busca de origens rurais perdidas - ou jamais possuídas -, à semelhança do que ocorreu com os fundadores do '35'. (OLIVEN, 2010, p. 09)

Este autor, ao falar sobre o tradicionalismo em geral, retrata que o *ser* gaúcho não foi necessariamente vivido pelos colonos enquanto estes habitavam o Rio Grande do Sul. Isto acontece, de acordo com o autor, devido à constituição da imagem do gaúcho estar relacionada com as estâncias, o que não era a realidade da maioria das pessoas que migraram, sendo que migraram em busca de mais terras. Nesta época, no Rio Grande do Sul, tornavam-se escassos os espaços para serem ocupados, produzindo um excedente populacional. Estas pessoas, ao migrarem, na sua maioria, adquirem uma quantidade maior de terras do que já possuíam, e, de acordo com Oliven (2010), então passam a identificar-se com o imaginário do *ser* gaúcho, que está intimamente relacionada com a vida campeira. Ao mencionar que, no Rio Grande do Sul, estes imigrantes não necessariamente pertenciam a esta realidade, a do *ser* gaúcho, o autor parte de uma visão de vivência das práticas culturais gaúchas, baseadas na vida da estância. Mostra que esta não é pré-requisito para a constituição de uma ligação e continuidade através dos CTGs, pois diz existir a saudade da querência, mesmo nunca tendo possuído esta origem campeira.

Este mesmo autor ainda indica que o Movimento Tradicionalista Gaúcho constitui-se a partir do sentimento de perda, ou seja, como uma tentativa de resguardar um passado que não existe mais. Oliven (2010) segue observando que o tradicionalismo não é um movimento rural, mas sim cidadão, sendo que sua maior ascensão acontece nas regiões onde não se vive a vida e os valores do campo pregados pelos CTGs. Neste sentido, o autor nos permite fazer uma reflexão sobre a adesão aos CTGs dos indivíduos originários do Rio Grande do Sul após a migração para fora deste estado, pois se percebe não ser a proximidade com os valores da

vida campeira que faz os indivíduos se ligarem aos Centros de Tradição, mas sim o afastamento desta realidade idealizada de passado que é mitificada pela instituição.

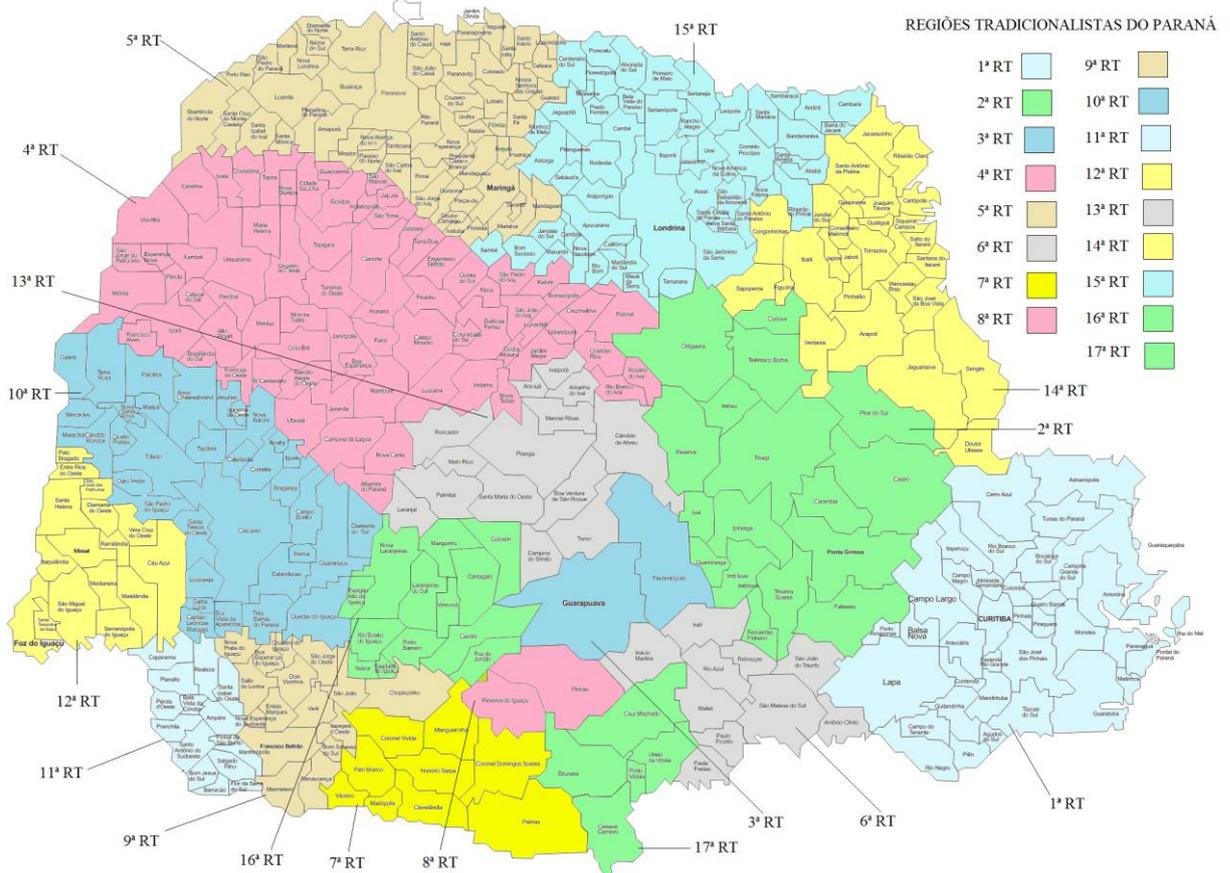
As análises de Oliven (2010) indicam duas coisas complementares, sendo uma a aquisição de propriedade maior fora do Rio Grande do Sul que leva os colonos a se identificarem como gaúchos, e a outra, o sentimento de descontinuidade com o passado. Estas duas ações remetem a uma dialética de aproximação e distanciamento, o que permite dizer que a aproximação é material, porém o distanciamento é simbólico. Ao mesmo tempo, ao relatar que o movimento é cidadão, o autor ainda mostra um distanciamento tanto material quanto simbólico, o que nos leva a refletir sobre a adesão aos CTGs como uma questão de reprodução tanto material quanto simbólica de uma realidade idealizada. Sobre a adesão aos CTGs no estado de Santa Catarina, Falcão diz,

Pois bem: se o discurso tradicionalista mitifica o passado, depurando-o dos inconvenientes provocados pelas angústias e perplexidades da existência humana e sublinhando diante disto uma série de virtudes que seriam peculiares (ainda que não exclusivas) ao gaúcho, e ao mesmo tempo, promove certos valores simbólicos como origem, tradição, e identificação cultural, não fica difícil entender o grande poder de sedução que ele tende a exercer sobre grupos sociais, que estão inseridos num processo semelhante de formação de sua própria visão de mundo e que também se vêem arrastados pelas agudas transformações da sociedade existente. (FALCÃO, 2000, p. 223)

Este autor, mesmo referindo-se à realidade de Santa Catarina, faz reflexões que permitem aproximar da realidade observada no Oeste paranaense. Pois, ao tratarmos da constituição de CTGs nesta região, levantamos a questão de como estas pessoas aderem ao movimento tradicionalista após a migração. Dessa forma, podemos inferir que a necessidade de manutenção de laços de continuidade com o passado, juntamente com a construção de uma ideia idealizada do mesmo, faz os CTGs tornarem-se atraentes para que os grupos que migram afirmem seu pertencimento. Por isso, os valores, símbolos e histórias que dão sustentação a esta instituição são construídas de forma positiva.

As reflexões de Oliven (2010) e Falcão (2000) nos levam a entender a adesão ao CTG como uma forma de tentativa de continuidade. A construção de um passado idealizado, baseado em questões materiais e simbólicas que remetem a uma identidade representativa, faz os indivíduos se aproximarem destes Centros. Estas reflexões foram elaboradas para nos aproximarmos dos CTGs do Oeste do Paraná e buscar entender o contexto que circunda a sua formação. Neste sentido, entendemos que o tradicionalismo aflora, principalmente, como fruto do sentimento de saudade do que não se vive. Para esta análise, partimos da observação

da 12ª Região Tradicionalista (RT), de acordo com a divisão espacial definida pelo Movimento tradicionalista do Paraná, o qual divide o estado em 17 Regiões Tradicionalistas, as quais podem ser observadas no mapa abaixo.



Fonte: Mapa da autora. Com base em informações do Regulamento do MTG Paraná

Estas regiões têm as áreas geográficas definidas em conformidade com o Regulamento do MTG do Paraná, e podem ser criadas de acordo com a necessidade de organização dos CTGs. Estas são, no ano de 2013: 1ª Região Curitiba; 2ª Região Ponta Grossa; 3ª Região Guarapuava; 4ª Região Cidade Gaúcha; 5ª Região Nova Londrina; 6ª Região São Mateus do Sul; 7ª Região Mariópolis; 8ª Região Pinhão; 9ª Região Francisco Beltrão; 10ª Região Cascavel; 11ª Região Planalto; 12ª Região Itaipulândia; 13ª Região Pitanga; 14ª Região Ribeirão Claro; 15ª Região Londrina; 16ª Região Laranjeiras do Sul; 17ª Região União da Vitória. E cada uma compreende um grupo de CTGs que tem sua organização atrelada entre si.

Neste sentido, nosso trabalho parte de uma análise espacial considerando, não a divisão política do espaço, mas, sim, a divisão definida pelo tradicionalismo formalizado pelo MTG-PR, entendendo que este também faz parte de uma construção de territorialidade. Os municípios que abrangem a 12ª região Tradicionalista são 16: Céu Azul, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Pato Bragado, Ramilândia, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste. Dentre estas são encontrados os seguintes CTGs:

CTGs do Oeste do Paraná e suas Localidades	
CTG Estância Quero-Quero	Diamante d'Oeste
CTG Charrua	Foz do Iguaçu
CTG Estância Crioula	Foz do Iguaçu
CTG Sentinela da Fronteira	Itaipulândia
CTG Querência Nova	Matelândia
CTG Sentinela dos Pampas	Medianeira
CTG Porteira Nova	Missal
CTG Sepé Tiaraju	Pato Bragado
CTG Filhos do Sul	Santa Helena
CTG Índio José	Santa Rita – Paraguai
CTG Querência Amada	São Miguel do Iguaçu

Este levantamento nos mostra a representatividade desta entidade na região, onde, entre dezesseis municípios que compõem a 12ª Região Tradicionalista, nove têm centros de tradições gaúchas. Estas informações estão no Regulamento do MTG, contudo, no site do mesmo MTG e no Estatuto da 12ª RT outro CTG está incluído nesta região, o CTG Índio José de Santa Rita, no Paraguai. Com isso, o estudo da 12ª Região Tradicionalista do Paraná também abrange a análise de um CTG localizado no exterior. De acordo com informações obtidas a partir das observações de campo, a adesão de um CTG localizado no exterior a uma Região Tradicionalista de qualquer localidade do Brasil é permitida e decidida pelo próprio CTG, sendo regulamentado pelo MTG ao qual se afiliar.

Esta delimitação da região tradicionalista nos lembra da definição de região de acordo com Bourdieu, pois, para o autor, está relacionada à luta de poder de definição de interesses. Neste sentido, as fronteiras políticas existentes não coincidem com as fronteiras culturais estabelecidas pelo grupo, onde se inclui um CTG do exterior em uma região tradicionalista. Assim, o CTG Índio José se insere em nossa pesquisa por sua participação ativa na 12ª RT do

Paraná, e o analisamos, como aos demais, a partir de suas práticas afirmativas referentes ao *ser gaúcho*, pois entendemos que essa participação na região o legitima como membro do grupo tradicionalista e constitui laços entre seus membros, caracterizando a rede de sociabilidade entre os CTGs.

Tomando o MTG-PR como ponto de partida para definição do espaço a ser pesquisado, buscamos entender como este se organiza no estado do Paraná. Para isso, usa-se, como fonte, o *site* desta instituição que disponibiliza inúmeros documentos que visam à regulamentação e normatização dos CTGs e dispõe de seus calendários de atividades. Também nos amparamos em informações adquiridas a partir da secretaria do MTG e de um representante, Osvaldo Martins⁷⁶, segundo vice-patrão da instituição, que forneceu uma entrevista detalhando-nos a formação e funcionamento do MTG do Paraná.

De acordo com Osvaldo, o Movimento Tradicionalista no Paraná surgiu após a criação dos primeiros CTGs no estado. Sua fala nos mostra que tradicionalistas preocupados com o surgimento de inúmeras entidades que se autodominavam CTG sem seguir nenhuma regulamentação, levou à criação do MTG-PR para regulamentar e normatizar as atividades destas instituições “para os CTGs não virarem bailão, como já existiam alguns CTGs que já eram bailão” (Osvaldo, informação verbal, 2013). Esta instituição foi formada em 05 de dezembro de 1975, na cidade de Campo Mourão, e, a partir de então, se criaram os regulamentos e normatizações baseados na Carta de Princípios que rege o MTG do Rio Grande do Sul. Desde então, de acordo com o Regulamento do MTG-PR, entidades só podem denominar-se CTG se estiverem dentro das normatizações estabelecidas por esta instituição. Osvaldo fala que existiu a necessidade de se regulamentar porque “entre 1975 e 1980, o CTG era modismo” onde as pessoas se vestiam como queriam, tocavam qualquer música, sem seguir uma regulamentação. De acordo com Osvaldo, o motivo do modismo era,

O bailão né... porque... se vem vendo ali... antigamente nós tinha aqueles bailes com banda que tocava lá pros pais bolero, tango, marchinha, aquelas coisas lá, os bailes. [...] Tinha um bailão lá, tocavam música gaúcha, eles achavam que era CTG que era baile gaúcho. Botava bombacha, bota, vestido de prenda, botava aqueles vestido de caipira de... festa junina e dizia que era de prenda. Então era modismo, para nós é um modismo, mesmo porque nós temos normas pra se fazer um vestido de prenda.

Nesta fala, podemos perceber que os CTGs no Paraná não foram surgindo de forma organizada, e sim como fruto de uma forma de lazer, na qual caracterizavam-se como clubes,

⁷⁶ MARTINS, Osvaldo (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Cascavel/PR, 28 de março de 2013. Aproximadamente 72 minutos gravados em MP3.

onde a música gauchesca era o principal chamariz. Observou-se que, no Oeste do Paraná, também se passou por uma fase de surgimento desorganizado destas instituições, pois, de acordo com Sueli Fritsch⁷⁷, citada no trabalho de Uliana (2004, p.29), alguns dos salões de baile que pertenciam à iniciativa privada, do município de Pato Bragado, foram inicialmente denominados de CTGs ou, ao menos, utilizados por estes. Além disso, a autora ainda mostra que, de acordo com Sueli,

[...] tais centros encontravam-se “*presentes em quase todas as vilas do interior do município*”. Entre os anos 80 e 90, destaca-se a fundação de vários CTGs. Além do situado no perímetro urbano de Marechal Cândido Rondon, funda-se o de Porto Mendes, o de Entre Rios (estes últimos atualmente sem atividades) e o de Pato Bragado. (ULIANA, 2004, p. 30)

Esta citação permite visualizar que existiu uma grande adesão aos CTGs na região Oeste do estado, os quais serviam como locais de lazer e não, especificamente, de tradicionalismo. Conforme mostra a autora em suas reflexões posteriores, estes não faziam parte do Movimento Tradicionalista. Mas com a ação do MTG, alguns destes clubes passam a aderir ao Movimento e a se enquadrarem nas normatizações da instituição, enquanto outros sucumbem. Outras fontes também nos relatam sobre a existência de CTGs antes da ação do MTG, como o livro de memórias do CTG Charrua (BATISTA, 2005), indicando que, quando este foi criado, já havia existido outras tentativas de formação de CTGs no município de Foz do Iguaçu. E também na fala de Francisco Braghini, representante do CTG de Matelândia, dizendo que antes do CTG Querência Nova ter sido criado, já se tinha outro CTG no município, mas que não era regulamentado.

Estas fontes nos permitem visualizar mais uma perspectiva de atração dos CTGs, o lazer. Percebe-se que, antes de estar vinculado à preservação da cultura gaúcha, estes Centros se constituíam em espaços de sociabilidade, característica que continua lhes sendo fundamental. Mas vê-se que estas erupções particulares nem sempre se consolidaram. A partir das fontes, percebe-se que, ou as instituições passavam a seguirem as normas do MTG que surge depois dos Centros, ou sucumbiam ao não serem nomeadas de CTGs. Não se encontrou um registro formal de quantas entidades existiam exatamente, mas, como observa Uliana, o que se percebe é que todas as vilas da região contavam com um “CTG”. Podemos perceber que, ao se regulamentar as suas atividades, a formação de um CTG passa a ser mais rigorosa e, conseqüentemente, menos CTGs se fixam na região.

⁷⁷ FRITSCH, Sueli. *De gaúcho a alemão: duas construções em Marechal Cândido Rondon*. Marechal Cândido Rondon. UNIOESTE. Trabalho de Conclusão de Curso de História, 1999, p. 03.

Oswaldo, representante do MTG-PR ainda fala sobre como esta ação de normatização foi efetuada. Segundo ele:

Eles não sabiam nem porque aquilo lá. Mas, era bonito aquela calçona largona, aquele vestido floreado e aquela coisa... e cabelo... com aquela flor no cabelo então virou esse modismo. E nós não conseguíamos ficar em paz com aquilo. Nós íamos em baile fazer... não proibir, mas falar pra eles, explicar... eu mesmo em Curitiba cansei de ir em baile, em sociedade, em clube, meia noite, 1 hora [da manhã], ir lá e pedir 10 minutos no microfone e falar... olha, cuidado pessoal, com isso aqui: o conjunto é gaúcho, a música é gaúcha, mas tem umas coisas que às vezes vocês usam sem ter noção nenhuma do que é e pensa que tá bem e vocês tão... e na realidade... isso aí não tem nada a ver conosco [tradicionalistas], não tem nada com tradição gaúcha, nada com baile gaúcho. Então, só alertar vocês... aqui no clube sem problema nenhum, mas se for num CTG pelo amor de Deus não vão assim porque vocês podem correr o risco de ser proibidos de entrar. Então nós não fomos proibindo, nós fomos explicar pra eles como é que funcionava. E ficamos quase 7, 8 anos, de 82, 83 pra cá que nós fomos devagarzinho normatizando isso.

O representante do MTG nos mostra, com sua fala, que houve um trabalho de disciplinarização através da instituição. Podemos ver que as pessoas aderiam aos CTGs, mas não necessariamente ao tradicionalismo, o que passa a não ser permitido pelo MTG. Como aparece em sua fala, foi longo o processo para consolidar essa disciplinarização, mas pode-se dizer que foi elaborado a partir de ações amparadas em um poder simbólico, pois, ao dizer que eles não proibiam, mas sim, explicavam como deveria ser, Oswaldo nos mostra que existia um reconhecimento externo das ações desenvolvidas pelo MTG, pois foram acatadas a partir do exercício do poder de transformação de mentalidade. Essa ideia se conjuga com a questão de Território de Haesbaert (1997), dizendo que este envolve sempre dimensões simbólicas e concretas, as quais têm caráter político-disciplinar com a apropriação do espaço como forma de disciplinarização.

O MTG expande seu reconhecimento a partir da adesão dos CTGs às suas normatizações. Ao mesmo tempo, permite conjecturar que esta ação não agradou a todos os indivíduos que já participavam destas instituições que, antes da normatização, serviam como espaço de lazer aberto. Contudo, outros, mesmo com a normatização, permaneceram na entidade. Isso nos leva a entender que a popularidade dos CTGs não regulamentados também contribuiu para que se difundissem os valores reconhecidos como gaúchos. Infere-se, a partir das fontes, que o MTG do Paraná vem a consolidar os CTGs da região como territórios simbólicos, pois passam a se constituir em espaço de representação do tradicionalismo gaúcho

na região, a partir da regulamentação. Constituem-se assim, em um espaço de sociabilidade, mas, ao mesmo tempo, também em um espaço disciplinar.

Ao consolidar-se o MTG do Paraná, passa a influenciar todo o estado, mesmo assim, sabe-se, pela observação de campo, que ainda existem CTGs que não estão registrados a esta instituição, mas estes não são analisados neste trabalho. Osvaldo relata que, para a sua ação, o MTG-PR tem uma estrutura organizacional hierárquica que segue os mesmos moldes da organização do CTG, com nível mais abrangente. De acordo com este representante, o MTG está composto por uma diretoria que tem: Patrão (presidente); 1º Vice-patrão (vice-presidente); 2º vice-patrão; 1º Sota Capataz (secretário); 2º Sota Capataz; 1º Guaiaca (Tesoureiro) e 2º Guaiaca. Ainda tem as diretorias de cada departamento: Diretor Geral; Diretor da Invernada Artística; Diretor da Invernada Campeira; Diretor da Invernada Esportiva; Diretor de vaca parada; Diretor Jurídico; e seus adjuntos. E para cada região tem-se um Conselheiro e um Coordenador.

Osvaldo nos mostra que toda esta estrutura trabalha em conjunto para organizar e normatizar as atividades dos CTGs. O MTG serve como um suporte e, ao mesmo tempo, como um mediador. De acordo com o Estatuto Social⁷⁸ do MTG-PR, desenvolve suas ações através de reuniões regulares, tendo convenções a cada dois anos, congressos a cada dois anos, reuniões de patrões em cada região tradicionalista a cada dois meses, e duas reuniões por ano com os coordenadores e conselheiros de cada região. Assim, cada CTG cuida de suas atividades, mas precisa estar em compasso com os CTGs de sua região, o que se alcança através da orientação do Coordenador e também pelo Conselheiro da região, e estes passam as informações, relatórios das atividades, ao MTG.

Também percebemos, a partir do Estatuto Social do MTG-PR que esta instituição, por sua vez, cobra dos CTGs seguir as regras que são pré-estabelecidas e, através das diretorias, dão suporte para as atividades dos CTGs. Estas atividades, consideradas como oficiais, são regidas pelo Regulamento Geral do MTG-PR, o qual estabelece normatizações para as “Promoções Tradicionalistas”. Estes eventos considerados tradicionalistas são desenvolvidos pelos Centros, contudo, precisam passar pela aprovação do MTG que também vai estar presente para a avaliação das práticas que forem desenvolvidas. Percebemos que toda esta estruturação visa a que a entidade consiga manter os laços entre o grupo.

Durante a pesquisa, teve-se acesso a reuniões da 12ª RT-PR, e também se estabeleceu diálogos com dirigentes, que possibilitaram visualizar o funcionamento desta região. Com

⁷⁸ MTG – PR. Estatuto. Disponível em: < <http://www.mtgparana.org.br/>> acesso em: 17 de jul. de 2013

isso, percebemos que este trabalho de organização em rede nem sempre é satisfatório para todos do grupo. Observou-se que os ideais dos Centros muitas vezes não estão em consonância e que existem relações conflituosas, por exemplo: mesmo com a existência de Regulamentos para cada atividade, como a Artística ou a Campeira, existem discordâncias sobre como estes devem ser aplicados, referente à obrigatoriedade de peças da pilcha ou sobre as datas a serem desenvolvidos os eventos oficiais. Além disso, as obrigatoriedades exigidas pelo MTG nem sempre são acatadas, ou são de difícil acesso aos CTGs, que, na sua maioria, reclamam dos preços a serem pagos para conseguir organizar eventos de acordo com as normas da instituição.

Mesmo com as problemáticas observadas na relação estabelecida entre CTGs da 12ª RT e MTG do Paraná, o grupo ainda mantém seus laços através das práticas elaboradas em conjunto. Pois, se percebe que os rodeios, tanto Artísticos quanto Campeiro, organizados pelos Centros e que têm respaldo da 12ª RT e do MTG, servem para a interação entre diversos CTGs, e se estabelece como uma forma de ligação e de incentivo à manutenção dos Centros.

Estes rodeios são organizados na perspectiva de promoção e preservação das práticas consideradas gaúchas. Cada um tem seu próprio Regulamento. O Rodeio Artístico, por exemplo, de acordo com o Regulamento Artístico (2012) do MTG-PR, está composto por Modalidades como: Danças Tradicionais, Birivas e Salão; Chula; Música; Trova, Causo e Declamação⁷⁹. Estas modalidades são de competição individual ou de grupo, e estão divididas de acordo com a faixa etária: mirim (até o decorrer do ano calendário que completar 12 anos), juvenil (até o decorrer do ano calendário que completar 17 anos), adulto (acima de 17 anos), veterano (peões acima de 30 e prendas acima de 28 anos completos no ano), xiru (acima de 50 anos completos no ano). De acordo com este Regulamento, tem-se normas de participação e avaliação para cada modalidade, e esta avaliação é feita por uma equipe do MTG.

O Rodeio Crioulo também acontece nesta mesma perspectiva, contudo visa ao desenvolvimento de práticas rurais. De acordo com o Regulamento Campeiro (2012) do MTG-PR, um rodeio campeiro tem as provas de: laço individual, laço em dupla, laço em equipe, rédeas, pealos, prova do chasque, prova do cepo, gineteada, cura do terneiro e vaca parada⁸⁰. As categorias e faixa etária respectiva são: piazinho (até 7 anos no ano do evento), piazito (de 7 a 11 anos no ano do evento), piá e prenda mirim (até 12 anos no ano do evento),

⁷⁹ Estas consistem em práticas selecionadas e reconhecidas como gaúchas. Exigem diferentes habilidades referentes à dança, música e declamação, mas sempre vinculadas a referências culturais gaúchas.

⁸⁰ Estas provas são relacionadas com as práticas de estância, são desenvolvidas na sua maioria com animais em um espaço aberto.

guri e prenda juvenil (até 15 anos no ano do evento), rapaz (de 15 a 18 anos no ano do evento), prenda (idade livre para prova de laço), capataz de quinteto ou piquete (acima de 16 anos), patrão, coordenador e conselheiro (serem maiores e capazes), peão e prenda adultos (16 anos completos ou mais), irmãos (idade livre), máster (50 anos completos até 60 anos incompletos), veterano (60 anos ou mais), vaqueano (70 anos ou mais). Cada uma dessas provas ainda tem suas peculiaridades de avaliação de acordo com a modalidade e com quem a desempenha. Estas provas também são avaliadas por uma equipe reconhecida pelo MTG e são acompanhadas por um narrador oficial.

Para participar destes rodeios, os CTGs preparam seus membros a partir de suas invernadas. Estas, como já mostramos anteriormente, podem ser Artística, Cultural, Campeira ou Esportiva. Contudo, percebemos, com as entrevistas realizadas com os representantes dos CTGs do Oeste do Paraná, que cada CTG organiza suas invernadas de acordo com seus recursos, disponibilidades e interesses. Por isso, é comum que os Centros tenham apenas uma ou duas invernadas. Na região estudada, percebemos que existe maior adesão dos CTGs às invernadas Campeiras e Artísticas. Estas exercem a ação educacional e disciplinar dos membros, como veremos mais detalhadamente adiante.

Sobre os CTGs localizados na 12ª RT, percebe-se que os primeiros vão sendo criados a partir da década de 1970. De acordo com o *site* do Movimento Tradicionalista Gaúcho no Paraná, o CTG Querência Nova do município de Matelândia é o primeiro CTG criado na região a ser regulamentado, no ano de 1975, e ainda está em atividade. Nesta mesma década, é criado o CTG Querência Amada, no ano de 1978, no município de São Miguel do Iguaçu. Na década de 1980, tem-se a criação dos CTGs Sentinela dos Pampas, no ano de 1980, em Medianeira; no ano de 1983, cria-se o CTG Porteira Nova, no município de Missal; e, em 1985, criam-se os CTGs Charrua, no município de Foz do Iguaçu, e o CTG Sepé Tiaraju no município de Pato Bragado. Em 1990, é fundado o CTG Estância Crioula em Foz do Iguaçu; em 1991, cria-se o CTG Índio José na cidade de Santa Rita, no Paraguai; em 1994, o CTG Sinuelo da Fronteira é formado na cidade de Itaipulândia; em 1998, o CTG Estância Quero-Quero é criado no município de Diamante D'Oeste; e, em 2005 o CTG Filhos do Sul é formado em Santa Helena. De acordo com informações levantadas a partir da observação de campo, além destas instituições, a região também teve CTGs nos municípios de Vera Cruz do Oeste e Céu Azul, e no município de Santa Helena teve um CTG anterior ao formado no ano de 2005, que também não existe mais.

Para se criar um CTG conforme as normatizações do MTG, tem-se que seguir o seu Estatuto e Regulamento. Com uma análise dos Regulamentos do MTG do Rio Grande do Sul

e do Paraná, percebemos algumas diferenças nas exigências a serem cumpridas para se formar um CTG, como, por exemplo, no número mínimo de associados, que, para o MTG-RS é de 80 e o MTG-PR é de 40. Mas, não entraremos nesta análise das diferenças quantitativas. Percebemos, também, que ambos os MTGs seguem a Carta de Princípios para definir seus objetivos e fundamentos, e entendemos que esta é a questão que define a formação de uma mentalidade comum entre o grupo, pois seguem uma mesma linha disciplinar para sua organização.

Assim, a criação de um CTG regulamentado pelo MTG-PR segue exigências, de acordo com seu Regulamento, tais como: o número mínimo de 40 sócios; a constituição de uma patronagem de no mínimo um ano, composta por: Patrão (Presidente); Capataz (Vice-Presidente), 1º Sota-Capataz (1º Secretário), 2º Sota-Capataz (2º Secretário), 1º Guaiaca (1º Tesoureiro); 2º Guaiaca (2º Tesoureiro). A patronagem poderá nomear cargos de confiança como: 1º Capataz da Invernada Artística (1º Diretor Artístico); 2º Capataz da Invernada Artística (2º Diretor Artístico); 1º Capataz da Invernada Campeira (1º Diretor Campeiro); 2º Capataz da Invernada Campeira (2º Diretor Campeiro); 1º Capataz Social (1º Diretor Social); 2º Capataz Social (2º Diretor Social); 1º Capataz da Invernada Cultural (1º Diretor Cultural); 2º Capataz da Invernada Cultural (2º Diretor Cultural); 1º Capataz da Invernada Esportiva; 2º Capataz da Invernada Esportiva; Chiru das Falas (orador). Junto com a Patronagem será eleito um Conselho de Vaqueanos (Conselho Fiscal), composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes. E, ainda, no primeiro ano do mandato, deverão ser eleitos a 1ª Prenda Adulta e o 1º Peão Biriva Adulto, que passarão a integrar, automaticamente, a Patronagem.

Após cumprir estas exigências, os CTGs que queiram filiar-se ao MTG-PR, de acordo com o seu Regulamento, ainda precisam encaminhar sua documentação, comprovando o cumprimento destas exigências, com cópia da Ata de fundação, relação dos membros da patronagem e dos sócios, e também o Estatuto Social, nos moldes exigidos pelo MTG, o registro do CNPJ-MF, titularidade de área onde possa ser fixada sua sede e desenvolvidas suas atividades, comprovante de pagamento de taxa de anuidade e deve estar claro, no Estatuto Social, a obrigatoriedade do CTG de filiar-se ao MTG. Esta documentação deverá ser entregue ao coordenador da região para que ele proceda com o encaminhamento da filiação do CTG.

Um processo burocrático que ainda é avaliado pelo MTG-PR que pode aprovar ou não a filiação do CTG. Após essa filiação, os CTGs precisam cumprir com outras normatizações e

prazos, como a participação nas reuniões e rodeios regionais e o pagamento das taxas mensais e anuais à RT e ao MTG. Também, de acordo com o Regulamento do MTG-PR os CTGs filiados serão obrigados a promover um rodeio oficial em uma das modalidades: Campeira, Artística e Esportiva, a cada dois anos, impreterivelmente, individualmente ou em parceria. Percebe-se, assim, como o Movimento Tradicionalista trabalha em função da regulamentação em busca da fixação e ligação entre os CTGs, em uma estrutura que promove a divulgação e manutenção da tradição gaúcha, com o incentivo às práticas, e, ao mesmo tempo, leva à constituição de laços entre seus membros pela forma de organização integrada.

Estas análises permitem ter um panorama geral da região, entendendo a organização e o funcionamento das atividades destes Centros a partir da regulamentação do MTG e da 12ª RT. Nesta fase, foi possível analisar o processo pelo qual o Movimento Tradicionalista do Paraná foi sendo constituído, e buscou-se observar suas ações na região de nossa pesquisa. Como vimos anteriormente, esta esteve inserida em uma perspectiva de alargamento das fronteiras agrícolas do país e tem sua colonização marcada pela ação direcionada de formação do espaço. Esta característica nos leva conjecturar que existe a formação de um imaginário idealizado sobre o *ser* gaúcho, pois este tem sua imagem associada a do pioneiro da região, devido aos valores associados à sua representação que são fixados pelos CTGs. Pois, as características dos indivíduos apontadas como objetos de desejo para a formação do espaço a ser colonizado, como as práticas agrárias, o instinto desbravador, os atributos familiares, os valores atribuídos ao trabalho, podem ser comparadas e reconhecidas nos valores propagados pelo grupo como os do *ser* gaúcho.

Podemos perceber que o migrante do sul passou a fixar-se na região não só através da historiografia oficial, a qual o legitima como pioneiro da região. Mas também passa a exercer influência através das práticas associadas ao lazer, como os bailes gaúchos, o que faz com que indivíduos de distintas origens passem a vincularem-se com as atividades gaúchas. Estes bailes gaúchos, como mostramos anteriormente, estão vinculados com a origem dos CTGs na região Oeste do Paraná. E, principalmente, através das músicas gaúchas⁸¹ que, de acordo com

⁸¹ Cougo (2010) também mostra que, a partir dos anos 1970, existe uma projeção nacional da música típica sul-rio-grandense, com o trabalho dos nativistas e o auge de alguns artistas como Berenice Azambuja, o Gaúcho da Fronteira, e até mesmo o próprio Teixeira, que novamente se volta aos temas ufanistas e ritmos típicos sulistas, como xote, milonga e rancheiras. Ainda diz, “O surgimento do programa *Galpão Crioulo*, na TV Gaúcha, canal 12 de Porto Alegre (mais Tarde RBSTV), também projeta a música regional a um novo patamar, desta vez interiorizando-a.” (2010, p. 166). Estas reflexões do autor nos permitem observar como a música vai influenciando a difusão do tradicionalismo, principalmente na questão de interiorização, pois a partir deste movimento se alcança uma maior promoção do gauchismo.

Cougo (2010), remetem a elementos regionais sul-rio-grandenses. Estes bailes difundem referências culturais ligadas ao *ser gaúcho*, através das quais os indivíduos, ao se identificarem, vão formando um sentimento de pertencimento a esta identidade. Assim, a organização do Movimento Tradicionalista passa a regulamentar estas atividades e a exercer uma forma de padronização sobre os Centros que já existiam, e também sobre os que vieram a existir posteriormente. Entendemos assim que este sujeito que constituiu sua identidade a partir das práticas do espaço, tem como seu suporte os CTGs.

Para entender como este grupo identitário se fortalece no Oeste paranaense, fez-se um levantamento de como o movimento tradicionalista surge no Brasil e se propaga por diferentes regiões. Aproximou-se esta reflexão da realidade vivenciada pelos migrantes que colonizaram o Oeste paranaense, e percebeu-se que estes se apoiaram nos seus laços de memória coletiva para a afirmação de sua identidade. Identificou-se que traços que integram uma coletividade neste espaço estão relacionados com a identidade do *ser gaúcho*. Pois, o gaúcho se fixa na região a partir de referências culturais que são semelhantes às associadas aos pioneiros, e passa a exercer representatividade a partir da construção de representações ligadas às suas tradições. Com isso, indivíduos que não têm, necessariamente, a origem sul-rio-grandense, ou mesmo que tendo não se reconheciam como gaúchos, passam a integrar-se ao grupo, e assim, a reconhecerem-se e serem reconhecidos como gaúchos, como uma forma de manter laços de continuidade a uma identidade. Este processo não deve ser definido como natural, mas sim ser entendido como resultado de um conjunto de fatores que foram propícios para que este grupo se afirmasse neste espaço.

3 CTGS NO OESTE DO PARANÁ

3.1 ORIGEM DOS CTGS NO OESTE PARANAENSE A PARTIR DOS SEUS REPRESENTANTES.

Aproximamos-nos do Oeste do Paraná através da 12ª Região Tradicionalista (RT), como já foi mostrado anteriormente, tendo como base para a análise a realidade observada na região e as características do movimento tradicionalista. Identifica-se, nas leituras realizadas sobre estes Centros e nos relatos dos representantes dos CTGs integrantes desta RT, que estes são formados por pessoas de diversas origens. Os antigos grupos que já se reuniam em torno de práticas consideradas então como gaúchas (tais como bailes, mateadas, churrascos, músicas e danças, associações, clubes ou até mesmo apenas grupos não organizados) passaram a se organizar e criaram os seus CTGs. Isso permite dizer que os CTGs foram surgindo impulsionados por um movimento pró-cultura gaúcha que se difundia nesta época, o qual amparou-se na memória coletiva de uma sociedade (histórias, práticas, usos e costumes oriundos de um espaço determinado) para sua consolidação, passando a ser então reconhecido pelas pessoas do espaço onde se estabelecem através de suas representações. Essa questão nos remete a uma definição proposta por Tedesco. Segundo ele,

Ao convivermos socialmente, vamos formando lembranças, ampliando nosso acervo de comunicação e formando nossa cultura, nossa identidade, consciência *de...*, construindo alteridades, definindo fronteiras (o *nós* e os *outros*) e ritualizando tempos, fatos e situações que nos promovem reconhecimento étnico, pessoal, social, cultural. (TEDESCO, 2011, p. 179)

Esta reflexão permite entender como as relações sociais são formadoras da identidade e, conseqüentemente, de um grupo. Também mostra que a ritualização promove o reconhecimento do grupo, e isso pode ser entendido como externo e também interno. Aproximamo-nos, dos CTGs entendendo que estes são territórios, por seu poder ritualístico e também disciplinador, o qual estabelece fronteiras tanto materiais como simbólicas. Ou seja, consideramos que a partir dos CTGs do Oeste paranaense se estabelece uma convivência

social baseada em uma visão de mundo e amparada por ritualização que forma o grupo, constituindo traços de ligação entre seus membros.

Nesta perspectiva, nos aproximamos das representações construídas pelos CTGs na região a partir de seus representantes. Tendo como base o paradigma indiciário de Ginzburg, aplicamos entrevistas semidirigidas, em busca de uma análise holística destas narrativas e dos meios que as cercam. Estas entrevistas foram feitas com representantes dos CTGs, entendendo que eles são agentes autorizados, detentores de um discurso performativo legitimado dentro do grupo.

A questão da origem dos fundadores dos CTGs no Oeste paranaense foi levantada aos representantes destas instituições nas entrevistas realizadas, e, em suas falas, é possível perceber a existência de pessoas de procedências diversas para a fundação da instituição. Nota-se que, ao relatarem sobre os fundadores, são levantadas suas origens, sendo uma o local de onde partiram. A origem espacial, na maioria das vezes, é o Rio Grande do Sul, mas também levanta-se a questão de origem étnica, ao mencionar que estes migrantes são descendentes de italianos e alemães que imigraram para o Brasil. Isto pode ser observado na fala de Valdir Possato⁸², representante do CTG de São Miguel do Iguaçu, quando diz, “Eles são todos lá do Rio Grande e Santa Catarina, que vieram da Itália, que vieram da Alemanha.” E este mesmo representante, ao ser questionado sobre o objetivo do CTG, diz: “Cultuar a tradição gaúcha. Até montaram um lema: Com a união dos povos cultuamos a tradição. Por que a maioria aqui era de Santa Catarina, era uma minoria do Rio Grande, e outras regiões do Brasil.” Percebe-se, nestas falas, que o CTG é construído não só por pessoas oriundas do Rio Grande do Sul, mas também teve ação de indivíduos de outras regiões para sua formação. A construção do lema “Com a união dos povos cultuamos a tradição” retrata uma realidade de integração entre indivíduos de origens diversas para a construção e manutenção do CTG. Entendemos esta afirmação de integração como uma forma de legitimar o gaúcho na região, também a partir da associação de sua imagem a valores positivos e não apenas aos indivíduos vindos do Rio Grande.

Sobre esta questão dos fundadores dos CTGs, outros representantes destes Centros também relatam a integração de pessoas de diversas origens para a formação do CTG. Francisco Braghini⁸³, representante do CTG de Medianeira fala, “Dos fundadores. A origem deles é, eles são a maioria, não é a maioria, tinha de todas as origens. Porque aqui nós

⁸² POSSATO, Valdir. **Entrevista ao autor**. São Miguel do Iguaçu/PR, 03 de Julho de 2013. (Fonte Oral)

⁸³ BRAGHINI, Francisco. **Entrevista ao autor**. Matelândia/PR, 03 de Julho de 2013. (Fonte Oral)

tínhamos italianos, tínhamos polonês, [...] alemães e portugueses. De estado, a maioria gaúcho. Aqui é uma região que veio bastante gringo também, mas filho de gaúcho bastante.” Neste relato, é possível perceber que se afirmaria que a maioria era gaúcho, mas, ao reconsiderar e falar que existiam pessoas de todas as origens, Francisco permite perceber que estes migrantes que ocuparam a região, mesmo vindos do Rio Grande do Sul, eram marcados pelas suas etnias antes de serem reconhecidos como gaúchos.

Fazendo um paralelo entre estas falas e o levantamento historiográfico feito anteriormente, é possível perceber que existe uma construção sobre o ser gaúcho após a construção do CTG, pois, estes migrantes, ao ocuparem a região e se reunirem para formar um CTG, são reconhecidos pelas suas origens étnicas e não por seu vínculo com o *ser* gaúcho, até porque esse talvez não existisse. Neste sentido, o CTG pode ser entendido como um alicerce da cultura gaúcha pelo qual esta não só se rememora, mas também se constrói, se reconstrói. A integração de indivíduos de procedências distintas em um grupo cultural singular, o gaúcho, requer que estes tenham laços de ligação. Sobre esta temática, consideramos as reflexões de Halbwachs (1990, p. 89) que relata sobre a importância e necessidade de manutenção de traços em comum entre os membros para a manutenção da memória coletiva, formação e manutenção de grupo. Considerando esta reflexão e a realidade destes migrantes, pode-se inferir que estes laços são construídos através do CTG.

Esta questão ainda pode ser observada em outras falas, tais como a de Olazio Marchi⁸⁴, representante do CTG de Santa Helena, que, sobre os fundadores do CTG, diz, “A origem dos fundadores do CTG hoje, é de origem italiana, origem alemã, tem nortista, tem o paulista, tem o mato-grossense, então é... Vamos falar o português correto: é um amontoado, mas que funciona.” Este relato, ao lado dos outros já citados, nos mostram que os CTGs da região Oeste do Paraná não são formados apenas por sul-rio-grandenses, mas sim que têm participação de pessoas de outras procedências. Estas remetem à questão espacial e também étnica, o que nos permite entender que, ao migrarem para esta região mesmo as pessoas vindas do Rio Grande do Sul, eram reconhecidas por outras identidades além da gaúcha. Nesta fala, ao citar *mato-grossenses, paulistas e nortistas*, Olazio nos mostra a presença do *outro* que é pouco citado na história oficial dos municípios da região. Mas, percebemos que estes, ao se integrarem ao CTG, contribuem para o processo de legitimação do gaúcho como pioneiro da região.

⁸⁴ MARCHI, Olazio. **Entrevista ao autor**. Santa Helena/PR, 03 de Julho de 2013. (Fonte Oral).

Isto mostra que o fortalecimento da cultura gaúcha na região, através dos CTGs, está associado à capacidade deste grupo de se organizar em torno de uma instituição que faz a integração de pessoas de diversas origens se ligarem a partir de referências com as quais estes querem ser associados. Pois, percebe-se que o *ser* gaúcho tem sua memória coletiva valorizada, é relacionado com o ser desbravador, pioneiro, trabalhador, e como uma pessoa de respeito na sociedade, ou seja, sujeito idealizado. Com isso, ao construir-se um espaço onde estes indivíduos se relacionam – o CTG, define fronteiras entre o *ser* e *não ser* gaúcho. Ao integrar-se ao grupo de gaúchos, o indivíduo, mesmo que até então não possuísse ligação com esta identidade, passa a se reconhecer e a ser reconhecido como gaúcho, o que implica em ser reconhecido com todos os valores que representam ser um gaúcho nesta sociedade.

Infere-se que a participação nos CTGs no Oeste paranaense está relacionada a uma questão de definição de identidade, pois o *ser* gaúcho, na região, envolve ser reconhecido como integrante do seu desenvolvimento. Contudo, como já citamos anteriormente, *ser* gaúcho pode estar composto por várias identidades de acordo com os diferentes ambientes que participa no seu dia a dia. Esta questão remete então à definição de fronteiras identitárias. Referente a isso, Bourdieu mostra que as lutas a respeito da identidade étnica ou regional “são um caso de luta de classificação, lutas pelo monopólio do fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Neste sentido, percebe-se que o grupo detentor das forças simbólicas tem sua identidade legitimada frente aos demais a partir de sua representação nesta sociedade. Bourdieu complementa que as lutas de afirmação ocorrem quando um grupo é legitimado, quando os *outros* aceitam a dominação ou buscam a assimilação com esta identidade (1989, p. 124). Estas reflexões do autor permitem compreender como uma identidade afirma suas fronteiras e dominações frente a outras. Aproximando estas concepções do nosso objeto, pode-se identificar que o gaúcho passa a exercer dominação simbólica sobre os demais grupos que compartilham o Oeste paranaense, pois, ao se afirmar a partir dos CTGs, constroi seus valores sobre referências positivas da colonização da região, apoiadas nas suas representações e na história oficial. Isso confere legitimidade ao grupo e o torna atrativo aos não gaúchos, que buscam aproximar-se deste para também legitimar-se⁸⁵.

⁸⁵ Ao mesmo tempo, também entendemos que este poder simbólico exercido pelo grupo é relativo e limitado, pois a partir das observações de campo e do levantado com os questionários percebe-se o baixo número de sócios dos CTGs (considerando o número de habitantes das cidades), o que não permite generalizar que todos os indivíduos desta região reconheçam o *ser* gaúcho como identidade legitimada e busquem vincular-se aos CTGs.

Sobre esta questão de integração ao grupo, algumas peculiaridades podem ser identificadas nos relatos dos representantes dos CTGs. Na questão da entrevista: Qual fora o objetivo traçado na formação do CTG? Alguns representantes mencionaram que o objetivo do CTG foi de divulgar e transmitir a cultura gaúcha na região, justificando que, nesta, existem pessoas de identidades diversas. Acerca disso, Francisco Braghini, representante do CTG de Matelândia diz,

O objetivo era a tradição gaúcha, e ter, transmitir pra essa gente daqui que era bastante gaúcho, mas misturado com paulista, mineiro. A gente chamava de nordestino, do nordeste, que tinha muito na época, tinha muito nordestino e paulista, mas se misturaram, gostaram da tradição que todo mundo se integrou, todo mundo quis ajudar pra que surgisse esse CTG.

Este relato nos permite observar o intercâmbio e a integração de pessoas de origens distintas para a formação do CTG. Percebe-se que os seus membros, ao fundar o CTG, têm a intenção de manter o tradicionalismo gaúcho no Oeste paranaense que já estavam em contato com outras culturas. E que estes, ao mesmo tempo, se integram a estas pessoas de diferentes culturas para a formação do CTG. O entrevistado, ao falar “gostaram da tradição que todo mundo se integrou” permite inferir que foi através do contato, através da exposição das referências culturais do *ser* gaúcho, que estes indivíduos passam a aderir ao grupo. Entende-se que este contato está impregnado de poder simbólico sob o *ser* gaúcho, o que permite que este grupo fixe uma visão de mundo de acordo com seus valores. Ou seja, o *ser* gaúcho, está carregado de um imaginário idealizado sobre suas ações a ponto de que *ser* gaúcho seja fonte de ascendência social. Percebe-se aqui influência do poder simbólico para a imposição de valores de forma não arbitrária, mas, dissimuladamente, de forma amigável. Cabe lembrar que isto é uma fricção cultural, onde uma identidade se submete a outra para também ser reconhecida neste espaço.

A integração entre pessoas de grupos diferentes não é simples. Já mostramos, anteriormente, que existe a necessidade de que os membros do grupo sintam-se pertencer a ele, remetendo a uma questão de coerência e continuidade. Ao falarmos de coerência identitária, associada à realidade do Oeste paranaense após a sua colonização, podemos conjecturar que se construam laços entre os colonizadores de acordo com sua trajetória de vida e trabalho, mesmo ao serem de procedências diferentes. Isto permite presumir que, para a construção dos CTGs na região e a agregação de pessoas de origens distintas, houve uma construção histórica feita pelos próprios Centros a partir de valores dos colonos desbravadores, associando-os ao gaúcho. Neste sentido, unir-se ao gaúcho através do CTG

não está, necessariamente, em descompasso com sua história de vida, pois os migrantes de distintas regiões passaram pelas mesmas intempéries na colonização da região. Pode-se inferir que são estes traços em comum, entre outros, que fazem com que pessoas de distintas origens se aproximem dos CTGs.

Ainda discutindo sobre a questão dos objetivos do CTG, percebe-se também, na fala de Francisco Braghini, do CTG Querência Nova, a preocupação com a permanência desta tradição no espaço e no tempo. Esta questão também é levantada por outros representantes de CTGs da região, tais como Gentil Donini⁸⁶, representante do CTG Sinuelo da Fronteira. Este aponta que o objetivo

principal é a divulgação da cultura gaúcha. Porque os mais velhos tudo bem, porque vieram do Rio Grande do Sul, mas os filhos dessas pessoas, os netos, eles tem que saber alguma coisa de onde vieram seus antepassados. Então, por isso que esses objetivos traçados seria a divulgação. O principal: divulgação da cultura gaúcha.

A necessidade de transmitir as memórias destes migrantes a seus descendentes passa a estar ligada ao CTG. Ao dizer que os descendentes dos migrantes do Rio Grande do Sul precisam saber de onde vieram seus antepassados, este representante nos permite perceber que existe uma construção histórica com referência a este território. Contudo, devemos entender que, ao falar de Rio Grande do Sul, estes estão falando de uma imagem idealizada da vida neste estado, pois, o CTG é formado a partir de uma representação romantizada da vida no campo, associada ao trabalho de estância, às práticas rurais, à vida em sociedade integrada, à moral e aos valores associados à família, questões que são, pontualmente, valorizadas. Assim, o CTG no Oeste do Paraná é constituído para dar forma a uma memória que está em processo de reconstrução.

Isto é levantado porque se percebe que o grupo se forma em uma perspectiva de manutenção de laços com um espaço e uma origem, questão que já analisamos a partir de Gimenez (2009) e Candau (2011). Entende-se que, com a transformação de suas relações sociais e espaciais, surge a necessidade de manutenção de laços de pertencimento. Como já indicado, a transição, a transformação com o ato da migração, é mais um motivo para a constituição de laços com o passado idealizado, servindo como um respaldo frente às mudanças enfrentadas. Assim, a formação do CTG é entendida como uma tentativa de manter os laços entre o grupo no tempo e espaço, apoiados em um passado idealizado.

⁸⁶ DONINI, Gentil (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Itaipulândia/PR 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 28 minutos gravados em MP3.

Isso nos faz chegar à questão das fricções e adaptações, ou seja: existe o interesse, a necessidade de manter uma tradição, de manter um grupo cultural, mas este grupo existe? Inferimos que não, o grupo homogêneo não existe. Está em constante movimento. Percebemos, com os materiais analisados, que existia a vontade de uma consciência coletiva e que esta passa a ser construída a partir dos CTGs. Estes Centros são construídos, então, para dar respaldo material e simbólico para a constituição do grupo, conferindo-lhe força. Então, entendemos que o CTG no Oeste paranaense é formado para estabelecer simbologias, ritualizações e bases históricas que constituem os traços comuns entre o grupo. Isto possibilitou a existência e permanência do grupo, ao mesmo tempo em que está em constante intercâmbio e movimento.

Percebe-se, assim, que, na região, além de definir-se frente ao outro, o *ser* gaúcho precisa definir o seu próprio grupo. Sendo que, ao falar de colonização do Oeste do Paraná, de imediato se lembra de que se tem colonos originários do sul do Brasil, valores associados à terra, tradições ligadas ao campo, e também uma gastronomia ligada aos costumes do sul. Estas informações podem ser conseguidas em diversos lugares e sobre vários indivíduos, e não ser relacionada, necessariamente, com o *ser* gaúcho. Porém, o *ser* gaúcho também se constrói a partir destas noções. Aqui, reside o perigo da generalização, de que todos são gaúchos, e, por isso, abordamos apenas o *ser* gaúcho a partir dos CTGs da região. Sendo que se percebe que o CTG é uma forma de delimitar fronteiras frente aos *outros*, mas, ao mesmo tempo, de integrar as pessoas que se identifiquem com suas práticas. Pois, não é possível que toda pessoa vinda do sul do Brasil seja considerada gaúcha, e, ao mesmo tempo, que pessoas vindas de outras regiões podem passar a se considerarem gaúchas através de sua participação no CTG. Assim, com a participação ativa nas atividades destes Centros, o que pressupõe a incorporação de suas práticas, obtém-se a integração do grupo em torno de uma memória coletiva que define o *ser* gaúcho.

Com isso, observamos que a construção do CTG é uma forma do grupo organizar-se, pois nem todos os seus participantes têm a mesma procedência, porém se integram em torno de uma mentalidade. Na fala de Flavio Prigol⁸⁷, representante do CTG Sepé Tiaraju, é possível notar esta questão de necessidade de organização do grupo como objetivo. Ele diz que,

Os objetivos eram eventos sociais pela necessidade até que as pessoas tinham pra se organizar, se encontrar. E também hoje nós temos alguns

⁸⁷ PRIGOL, Flávio M (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Pato Bragado/PR, 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 30 minutos gravados em MP3.

estudos que mostram que 80%, mais ou menos, das pessoas, moradores, fundadores de Pato Bragado vieram do Sul. Então por isso encontraram aí as suas origens, lembrar um pouco das tradições que deixaram no Rio Grande.

Este relato exemplifica, mais uma vez, a relação entre a migração para a região e a formação do CTG. Demonstra que os Centros são uma forma do grupo integrar-se e manter suas memórias, além de promovê-las, o que remete à perspectiva de formação de uma rede de sociabilidade. Ao associar esta fala com as demais já citadas sobre os objetivos dos CTGs, verifica-se que o processo de valorização do *ser* gaúcho no Oeste paranaense está vinculado a iniciativas em torno da preservação e difusão do tradicionalismo gaúcho.

A partir destas reflexões que abordam a formação dos CTGs no Oeste Paranaense, com base nos seus objetivos, em um paralelo com a participação de pessoas de outras origens nestes Centros, percebe-se que estas ações estão entrelaçadas à reconstrução e manutenção de uma memória coletiva ligada ao *ser* gaúcho, que se fixa neste espaço a partir da própria ação de formação dos CTGs. Aqui, os Centros são compreendidos como produto de uma coletividade que busca legitimar-se através de uma identidade reconhecida como representativa na região. Desse modo, procuram salvaguardar sua memória coletiva, e, ao mesmo tempo, fixar sua visão de mundo neste espaço através de suas representações. Nesta perspectiva, abordaremos, no próximo tópico, as representações do grupo neste espaço.

3.2 NOMEAR E REMEMORAR: A RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DOS CTGS

Como mostramos, os CTGs foram criados a partir de um movimento pró-cultura gaúcha, ampliando o reconhecimento desta e seu espaço de influência. Passa a difundir sua visão de mundo na sociedade e torna gaúcho a quem compartilha e tem como legítimo seus valores e símbolos. Isto é alcançado através de uma estrutura regulamentadora que enquadra e rememora sentidos e significados atrelados a histórias, fatos, símbolos, usos e costumes que lhes são interessantes, que afirmam suas fronteiras frente ao *outro*, construindo e mantendo sua identidade.

Nesta perspectiva, busca-se observar como estes CTGs se afirmam, e reconstroem um território que forma a memória coletiva deste grupo. Retomando a ideia de nomeação e de

discurso performativo de Bourdieu, entendemos que os nomes dados aos CTGs possuem distintas histórias, os quais não são escolhidos aleatoriamente, pois têm sempre um sentido simbólico implícito. Assim, estes podem ser entendidos como discursos performativos pelo poder de fazer existir a partir de sua enunciação. Então, os nomes dos CTGs são entendidos como elementos de formação e reafirmação da identidade gaúcha, cada um com uma representação diferente de suas particularidades simbólicas, mas, ao mesmo tempo, em uma construção buscando manter os laços com o grupo.

As análises dos nomes dos CTGs do Oeste do Paraná permitem identificar os elementos selecionados para a construção do seu espaço. Para isso, consideraram-se as reflexões de Certeau (2011), o qual diz que as escolhas de caminhos a serem seguidos, assim como as escolhas dos nomes a serem dados, são seleções que vão formando o espaço de acordo com as suas características e representações.

Parte-se do entendimento de que estes Centros de Tradições fazem parte da construção da identidade gaúcha no Oeste paranaense. Referente à construção da identidade gaúcha no sul da Bahia, Haesbaert (1997) afirma que a constituição de uma identidade se dá no sistema de relação com o externo, ou seja, com a alteridade que essa identidade permite representar. Este autor nos leva a entender que o CTG exerce a função de território no qual o grupo identitário se define frente ao *outro*. Pois, na perspectiva deste autor, o território envolve não só a dimensão material como também a simbólica. As concepções de Bourdieu, Certeau e Haesbaert possibilitam uma análise dos CTGs partindo de sua intencionalidade subjetiva.

Para isso, tomamos como pano de fundo as análises já elaboradas sobre o espaço do Oeste do Paraná e suas características populacionais. Assim, levantaram-se os nomes dos CTGs e os seus significados de acordo com o simbolismo atribuído pelo grupo, fazendo um paralelo com os relatos dos representantes de cada Centro sobre a nomeação da instituição. Para estas análises, foram adotados como base o Glossário de termos Gauchescos⁸⁸, o Caderno para Estudo da 10ª RT do Paraná (2013), e documentos que tratam sobre os símbolos gaúchos, encontrados nos *sites* já citados. Com o levantamento dos nomes de todos os CTGs regulamentados da 12ª RT do MTG-PR fez-se uma análise das memórias e símbolos que estão sendo representados através destes espaços construídos.

Os nomes dos CTGs da região são elucidativos. Estes são: Sepé Tiaraju, Estância Quero-Quero, Filhos do Sul, Porteira Nova, Sinuelo da Fronteira, Querência Nova, Sentinela

⁸⁸Ufpel. Disponível em: <<http://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html>> Acesso em: 19 maio 2013. Este documento foi extraído do **Dicionário de Regionalismo do Rio Grande do Sul**, dos irmãos Zeno e Rui Cardoso Nunes, editado pela Martins Livreiro. Dicionário que tem 556 páginas e contém 6.800 termos e expressões do regionalismo gaúcho.

dos Pampas, Querência Amada, Estância Crioula, Charrua e Índio José. Percebe-se, em uma acepção a Tedesco (2011), que cada um destes nomes remete a valores e memórias que, quando enunciados, pretendem evocar, rememorar, e assim manter vivo, no presente, as referências do passado. Observando-os, fizemos uma análise em conjunto, que buscou identificar os elementos utilizados para a formação dos referenciais do grupo. No contexto geral, percebeu-se a tentativa de ligação, através de adesão de traços reconhecidos como gaúchos para a nomeação das instituições. Contudo, percebemos que estes traços utilizados podem ser classificados de acordo com os elementos que são utilizados para esta perpetuação, sendo eles referência: lugar (tanto de origem quanto de destino), símbolos, personagens, temporalidades e sentimento.

As nomeações permitiram visualizar os elementos associados na tentativa de continuidade no tempo e espaço. Pois, nestas, fica evidente a constituição de uma dialética não excludente, mais sim unificante, entre a origem e o destino, o velho e o novo, a perpetuação da história do passado no presente. Isto pode ser percebido em todos os nomes dos CTGs da 12ª RT do Paraná, onde a menção ao local de origem é feita de várias formas, tais como: Estância, Querência, Pago, Pampas, ou simplesmente Sul. Todas as referências estão relacionadas a uma mesma questão: a vida no campo no Rio Grande do Sul.

A nomeação destes CTGs com estes elementos faz uma clara construção simbólica sobre o espaço a ser constituído. Neste espaço, o indivíduo, ao filiar-se ao CTG e participar de suas atividades é automaticamente remetido ao referencial da vida do campo, ou seja, este constrói um pertencimento, pelo menos simbolicamente, ao campeirismo gaúcho. Percebe-se que a menção ao lugar para a nomeação é feita também a partir de objetos e símbolos como a Porteira, o Sinuelo, o Sentinela, o Crioula, o Quero-Quero. Além de remeterem à questão da vida na estância, cada um destes tem seu próprio significado dentro do gauchismo.

A Porteira é entendida, de acordo com o Glossário de Termos Gaúchos (2013), como uma “cancela, portão de entrada para propriedades rurais, mangueiras, lavouras, invernadas, poteiros”. Ou seja, podemos entender a porteira como a porta de entrada para o campo, porta de entrada para a vida do gaúcho. Para a nomeação de um dos CTGs do Oeste paranaense este símbolo está associado com a questão de temporalidade, chamando-se “CTG Porteira Nova”. O representante deste CTG, Ronaldo Glesse⁸⁹, ao ser questionado sobre os motivos da escolha do nome diz, “Porteira Nova. Porteira é tipo uma porta de um poteiro. Então “Porteira Nova” porque é novo. Uma entidade nova, então uma porteira nova.” Este relato vem acompanhado

⁸⁹ GLESE, Ronaldo (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Missal/PR, 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 15 minutos gravados em MP3.

de uma reflexão sobre a escolha, onde o entrevistado diz que “foi eleito o nome após várias reuniões entre os amantes do tradicionalismo”. Com isso, considerando o significado do objeto, juntamente do contexto que foi eleito como nome para a instituição, infere-se que esta nomeação é uma representação do imaginário que buscou construir o *ser* gaúcho na região, pois se percebe uma busca pela reconstrução da origem no novo espaço colonizado. O nome permite adentrar ainda ao sentido subjetivo de porteira como de objeto que permite ou não a passagem, o que nos leva a entender o nome “Porteira Nova” como a abertura para uma nova vida, na qual se leva laços do passado.

A questão de temporalidade também é utilizada associada ao lugar de origem na nomeação do CTG “Querência Nova”. O termo querência, como já vimos anteriormente, faz referência ao campo, ao local de origem. De acordo com o Glossário (2013) “é o lugar onde alguém nasceu, se criou ou se acostumou a viver, e ao qual procura voltar quando dele se afasta”. No relato sobre a nomeação deste CTG, Francisco Braghini, que é representante do mesmo, diz,

Eu acredito que seja pela vinda desse gaúcho lá do Rio Grande, até eu presenciei a chegada e tudo, a gente viveu meio perto, era vizinho. E eles fizeram tudo novo as casas, e ele denominou morada nova, querência nova. Uma querência porque o gaúcho não fala morada, ele fala querência. Então foi aí que surgiu o nome do CTG Querência Nova.

Estas fontes nos permitem perceber que a junção dos termos “Querência e Nova” é uma descrição da ação de reconstrução do velho no novo. “Querência” fazendo referência, novamente, ao local de origem, mas agora mais pontualmente à questão da moradia, o que remete também à constituição de laços familiares. E “Nova” pode ser entendido como uma busca de continuidade com o passado, mas especificamente uma busca de ligação com os entes queridos e valores perpetuados entre eles. Percebe-se, na fala de Francisco Braghini, que participa deste CTG desde o sua fundação, que a escolha do nome foi influenciada pela vinda de um gaúcho que construiu sua nova moradia na região. Esta questão pode ser vista, também, a partir de sua objetividade, pois a denominação do CTG está relacionada com a vivência das pessoas que o integram, o que permite criar laços entre o local de origem e o novo local habitado, entre as antigas lembranças e o espaço do CTG, ou seja, um sentimento de pertencimento e continuidade. Neste sentido, entendemos que a denominação do CTG Querência Nova constrói a imagem deste como sendo o respaldo que se tem para estas memórias coletivas.

Outro CTG tem a sua nomeação elaborada pela composição entre um símbolo do estado do Rio Grande do Sul juntamente com a menção à vida no campo, é o CTG Estância Quero-Quero. “Estância” fazendo referência à vida do campo, pois é entendida como o estabelecimento rural destinado à criação de gado. E, de acordo com o Caderno para Estudo (10ª RT-PR, 2013), o quero-quero é “a ave símbolo do estado do Rio Grande do Sul. Espécie: *Belonopterus cayennesis*. Habita as voltas de alagados e sangas, afamada protetora dos pampas, e às vezes mencionadas como alma dos índios que tombaram nas coxilhas durante a revolução.” Rodrigo Lunkes⁹⁰, representante do CTG que leva este nome, relata que este “foi eleito por haver simpatia com o município, onde se vê muitos quero-queros nas fazendas e ao redor da comunidade”. Esmiuçar os sentidos destes termos nos permite perceber a construção de representação em torno da vida campeira, fazendo uma junção entre a propriedade e seus símbolos. E a menção feita por Rodrigo sobre a simpatia do município pela ave nos permite aferir a intencionalidade de construção de uma ligação entre a memória que busca ser reconstruída pelo CTG com os aspectos que relacionam o Rio Grande do Sul e esta região.

Fazendo referência à vida no campo e a símbolos do Rio Grande do Sul, também se tem o CTG Estância Crioula. “Estância”, como já foi mostrado anteriormente, remete à propriedade destinada à criação de gado, já o “Crioula” é um termo de complexa composição⁹¹. O Glossário de Termos Gaúchos (2013) indica crioulo como “O natural de determinado lugar, região, estado, país.” E percebemos que, no tradicionalismo, a menção ao crioulo, ou crioula, remete, principalmente, à vida campeira. Por exemplo, a competição das invernadas campeiras são feitas nos “Rodeios Crioulos”. E, de acordo com o Caderno para Estudo da 10ª RT-PR tem-se o cavalo crioulo, que “destaca-se pela força e aptidão para as lides de campo e o manejo com o gado,[...] de origem ibérica, possuíam grande predominância de sangue árabe. Com o passar dos séculos, foram apurados e terminaram se definindo como raça específica do Cone Sul e muito valorizada nas atividades de pastoreio.” (10ª RT-PR, 2013). Além disso, também existem rituais dentro do Movimento Tradicionalista que, em suas nomações, se utilizam deste termo, por exemplo, a “Ronda Crioula”, a qual deu origem à semana Farroupilha e à “Chama Crioula”, símbolo do Movimento Tradicionalista, e ambas fazem parte das comemorações do grupo.

⁹⁰ LUNKES, Rodrigo (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Marechal Cândido Rondon/PR 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 25 minutos gravados em MP3.

⁹¹ Não adentraremos em discussões sobre o “ser crioulo”, que remetem a construções históricas sobre relações sociais, indivíduos e identidade.

Cesar Lakus⁹², representante do CTG que leva o nome “Estância Crioula”, ao ser questionado sobre os motivos deste diz, “[...] no meu ponto de vista, por eles estarem fora do Rio Grande. Por que o lema é: Nessa estância cultivamos a tradição. Então deve ter alguma ligação com alguma coisa do Rio Grande do Sul. Estando aqui no Paraná, fazer um CTG com um nome lembrando a estância lá no Rio Grande.” Esta fala, juntamente com os diversos sentidos aos quais os termos que compõem este nome se relacionam, nos mostra que este está composto pela subjetividade da construção da imagem do grupo, pois não é algo específico a que se busca fazer ligação mas sim um sentido, uma reafirmação da origem. E, devido à constante utilização deste termo na formação dos símbolos do grupo, conjectura-se que este passa a fazer parte das referências do mesmo, então, a utilização de crioula é uma forma de manutenção de laços de pertencimento.

As nomeações dos CTGs, percebemos que também se remetem à questão sentimental relacionada ao local de origem. Um destes é o CTG Filhos do Sul. Ao lembrar a palavra “Filho” podemos perceber que pontos de representação são levantados, pois retrata a origem como laço familiar, o que podemos entender como uma questão de hereditariedade. Este termo ligado com o “Sul” faz com que o CTG tenha seu nome como uma referência direta à herança gaúcha. Olazio, representante deste CTG, ao relatar sobre a escolha do termo diz,

O motivo do nome do CTG Filhos do Sul, ele se deu numa escolha praticamente simples, porque Santa Helena é uma região que tem muitas pessoas que vieram do sul, e todo pessoal que faz parte do CTG de uma maneira ou outra são filhos de gaúchos. Então foi colocado CTG filhos do Sul, por ter uma ramificação aqui na região de Santa Helena, como no Oeste do Paraná.

A fala de Olazio denota a existência de “muitas pessoas que vieram do sul” e diz que na região tem uma “ramificação” do sul. Este tema nos remete à afirmação de uma origem sulista, aqui entendida diretamente como gaúcha. Podemos observar que o entrevistado não faz referência direta ao Rio Grande do Sul, mas ao mesmo tempo diz que “de uma maneira ou de outra são filhos de gaúchos” as pessoas que participam do CTG. Esta fala nos permite identificar que este CTG busca fixar a imagem de que está formado por pessoas que estão vinculadas a uma continuidade com o *ser* gaúcho, o que é reafirmado pela sua nomeação.

Com este parâmetro podemos inferir que o CTG Filhos do Sul busca construir um laço com a tradição gaúcha a partir de uma questão hereditária, pois, nas entrelinhas, foi percebido

⁹² LAKUS, Cesar (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Foz do Iguaçu/PR, 01 de outubro de 2013. Aproximadamente 20 minutos gravados em MP3.

que este não está formado, pelo menos na sua maioria, por sul-rio-grandenses, mas ao mesmo tempo diz estar formado por detentores do legado destes gaúchos que vieram à região. A referência à ligação familiar remete ao sentimento de pertencimento ao grupo, entendendo a família como um grupo afetivo que, por sua proximidade, constitui laços fortes de pertencimento, e também remete à nostalgia pelo distanciamento, reforçando assim o sentimento de saudade das origens. E ainda faz referência a toda região Oeste do Paraná, o que nos mostra que a representação de que esta região foi formada por gaúchos é legitimada pelos participantes do CTG.

Esta reflexão permite visualizar que, além de afirmarem-se internamente como gaúchos e como grupo, o nome do CTG Filhos do Sul também o fixa frente ao *outro*. Este se utiliza de um discurso vinculado ao *pathos*⁹³ o qual evoca a emotividade e reforça a necessidade de perpetuar a tradição gaúcha, alçando-a à herança, o que incentiva a adesão de pessoas por seu poder performativo. Assim, considerando que o grupo tem, no seu imaginário, a ideia de que o gaúcho foi o desbravador do Oeste do Paraná, pode-se inferir que a questão de ser um herdeiro dos desbravadores é incentivo para a adesão de indivíduos que buscam definir sua identidade, vinculando-a à uma legitimada.

A utilização de um nome que envolve o *pathos* também é identificada no CTG Querência Amada. Novamente temos a utilização do termo “Querência” que, como já vimos se remete à questão de moradia, mas é um termo utilizado essencialmente para referir-se ao Rio Grande do Sul como a lugar de origem e que se quer. Sua associação com o termo “Amada” leva a incitar ao sentimento de afeição pelo lugar de origem. Podemos dizer que este termo serve como força de motivação, buscando ater-se ao valor sentimental de ligação com o *ser* gaúcho. Ainda, o representante deste CTG, Valdir Possato, ao ser questionado sobre os motivos da escolha do nome da instituição, diz que este foi eleito por conta da música *Querência Amada*, e ainda acrescenta que esta foi sugestiva, “como uma forma de diminuir a saudade e dar um novo rumo ao tradicionalismo, podendo assim cultuar a tradição

⁹³ Em uma introdução a ideia de *pathos* consideramos a concepção de Galinari que diz “Passo a entender por *pathos* todos e quaisquer aspectos (*moyens*) linguístico-discursivos que, numa circunstancia determinada, seriam capazes de desencadear no auditório algum tipo de reação afetiva. O *pathos* é, portanto, uma tentativa, uma expectativa ou uma possibilidade contida nos discursos sociais, no sentido de despertar algum sentimento no alocutório. Nessa linha de raciocínio, o *pathos* não compreende propriamente as emoções, mas sim, as suas garantias simbólicas ou, em termos linguísticos, os seus elementos languageiros deflagradores. Valendo-me de uma terminologia de Charaudeau (2000), tais elementos são responsáveis pela *patemização* dos discursos, orientando-os para possíveis afloramentos de estados emotivos no auditório.” (2007, p.229)

longe do Rio Grande do Sul.” Desse modo, além dos significados isolados dos termos, percebe-se que existe uma construção em torno de uma música.

Como já vimos anteriormente, a música é um elemento muito utilizado pelo Movimento Tradicionalista, tanto no sentido de seleção de traços pelos quais se constrói a imagem do gaúcho, como na sua divulgação. O alcance que a música tem por conta das redes de comunicação contribui para que esta seja uma difusora do imaginário gaúcho. Não entraremos em uma análise detalhada da letra da música *Querência Amada*, contudo, destacamos que é uma composição de Teixeira que, como já vimos a partir de Cougo (2010), foi um cantor e compositor que, em sua trajetória, passou por várias fases que não representaram apenas música gauchesca, porém alcançou grande adesão do público, fixando a imagem do ser gaúcho a partir de suas composições.

Ao fazer aproximação entre os elementos observados como componentes da nomeação do CTG *Querência Amada*, percebe-se que existe uma junção entre a representação já existente fixada pela música referente ao Rio Grande do Sul e a tentativa de aproximação a este referencial. Além de este nome denotar afeição pela querência, ainda faz referência a uma imagem já construída e consolidada deste espaço, alcançada pela música de Teixeira. Pode-se conjecturar que, com o uso desta nomenclatura, busca-se aproximação com a reprodução do espaço e valores idealizados vislumbrados na canção que leva o mesmo nome, pois se entende que, ao partir desta música como referencial para sua constituição, é a este imaginário que os membros deste Centro passam a sentir-se pertencer.

Ademais do apelo às questões de afeição, seguem-se as ligações feitas entre os símbolos e o espaço de vida no campo. O CTG *Sentinela dos Pampas* faz esta construção simbólica na sua nomeação. O termo “Sentinela” não é essencialmente gaúcho, não está relacionado no Glossário de Termos Gaúchos (2013) e tampouco é usual, contudo, significa, de acordo com dicionário Houaiss (2013), “soldado armado que guarda um posto. Indivíduo isolado, vigiando”. Percebemos, então, que ser sentinela está relacionado com o ato de guardar, vigiar. Já o termo “Pampa” refere-se, de acordo com o Glossário de Termos Gaúchos (2013), à “denominação dada às vastas planícies do Rio Grande do Sul e dos países do Prata, cobertas de pastagens, que servem para criação de gado.” Percebe-se, também, que o Pampa é um termo bastante utilizado por tradicionalistas em seus textos, normalmente para fazer referência ao habitat das estâncias da região sul, pois este refere-se a uma característica espacial que não se delimita às fronteiras políticas. Com isto, o pampa não é exclusivamente rio-grandense, tem-se também o pampa argentino e uruguaio, porém, a referência ao pampa, de acordo com a construção de referências gaúchas, é feita diretamente com relação à vida do

ser gaúcho. O pampa se mostra, assim, como o habitat do *ser* gaúcho, a vida do campo a que se faz referência quando se busca reproduzir é a vida deste espaço, com suas grandes estâncias de gado, onde acontecem, supostamente, na essência, as representações reconstruídas pelos CTGs.

Ademais destas acepções sobre o nome deste Centro, o seu representante, Ivonir Lodi⁹⁴, ao ser questionado sobre os motivos que levaram à sua escolha diz, “CTG Sentinela dos Pampas é em função do símbolo que é o nosso quero-quero, e por isso o nome sentinela que é estar sempre alerta. Então, inclusive o símbolo nosso é o quero-quero, que é uma ave, que lá no sul é ave sentinela, que está sempre alerta.” Este relato nos leva mais uma vez ao quero-quero que, como já vimos, dentre os seus sentidos, é entendido como ave protetora dos pampas, e que, na nomeação deste CTG, encontra-se sublimada à sentinela.

Fizemos toda esta desconstrução do nome deste Centro para mostrar que estas nomenclaturas são construídas com base em referências que nem sempre estão claras para quem não é membro do grupo. Sua simples tradução não faz jus ao real sentido dado pelos gaúchos ao termo. Assim, percebe-se, mais uma vez, a utilização de um símbolo associado à referência da vida campeira para a nomeação de um CTG na região. E a união destes termos leva à formação de uma representação sobre este Centro de poder salvaguardar o *ser* gaúcho. Ou seja, o nome do CTG Sentinela dos Pampas, a partir de sua ação sobre o espaço, tem a capacidade de imbuir o sentimento de preservação da cultura gaúcha, sentimento de continuidade com a origem.

Nesta mesma perspectiva de dar ação aos símbolos do *ser* gaúcho, tem-se a nomeação do CTG Sinuelo da Fronteira, no qual se unem símbolo de local de origem e referência ao local de destino. O termo Sinuelo, de acordo com o Glossário de Termos Gaúchos (2013), remete a “um animal ou ponta de animais mansos ou habituados a serem conduzidos”. Ou seja, animal adestrado que serve de guia para os outros animais. Neste sentido, o Sinuelo faz referência aos animais, mais especificamente ao cavalo, que guiam a transcurso dos outros animais não domados, e também a questão de guia. Esta representação pode ser vista por dois ângulos, um pela referência ao cavalo, que é reconhecido como animal símbolo do gaúcho, e outro pela questão do sentido unívoco da palavra de ser guia dos demais. A referência à Sinuelo juntamente com Fronteira nos leva a entender que este CTG cria sua representação a partir do seu nome, de uma instituição orientadora dos passos a seguir na fronteira. A Fronteira aqui pode ser vista no seu amplo sentido, tanto físico quanto simbólico, pois este

⁹⁴ LODI, Ivonir (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Medianeira/PR, 02 de julho de 2013. Aproximadamente 25 minutos gravados em MP3.

CTG se localiza em uma cidade de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mas também se tem a questão de interação com o não gaúcho que também habita a região.

O representante do CTG Sentinela da Fronteira, Gentil Donini, ao ser questionado sobre o motivo da nomeação deste Centro, diz que foi escolhido, “Sinuelo porque já é um nome tradicional da expressão gaúcha. E da fronteira porque nós somos aqui um município da fronteira com o Paraguai. Então, por isso aqui foi escolhido Sinuelo da Fronteira.” A partir deste relato, podemos observar que se buscou uma aproximação com o tradicionalismo a partir da menção a “Sinuelo”, que de acordo com Gentil “é um nome tradicional da expressão gaúcha”. Contudo, não se pode mensurar se foi tomado em conta o significado do termo para a elaboração do nome, já que este não é citado na entrevista e, tampouco, no questionário respondido pelos representantes da instituição. Mesmo assim, este é um termo estritamente da lida do campo utilizado por gaúchos, sendo comum sua menção também nos rodeios crioulos elaborados pelos CTGs, onde o Sinuelo tem ação constante nas provas com o gado. Com isso, podemos perceber que existe uma construção que busca a união da realidade entendida como gaúcha e da realidade vivida na região. Este nome é, em si, formador de laço entre o local de origem e o de destino, o qual, através de sua incorporação ao CTG, faz uma construção, tanto material quanto simbólica, do *ser* gaúcho no Oeste paranaense.

De uma forma diferente, porém com o mesmo poder de ação sobre o espaço a partir do enunciado, tem-se CTGs que, em suas nomeações, fazem menção a personagens da história do Rio Grande do Sul. Um dos CTGs da cidade de Foz do Iguaçu chama-se CTG Charrua, referindo-se aos antigos índios Charruas que habitavam a banda oriental do Rio Uruguai e os pampas gaúchos. Estes índios são conhecidos na história sul-rio-grandense por habitarem o espaço de fronteiras e também por serem guerreiros. Este CTG apropria-se, então, da imagem do Charrua, usando em seu brasão um índio montado em um cavalo empunhando uma flecha. Isso nos permite conjecturar que este Centro busca simbolizar a origem e a força do grupo praticante deste espaço a partir do imaginário associado ao Charrua.

No material desenvolvido pelo CTG Charrua em comemoração aos seus 20 anos (no ano de 2005), relata-se que o nome foi dado em “homenagem à tribo de índios Charrua, valentes guerreiros que utilizavam o cavalo para suas conquistas”. Esta referência nos permite conjecturar que a utilização do termo Charrua é uma tentativa de reconstrução do espaço, pelo menos simbolicamente, relacionado ao Rio Grande do Sul. Entendendo que o membro do CTG insere-se no grupo por sentir-se pertencer aos traços deste, e que a nomeação tem o poder de transformar o espaço que a detém, podemos inferir que a menção aos Charruas cria uma representação da instituição baseada nos traços desta referência. Ao

mesmo tempo, este nome faz com que perpetue a história do Rio Grande do Sul, selecionando um aspecto positivo a ser vinculado, o que contribui para a formação da imagem de um passado ideal sobre este espaço. Com isto, pode-se dizer que este CTG, a partir de seu nome, faz uma construção de herança cultural aos seus membros, construção referente à memória de origem do *ser* gaúcho. Constata-se que, através do nome deste CTG, fundado historicamente, forja-se uma ideia de mundo a qual é reconhecida pelos seus participantes.

Outros CTGs que fazem menção a um personagem histórico do estado do Rio Grande do Sul são o CTG Sepé Tiaraju e o CTG Índio José. De acordo com Salvador Lamberty, Sepé Tiaraju foi o nome concedido ao índio José Tyarayu, líder dos índios guaranis que se opuseram ao Tratado de Madri, no século XVIII, na região das Missões no Rio Grande do Sul. É tido como “símbolo de uma luta, de determinação” (1996, p. 123). A partir disto, a associação deste nome ao *ser* gaúcho mostra este como símbolo da coragem e luta. Associando a imagem do índio guerreiro à imagem do gaúcho, podemos perceber, mais uma vez, a busca de construção de pertencimento e continuidade com a história do Rio Grande do Sul, a origem. Ainda, de acordo com Márcia Uliana⁹⁵, que tem como base Tau Golin⁹⁶, seu nome tornou-se uma lenda no Movimento Tradicionalista Gaúcho. Uliana diz que “Portanto, é neste contexto de relação que o Movimento aponta a figura indígena presente na constituição do gaúcho. Destaca-se sua origem mestiça, e o índio evoca o espírito guerreiro e a habilidade com o cavalo e o contato com a natureza” (2004, p. 10). A partir destas reflexões, infere-se que o Sepé Tiaraju passa a fazer parte da construção do imaginário idealizado do passado do *ser* gaúcho, o que respalda a construção de uma origem indeterminada. Em uma acepção à Candau, tem-se que isso faz com que o grupo naturalize a “comunidade” e não tenha necessidade de outra definição de si.

Parte-se do entendimento deste autor para analisar os motivos da escolha do nome de ambos os CTGs que fazem referência ao Índio José. Flavio, representante do CTG Sepé Tiaraju, ao ser questionado sobre os motivos da escolha do nome do Centro diz “O Sepé Tiaraju foi um índio guerreiro guarani, considerado um santo popular brasileiro e declarado herói guarani, missioneiro rio-grandense. Então, eu não pesquisei o porquê da escolha, mas usaram esse nome baseados neste índio que lutou pela liberdade do povo.” Percebe-se, na fala de Flavio, que esta é uma memória construída pelo grupo, a qual não lhe pertence diretamente, pois declara que “usaram esse nome baseados neste índio que lutou pela

⁹⁵ Desenvolveu a dissertação de mestrado sobre o CTG Sepé Tiaraju.

⁹⁶ GOLIN, Tau. Por Baixo do Poncho: Contribuições à crítica da cultura gauchesca. Porto Alegre: Tchê, 1987, p.37-40.

liberdade do povo”. Isto mostra a força de perpetuação da história a partir da nomeação, pois isso permite que se fixe o imaginário de um passado positivo dentro os membros desta instituição. Entendemos este relato como uma narrativa dotada de sentido, e nos leva a constatar a intencionalidade de fixação de uma imagem positiva relacionada ao CTG.

Já o representante do CTG Índio José, Luiz Carlos Ribeiro⁹⁷, diz que o primeiro nome da instituição era “Cruzando Fronteiras”, colocado pelos integrantes por estes terem cruzado a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Observa-se que este nome já se constituía cheio de significados, fazendo referência à simbologia da fronteira ultrapassada tanto física como simbolicamente, através da integração com a cultura paraguaia. Mas a terminologia CTG Cruzando Fronteiras foi trocada para CTG Índio José, de acordo com Luiz Carlos, pelo antigo nome, com o tempo, ter-se mostrado muito grande, e então o novo nome foi ideia de um paraguaio que havia se integrado ao grupo. Segundo Luiz Carlos Ribeiro,

Ai um paraguaio que integrou, gostou da tradição, porque aqui a região missioneira que tem aqui pra baixo, em misiones, eles também usam bombacha, eles também usam lenço, então ele se integrou com nós, veio participar, e queria participar ele e a família. E aí ele fez uma sugerencia pra nós: olha porque vocês não mudam, pegam da cultura do Paraguai um nome mais... Aí surgiu o Indio José. Indio José é a figura de um índio da lenda da virgem de Caacupe que é a padroeira do Paraguai, tem um índio que foi salvo por um milagre e esculpiu ela na madeira. Se você vai na basílica de Caacupe hoje você tem um vitral lá com um índio esculpindo, índio José. E na história do Rio Grande do Sul nós temos o Sepé Tiaraju, que o nome de batismo dele era índio José, era José também. Então aí, através de pesquisa: Indio José na cultura paraguaia, Indio José na cultura brasileira, então ficou índio José, essa união dos dois. No Brasil o Sepé Tiaraju que era nome de batismo dele, José, e aqui no Paraguai o índio que esculpiu a virgem de Caacupe na madeira.

Este relato nos mostra a nomeação deste CTG como uma construção complexa entre traços que levam à ligação com a cultura gaúcha e também com a cultura paraguaia. Luiz, em sua fala, mostra a integração com a população paraguaia, mas, ao mesmo tempo, podemos perceber que existe uma intenção de integração, pois esta é relatada como natural. Este fato mostra, de forma enfática, que os paraguaios de determinada região têm traços semelhantes ao da vida campeira do gaúcho, o que levaria à sua adesão ao grupo de gaúchos. Assim, ao utilizarem para a nomeação do seu Centro o nome que conjuga dois personagens importantes,

⁹⁷ RIBEIRO, Luiz Carlos (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Santa Rita/Alto Paraná – Paraguai, 16 de Julho de 2013. Aproximadamente 20 minutos gravados em MP3.

um para a cultura paraguaia e outro para a cultura gaúcha, percebe-se uma tentativa de aproximação com o novo espaço habitado. Observam-se dois aspectos de intencionalidade do Centro em legitimar-se no Paraguai, um na utilização destes símbolos que têm significados diferentes em cada uma das nações, mas que não se excluem, e outro, na tentativa de aproximação feita com a menção de que os paraguaios também têm as práticas campeiras. Estas nos permitem identificar a busca de fixação do grupo neste espaço através de uma construção de laços a partir de traços que são semelhantes entre os grupos culturais.

Constatamos que o contexto em que se insere o CTG Índio José é diferente dos observados no Oeste paranaense, pois este, ao se inserir em outro país, enfrenta uma série de adversidades políticas, econômicas, sociais e culturais. Conjectura-se que a busca pela aproximação com a cultura paraguaia seja uma forma de abrandar as relações conflituosas de instalação de uma instituição de cunho cultural estrangeiro no seu país. Percebe-se, a partir do Estatuto Social deste Centro (ÍNDIO JOSÉ, 2013), que esta construção de integração é feita em vários elementos constituintes da instituição, sendo que, por exemplo, para legalizar-se juridicamente como entidade, precisou adequar-se à legislação paraguaia, o que lhe fez aderir à língua e aos requisitos desta nação para a sua documentação e reconhecimento. Contudo, constata-se, a partir da construção do seu espaço, de seus símbolos e da atividade de suas invernadas, que, mesmo com esta construção de integração, são mantidos os traços peculiares da cultura gaúcha. O que é fundamental para a manutenção da memória coletiva do grupo, sendo os laços que os mantêm ligados ao tradicionalismo.

Completa-se a análise individual das nomeações dos CTGs da 12ª RT do Paraná com a percepção de que os elementos utilizados para a nomeação destes Centros estão sempre relacionados com o imaginário idealizado do passado do ser gaúcho. Na utilização de termos relacionados ao local de origem, percebe-se sempre a construção de uma imagem idealizada deste espaço, sendo a própria forma de lembrar o lugar um símbolo do *ser* gaúcho, como pode ser observado nas referências ao Pampa, à Querência, à Estância. Na utilização dos símbolos para as nomeações, remetem-se à vida campeira, construindo referências espaciais a partir das práticas do *ser* gaúcho, sendo mencionado o Quero-quero, o Sinuelo, o Crioulo e a Porteira. Também tem-se menções a personagens históricos do Rio Grande do Sul, o Charrua e o Sepé Tiaraju, ambos referências de índios guerreiros na história da região, que fazem parte da construção da imagem do *ser* gaúcho a partir da incorporação de sua origem e de seus valores. Ainda é percebida a utilização de uma evocação sentimental, a utilização do *pathos*, para nomeação de dois centros, um sendo o Filhos do Sul e o outro o Querência Amada, pois, neste, percebe-se uma construção mais pontual sobre este argumento de afeição. Contudo,

pode-se dizer que é percebida a utilização do *pathos* em todas as nomeações destes centros, pois partem de um apelo nostálgico de distanciamento da origem, buscando a construção de laços, tanto temporais quanto espaciais, a partir dos CTGs.

Conclui-se que as nomeações destes centros fazem parte da construção da representação do grupo neste espaço. Constituem-se em uma forma de reconstruir lembranças e rememorar-las continuamente, o que permite a formação e manutenção da memória coletiva do grupo, pois, utiliza-se elementos que buscam legitimar o grupo, tanto em si quanto frente ao *outro*. Também, podemos dizer que estas nomeações são formadoras de territorialidade do grupo, sendo que, a partir delas, reconstroem-se representações sobre o *ser* gaúcho e as estabelecem vinculadas a uma instituição, o CTG. Estes centros, então, passam a ser referenciais, tanto físicos quanto simbólicos, do *ser* gaúcho no Oeste paranaense, e, além disso, passam a influenciar a visão de mundo dos seus membros. Contudo, as construções do grupo não se limitam às nomeações dos seus centros. Dessa forma, na continuação deste trabalho, vamos analisar os símbolos envolvidos nas representações atreladas às práticas das invernadas, como rodeios Artísticos e Crioulos, que são realizados pelos CTGs.

3.3 ENTRE O MATERIAL E O SIMBÓLICO: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA.

Ao serem elaboradas análises das nomeações dos Centros de Tradições Gaúchas no Oeste do Paraná, percebeu-se um emaranhado de construções, a partir desta ação, para a reconstrução da memória do grupo, ou melhor, para a construção desta memória. Podemos perceber que se busca estabelecer laços de ligação entre um passado idealizado do *ser* gaúcho e a realidade atual dos membros do grupo. Então, a nomeação assume uma forma de delimitar fronteiras simbólicas entre o *ser* e o *não ser* gaúcho a partir dos CTGs. Neste sentido, buscamos identificar outras formas de definir-se o grupo simbólica e materialmente na região Oeste do Paraná. Foram percebidos alguns outros elementos, como a Pilcha e seus Galpões.

Para esta análise partiu-se da perspectiva metodológica das práticas do espaço de Certeau (2001), e também da definição de territorialidade de Haesbaert. Elas permitem compreender as ações desenvolvidas pelas instituições que afirmam a territorialidade do grupo neste espaço, pois, parte-se do princípio de que toda ação é formadora e transformadora

da realidade, de acordo com o poder que esta tem embutido, ou seja, seu poder simbólico (Bourdieu). Estas compreensões amparam as análises das entrevistas dos representantes destes Centros, entendendo-as como narrativas dotadas de sentidos, pois, como observa Tedesco (2011), as memórias sempre estão em movimento e são expressas de acordo com o interesse que existe no momento.

Durante as entrevistas com os representantes dos CTGs do Oeste do Paraná, foram levantadas questões que buscavam identificar as concepções destes sobre a importância do galpão e também a importância da utilização da pilcha para o tradicionalismo gaúcho. Nas respostas, buscamos identificar as nuances levantadas pelos entrevistados para entender como estes estabelecem suas representações a partir destes símbolos tradicionais do *ser* gaúcho.

Tomemos primeiramente o Galpão. Este espaço é citado nas entrevistas logo no começo, como parte da resposta da questão: Como se deu a fundação da Instituição? E também em: Quais foram os problemas enfrentados para a fixação da instituição na cidade? Em referências ao galpão nas respostas destas questões, pode-se observar que este está intimamente ligado à formação do grupo. Em muitas das respostas sobre a fundação da instituição, mostra-se a preocupação com a construção do galpão, entendendo-o como o espaço onde se materializa a unidade do grupo, onde os membros podem se encontrar e se organizar. Também percebeu-se que os galpões foram construídos através do associativismo entre seus membros. Sendo que algumas áreas onde se construíram os galpões e outros espaços, como a cancha de laço, foram doadas por sócios, e outras foram conseguidas através de contratos de comodato com prefeituras.

Constata-se, com as entrevistas, que os galpões foram construídos a partir da colaboração entre os sócios, onde cada um contribuiu de forma diferente, de acordo com suas disponibilidades econômicas e a organização do grupo. Como por exemplo, o CTG de Medianeira vendeu títulos, os CTGs de Missal e de São Miguel estabeleceram valores em sacas de soja, além das doações em materiais como madeira que é percebida nos relatos de todos os CTGs. E, ademais destas doações materiais, tem-se a doação do trabalho, como mostra Irio Vendruscolo⁹⁸, representante do CTG Sinuelo da Fronteira, que menciona a importância do trabalho individual voluntário para erguer o galpão, tanto na colaboração em serviços gerais de construção do prédio como também na organização de eventos para arrecadar fundos. Esta ação de contribuição coletiva a partir da realização de eventos é citada por todas as instituições. Em diversos momentos das falas dos seus representantes é relatado o

⁹⁸ VENDRUSCULO, Írio (áudio). **Entrevista ao Andressa Szekut**. Itaipulândia/PR, 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 28 minutos gravados em MP3.

trabalho em conjunto dos membros do CTG para construir-se o galpão e manter toda sua estrutura e atividade.

Dessa forma, percebemos que a construção do galpão de cada um dos CTGs faz parte da construção da memória do grupo. Vê-se que, ao mencionarem as formas como estes foram construídos, permite constituir laços de pertencimento ao grupo. Isso pode ser percebido na fala de Francisco Braghini que, ao relatar sobre sua trajetória dentro do CTG Querência Nova diz “[...] eu cheguei aqui em 70 com catorze anos, em 75 eu ajudei a ir buscar as madeiras, porque foi feito tudo de madeira o CTG, então nós ajudemos já.” Esta questão também é levantada por Osvaldo que, ao ser questionado sobre o galpão, relata sobre a importância que os seus membros lhe dão “Você entra lá dentro [do galpão] e fica 3 horas primeiro ouvindo a história do galpão, porque cada um vai contar uma história de alguma coisa que ele fez lá dentro: quando foi construído, quem fez aquela parede, quem trouxe aquele quadro, quem fez aquele boliche.” Estas falas se mesclam, e vê-se na primeira o que é mencionado na segunda: a construção da história a partir dos seus próprios membros. Constata-se que estas histórias vão formando as representações do grupo, que fazem parte da constituição da sua memória e, sobretudo de sua territorialidade. Assim, o galpão é uma construção física e simbólica coletiva.

Além destas percepções sobre o galpão têm-se também as falas dos representantes em resposta à questão: Qual a importância do galpão para o tradicionalismo? Através das quais se podem perceber os valores associados ao galpão pelos seus membros. Primeiramente estes são vistos como local de encontro, reunião dos membros, mas logo se toca na sua importância para a manutenção da cultura gaúcha, dos laços do grupo. Como pode ser observado na fala de Rodrigo Lunkes, representante do CTG Estância Quero-Quero, que diz,

O galpão é pra não molhar né. Estou brincando, mas a importância do galpão é um lugar pra gente se reunir com mais frequência. [...] É importante, é imprescindível, você ter um lugar pra receber os amigos, como nós estamos aqui. Você tocar uma gaita, dar risadas, jogar um baralho que seja, ou dançar, tomar um chimarrão. Enfim, é uma segunda casa na verdade, pra nós do meio é um segundo lar, porque final de semana eu quero fazer uma carne, “vamos no CTG”, desde que tenha ele, vamos no CTG, assim os companheiros vivem na região. Você esteve visitando aí, o pessoal que tem CTG próximo, final de semana sempre se reúne: “a você vai, não vou”. Se vem dois, três não tem problema, não precisa vir 100 pessoas, só a família, é um lugar que é o segundo lar, definição é a segunda casa que se sente bem lá, se sente legal.

Este relato tem suas peculiaridades por ser do representante do CTG Estância Quero-Quero, que não tem Galpão. Percebe-se que a brincadeira relatada é reflexo da realidade que vive o grupo, sua fala expressa a sua concepção sobre o centro a partir da visão de quem não tem um galpão. Percebe-se que sua narrativa envolve as questões materiais das práticas do espaço, mas mesmo assim o galpão ainda é entendido como um espaço das práticas gaúchas. Outros CTGs da região também não têm galpão, que são os CTGs Filhos do Sul, localizado em Santa Helena, e o CTG Sinuelo da Fronteira, em Itaipulândia. Porém estes têm espaços nos quais podem desenvolver suas atividades, como os piquetes da lida campeira e uma área coberta, o fogo de chão, onde se desenvolvem os encontros, enquanto o CTG Estância Quero-Quero não disponibiliza de nenhuma estrutura, e para fazer suas atividades depende do salão comunitário do município e de áreas particulares. Assim, Olazio Marchi, representante do CTG Filhos do Sul diz, “A importância do galpão é que é um espaço onde você pode promover lá dentro do teu CTG, você pode promover um fandango, você pode promover as aulas de dança, você mantém uma artística lá dentro, sem depender de sair fora do âmbito do CTG.” Nota-se também, em sua fala, a necessidade do galpão para desenvolver-se as atividades do grupo. Do mesmo modo que Rodrigo Lunkes, Olazio Marchi mostra que o galpão é o espaço onde o grupo pode se reunir, e pôr em prática seus costumes, servindo de respaldo para a internada artística e também de área de lazer.

Já Gentil Donini, representante do CTG Sinuelo da Fronteira, diz que “O galpão é o local onde se reúne e ali a gente vê realmente o respeito.” Este representante também levanta a questão de reunião dos membros a partir do galpão, contudo aproxima-se da formação de valores a partir deste espaço, sua fala está associada aos usos e costumes, ressaltando que “a cultura gaúcha dignifica a família”. Nesta narrativa, pode-se constatar a concepção do galpão como um território dotado de poder, ou seja, um território simbólico. Nota-se que o grupo constrói uma representação de local de respeito sobre o galpão, e esta é reconhecida por seus membros, pois, ao participarem da instituição, entende-se que respeitam as regras tácitas que permeiam as relações estabelecidas dentro deste espaço. Esta questão de respeito também é citada por outros membros, assim como Francisco Braghini, do CTG de Matelândia, que diz,

A importância do galpão. É um lugar onde a gente se reúne e pode ser feitos os fandangos, e é aonde que os filhos nossos vem aprender, os mais novos vem aprender a dançar a se respeitar. O galpão ele tem que ter um respeito a mais, o CTG, na história da sociedade. Pra nós aqui quando se fala em CTG tem que ter pensado diferente. Até agora no meu comentário eu falei: é o traje livre pro Porca Véia aqui, pra você dançar nesse matiné, mas não a vontade assim né... que o cara vem... a gente sabe, tu sabe como é que é. Então tem que ter mais um motivo de respeito o CTG, no galpão.

Esta fala amplia a concepção sobre o galpão. Mostra que ele é entendido como um lugar de formação das práticas no sentido físico e no sentido simbólico, ao fazer menção a “aprender a dançar e a se respeitar.” E, ao relatar sobre a vivência da sociedade dentro do galpão, fica claro que é uma estrutura que toca na concepção de mundo, buscando transformá-la ou mantê-la, pois não se pode ir “à vontade” em eventos realizados dentro da instituição, exigindo respeito. Também, percebe-se que se concebe que já se sabe, que é de comum acordo, que este é um espaço de respeito na sociedade. Mas respeito a que e por quê? Inferimos que seja respeito à memória do grupo, respeito às representações que o grupo construiu sobre suas ações, respeito sobre seus valores arraigados, e porque estas têm sua base em uma memória em torno do *ser gaúcho*, que lhe confere poder simbólico na sociedade. Ao fazer estas menções, esta narrativa nos mostra que o grupo fixou sua identidade na região e esta é reconhecida nos galpões, entendendo que estes são reconhecidos como espaços de respeito.

Outras falas nos permitem ver como estes galpões passam a ser reconhecidos nos espaços sociais onde estão fixados, como pode ser encontrado no relato de Ivonir Lodi, “O galpão, hoje, queira ou não queira, o CTG Sentinela dos Pampas é um ícone no município de Medianeira.” Este representante ainda continua seu relato falando que este CTG tem muitas visitas e que foi construído para dar orgulho à cultura gaúcha. Neste sentido, podemos observar que o grupo deixa sua marca, tanto física como também simbólica, no espaço. Através de suas estruturas, é capaz de materializar o simbolismo do *ser gaúcho* no Oeste do Paraná, e, com isto, fixar sua memória na região. Fazendo-se reconhecer frente ao outro e ao mesmo tempo construindo sua memória, como o que pode ser observado na fala de Luiz Carlos Ribeiro, representante do CTG Índio José, que diz,

O Galpão é o nosso ponto de encontro. Nós precisamos nos reunir aonde tenha um espaço. E aí você já transforma o galpão que te lembra, te traz a recordação: ah tem um apero lá, tem uma roda de carroça. Então você já entra naquele ambiente já pensando nos antepassados, como foi importante o trabalho que eles fizeram, e tu mantém. Então justamente o galpão é nosso encontro, onde nos reunimos, onde vamos estar.

Luiz Carlos nos leva à questão de simbolismo, de formação de memória a partir dos monumentos, como os citados apero⁹⁹ e roda de carroça. Como já vimos anteriormente, o CTG busca recriar a estrutura da estância de criação de gado do Rio Grande do Sul, mas de

⁹⁹ Conjunto de arreios próprios para encilhar um cavalo.

uma forma romantizada, pois se tem uma seleção de elementos a serem lembrados. Desse modo, entende-se que o galpão busca reproduzir o galpão crioulo, o qual era local de trabalho e convivência entre os peões da estância. Modifica-se a estrutura deste para o galpão continuar servindo como local de convivência entre os “peões”, mas aqui não mais como um lugar de trabalho, e sim de cultivar os antigos costumes do *ser* gaúcho. Assim, a utilização de materiais como a madeira e peças como a roda de carroça é comum para a construção e decoração dos espaços dos galpões. E como bem apontou Luiz Carlos, estes servem para manter a memória do grupo, pois, amparando-se nas concepções de Tedesco (2011), é necessário a constante lembrança para a manutenção da memória do grupo. E assim o Galpão, além de sua materialidade que define fronteiras físicas, também define fronteiras simbólicas. O grupo mantém-se unido a partir do Galpão não apenas pelo galpão em si, que poderia ser qualquer espaço se não imbuído de seus valores simbólicos, mas estão vinculados ao galpão por seu sentimento de pertencimento àquele território simbólico, constituído por referências patrimoniais que dão sentido à identidade do grupo.

Tedesco (2011), ao mesmo tempo em que levanta a perspectiva de lembrança para a manutenção da memória do grupo, também fala sobre a ritualização e as comemorações. Observa-se que os galpões permitem manter ritos e comemorações. Nas falas, isto fica explícito quando os representantes se referem a este espaço como lugar onde podem se reunir, ou ainda, onde podem desenvolver suas atividades. De acordo com as entrevistas e também com a observação de campo, estas atividades são as rodas de chimarrão, os bailes, as festas e os rodeios, entre outros, que permitem a interação do grupo.

E ainda de acordo com Flávio Prigol, representante do CTG Sepé Tiaraju, o CTG está constituído a partir de um conjunto de práticas, valores e histórias. Segundo ele,

[...] teve alguns municípios que tentaram formar grupos artísticos, para criança dançar, não deu certo, e possivelmente por não terem um galpão para se apresentarem. Parece que se não tem o galpão, não tem aquele ritual todo, os grupos não se formam, é diferente. Então parece que ele, o galpão faz parte da invernada como uma invernada também faz parte do CTG. Parece que um CTG sem uma invernada, sem um grupo artístico, sem um cavalo, sem uma trova... ele não é um CTG, então tudo é um conjunto.

Este representante faz uma observação ampla das atividades dos CTGs, sua fala infere que é o conjunto do simbólico com o material e os rituais que constituem o Centro em si. Mostra que o galpão é essencial para a fixação das práticas artísticas e estas também são essenciais para a vivência do galpão. Entendendo que existe uma retroalimentação entre ambos, o material, o simbólico e as relações estabelecidas.

Como já vimos anteriormente, alguns CTGs da 12ª RT do Paraná não têm galpão, o que contradiz a fala de Flavio Prigol, quando este alega a necessidade de um galpão. Contudo, observa-se que os CTGs que não têm galpão têm dificuldade de fixar as atividades artísticas, justamente alegando a necessidade do galpão para conseguir reunir e praticar dentro do seu próprio espaço. Mesmo assim, estes centros buscam formas alternativas de se organizarem como a invernada campeira, a qual não necessita do galpão e que tem forte atividade nos três CTGs que não tem galpão. Podemos dizer, a partir destas percepções, que o galpão faz parte sim da constituição do grupo, pois facilita a reunião dos membros fisicamente e também constitui laços de memória através das reconstruções e ritualizações que estes espaços permitem constituir.

Esta fala de Flávio nos remete então às outras representações dos CTGs, e observamos então as concepções sobre a pilcha gaúcha. Nas entrevistas realizadas, foi elaborada a seguinte pergunta: Qual a importância da pilcha para o tradicionalismo? E percebemos que, mesmo referenciada de formas diferentes, o sentido unânime sobre a pilcha é de manter laços com o passado. Isto pode ser observado na maioria das falas dos representantes dos CTGs, pois fazem referência a histórias, à valorização das origens e a manutenção da memória do grupo. Isto pode ser percebido na fala de Francisco Braghini, do CTG Querência Nova, que diz,

A pilcha. Eu não sou a pessoa bem adequada, porque me considero ainda muito jovem, mas ela começou muito antes. Mas pelo o que eu escutei eu posso te dizer que a pilcha veio de uma necessidade, por uma necessidade. Existiam na Argentina os Gaúchos, e veio. Porque na fronteira tinha muito índio, nós chamamos lá no Rio Grande: bugre. Tem os bugres, mas é os índios. Aí veio. Eles não tinham o que vestir na época. Eles matavam bicho e se faziam, tipo os nômades lá na Sibéria, naqueles países Gelados, faz as roupas, seus vestimento, de pele dos bicho. Dormem, tem o leite, tem o vestimento. Na época surgiu o estirador, tu acha que era bonitinho quem tem agora, à 100 anos atrás, à 150 anos atrás, à 200 anos atrás.[...] Então, surgiu por uma necessidade a pilcha, e depois foi se desenvolvendo, e pra tu andar a cavalo tu tendo uma bombacha é muito mais fácil. Tu monta com a calça jeans e monta com uma bombacha pra ver. A bota é uma necessidade, foi uma necessidade. E tem a bota Garrão de Potro, que quando morria um potro eles cortavam, tiravam lá e costuravam aquilo com coroa de novo, ficava os dedão de fora, por isso se chama Bota Garrão de Potro. Andavam no mato de pé no chão e por isso a necessidade da pilcha. Veio dessas épocas, dos índios, e daqueles primitivos que viviam na época e daquelas pessoas que vieram pra desbravar o Rio Grande, Santa Catarina. Vieram da Argentina, mas a maioria veio de Portugal.

Esta fala nos remete à riqueza da manutenção da memória a partir do grupo. O entrevistado ao mencionar “Mas pelo que eu escuto posso te dizer”, mostra que a constituição

do grupo é uma forma de manutenção de memórias, principalmente a partir das memórias herdadas, partilhadas entre os indivíduos. Memórias que, como diz Pollak (1989) passam de geração para geração através da oralidade. Pode-se considerar que estas referências históricas são registros gravados na memória dos membros do grupo a partir da utilização das “peças” que fazem referência às histórias, pois sua utilização está baseada em uma continuidade com o *ser* gaúcho idealizado pelo grupo. Assim, os fatos históricos associados a estas vestimentas entendidas como tradicionais são rememorados constantemente ao serem utilizadas as pilchas.

Percebe-se que o representante faz toda uma referência histórica para justificar a composição da pilcha, e se baseia na vivência dos antepassados, na vida e necessidades que estes tinham, em uma memória de origem. Com isso, pode-se inferir que o grupo guarda suas histórias a partir do simbolismo associado a suas vestimentas, as quais carregam memórias e significados. Como mostra acima o representante do CTG Querência Nova ao citar os exemplos da bota garrão de potro e do estirador que, de acordo com ele, surgiram das necessidades de uma época juntamente com o material disponível no espaço em que habitavam. Constatamos que toda esta construção histórica de uma origem dos elementos do grupo dá sentido às suas representações de hoje como, por exemplo, a bombacha utilizada pelo homem faz referência à lida do campo, à lida com o cavalo e, por sua vez, o vestido longo usado pelas mulheres pode ser entendido como referência à preservação dos valores e da moral feminina. Têm-se as referências históricas como base, constitui-se uma imagem do vivido, e faz-se referência às origens a partir das indumentárias.

Isto também pode ser percebido na fala de Nicanor Ferreira de Carvalho¹⁰⁰, representante do CTG Charrua, que, sobre a importância da pilcha diz, “[...] a pilcha veio a partir da formação do gaúcho. Já veio as primeiras pilchas primitivas, aquelas que se projetavam no momento, por exemplo, aquelas que tinham funcionalidade.” Esta fala mostra que existiram fases diferentes de formação da indumentária gaúcha, a qual tem várias influências distintas que dão base à sua constituição. Isto é mencionado também no Caderno para Estudo, que diz, “A Indumentária do povo riograndense vem de larga data, de tempos dos antigos índios que aqui viviam. Essa indumentária que temos hoje é o resultado de influências históricas e sociais somadas à necessidade de adaptação dos trajes à necessidade que o gaúcho tinha.” (10ª RT – PR, 2013). Ambas as fontes citam a influência indígena e logo a influência dos demais grupos que vieram a ocupar a região, conjuntamente com as adaptações devido às atividades desenvolvidas e o material disponível na região.

¹⁰⁰ CARVALHO, Nicanor F. (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Foz do Iguaçu/PR, 16 de junho de 2013. Aproximadamente 17 minutos gravados em MP3.

O Caderno para Estudo (10ª RT – PR, 2013) ainda relata, detalhadamente, em seu texto, fases de mudanças da indumentária, destacando que ela se formou de acordo com as atividades desenvolvidas em cada época, e também que ela era diferente de acordo com o poder econômico dos indivíduos. Isto nos permite identificar que o CTG, ao adotar a indumentária gaúcha, faz referência a um emaranhado de histórias de constituição do território do Rio Grande do Sul, mas estão basicamente associados à vida de estância, em referência à uma antiguidade indeterminada. Nas fontes, é percebido que se considera que estas indumentárias foram se adaptando de acordo com as necessidades de cada época. Podemos inferir que, ao serem utilizadas pelos CTGs de forma homogeneizada, estas vestimentas passam a não mais fazer parte da experiência vivida de forma direta pelo grupo, mas sim em experiências de reconstrução do passado através da ritualização. Nicanor, representante do CTG Charrua, ainda ao falar sobre a importância da pilcha, também diz,

É um símbolo, é um documento, e é realmente uma mostra, uma característica, é uma identidade do gaúcho. Porque o gaúcho ele viveu as suas pilchas, veio de suas raízes o seu modelo de pilcha, de se pilchar. Ou na sociedade, ou no meio rural, ou no meio urbano, cada um tinha suas pilchas para certos eventos e certos movimentos. [...] Toda pilcha veio de uma funcionalidade, a pilcha mais funcional pro campo, a pilcha mais funcional no centro urbano, a pilcha do peão mais abastado, a pilcha da prenda pobre. Essas pilchas hoje são usadas como identidade pra mostrar as tradições de antigamente.

Este relato, juntamente com os relatos anteriores sobre as pilchas, nos permite observar que existe uma consonância entre as percepções dos membros sobre os significados da pilcha. Isto pode ser entendido como o resultado da construção da memória coletiva do grupo, a qual fixa as suas histórias a partir de suas representações, especificamente aqui, a pilcha. Pois, mais uma vez, um representante constrói a ideia da pilcha sobre a sua importância no passado, sua funcionalidade em cada época e que esta agora é “usada pra mostrar as tradições de antigamente”. Isto, juntamente com a noção de pilcha como “símbolo” e “documento” do gaúcho nos mostra a amplitude de representação desta peça tradicional para os membros do grupo. Inclusive permite verificar classes sociais.

Verificamos que a menção à pilcha como “símbolo”, “documento”, “mostra”, “característica”, relacionadas à “identidade” do gaúcho denota a construção elaborada referente a estas vestimentas, as quais cumprem o papel de definição do grupo, o que pode ser visto também na fala de Osvaldo Martins, representante do MTG do Paraná, quando, ao se referir a pilcha, diz,

[...] é uma identificação. Uma pessoa pilchada que você encontra em qualquer lugar que você for, você sabe que é um irmão teu que tá ali. Então é uma diferença muito grande você ir lá e conversar até descobrir quem é a pessoa ou talvez nem converse. E você vendo uma pessoa com a pilcha e você tem a liberdade de tratar como se fosse da família, de chegar e conversar sem muito rodeio. Então é identificado como um ser da família, quem está pilchado.

A partir das falas de Nicanor F. de Carvalho e Osvaldo Martins, percebemos que a pilcha, através de seus fundamentos históricos, constitui uma forma de definição do grupo. A pilcha como forma de identificação entre os gaúchos é um meio também de legitimar-se, pois, a partir de sua utilização, entende-se que o indivíduo reconhece os elementos que a constituem. Criam-se laços entre seus membros, como pode ser visto na fala de Osvaldo Martins, quando este exemplifica que, ao encontrar alguém de bombacha “você sabe que é um irmão teu que tá ali”. Assim, a pilcha afirma-se como um importante elemento de ligação e de diferenciação entre o ser e o não ser gaúcho.

Observa-se que a pilcha não é uma simples vestimenta, mas que está imbuída de simbolismos que são referência de constituição das representações do grupo. Não discutiremos, neste trabalho, quais são as particularidades da indumentária gaúcha, os materiais utilizados ou a origem de cada peça. Pois, nos interessa identificar como estes referenciais históricos se materializam a partir da utilização dessas “peças” simbólicas. Com isto, voltamos-nos para os relatos dos representantes dos CTGs da 12ª RT-PR, e podemos perceber que outros entrevistados também fazem referências históricas ao falar sobre a importância da pilcha. De acordo com suas concepções, ao utilizar a pilcha como os antigos faziam, os faz trazer para o presente o modo de vida do *ser* gaúcho. Isto pode ser percebido em falas como a de Luiz Carlos, representante do CTG Índio José, que diz,

A pilcha é interessante, nós manter viva essa tão surrada roupa do gaúcho.[...] nós temos uma integração grande, você ponha a pilcha ninguém... é um traje normal: ô gaúcho! Já te identifica. E é valorizar, valorizar o que os antepassados mantinham e tinham. Então, nas nossas festas aqui todo mundo de bombacha, existe o gosto de colocar, não é imposto: eu coloco como uniforme. Não: eu coloco porque eu gosto. E isso mantém, isso ensinamos às crianças desde o berço o porquê de usar, porque aquela calça larga, como que te facilita no trabalho com o cavalo, com o animal.

Este representante, no começo de sua resposta, já deixa explícita a ideia de “manter viva” a pilcha gaúcha, o que significa conservar a memória do grupo. Esta noção de manter presente para a manutenção da memória do grupo se confirma em reflexões sobre memória,

como as de Pollak, Halbwasch e Tedesco, os quais citam a importância de estar em constante contato com o grupo e suas referências para que se mantenha a ligação de suas lembranças. Unindo fontes e referências, pode-se perceber que a pilcha é uma forma de aproximação constante entre o passado idealizado do *ser* gaúcho e a realidade atual do grupo, em que um indivíduo, ao utilizar a pilcha, passa a fazer parte do grupo a qual ela faz referência, passando a identificá-la como tal. Tem o poder de manter a memória viva através da experiência compartilhada entre os membros do grupo a partir do seu simbolismo.

Esta mesma fala de Luiz Carlos, citada acima, ainda mostra que a pilcha é uma identificação do gaúcho, e que sua utilização é uma forma de “valorizar” a história do grupo. Estas concepções nos permitem inferir que a pilcha é uma forma do grupo rememorar, constantemente, os fatos selecionados, e fixá-los no espaço em que atua, sendo uma forma de produzir reconhecimento e identificação externa e interna.

Ademais, Luiz Carlos ainda mostra que quem usa a pilcha o faz porque gosta e não por imposição, o que nos leva a observar a questão de obrigatoriedade da pilcha, pois, como este representante, outros também fizeram menção à exclusão da obrigatoriedade da pilcha para o seu uso voluntário. Sobre isto, Ivonir Lodi, representante do CTG Sentinela dos Pampas, diz,

Nós abrimos a obrigatoriedade do uso da pilcha nos eventos sociais, somente estando com traje social. Não se admite hoje ainda, independente da mudança do estatuto: minissaia, tênis, bermuda, isso não se permite dentro do CTG, e o uso de chapéu em uma pista de dança também não é permitido. Temos regras que a gente cultua e certamente muitos vão cultuar por muitos e muitos anos. [...] O importante é como diz o nosso lema, aquele que vai cultuar seus heróis é aquele que tem alma, isso que a gente quer preservar sempre dentro do nosso CTG.

Este representante mostra que existia uma obrigatoriedade do uso da pilcha no CTG, e observou-se que esta obrigatoriedade também existia na maioria dos CTGs da região. Percebemos que este rigor foi diminuindo para tornar o CTG um espaço acessível para a sociedade em geral, pois, além do uso da indumentária gaúcha pelo gosto, esta também tem a barreira econômica, sendo que não é um artigo de baixo custo e nem todos têm poder aquisitivo para adquirir. Então, se vê que, a partir da perspectiva de integração com a comunidade, os CTGs modificaram seus Estatutos, diminuindo seu rigor para que, assim, mais pessoas compartilhem suas atividades. Isto é percebido em uma fala de Cesar Lakus, representante do CTG Estância Crioula, que diz, “assim as pessoas têm oportunidade de conhecer e, com o tempo, passar a usar também a pilcha.” Mas mesmo com esta abertura, os

CTGs ainda mantêm limites em relação à vestimenta utilizada nas atividades da instituição, como é percebida na fala de Ivonir Lodi acima, e também em outras como a de Ronaldo Glesse, representante do CTG Porteira Nova, que diz,

A pilcha antigamente era bem mais cobrada. Você entrava em um CTG, num evento, você só entrava pilchado. Com o passar dos tempos, hoje a gente pede pras pessoas virem pelo menos com social, ou se não tiver uma roupa social com esporte normal. A gente não aconselha a pessoa, tipo uma mulher a vir de minissaia, miniblusa, fica um pouco vulgar perante a cultura gaúcha. Mas assim, a maioria do pessoal que é oriundo da tradição usa pilcha nos eventos. Normalmente aquelas pessoas que não participam e tal que vão assim normal, na formalidade.

Esta fala também nos mostra a mudança nas normatizações da instituição, contudo deixa claro que ainda se tem regras a seguir para participar dos eventos do CTG. Estas regras estão dispostas nos estatutos de cada instituição, nos quais delimitam o permitido e o obrigatório dentro do seu espaço e em suas atividades. Por exemplo, como observa Rodrigo Lunkes, nas provas da internada é obrigatório o uso da pilcha corretamente e completa. Pode-se observar, através das falas dos representantes, que se delimita o uso de roupas formais, ou seja, não se permite o uso de roupa não condizente com a concepção que o grupo tem de respeito, que o galpão representa na sociedade.

Ronaldo Glesse ainda menciona que quem é gaúcho utiliza a pilcha, e apenas quem não participa, podemos dizer “ativamente” no grupo se veste de forma “normal”. Denota que se dá ênfase em não permitir o uso de roupas que denigram a imagem do grupo, como minissaia, explicitando que isso não faz parte da tradição do gaúcho, fato que nos permite inferir que a partir das vestimentas define-se o outro, o *não ser* gaúcho. E a imagem do *não ser* gaúcho está associada aqui à ideia de vulgaridade, isto pode ser notado também em outras falas como as de Gentil Donini, representante do CTG Sinuelo da Fronteira, que diz,

O porquê da utilização da pilcha, isso aqui, sempre, desde as épocas remotas quando se criou o primeiro CTG no Rio Grande do Sul sempre se usou a bombacha e a prenda sempre teve o seu vestido comprido. Hoje em dia a gente vê pessoas que não cultivam tradição nenhuma e às vezes a gente vê em certos eventos pessoas seminu dançando, e as vezes danças indecentes. O qual é bem ao contrário da cultura gaúcha. Por isso que eu posso dizer com convicção que a cultura gaúcha dignifica a família.

Este representante retoma novamente a origem da pilcha e como esta se constitui em representação do *ser* gaúcho, fazendo referência à continuidade histórica do uso da bombacha e do vestido comprido, associando-as ao surgimento do CTG. Isto mostra que o representante

associa a criação do CTG e a adoção de valores, a seleção do que é *ser* gaúcho a partir da constituição dos Centros. E estes valores estão amparados nas práticas dos Centros, observando-se que o grupo constitui-se, mesmo à mercê de mudança de tempo e espaço, e não rompem com a memória do grupo, pois estes criam mecanismos como símbolos, rituais e comemorações que, carregados de sentido histórico, lhes conferem reconhecimento e continuidade.

Entendemos que o grupo, ao fixar sua ideia de mundo, ampara-se nestes referenciais históricos lhes conferindo poder de reconhecimento de suas ações. Isto esclarece como as pessoas que não têm mais a necessidade de utilizar estas roupas ainda o fazem, pois se entende que estas roupas são formas de reconhecimento de si como gaúcho, elas representam não só a história, mas também os valores aos quais estas pessoas querem estar relacionadas. E isto faz com que estes se sintam bem ao utilizar a pilcha gaúcha. Como pode ser percebido na fala de Cesar Lakus, do CTG Estância Crioula, sobre a importância da pilcha,

Você está resgatando as origens dos caudilhos, dos gauchos. Eu me sinto bem usando uma pilcha, minhas filhas também se sentem bem. Então eu acho que é necessidade, você vê um cara pilchado e já observa: esse é gaúcho, esse é lá do Rio Grande, não tem como negar. Então me sinto muito bem usando pilcha.

Nesta fala acima, o representante relata se sentir bem ao usar a pilcha, mas isto está associado à ideia de resgate das origens. Ou seja, podemos inferir que este membro do grupo se sente bem ao utilizar a pilcha, pois esta é reconhecida neste espaço como símbolo do *ser* gaúcho, uma identidade legitimada na região. Podemos dizer que a pilcha é mais uma forma de fixar o imaginário idealizado do grupo na região, sendo que sua utilização faz com que se afirme e reconheça esta identidade como representante deste espaço, pois sua utilização faz lembrar, constantemente, os fatos atrelados a este símbolo. Neste sentido, entendemos que a pilcha faz parte da construção do sentimento de pertencimento ao grupo e, ao mesmo tempo, da constituição de fronteiras entre o *ser* e o *não ser* gaúcho neste espaço. Outros membros também relatam sentir-se bem com a pilcha, entre eles Flávio Prigol, de Pato Bragado e Ivonir Lodi, de Medianeira, que a associam com a vivência do grupo.

Dessa forma, com os relatos, podemos perceber que a pilcha vai se instituindo como uma parte integrante do *ser* gaúcho. Assim como o Galpão é um espaço que, através do seu simbolismo, constitui a memória do grupo, a pilcha também assume este poder. Olazio Marchi, de Santa Helena, ao falar sobre a importância da pilcha diz, “É a mesma coisa que o médico usar o jaleco dele, o advogado usar o terno e a gravata e o gaúcho usa a bombacha, a

pilcha. É uma maneira de ele se vestir, não tem diferença, não é pra o gaúcho se aparecer, não, ele se sente bem do jeito que ele se veste.” Esta fala associa a pilcha ao uniforme de um profissional, o que nos leva à reflexão de definição de mundo através da vestimenta. Em uma acepção a Chartier (1990), podemos dizer que a indumentária é uma representação simbólica. Sabe-se que o profissional ampara-se em uma carga de valores associados à sua vestimenta, por exemplo, o médico com o seu jaleco é reconhecido como capaz, a vestimenta lhe dá o poder sobre o outro, enquanto este mesmo médico, ao apresentar-se com outra roupa, que não o seu jaleco, não inspira confiança sobre o outro. Neste sentido, podemos inferir que o gaúcho ampara-se em um apanhado histórico que lhe confere reconhecimento de seus valores, a partir da pilcha.

Dessa forma, percebemos que tanto o galpão quanto a indumentária fazem parte das construções da memória coletiva do *ser* gaúcho. Estes são referências materiais e simbólicas que contribuem para a constituição de laços de continuidade e pertencimento aos membros do grupo. Através destes elementos se perpetua a origem idealizada do *ser* gaúcho, fixando e reconhecendo símbolos que os amparam no tempo e espaço. Pois, entende-se que estes elementos permitem preservar e difundir a memória do grupo, na medida em que são reconhecidos interna e externamente, definindo o *ser* e o *não ser* gaúcho no Oeste paranaense. Neste mesmo sentido de análise, nos voltamos às práticas desenvolvidas pelo grupo a partir das invernadas.

3.4 INVERNADAS: FIXAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIOS.

No decorrer do trabalho, construímos uma análise sobre a relação entre a formação do espaço colonial do Oeste paranaense e a fixação de representações relacionadas com o *ser* gaúcho vinculadas aos Centros de Tradições Gaúchas. Analisamos as formas de atuação destes Centros e constatamos que as nomeações fazem parte da ação sobre o espaço, e elementos como o galpão e a pilcha fazem parte da construção da memória coletiva do grupo. Ademais destas ações, também se tem as reconstruções das práticas vinculadas ao *ser* gaúcho, como as danças, as músicas e o laço. Entendemos práticas a partir da noção de práticas de espaço de Certeau (2011), o qual concebe que estas atuam na constituição do espaço em si. E

as observamos a partir das suas peculiaridades, pois conjectura-se que, a partir destas, se define as referências do grupo.

Como já mostramos anteriormente, os indivíduos responsáveis pelo movimento pró-cultura gaúcha, que deu origem ao primeiro CTG e, logo, ao Movimento Tradicionalista, foram também precursores do levantamento, organização, normatização e difusão de práticas consideradas gaúchas, como danças, músicas, costumes, gastronomia e valores, entre outras. Estas práticas são reconhecidas e fixadas a partir da produção de livros e também produção musical, como, por exemplo, nos materiais *Manual de Danças Gaúchas* (CÔRTEZ e LESSA, 1956), *Suplemento musical do Manual de danças gaúchas* (CÔRTEZ e LESSA, 1955), e *Folclore musical do pampa - Músicas e letras* (CÔRTEZ, 1960). Estes materiais são compostos por práticas selecionadas, entendidas como representações do *ser* gaúcho, e são difundidas a partir dos CTGs e também das redes de comunicação, como programas de rádio regionalistas.

Os CTGs passam a ser normatizados com base nos documentos regulamentadores instituídos pelo MTG, como a Carta de Princípios (2013). E esta incentiva, por exemplo, a “Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social, através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção dos valores, princípios locais, reações emocionais, etc.” E entendendo os CTGs como instituições regulamentadas, consideramos que buscam transmitir as práticas selecionadas e difundidas pelo Movimento Tradicionalistas. Isso indica que as práticas e valores selecionados, agora são reproduzidos e ritualizados pelos CTGs como forma de manter os laços entre os Centros.

Pode-se perceber na fala de Osvaldo Martins, representante do MTG-PR, que as invernadas fazem parte da constituição dos laços entre os CTGs a partir dos eventos que decorrem de sua existência. Ele diz:

Então, como que vamos incentivar esse pessoal que está na invernada? fazer o que? só ensaiar lá pra que? pra que eu estou dançando? Tem que haver uma disputa, eu tenho que ser melhor que alguém, aí nós criamos os festivais [rodeios], que é o circuito classificatório regional, nós temos dez circuitos no ano, que é aonde os CTGs têm que ir disputar com suas invernadas, e os individuais também, pra se classificar pra um paranaense, que nós temos no final do ano, e desse paranaense os campeões vão disputar o brasileiro, que nós temos a cada dois anos, e desse brasileiro os campeões vão disputar o internacional, CITG – Centro Internacional Tradições Gaúchas. E o que nós [MTG] fizemos? Vamos lá, regulamentar os circuitos, normas, regulamento, todo mundo vai ter a mesma oportunidade [...].

Na fala deste representante, percebe-se a tentativa de organização na qual os CTGs inscritos no MTG-PR são levados a participar de eventos regulares a nível regional, estadual, nacional e internacional, nos quais são apresentadas danças, poesias, músicas e atividades de lida campeira com o rodeio crioulo, entre outras. A participação nos eventos requer conhecimento de técnicas e valores que são pregados como gaúchos nos regulamentos instituídos pelo MTG-PR, como pode ser visto, por exemplo, nos Regulamentos da Artística e Campeira¹⁰¹.

Percebeu-se que, através da estrutura regulamentadora regida pelo MTG-PR, os CTGs mantêm suas atividades em consonância. Observa-se, no Regulamento Geral (2013), obrigatoriedades de organização e participação de eventos dos CTGs, o que entendemos que os leva a estar em constante atividade e integração entre os membros das entidades. Para a participação nestes eventos, torna-se necessário que os membros de cada CTG conheçam as peculiaridades de sua prática, o que inferimos ser alcançado através das invernadas.

Tomando-se como base as noções de formação de memória coletiva, que é, de acordo com Halbwachs (1990), constituída na sua essência pelas relações sociais do indivíduo com o grupo, em que precisa existir uma retroalimentação constante das lembranças que os fazem pertencer à mesma mentalidade. Permite-nos entender a memória como o vínculo que une o grupo como uma coletividade. Este autor ainda enfatiza que a memória precisa ser vivida para ser mais bem incorporada, sendo que a memória aprendida é mais fácil de ser esquecida. Então, esta ação de realização de eventos programados, organizados e regulamentados pode ser vista como uma forma de se manter vínculos com o grupo, pois se tem a retroalimentação e a vivência da experiência a partir do contato proporcionado pelos eventos.

Assim, em nossas análises toma-se Halbwachs (1990) e retoma-se a ideia de invenção das tradições, para inferir que estas práticas exercidas pelo grupo são um apanhado de idealizações de um passado que, não necessariamente, fez parte da vida das pessoas que o seguem. E ainda, por último, consideram-se as reflexões de Tedesco (2011), que diz alimentar-se a memória coletiva, das tradições, costumes e experiências, entendendo que a ritualidade, a simbologia e a experiência partilhada são formas de manutenção desta.

A partir destas noções, nos aproximamos das invernadas, incorporadas pelos CTGs como uma parte pedagógica da instituição, na qual são ensinadas as práticas tradicionais aos integrantes do grupo. Mas, constata-se que não são apenas ensinadas, o que não garante a formação de laços entre seus membros, elas são também praticadas, ritualizadas, a partir da

¹⁰¹ Disponível em: <http://www.mtgparana.org.br/> Acesso em: 17 jul. 2013.

realização de eventos. Isso indica que as invernadas possuem uma estrutura de construção de memória baseada na experiência.

Nesta questão, também lembramos a reflexão de Candau referente à constituição de uma memória de origem, na qual o autor fala que está apoiada em uma imagem do passado mais conveniente para o bem comum, amparando-se em uma “pedagogia das origens” para ensinar ao grupo, o que, segundo o autor, tem como objetivo fortalecer a identidade do mesmo (2011, p. 98). Com isto, percebemos que a questão pedagógica faz parte da reconstrução de uma memória coletiva e fixação da identidade do *ser* gaúcho.

Como já foi mostrado anteriormente, nos primórdios da formação do movimento, fez-se um trabalho de organização das práticas que se fixaram como representativas do *ser* gaúcho. Salvador Lamberty (1991) mostra que, através destas pesquisas, foi possível o fortalecimento do grupo, pois se passa a ter mais qualidade nas representações. Estas constatações, juntamente, com as concepções sobre formação do movimento na região Oeste do Paraná, nos permitiram conjecturar que é através das invernadas que os CTGs alcançam a difusão e fixação de suas referências.

Considera-se a necessidade da construção de rituais, para dessa forma, difundir e manter a memória coletiva de um grupo. Aproximando estas reflexões aos CTGs do Oeste paranaense, podemos observar práticas, como a comemoração, a ritualização e a constituição de símbolos que permitem a manutenção da memória do grupo. Estas práticas podem ser compreendidas como representações do grupo, entendendo-as como uma forma de luta de poder em busca da fixação de uma visão de mundo no espaço. Esta reflexão se ampara na concepção de Roger Chartier (1990) sobre representação que, segundo o autor, serve para compreender a intencionalidade de um grupo em forjar determinada representação social.

Neste sentido, identificamos como os representantes dos CTGs desta região constroem a representação da instituição através das invernadas, considerando que suas práticas representam a imagem a qual os membros do CTG sentem-se pertencer. Partimos de uma análise sobre as ações disciplinares que são desenvolvidas através das invernadas organizadas por cada CTG. Conjecturamos que estas partem do princípio de ensinar práticas como danças, músicas, lida campeira e gastronomia, entre outras consideradas tradicionais na cultura gaúcha e que, ao mesmo tempo, estão atreladas a uma formação de valores do participante.

Esta questão de formação pode ser identificada em uma fala sobre as invernadas de Ivonir Lodi, representante do CTG de Medianeira, na qual é possível perceber uma concepção dos CTGs sobre as invernadas, quando diz, “E pra nós a parte artística e a parte campeira, principalmente, são a alma do CTG. Os CTGs hoje que não têm a parte, principalmente,

artística, eu acho que ele deixa a essência, deixa de ser um Centro de Tradições Gaúchas pra se tornar um clube tradicional.” Esta narrativa mostra, ao relacionar as invernadas com a alma e a essência do CTG, que estas são entendidas como parte formadora do *ser* gaúcho em si, o que leva a entender a invernada como formadora da mentalidade do grupo. Ou seja, a partir de seu poder de ação sobre os membros, ela é responsável pela incorporação da visão de mundo do *ser* gaúcho.

O colaborador citado acima também relata que são estes membros participantes das invernadas que se tornarão futuros patrões, e que esta vivência proporcionada pela invernada os prepara para seguir adiante com as atividades dos CTGs. Esta fala permite entender que os CTGs constituem-se a partir da definição de uma visão de mundo que é passada aos seus participantes a partir de suas representações. Identificamos que as práticas desenvolvidas dentro da entidade estão envoltas na reconstrução de uma memória coletiva que assegura a manutenção e permanência do grupo no tempo e no espaço, que se estabelece a partir da formação dos seus membros. Esta formação através das invernadas também é levantada como importância cultural do CTG pelo representante do CTG Índio José, Luiz Carlos Ribeiro, que diz,

[...] No próprio grupo, vamos pegar novamente a dança, não é eu que danço bem sozinho o meu grupo tem que dançar bem, então nós temos que formar um, tem que ser cultural já, uma atividade. Isso aí a gente nota muita a diferença, quem passou pelo CTG teve uma vivência, foi em um rodeio, teve que dormir lá em um barracão, arrumar a sua cama, eles começam a tomar uma vivência de conjunto, um ajudando o outro. Então isso aí, até a gente comenta que é muito importante pra pessoa ter essa participação, ter essa visão de comunidade.

Esta fala de Luiz Carlos pode ser associada a uma diretriz da carta de princípio do MTG que fala sobre a formação de uma unidade psicológica entre o grupo social, com modos de agir e de pensar coletivamente. Assim, este relato nos mostra que as invernadas amparam as atividades do CTG, assegurando que este alcance seus objetivos. Percebemos, mais uma vez, que estas práticas são entendidas como formadoras de alteridade, pois o autor menciona que “a gente nota muito a diferença, quem passou pelo CTG teve uma vivência”, e explicita que, de acordo com seus membros, a vivência no CTG torna o indivíduo diferente daquele que não participa. Observamos que o representante dá ênfase à questão de formação social através da vivência dos hábitos tradicionais arraigados nas práticas dos CTGs. E percebemos, a partir da fala “a gente comenta que é muito importante pra pessoa ter esta participação”, que

esta vivência é exercida pelas práticas e são concebidas pelo grupo como formadoras das representações do grupo e de sua coletividade.

Percebeu-se também, nas entrevistas, que as invernadas são mencionadas como objetivo dos CTGs, como na fala de Rodrigo Lunkes, representante do CTG Estância Quero-Quero que diz,

Primeiro era reunir os amigos e conversar, e manter a tradição em dia, manter viva aquela vontade de participar, de laçar, que é o nosso caso. A gente não tem artística, de dança, de música. A nossa é mais campeira, a gente participa bastante é no meio campeiro mesmo, em rodeios. E a finalidade era essa, montar a entidade pra poder participar desses eventos, ir nos rodeios gaúchos que tinha na região, e não ir de furão, mas ir como a entidade pudesse competir, se divertir e fazer uma soma com os demais.

Nesta perspectiva, observa-se a necessidade de constituir-se uma instituição regulamentada para legitimar a participação do grupo nos eventos tradicionalistas. Vê-se também que o grupo já define sua característica ao mesmo tempo em que ela o define, pois se identificam com as práticas campeiras, e é a partir dela que se vinculam ao grupo como gaúchos. Também se vê que este CTG não possui outra invernada ativa, o que, de acordo com seu representante, é porque o CTG não conta com sede própria e o município é pequeno, o que dificulta a ação do Centro. Contudo, Rodrigo ainda afirma que o grupo é unido e desenvolve eventos que visam promover a instituição. Assim, este representante nos permite observar que é a partir da prática campeira que surge o grupo, e é esta que mantém o vínculo com o *ser* gaúcho.

Outros CTGs também mostram que tiveram as práticas das invernadas como objetivo para sua constituição, como pode ser percebido na fala de Ronaldo, representante do CTG Porteira Nova, que, ao ser questionado sobre o objetivo traçado na fundação do CTG diz, “Pra cultivar a tradição que já vem dos anos passados da gente. E preservar a nossa cultura, tanto no setor artístico, danças, como cultivar os fandangos, no caso bailes, e também o tiro de laço.” Nesta fala, percebe-se que as práticas são entendidas como a tradição herdada, e entende-se, então, que é através das invernadas que estas podem ser preservadas. A menção à Invernada como objetivo desde o princípio da formação do Centro também é feita por Ivonir Lodi, sobre o CTG Sentinela dos Pampas, ao mencionar que, desde o primeiro estatuto, as invernadas já estavam presentes.

Esta construção permite perceber que a formação das invernadas está diretamente ligada com a manutenção e a difusão da memória do grupo, pois seus membros entendem que é através delas que se rememoram e se preservam as tradições gaúchas. Elas servem tanto

para manter o grupo unido, como para atrair novos participantes para o grupo. A ideia de que as Invernadas são o chamariz para os CTGs é citada por Osvaldo Martins, representante do MTG, que, ao ser questionado sobre como se forma um CTG, diz que é através da união de um grupo, mas que este precisa se organizar através dos departamentos, para assim conseguir a adesão de mais pessoas e a fixação da entidade. Enfatiza que,

[...] 20 famílias não vão conseguir manter um CTG, qual é a primeira preocupação dele? Criar os departamentos: departamento campeiro, artístico, cultural e esportivo. Pra que? Pra chamar a comunidade pra dentro do CTG pra ele poder começar a criar os associados, aí depois que esse pessoal entra no CTG, começa a se criar as invernadas: invernada mirim, invernada juvenil, invernada adulta, invernada veterana, invernada Xiru, que são categorias diferentes, ali vai se criando, e para participar você vai ter que ser sócio do CTG, e o CTG começa a se montar. Qual é a nossa maior preocupação hoje do Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná? É o CTG criar a invernada mirim e juvenil. Porque a mirim traz o pai, avô, tio, padrinho, traz toda família pro CTG [...]

Esta perspectiva levantada por Osvaldo Martins nos faz observar as invernadas não só a partir da questão simbólica da vivência mantenedora do grupo, partindo da *tabula rasa* de que o grupo já existe, mas também nos faz notar que os Centros trabalham a partir das invernadas para atrair pessoas e formar o grupo. Neste sentido, permite entender que as invernadas compõem-se como representações em si, através das quais se constrói a imagem do grupo, tanto interna quanto externamente, pois, observamos que existe um movimento em torno das invernadas para a fixação dos CTGs e a legitimação de suas ações frente ao outro, mas também se formando através destas.

Esta questão de movimentação e fixação dos CTGs através das invernadas no Oeste do Paraná pode ser observada em algumas falas de representantes dos Centros da região. Ao ser questionado sobre a evolução das atividades do seu Centro, Irio Vendruscolo, representante do CTG Sinuelo da Fronteira, diz “na época, o primeiro patrão foi o sargento Assis, e eu fui o segundo patrão, tomei posse em 1996, que na verdade foi quando começou o trabalho com a campeira e artística, onde que foi se fortalecendo o CTG, a partir de 1996.” Nesta fala, nota-se que o representante associa o fortalecimento do CTG ao trabalho desenvolvido com as invernadas. Ou seja, podemos inferir que elas são entendidas como formadoras da instituição.

O representante do CTG Querência Amada, Valdir Possato, ao responder esta mesma questão sobre a evolução das atividades do CTG, também menciona as invernadas, dizendo “Isso aí é uma sequência de acontecimentos, você começa com uma invernada mirim, passados alguns anos forma uma juvenil, só mais tarde que vem a adulta, foram formadas

também invernadas campeiras com tiro de laço, paletoadas, tambor, baliza e outras modalidades.” Estes relatos nos permitem constatar que as atividades das invernadas são compreendidas como as atividades do Centro em si. O seu desenvolvimento é entendido como o próprio desenvolvimento do CTG, seu fortalecimento. É importante também na sua difusão, como é visto na fala de Flavio Prigol, representante do CTG Sepé Tiaraju, que, ao ser questionado sobre a adesão ao CTG de pessoas que não têm procedência do Rio Grande do Sul, diz,

É um detalhe interessante: quem acaba atraindo essas pessoas são os filhos, porque os filhos começam a participar do CTG, e aí acabam trazendo os pais pra dentro do CTG, e aí isso acaba tomando corpo, e as famílias acabam participando. Porque o CTG, as invernadas artísticas, só dá certo quando se tem a família por trás dando aquele suporte.

Flavio Prigol ao mencionar “quem acaba atraindo essas pessoas são os filhos” faz referência à participação das crianças nas invernadas artística e campeira. Este entrevistado mostra que os grupos de dança e os de prática com o gado dão vivacidade à instituição, unem o grupo. Na sequência de sua fala, diz que ele mesmo começou a participar do CTG através dos seus filhos, pois eles participavam das invernadas, o que acabou levando a toda a família a participar. Percebe-se, com este relato, que se busca vincular as representações do CTG à constituição familiar, aos valores familiares. E, através disto, pode-se dizer que estes valores positivos com referência a vivências familiares ligados ao CTG fazem parte da formação da imagem do grupo, de sua identidade. O colocar em prática os valores construídos sobre as suas representações são a atração das invernadas, pois, através delas, torna-se material o simbolismo difundido pelos CTGs. Isso pode ser visto na fala de Francisco Braghini, representante do CTG de Matelândia, quando, ao falar sobre a atração de pessoas para o CTG, diz,

[...] nos almoço tradicional a gente faz apresentação da invernada. Aí eles se comovem, vê criancinha dançando desse tamanho, quatro anos, nós temos três crianças com quatro anos já dançando, terça feira tá ali dançando e a gente cuidando deles, entrega em casa, esse custo é do CTG também, que está fazendo no meu mandato agora.

Podemos perceber nesta fala de Francisco Braghini a ênfase dada na ação do CTG para a manutenção destas práticas, e estas como atração do mesmo. Percebe-se que constrói suas representações associadas aos valores de proteção, comunidade e continuidade. Sendo a prática das crianças referência à transcendência espacial e temporal dos valores associados ao

ser gaúcho construído pelo grupo. Aqui se percebe a associação do discurso ao *pathos* quando se faz menção à invernada como comovente. Assim, a invernada em si se constitui como um discurso performativo sobre as ações positivas do CTG.

Isso permite entender que as invernadas fazem parte da afirmação do grupo no espaço onde se estabelece, pois, podem exercer influência na constituição deste espaço a partir da valorização dos valores associados ao *ser* gaúcho. Desse modo, também podemos identificar que as invernadas de alguns CTGs representam seus municípios, o que pode ser percebido nas falas de Ronaldo Glese, representante do CTG Porteira Nova, que, ao ser questionado sobre a relação do CTG com a prefeitura, relata que esta contribui com o desenvolvimento das atividades das invernadas fazendo o pagamento de professores para o grupo, e diz que, “em contrapartida, a gente representa o município nos rodeios estaduais, regionais, e também quando tem programação sobre a cultura no município, a gente sempre está se apresentando.” Este incentivo da prefeitura para o desenvolvimento das práticas culturais gaúchas é mais um exemplo da legitimação do grupo na região a partir do seu reconhecimento. A prefeitura, ao incentivar estas práticas, e estas, ao representarem o município, se fixam como marca deste espaço.

Outros representantes também relatam que o CTG representa o município, assim como Irio Vendruscolo, do CTG Sinuelo da Fronteira, que, ao falar sobre a relação com o órgão público, diz que o departamento cultural da prefeitura colabora com as invernadas pagando os professores, “[...] mas assim, quando tiver algum evento mesmo fora do tradicionalismo eles representam o município. Então, são os nossos gaiteiros, nosso estilo gauchesco que representa Itaipulândia, por exemplo: evento tipo o festival de turismo.” Este relato, mais uma vez mostra uma contrapartida entre prefeitura e CTG, e dá ênfase na representação do município se institucionalizar pela cultura gaúcha. Percebe-se que os municípios participam ativamente na constituição de uma imagem relacionada a *ser* gaúcho. Isto contribui para o enquadramento da memória do grupo associada ao pioneirismo da região, pois, ao ser legitimada, a identidade do *ser* gaúcho como representante da região, por agentes autorizados, se fixa a marca do grupo frente a outros, reconhecendo-a como verdadeira.

Foi percebido, nas entrevistas, que os municípios contribuem com o pagamento de professores para as invernadas como apoio ao grupo, o que nos mostra uma organização dos Centros junto com as prefeituras. Ao mesmo tempo, percebe-se que a representação do município é um discurso arraigado em muitos dos CTGs, onde seus representantes afirmam levar o nome do município por onde forem. Assim como se observa nas falas de Flávio Prigol, do CTG Sepé Tiaraju, que ao relatar sobre as atividades do CTG diz,

E então estas atividades foram tomando corpo, e aí as apresentações que levavam adiante o nome do distrito de Pato Bragado e depois do município. [...] E tivemos aqui grupos que representaram muito bem o município de Pato Bragado, tivemos dançadores de chula que foram dez vezes campeões paranaenses, os dois irmãos Telles, e quatro a cinco vezes campeões nacionais, e de Vacaria. Quer dizer o nome de Pato Bragado foi levado a todos os cantos do país e foi se expandido, através do CTG.

Esta fala nos permite visualizar que, de acordo com o seu representante, as invernadas do CTG Sepé Tiaraju não representam apenas o seu Centro, mas também representam o município. Esta mesma visão é compartilhada com outros representantes que também afirmam que o CTG leva o nome do município por onde vai. Olazio Marchi, do CTG Filhos do Sul, diz que, “A maior contribuição que o CTG pode dar pra Santa Helena é na cultura, é levar o nome de Santa Helena aos quatro cantos do Brasil.” Estas falas são carregadas de um imaginário idealizado sobre as práticas desenvolvidas pelo grupo, sendo que estes as reconhecem como fonte de valor frente à sociedade não gaúcha. Também, Rodrigo Lunkes, representante do CTG Estância Quero-Quero, faz esta mesma afirmação “Hoje a gente procura levar o nome do município em todos os lugares que a gente participa.” Então, a partir destas falas, podemos perceber que o grupo busca uma constante reafirmação de seus valores amparando-se na sua legitimidade construída a partir de suas práticas reconhecidas.

Ademais destas informações, identificou-se quais são as representações que os CTGs mais fixam na região a partir das invernadas artísticas e campeiras. Mesmo sendo a artística a mais mencionada, nas falas dos representantes, percebe-se que esta não está presente em todas as instituições, como é o caso dos CTGs Estância Quero-Quero e o Filhos do Sul que não têm esta invernada ativa. Esta repercute a menção às dificuldades de conseguir professores, de se organizar o grupo e também dos elevados custos de manter esta atividade. E constatamos que todos os onze CTGs que conformam a 12ª RT têm a sua invernada campeira formada e ativa. Como citado anteriormente, a prefeitura contribui em muitos dos CTGs a partir do pagamento de professores para a artística, mas também as invernadas campeiras têm investimento público, pois verificou-se que a maioria dos campos de rodeio são comodatos com as prefeituras dos municípios.

Percebemos que, nos CTGs da 12ª RT-PR, as invernadas artísticas, na sua maioria, são formadas por grupos de dança como mirim, juvenil e adulta. Seus ensaios são feitos à noite ou nos finais de semana nos espaços dos CTGs, e são realizadas apresentações nos jantares e rodeios elaborados pela instituição, além dos rodeios oficiais classificatórios do

MTG. Verificou-se que é a partir desta invernada que se têm as aulas de música e poesia, entre outras relacionadas à arte e cultura. E vê-se que, com estas práticas, tem-se a formação dos valores do *ser* gaúcho, pois se aprende, além de técnica, também a história, os símbolos, e as vestimentas do gaúcho, instaurando uma ritualização. Isso é cobrado destes representantes nas suas apresentações, como, por exemplo, na prova de dança tradicional. E é a partir da artística que se consegue atingir mais a atenção e a representação na sociedade, pois esta também se pode apresentar ao público em outros locais e ocasiões, difundindo suas marcas nos espaços que as recebem, materializando as representações do grupo.

A campeira, que parece estar sempre mais distante nas falas dos representantes, é, contudo, a mais presente nas instituições. Percebe-se que estas têm suas dificuldades por tratarem de lidas com animais, o que exige dedicação, espaço e investimento. Nos relatos dos representantes, assim como também em reuniões da 12ª RT, foi percebido que esta invernada tem dificuldade com a obtenção de gado para seus rodeios, coisa que, de acordo com Ronaldo Glese, representante do CTG Porteira Nova, é um problema da região, que é bastante agrícola e tem pouco gado, mas também diz que, mesmo assim, os grupos se organizam e se necessário fazem uso de recursos tecnológicos para a realização dos seus rodeios, que é a utilização da “vaquinha mecânica”¹⁰², que, devido à dificuldade de obtenção de animais, foi aderida pelas instituições. Com isto, seguem-se as atividades do grupo, como o tiro de laço que é sempre o mais citado.

A invernada campeira está vinculada também às cavalgadas, que são tradicionalmente feitas pelos CTGs, sem datas pontuais, mas geralmente vinculadas a dias de comemorações religiosas ou cívicas, são realizadas sempre nos seus municípios ou em organização entre os municípios da região e tem participação da comunidade. Especialmente antes da semana farroupilha, tem-se a cavalgada entre os CTGs da 12ª RT pela qual se leva a chama crioula, sendo esta mais uma das práticas simbólicas que constituem a Semana Farroupilha. É uma prática tradicional dos CTGs, tendo sua origem na Ronda Crioula feita em 1947, como iniciativa dos fundadores do primeiro CTG, mais tarde constituindo-se como um ritual do movimento tradicionalista pelo qual se leva a chama crioula entre os municípios. Segundo seus membros, isso revitaliza a vivência do gauchismo. Salvador Lamberty diz que a chama crioula é a alma do gaúcho que, ao ser levada pela cavalaria gaúcha por todo torrão, se estabelece como um símbolo de fraternidade entre seu povo (1991, p. 45).

¹⁰² A “vaca mecânica” é um instrumento com uma estrutura movida por motor, o qual imita a forma e o movimento de um animal vivo e possibilita a realização da prova de laço.

As invernadas esportivas e culturais quase não são mencionadas pelos CTGs da 12ª RT-PR. Estando ativa a invernada Esportiva no CTG Charrua e no CTG Sentinela dos Pampas, onde a principal atividade é a bocha. E a invernada Cultural não é indicada como ativa em nenhuma das instituições. Contudo, alguns CTGs, como o CTG Índio José e o CTG Charrua, a citam como a parte de cursos e palestras da instituição. De acordo com o Regulamento da Invernada Cultural do MTG-PR (2013), esta é responsável pelo concurso de primeira prenda e peão biriva. Este, de acordo com este documento, tem por algumas de suas finalidades: aproveitar a capacidade criadora; despertar o espírito tradicionalista estimulando a participação efetiva na sociedade e no meio tradicionalista; elevar o nível cultural e intelectual das prendas e peões; escolher, anualmente, dentre os candidatos, aqueles que melhor representam a virtude, a dignidade, a graça e as habilidades do homem e da mulher tradicionalista gaúcho paranaense (MTG-PR, 2013). Observamos que, nas entrevistas, não foram mencionados estes concursos nas atividades dos CTGs da 12ª RT do Paraná, o que impossibilita uma análise de suas representações.

Podemos perceber, com as falas, que as invernadas existem e se organizam de acordo com as regulamentações do MTG e, ao mesmo tempo, dão forma aos CTGs. Foi possível identificar, então, que as invernadas são formadoras do grupo, de suas representações positivas, mantenedoras de sua memória, atrativo para novos adeptos, definidoras de diferenças e legitimadoras das práticas do grupo. Mas, apesar destas contribuições para o grupo, percebeu-se que as invernadas não são de fácil organização. Sendo que alguns dos representantes dos CTGs entrevistados mostraram dificuldade para a sua formação, como, por exemplo, para conseguir bons professores e custear os gastos das práticas.

Após essas reflexões, relembramos a primeira fonte citada neste tópico, na qual Osvaldo Martins, representante do MTG-PR, menciona que são organizados eventos para incentivar as invernadas. Pois, estas são entendidas como formadoras e mantenedoras dos CTGs no tempo e também no espaço. A partir dos relatos, se abstrai que estas são, em si, a performatividade do discurso dos CTGs, pois materializam seus símbolos e valores, perpetuando a memória e fixando a identidade do grupo.

Neste sentido, pode-se constatar que, a partir da regulamentação exigida pelo MTG aplicadas aos CTGs através de suas invernadas e da necessidade destes de participarem dos eventos oficiais, cria-se uma estrutura regulamentada de formação de representações gaúchas através dos CTGs. Representações que podem ser entendidas como inventadas, devido à sua estruturação regulamentada e ritualizada de um passado idealizado, visando fixar uma visão de mundo. Observa-se que estes são incentivados a manterem as representações através de

comemorações e ritualizações, todas devidamente normatizadas, o que garante a manutenção da homogeneidade e, ao mesmo tempo, insere ativamente este grupo nos espaços que ocupam, definindo assim sua territorialidade.

Estas reflexões são levantadas, pois se percebe uma ação de poder simbólico exercido sobre os CTGs pelo MTG-PR, que os orienta a uma atividade não espontânea, que, ao mesmo tempo, não é entendida como arbitrária. Aqui não se exclui a voluntariedade de participação dos membros nestas invernadas, entende-se sim que isto faz com que se mantenha a memória coletiva do grupo em um processo de reconstrução constante. Percebe-se que a instauração das invernadas é uma forma de manter o grupo unido, o que lhe confere continuidade no tempo e definição de territorialidade, pois suas ações são legitimadas através do reconhecimento de sua coletividade associada ao *ser* gaúcho.

Neste contexto, reaparece um questionamento pontual sobre este trabalho: Mas se existe tradição gaúcha na região por que a necessidade de se formarem os CTGs e incentivar sua atividade? As análises anteriores indicam que não existe, na essência, esta tradição no Oeste do Paraná. Tem-se, sim, a força do surgimento de um grupo que se apoia em construções de uma memória coletiva em torno do *ser* gaúcho. E que estes, através do reconhecimento de sua identidade, se fixam a partir de reconstruções que buscam dar continuidade a um passado idealizado, principalmente, a partir das invernadas. Contudo, observa-se que estas não são a totalidade de ações que formam a entidade, pois nota-se que, dentro de cada CTG, tem-se suas particularidades e estas fazem parte da constituição do grupo, de sua permanência neste espaço.

3.5 OS CTG E SUAS REFERÊNCIAS: SE ESTABELECEM LAÇOS E FRONTEIRAS.

No decorrer da pesquisa, observamos a constituição do espaço do Oeste paranaense buscando analisar a fixação da marca do *ser* gaúcho na região. Ao falarmos do *ser* gaúcho, nos amparamos em referências de Bezzi e Brum Netto, Haesbaert e também nas concepções do Movimento Tradicionalista Gaúcho, que tratam da sua formação, expansão e fixação. Em paralelo, ressaltamos as transformações espaciais do Oeste paranaense e o surgimento e fixação do movimento tradicionalista no estado. Este levantamento nos permitiu a análise das

representações que fixam o imaginário do grupo neste espaço e, assim, estabelecem sua territorialidade.

Vimos que, a partir das nomeações e das práticas no espaço, o grupo vai se afirmando, legitimando sua identidade e perpetuando sua memória no tempo e espaço. Constata-se que estas ações estão amparadas em um emaranhado de histórias, memórias e simbolismos que conferem poder ao grupo. E, ao mesmo tempo em que o *ser* gaúcho se legitima no Oeste paranaense, este também mantém seus laços com o território de origem, o Rio Grande do Sul. Assim, inferimos que é principalmente nas relações com a sociedade, tanto com a qual convive quanto com a qual se busca manter laços, é que o grupo se forma e se define.

Partindo do paradigma indiciário de Ginzburg buscamos analisar, nas entrevistas realizadas com os representantes dos CTGs da 12ª RT-PR, o contexto em que se inserem as relações sociais do grupo, para identificar os pormenores que constituem a linha tênue entre o *ser* e o *não ser* gaúcho para os seus membros. Consideramos as assertivas dos representantes sobre a importância do grupo na sociedade como formas de afirmação da própria constituição do grupo, delimitando seu território, seus valores e seus símbolos. Dessa forma, através das entrevistas, encontramos nuances da fixação das referências do grupo. E, para isso, consideramos a concepção de referência cultural de Maria Cecília Fonseca que, ao falar do tema, diz,

Embora essas informações só possam ser percebidas a partir das manifestações materiais, ou "suportes" - sítios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, relatos, ritos, práticas, etc. - só se constituem como "referências culturais" quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintas por sujeitos definidos. (2000, p. 86-87)

Esta autora constrói a sua concepção de referência cultural atrelada à percepção do próprio grupo sobre as representações que configuram sua identidade. Ou seja, o reconhecimento dos seus membros do valor singular de suas práticas como definidoras do grupo. Aplicando esta reflexão à nossa pesquisa, observamos as práticas e monumentos instituídos pelos CTGs na região não apenas pela sua materialidade, mas sim pelo significado que seus membros entendem estar embutidos neles. Os eventos, as comemorações, e os hábitos foram levantados e apreendidos a partir do entendimento do grupo sobre os seus valores.

Neste sentido, identifica-se a autoimagem que a instituição legitima, os valores associados pelos representantes dos CTGs a seus participantes e as suas práticas, entendendo que estes são elementos selecionados que visam a enquadrar e fixar a identidade do grupo na

região. Para isso, nos aproximamos dos pormenores percebidos nas falas dos representantes destas instituições, que envolvem suas percepções sobre as atividades do grupo, pois, além das atividades regulamentadas pela MTG, os CTGs servem como um espaço de sociabilidade e de convivência entre as famílias associadas e seus convidados.

Ao fazer o levantamento sobre as atividades dos CTGs, percebemos que realizam jantares, bailes e rodeios e a comemoração como a semana farroupilha. Percebemos que as atividades regulares dos Centros são consideradas habituais pelos seus representantes. Os bailes, os rodeios, as domingueiras não são enaltecidos como as práticas das invernadas e a participação dos rodeios oficiais. Contudo, estes eventos não oficiais são importantes para a manutenção do grupo, como pode ser percebido na fala de Francisco Braghini, representante do CTG Querência Nova, que diz “Temos jantares, rodeios sempre, anualmente nós temos o nosso rodeio oficial e mais outros rodeios paralelos que a gente faz só pra manter o grupo.” Pode-se perceber na menção a “outros rodeios paralelos” que estes são citados de forma simples, sem mais especificidade sobre as práticas decorridas, mas, ao mesmo tempo, são estes que, na visão do representante, “mantêm o grupo”.

Nas falas dos representantes, percebe-se que a incidência de eventos oficiais é baixa. A maioria dos CTGs tem um ou dois rodeios oficiais ao ano. Além desses, participam em outros rodeios da região de acordo com a disponibilidade e competitividade do grupo. E a participação efetiva dos membros do CTG em eventos em outras localidades também é baixa, apenas os representantes das invernadas com alguns acompanhantes se deslocam para as competições.

Neste sentido, entende-se a importância dos eventos regulares (não oficiais) por sua incidência, pois percebemos que, nestes eventos, ocorrem as práticas de espaço, como bailes, mateadas, churrascos, jantares, domingueiras, rodeios e jogos nos quais se estabelecem os vínculos com o grupo na sua localidade. Lembramos que estas práticas rotineiras são formadoras dos laços do grupo, pois constituem sua memória através da experiência. Aqui, o vivido grava-se mais do que o aprendido, ou seja, as experiências de convivência dentro do CTG são formadoras do sentimento de pertencimento ao grupo, ao mesmo tempo em que apenas a participação em um curso de dança ou de declamação, sem todo o invólucro simbólico das marcas do grupo, não constitui pertencimento ou ligação temporal de seus membros.

Do mesmo modo, vê-se que a participação nos rodeios oficiais se constitui nas práticas que garantem a ligação espacial do grupo. Pois, interliga-se em rodeios regionais, estaduais, nacionais e internacionais, o que possibilita o intercâmbio e, ao mesmo tempo, a ligação entre

os CTGs. Esta situação promove a reconstrução constante da memória do grupo e a definição de sua territorialidade a partir de suas práticas.

Assim, infere-se que a memória do grupo é, principalmente, constituída a partir das práticas de convivência dentro de cada Centro. Isso fortalece a ligação entre seus membros e lhes permitem sentir representados pelas suas invernadas, pois a interação entre os Centros acontece a partir da participação de suas invernadas nos eventos oficiais. Este movimento constitui e mantém a memória, tanto temporal quanto espacial do grupo.

Neste sentido, observamos sobre quais referências culturais o grupo constitui estas memórias e define sua identidade. As entrevistas permitiram perceber que referências positivas ao *ser* gaúcho estão implícitas em diversas falas dos representantes, principalmente, ao relatarem sobre a importância do tradicionalismo e sobre as contribuições dos CTGs para a cidade onde está situado. Observa-se constante vinculação do grupo a valores positivos, como o respeito e o trabalho, a história dos pioneiros da região e a contribuição para o desenvolvimento sociocultural dos municípios. Isso fortalece uma imagem positiva do grupo a partir de referências culturais baseadas em valores sociais, tais como os do pioneirismo, do respeito e da tradição, que podem ser percebidas na fala de Irio Vendruscolo, representante do CTG Sentinela da Fronteira, ao explicar sobre a importância do tradicionalismo.

[...] se todo mundo tiver o privilégio de criar seus filhos, sua família numa cultura gaúcha, respeitando as outras como eu digo, mas hoje se tem ainda uma estrutura de limites, de respeito. Não é questão de tradição só pelas danças, são os valores, os princípios, que por mais que acontece um pouco de tudo, mas hoje dá pra dizer que se preservou muito isso. E não é só em Itaipulândia, em todas as regiões aonde que o CTG se implanta a sociedade se empenha, eu posso ter certeza que os resultados são bons pra sociedade.

Este papel associado aos CTGs, como precursores do desenvolvimento de valores e princípios na sociedade, refere-se ao tradicionalismo como uma “estrutura de limites”. Isto nos permite evidenciar que os Centros se estabelecem como espaços disciplinares e de intervenção na mentalidade de seus membros, pois se define o *ser* gaúcho a partir da referência a valores que estão associados à disciplina e respeito, associando-os à família. Esses valores reforçam a afirmação do grupo no espaço do Oeste do Paraná, fazendo referência ao CTG como órgão que contribui para “bons resultados” na sociedade. Os conjuntos de representações encontrados nesta fala permitem perceber que o grupo entende que o CTG contribui para a formação da sociedade a partir de suas referências culturais.

Mais explicitamente, estas referências são expressas pelos representantes ao responderem a questão de qual a importância da constituição do CTG. A respeito disso, Rodrigo Lunkes, representante do CTG Estância Quero-Quero, dá ênfase à questão dizendo que,

Bom, a importância na verdade é assim: vem do berço, vem da família que gosta. Eu, particularmente, mesmo estando aqui no Paraná, a gente procura sempre escutar, conversar, assistir. Certamente por uma cultura estar presente na família da gente... Um pouco mais de educação na forma de falar, na forma de respeitar, instrução pros futuros padrões que são as crianças que sempre vem, e ajudam a gente a sempre manter vivo esse ideal. Porque a gente entende que é ali onde começa, nas conversas, nas reuniões, com pessoas sérias, com pessoas que têm aquela vontade de não ser superior ao próximo e sim de somar. E aqui nessa entidade a gente sente que, apesar de ser particular, ela é uma entidade amiga, que ela está ativa pra somar. Quanto mais pessoas puderem participar, a gente sempre convida, não evita por cor, raça, partido ou etc. A gente procura somar.

Esta fala mostra a concepção deste representante sobre os valores que estão presentes no grupo e entendemos que são estes que formam sua referência cultural. Observamos que se faz menção à manutenção de laços através da família, laços tanto espaciais quanto temporais, por serem mencionadas as práticas desenvolvidas apesar do deslocamento. Refere-se também à educação e ao respeito que vê como formadores do grupo, e isto em paralelo com a menção a novas gerações como fonte de manutenção do ideal do grupo, através de sua interação com os detentores da sua memória. Assim, podemos perceber que as referências do grupo estão constituídas com base em um saber herdado a partir das ações do tradicionalismo, mas também por meio da oralidade, o qual está relacionado com a família, o respeito e a união dos membros.

Neste sentido, o CTG é visto como um espaço de transcendência de valores onde se ensina a tradição, mas que esta tradição está ligada, essencialmente, à família. Isto pode ser percebido em outras falas de representantes, como na de Francisco Braghini, representante do CTG Querência Nova, que, ao relatar sobre a importância da constituição do CTG, diz,

Ah pra manter a tradição. E primeiramente tirar os nossos filhos desses movimentos de esquerda, escusos, que a gente não quer pra um filho de ninguém que vá pras drogas. [...] E eu tinha aquela escolinha lá, eu dava todo o apoio pro meu filho, depois infelizmente faleceu em um acidente e a gente parou. Mas eu acho que era a maior riqueza, vinte filhos de pessoas daqui de toda a sociedade, do mais pobre ao mais rico, iam lá ficavam lá o fim de semana com meu filho, aprendiam laçar, andar a cavalo, as coisas boas que tinha na vida. Iam lá, tinha um riozinho, pescavam, mas era tudo

acompanhado pela gente que estava sempre por ali, os amigos do CTG que estavam sempre por lá.

Este representante faz menção a uma escolinha de laço que tinha em sua propriedade, na qual seu filho ensinava, a outras crianças, práticas campeiras. Percebe-se que, além do ensinar as práticas, mostra-se a importância da convivência entre as mais distintas gerações em um espaço que faz referência à vida no campo. Neste sentido, podemos inferir que a constituição do CTG permite a convivência entre distintas gerações e assim a interação e reconstrução constante da memória do grupo. Através do reconhecimento da memória do *ser gaúcho*, promovido pelas práticas do CTG, seus membros valorizam as referências culturais consideradas gaúchas, passam-nas para outras gerações e garantem, a partir da reprodução, a definição de sua identidade e sua manutenção no tempo.

Neste sentido, percebemos que o grupo vai definindo suas referências culturais a partir de suas práticas. Desse modo, a importância da herança histórica para o grupo é muito mencionada, sendo que concebem que são guiados pelos valores de seus antepassados, o que é observado em relatos de vários entrevistados nas menções à necessidade de preservação de sua origem. Esta constatação ampara-se nas constantes referências dos membros à continuidade desses valores a partir dos CTGs, como pode ser visto em outras falas como a de Ivonir Lodi, do CTG de Medianeira, que, ao relatar sobre a importância do CTG, diz,

Viu-se a necessidade da construção de um local apropriado para desenvolver e cultivar a cultura gaúcha, que temos que preservar a qualquer custo, temos que transmitir os ensinamentos que nossos antepassados nos transmitiram. O povo gaúcho é um povo de muita luta, como o catarinense, a gente sabe que o nosso povo lutou muito pra poder sobreviver. Porque nossos antepassados muitos vieram da Itália, Alemanha e eles foram praticamente expulsos dos seus países após a guerra e foram alocados nos piores lugares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde com a garra e a luta, eles sobreviveram e se expandiram e desbravaram, Brasil a fora.

Esta fala nos permite perceber que o grupo entende que, através dos CTGs, se alcança a preservação da cultura gaúcha, mas, além disto, mostra características que estão associadas às referências do grupo, neste caso, a luta e perseverança dos ensinamentos dos antepassados. Observamos que a menção às intempéries sofridas pelos antecessores, que seriam os antigos gaúchos, servem como forma de afirmação da importância da manutenção das suas memórias pela valorização de seus atos.

Contudo, observamos que este representante citado acima associa a imagem do antepassado gaúcho aos descendentes de imigrantes europeus que se instalaram não só no Rio

Grande do Sul, mas também em Santa Catarina, vinculando-os à luta e desbravamento do Brasil. Observamos aqui a referência a uma memória de origem, com suas características de indeterminação temporal e também espacial. Esta memória de origem indeterminada pode ligar o grupo através de uma construção de continuidade, vinculando seus membros aos atos valorizados como gaúchos, mesmo que este vínculo também seja indeterminado. Percebe-se que os membros podem estar vinculados por diferentes motivos, como: ser descendentes de migrantes sul-rio-grandenses, vivenciarem o mesmo processo de migração que sulistas, ou, simplesmente, por aderir referências culturais consideradas gaúchas. Assim, observa-se que as ações do grupo de vinculação de sua imagem a imagens já consolidadas e reconhecidas, como a do descendente de imigrantes e desbravador, tem base na construção de sua memória e faz com que suas representações sejam reconhecidas como legítimas.

Nota-se que estas referências estão embutidas nos CTGs a partir do simbolismo associado a seus espaços e práticas, como pode ser percebido na fala de Cesar Lakus, representante do CTG Estância Crioula, sobre a importância do CTG, pois diz, “Então ali você chega no Estância [CTG] e você já se vê lá no Rio Grande, você se sente no Rio Grande do Sul.” E ao falar sobre o Tradicionalismo este mesmo representante diz,

Pra mim é fundamental, porque é uma tradição na qual eu fui criado. Meu pai é gaúcho, nascido em estrela, criado em Santa Rosa e minha mãe nascida em Santa Rosa. Então eu fui criado na cultura gaúcha. E assumi essa cultura, vi nessa cultura uma necessidade de eu também criar minhas filhas nessa cultura. Então eu acho uma cultura muito pura, muito limpa, onde não tem coisa errada, então a gente se enxerga nessa cultura gaúcha.

Associar estas falas nos permite ver a ligação que se busca estabelecer com o tradicionalismo através dos CTGs. Vemos a manutenção dos laços de continuidade, a referência à família, ao Rio Grande e a valores com os quais se quer ser representado, e junto a isso uma menção à necessidade de criar os filhos nessa cultura. Percebemos, nestas falas, um conjunto que resume as referências que foram percebidas como delimitadas pelo grupo como representantes de sua identidade. Ou seja, todas as práticas, espaços, comemorações e ritos são constituídos a partir destas referências e estes as afirmam como representações do grupo a partir do seu reconhecimento.

Destacam-se as referências reconhecidas pelos representantes do grupo como as do *ser* gaúcho, entendendo que é por estas que os indivíduos sentem-se pertencer, e é esta a imagem que buscam perpetuar. Este levantamento permite constatar que os CTGs no Oeste do Paraná constituem a base de construção e reconstrução da memória coletiva do *ser* gaúcho. Os

Centros ocupam a função de manutenção de laços entre os membros, estabelecendo continuidade de uma memória de origem baseada em um passado idealizado, que se afirma sobre referências positivas. Percebe-se que os CTGs são detentores de poder simbólico, o que lhes permite legitimar a identidade do gaúcho como a de um sujeito idealizado. E a participação nestes Centros reconhece o indivíduo interna e externamente como detentor desta identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Oeste do Paraná, devido aos contextos sociopolíticos e sua localização espacial, foi inserido, na primeira metade do século XX, em um processo de colonização que o marca física e simbolicamente. Com a implantação de políticas de segurança nacional e alargamento das fronteiras agrícolas, aplicadas a partir do governo Vargas, o Oeste paranaense passa a ser uma região estratégica. Assim, a partir do incentivo do Estado e da ação de colonizadoras particulares, a região é inserida no contexto nacional de colonização e desenvolvimento. Estas ações são direcionadas, seleciona-se a forma e o sujeito para ocupar este espaço, o que o constitui a partir de características específicas.

Neste contexto, damos ênfase para o elemento humano como forma de compreender as relações sociais estabelecidas que permitiram a fixação do *ser* gaúcho na região. Percebemos, com o levantamento referente à constituição dos municípios, que se estabelece, a partir do poder público e de ações particulares, uma história oficial que legitima os sulistas, sul-rio-grandenses e catarinenses, como pioneiros da região. Ao mesmo tempo, devido ao processo em que se insere, este pioneiro é reconhecido e se reconhece como sujeito idealizado, sendo que tem seu imaginário valorizado pelos discursos do Estado e das colonizadoras, incentivando-os a colonizarem a região com seus traços específicos.

Esta reflexão indica que se constrói em torno dos migrantes do sul do Brasil um imaginário positivo que lhes confere poder simbólico neste espaço. Estes migrantes oriundos da mesma região, o sul, e com os mesmos valores associados ao trabalho com a terra (“braços fortes”), não compõem uma homogeneidade sociocultural. São, na sua maioria, descendentes de imigrantes europeus que colonizaram os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX, e que neles já imprimiram suas marcas culturais e, ao mesmo tempo, também aderiram a referências do espaço e tempo em que foram inseridos. Percebe-se que estes, ao serem reconhecidos como uma coletividade pelas autoridades, como pioneiros da região, constituem laços de pertencimento referentes a uma mesma realidade vivida, e também a uma mesma origem, o sul.

Com esta afirmação dos migrantes do sul do Brasil como pioneiros do Oeste paranaense, tem-se o enquadramento da história da região. Percebemos que esta já fora explorada antes da ação das colonizadoras, e também que teve ação de fluxos populacionais de outras regiões, como o norte, direcionados ou não. E estes são, então, silenciados como formadores deste espaço pela historiografia oficial, como pôde ser percebido através das fontes.

Nesta realidade, nos aproximamos do *ser* gaúcho. Percebemos que este é pouco mencionado nos documentos que relatam sobre o início da colonização do Oeste paranaense. Contudo, inferimos, através das análises elaboradas, que este passa a se afirmar como sujeito idealizado a partir da fixação dos Centros de Tradições Gaúchas na região. Situação que leva, com o passar do tempo, a vincular a figura do pioneiro da região ao gaúcho.

Através de estudos sobre o sujeito histórico, gaúcho, percebeu-se que este tem sua identidade (re)construída a partir do século XIX em um processo de valorização e definição de valores e elementos que o constituem, transformando sua imagem de andarilho dos pampas na de um sujeito idealizado. Assim, o gaúcho é uma construção que tem como base um apanhado de histórias e elementos selecionados que fazem referência à vida do campo do Rio Grande do Sul, em uma junção das diferentes influências socioculturais e políticas que compõem o estado. Neste processo, o gaúcho passa a ser sinônimo de sul-rio-grandense.

Vimos que a construção do *ser* gaúcho teve influência da historiografia e dos meios de comunicação para a sua valorização. Mas percebeu-se que ações pontuais pró-cultura gaúcha, desenvolvidas a partir do fim do século XIX, que se consolidam com a formação do primeiro CTG em 1948, são as maiores responsáveis pela seleção e difusão das características deste sujeito histórico. Apoiados nos referências do *ser* gaúcho, já definidos como as práticas rurais e valores associados ao território, os indivíduos que formam o Movimento Tradicionalista Gaúcho fazem um levantamento, organizam e difundem representações selecionadas desta identidade. Assim, conjugam-se diferentes elementos culturais que se encontram no estado para formar uma coletividade, a qual é normatizada através dos CTGs.

A criação dos CTGs é entendida como a materialização dos símbolos e valores que se pretende preservar, constituindo-se em um território, por seu poder de apropriação e disciplina sobre seus praticantes. O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e a Confederação Brasileira de Tradições Gaúchas (CBTG) são instituições regulamentadoras importantes para o enquadramento da memória do grupo e a manutenção de suas tradições, através das quais se organizam os discursos e representações, seguindo as diretrizes da Carta de Princípios, além de Regulamentos e Estatutos para as atividades. São estas entidades que congregam os CTGs das diferentes localidades, avaliam e legitimam suas práticas, através dos eventos e congressos em que estes participam, constituindo-se em uma rede de sociabilidade.

Percebemos que este processo de valorização do *ser* gaúcho através do Movimento Tradicionalista acontece concomitantemente com a colonização do Oeste do Paraná. Assim, infere-se que os indivíduos que colonizaram esta região, que são oriundos do sul do Brasil, em uma metamorfose, com o passar do tempo, tornam-se gaúchos, em busca de manter

vínculos com o espaço de origem, e a uma identidade legitimada. Entende-se que isto acontece devido às transformações decorrentes da migração e dos processos de modernização desenvolvidos na região, os quais levaram a mudanças nas características de vida dos colonos que ocuparam este espaço. Percebe-se que o vínculo ao *ser* gaúcho lhes confere estabilidade frente a estas transformações enfrentadas, pois este é constituído a partir de um passado idealizado e está vinculado a valores simbólicos que afirmam a permanência de sua visão de mundo no tempo e espaço.

Neste contexto se inserem os Centros de Tradições Gaúchas no Oeste do Paraná e a realidade vivenciada pelos seus membros no processo de (re)construção da memória do grupo e fixação de sua identidade. Percebemos que estes surgem na região a partir da década de 1970, primeiramente como espaços de sociabilidade e lazer, e, logo, a partir da formação do Movimento Tradicionalista do Paraná, tem-se a regulamentação das atividades dos Centros. Com uma análise das ações desenvolvidas pelo MTG-PR e pelos CTGs da região, foi possível entender o funcionamento da estrutura organizacional do grupo, e perceber que é através desta que se alcança o estabelecimento de vínculos de ligação entre seus membros. A partir das normatizações das práticas, usos e costumes, alcança-se uma reconstrução de memórias e símbolos, e também uma simultaneidade das comemorações e ritualizações que confere sentimento de pertencimento e continuidade aos membros do grupo.

Inferimos então que os CTGs (re)constróem a memória do *ser* gaúcho no Oeste do Paraná a partir das referências estabelecidas pelo Movimento Tradicionalista. Contudo, nota-se que estes se apropriam do imaginário do pioneiro da região e o vinculam ao *ser* gaúcho, através das representações construídas sobre a sua imagem. Entendemos que esta ação permite que se constituam laços de continuidade entre o passado idealizado do gaúcho e o presente da região. Nesta perspectiva, é percebido que os laços de pertencimento do grupo foram criados a partir de suas práticas coletivas no espaço.

Percebemos que os CTGs buscam, através de representações materiais e simbólicas, estabelecer vínculos com o *ser* gaúcho e legitimar esta identidade, reafirmando sua memória coletiva. Isto é percebido no Oeste do Paraná através da análise das nomeações dos CTGs, na qual é possível observar a seleção de valores e memórias que o grupo busca afirmar como representação de sua identidade, definindo sua visão de mundo. Estes nomes fazem referência a elementos simbólicos gaúchos, como “querência”, “pago”, “estância”, “quero-quero”, “porteira”, “sinuelo”, “crioula” e, ao mesmo tempo, a elementos que os vinculam à região, como “nova”, “filhos”, “fronteira” em uma constante construção de laços de herança e continuidade. E também a referências históricas como “Índio José”, “Sepé Tiaraju”,

“Charrua” que, por seus significados atrelados ao grupo, lhes conferem uma memória de origem. Estas nomeações constituem-se em representações do grupo, e lhes oferecem reconhecimento interno e externo de seu imaginário.

As análises das representações, exercidas pelos CTGs e proferidas pelos seus representantes, indicam uma (re)construção constante da memória que dá sustentação aos laços do grupo. Processo que acontece a partir da definição de práticas, usos, ritualizações, comemorações, em um contexto de sincronização e similitude. Observamos que a construção dos galpões e a utilização da indumentária gaúcha são formas de manter “viva” a memória do grupo, através da experiência em conjunto com base nas referências históricas selecionadas. O mesmo acontece também a partir das práticas das invernadas dos CTG, mas com ênfase em uma “pedagogia das origens”, que visa imprimir os valores do *ser* gaúcho na realidade de seus membros. Assim, entendemos que, a partir da execução das práticas entendidas como gaúchas ensinadas pelas invernadas, em um contexto de ritualização conferido pelo CTG, é possível que o grupo (re)construa sua memória coletiva no tempo e espaço.

Desse modo, observamos que o grupo, para definir-se no espaço, se reconhece e é reconhecido a partir de suas referências culturais. Estas são entendidas pelo grupo como valores herdados ligados à família e ao respeito, e às práticas, como a música, a dança, a gastronomia e a lida com o gado, com o cavalo. Percebemos que estas são entendidas pelos seus representantes como o motivo pelo qual indivíduos de outras procedências aderem ao grupo, pois se sentem pertencer a estes traços. E é a partir destas referências que se justifica a participação no grupo, em uma perspectiva de necessidade de preservar a tradição herdada.

Dessa forma, podemos dizer que os CTGs constituem-se no Oeste do Paraná como uma forma de manter vínculos com a tradição gaúcha. Esta tradição inventada, a partir de elementos selecionados, confere aos membros do grupo um sentido de coletividade com base em um passado idealizado. O CTGs no Oeste do Paraná exercem representações capazes de (re)construir a memória do *ser* gaúcho na região, com a adesão de características específicas deste espaço, o que confere continuidade e pertencimento aos membros. E assim estabelece laços de identificação entre indivíduos que aderem aos traços reconhecidos como gaúchos pelos CTGs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação dos professores aposentados de Medianeira. **RESGATE DA MEMÓRIA DE MEDIANEIRA**. Curitiba: CEFET-PR, 1996.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v. 5, p. 296-332.

BATISTA, Olávio B. **CTG Charrua 20 anos de Cultura e História**. Foz do Iguaçu, s/e, 2005.

BEZZI, M. L., BRUN NETO, H. **Regiões culturais: A construção de Identidades culturais no Rio Grande do Sul e suas manifestações na paisagem gaúcha**. Sociedade & Natureza. Dez. 2008, Uberlândia, 20 (2): 135-155

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2001.

BRITO, José Maria de. **Descoberta de foz do Iguassú e fundação da colônia militar**. In. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná – IHGEPR -, vl. 32, Curitiba, 1977.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo, Contexto, 2011

CARVALHO, Ely B.; NASCIMENTO, Cacildo A.. **A identidade étnica e memória: Algumas reflexões e o caso dos gaúchos em Coxim - Mato Grosso do Sul**. Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. Vol. 6, n. 1 (jun 2012) – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Disponível em: <<http://200.17.60.4/ndihr/revista-6/artigos/cacildo-alves-nascimento.pdf>> acesso em: 20 de out. de 2013.

CERTEAU, Michel de. Terceira Parte – Práticas do Espaço. In: **A Invenção do Cotidiano: 1 Artes de Fazer**. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 17ª Edição, (157 – 198).

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras – Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena, Prefeitura Municipal: Ed. Educativa, 1988.

DOSSE, Françõis. **A história a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. In: A Identidade nacional como forma organizada do discurso história na França nos séculos XIX e XX. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre Ontem e amanhã: Diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajai: Editora da UNIVALI, 2000.

FONSECA, Maria C. L.. **Referências culturais: base para novas políticas de Patrimônio**. In: BRASIL. Ministério da Cultura. (2000). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2, ed.,138 p.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937-1954)** .Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

GALINARI, Melliandro. **As emoções no processo argumentativo**. In. As emoções no discurso. MACHADO, Ida Lucia; MENEZES William; MENDES, Emília (org.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 221-239.

GIMENEZ,Gilberto. **La Cultura como Identidad y laIdentidad como Cultura**. Guadalajara, 2005.

GIMENEZ,Gilberto. **Cultura, Identidad Y Memória**. Materiales para una sociologia de lós procesos culturales em las franjas fronterizas. FronteraNorte ,Vol . 21, Núm . 41, Enero -junio de 2009

GINZBURG, Carlos. Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História. Tradução Federico Carotti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 3º reimpressão 1999.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Shaffter. São Paulo. ED. Vértice. 1990

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KLAUCK, S. A Fronteira do Oeste do Paraná: narrativas de desbravamento, imaginários e representações. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, Fronteiras e Territórios: Imagens e Narrativas**. Londrina: Eduel, 2005, p. 243-278.

KLAUCK, S. **Gleba dos Bispos: Colonização no Oeste do Paraná - Uma experiência católica de ação social**. Porto Alegre: EST, 2004.

KUHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Leitura XXI, 2002.

LOPES, Sergio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002.

MACHUCA, Jesús Antonio. Patrimonio y retradicionalización em la cultura indígena y popular em Mexico. FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (orgs). **Memória, Patrimônio e Tradição**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPEL, 2010, p. 17-72.

MYSKIW, Antônio Marcos. **A Fronteira como destino de viagem: A Colômbia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)**. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói, RJ: UFF, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. v. 10, 1993.

OLIVEN, Ruben G. **“Em Busca do tempo perdido: O Movimento Tradicionalista Gaúcho.”** In: _____A Parte e o Todo: A diversidade do Brasil-Nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth com revisão do próprio autor. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SCARPATO, Rodison. BÖHM, Iria Bruch. **Itaipulândia: Seu Povo, Sua Origem, Sua História**. Itaipulândia: Edição do Autor, 2006.

SCHALLENBERGER, E. **O guarani e o espaço missionário. Índios jesuítas no tempo das missões**. Rio-Pratenses. Cascavel-PR: Coluna do Saber, 2006.

SCHALLENBERGER, Erneldo. SCHENEIDER, Iara Elisa. **Migração, Inserção Produtiva e Urbanização da Fronteira Agrícola: Um estudo sobre a Região Oeste do Paraná (1940 a 2000)**. Revista Tempo da Ciência (15) 29 : 73-95, 1º semestre 2008.

SCHALLENBERGER, Erneldo. GREGORY, Valdir. Guaíra: **Um mundo de águas e histórias**. Editora Germânica, 2008.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima: memória, regionalismo e identidade**. Estudo Ibero-Americano. PUCRS, v. XXXII. Nº1. P. 199-207. Jun./2006

SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel a História** – Cascavel: Editora Gráfica Positiva, 2011.

SZEKUT, Andressa; KLAUCK, Samuel. **Migração de Sul Rio-grandenses para o Oeste do Paraná, seu Patrimônio Cultural e a Preservação da sua Memória Social**. In: V Seminário de ensino, Pesquisa e Extensão do Centro de Educação e Letras. Foz do Iguaçu, PR, 2010. Disponível em <http://www.foz.unioeste.br/~eventos/anaisvsepecel>.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e Presente em Interfaces: Introdução a uma análise sócio histórica da memória**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê Ed. UNOESC; Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2011.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obraberos, mensus e cololos: história do Oeste do paranaense**. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da história: Ensaio de Teorias e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 5ª ed.

Fontes Eletrônicas:

ArquivoPOA – A Memória de Porto Alegre. **O Julinho e sua História**. Disponível em: <http://arquivopoa.blogspot.com.br/2010/03/o-julinho-e-sua-historia.html>> Acesso em: 26 nov. 2013.

Cascavel. **História**. Disponível em: www.cascavel.pr.gov.br/historia.php> Acesso em: 25 out. 2013.

CBTG – Confederação Brasileira de Tradições Gaúchas. Disponível em: <http://www.cbtg.com.br/>> Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **Regulamento Geral**. Disponível em: <http://www.cbtg.com.br/RegulamentosCuritiba2012/RegGeral.pdf>> Acesso em: 16 maio 2013.

_____. **Carta de Princípios**. Disponível em: <http://www.cbtg.com.br/RegulamentosCuritiba2012/carta2009.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2013.

_____. **Carta Constitutiva**. Disponível em: http://www.cbtg.com.br/citg/?page_id=20> Acesso em: 20 maio 2013.

CTG Tertúlia do Paraná. **Caderno para Estudo 10ª Região Tradicionalista do Paraná**. Disponível em: <http://www.ctgtertuliadoparana.com.br/>> Acesso em: 10 maio 2013.

Foz do Iguaçu. **História da Cidade**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/984/1007/Historia-da-Cidade>> Acesso em: 25 out. 2013.

Embrapa. Manejo de Solos – Sistema Plantio Direto. Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/mandireto.htm> Acesso em: 26 nov. 2013.

Guaraniaçu. **História**. Disponível em: <http://www.guaraniacu.pr.gov.br/acidade/historia.html>> Acesso em: 25 out. 2013.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=41>> Acesso em: 01 nov. 2013.

IPARDES. **Leituras Regionais**. Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/leituras_reg_meso_Oeste.pdf> Acesso em: 20 nov. 2013.

Itaipulândia. **Conheça**. Disponível em: <<http://www.itaipulandia.pr.gov.br/conheca>> Acesso em: 25 out. 2013.

Marechal Candido Rondon. **Nossa Cidade**. Disponível em: <<http://www.mcr.pr.gov.br/nossacidade>> Acesso em: 25 out. 2013.

Medianeira. **Histórico**. Disponível em: <www.medianeira.pr.gov.br/index.php?pagina=historico> Acesso em: 25 out. 2013.

Memorial Landell de Moura. **Artigos sobre Radiofusão**. Programa Grande Rodeio Crioulo. Disponível em: <http://memoriallandelldemoura.com.br/radiod_artigos_grande_rodeio_coringa.html> Acesso em: 0 Nov. 2013.

Missal. **O Município de Missal**. História do Município. Disponível em: <www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html/main.jsp?cat=mun&pg=historia> Acesso em: 25 out. 2013.

_____. **O Município de Missal**. Tradição e Costumes. Disponível em: <<http://www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html/main.jsp?cat=mun&pg=tradicao>> Acesso em: 25 out. 2013.

Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná (MTG – PR). Disponível em: <<http://www.mtgparana.org.br/>> Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **Regulamento Geral 2012**. Disponível em: < <http://www.mtgparana.org.br/>> Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. **Estatuto**. Disponível em: < <http://www.mtgparana.org.br/>> Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. **Regulamento da Artística**. Disponível em: < <http://www.mtgparana.org.br/>> Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. **Regulamento da Campeira**. Disponível em: < <http://www.mtgparana.org.br/>> Acesso em: 17 jul. 2013.

Movimento Tradicionalista Gaúcho do Rio Grande do Sul (MTG – RS). Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/index.h.tml>> Acesso em: 10 maio 2013.

_____. **Grupo dos 8**. Disponível em <http://www.mtg.org.br/site/pag_grupodos8.php> Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. **História**. Disponível em: <<http://www.mtg.org.br/historia.html>> Acesso em: 20 maio 2013.

_____. **Estatuto do MTG**. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/site/docs/DOCUMENTOS/1_0_ESTATUTO_MTG.pdf> Acesso em: 16 maio 2013.

Página do Gaúcho. **35 CTG**. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/ctg/ctg35.htm>> Acesso em: 17 jun. 013.

Palotina. **História**. disponível em: <<http://www.palotina.pr.gov.br/artigo/129>> Acesso em: 25 out. 2013.

Pato Bragado. **A Cidade**. Disponível em: <<http://www.patobragado.pr.gov.br/aCidade.php?id=14>> Acesso em: 25 out. 2013.

Radio Atlântida FM. Disponível em: <<http://www.atlantidafm.com/atlantida/index.php>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Rádio Buenas Tchâ. Disponível em: <<http://www.radiobuenastche.com.br>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Cidade Verão. Disponível em: <http://www.radiocidadeverao.com.br/> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Club AM. Disponível em: <<http://www.clubamnov.aurora.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Costa Oeste FM. Disponível em: <<http://www.costaOestefm.com/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Criativa FM. Disponível em: <<http://www.radiocriativafm.com/>> acesso em: 05 de nov. de 2013.

Radio Crystal FM. Disponível em: <<http://www.radiocrystalfm.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Rádio Desgarrados. Disponível em: <http://www.desgarrados.org.br/> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Educadora. Disponível em: <<http://www.radioeducadora.com/educadora/index.php>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Rádio Gaúcha. Disponível em: <<http://www.radioguacu.com.br/topo2.php>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Grande Lago. Disponível em: <<http://www.rgl.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Rádio Sinuelo. Disponível em: <<http://www.sinuelofm.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Viola FM. Disponível em: <<http://www.violafm.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Radio Viva Oeste. Disponível em: <<http://www.vivaOeste.com.br/>> Acesso em: 05 nov. 2013.

Rádios, Disponível em: <<http://www.rádios.com.br/>> acesso em: 05 de nov. de 2013

Santa Helena. **História**. Disponível em: <<http://www.santahelena.pr.gov.br/uploads/historia/75.htm>> Acesso em: 25 out. 2013.

Santa Terezinha de Itaipu. **Histórico da Cidade**. Disponível em: <www.stitaiapu.pr.gov.br/?id=1031> Acesso em: 25 out. 2013.

São Miguel do Iguaçú. **História**. Disponível em: <<http://200.150.71.19/historia>> Acesso em: 25 out. 2013.

Somos do Sul. **Matéria especial sobre CTGs** – Globo Rural. Entrevista com Paixão Côrtes. Disponível em: <<http://somosdosul.com.br/index.php/ctg/materia-especial-sobre-ctgs>> Acesso em: 07 jan. 2013.

Ufpel. **Glossário de Termos Gauchescos**. Disponível em: <<http://pelotas.ufpel.edu.br/glossario.html>> Acesso em: 19 maio 2013.

Dissertações e Teses

COUGO, Francisco Alcides. **Canta Meu Povo: uma interpretação histórica sobre a produção musical de Teixeira (1959-1985)**. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEITOS, Nilceu Jacob. **Presença da Igreja Católica no Oeste do Paraná: A construção do imaginário católico (1930 – 1990)**. 250 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De Rio-Grandense a Gaúcho: O Triunfo do Avesso: Um Processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. 356 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FIGUEREDO, Joana Bosak de. **A Tradução da Tradição: Gaúchos, Gauxos e Sombras. O Regionalismo revisitado de Luiz Carlos Barbosa Lessa e de Ricardo Güiraldes**. 200 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RITT, Evandro, **A COLÔNIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU – PR UM PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA FRONTEIRA: 1880 – 1920**. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, 2011.

ROCHA, Betty Nogueira. **“Em qualquer chão: sempre gaúcho!” – A multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso**. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

RUBERT, Nara Marley Aléssio. **Em que espécie de *Hombre* o Gaúcho de transformou? (O regionalismo nos contos gaúchos do século XX)**. 204 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ULIANA, Márcia Bortoli. **“A TRADIÇÃO CONTINUA VIVA NO CORAÇÃO DE CADA GAÚCHO” CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS SEPÉ TIARAJU PATO BRAGADO (2000-2004)**. 124 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2004.

Fontes Orais

BRAGHINI, Francisco (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Matelândia/PR, 03 de Julho de 2013. Aproximadamente 35 minutos gravados em MP3.

CARVALHO, Nicanor F. (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Foz do Iguaçu/PR, 16 de junho de 2013. Aproximadamente 17 minutos gravados em MP3.

DONINI, Gentil (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Itaipulândia/PR 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 28 minutos gravados em MP3.

GLESE, Ronaldo (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Missal/PR, 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 15 minutos gravados em MP3.

LAKUS, Cesar (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Foz do Iguaçu/PR, 01 de outubro de 2013. Aproximadamente 20 minutos gravados em MP3.

LODI, Ivonir (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Medianeira/PR, 02 de julho de 2013. Aproximadamente 25 minutos gravados em MP3.

LUNKES, Rodrigo (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Marechal Cândido Rondon/PR 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 25 minutos gravados em MP3.

MARCHI, Olazio (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Santa Helena/PR, 03 de Julho de 2013. Aproximadamente 15 minutos gravados em MP3.

MARTINS, Osvaldo (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Cascavel/PR, 28 de março de 2013. Aproximadamente 72 minutos gravados em MP3.

POSSATO, Valdir (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. São Miguel do Iguaçu/PR, 03 de Julho de 2013. Aproximadamente 15 minutos gravados em MP3.

PRIGOL, Flávio M (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Pato Bragado/PR, 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 30 minutos gravados em MP3.

RIBEIRO, Luiz Carlos (áudio). **Entrevista a Andressa Szekut**. Santa Rita/Alto Paraná – Paraguai, 16 de Julho de 2013. Aproximadamente 20 minutos gravados em MP3.

VENDRUSCULO, Írio (áudio). **Entrevista ao Andressa Szeku**. Itaipulândia/PR, 02 de Julho de 2013. Aproximadamente 28 minutos gravados em MP3.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário: CTGs do Oeste do Paraná.

Bloco 1

1. Em que ano ocorreu a fundação do CTG e por quais motivações?
2. Indique o nome do CTG, motivo e forma da escolha da sua denominação.
3. A qual região tradicionalista se filia o CTG e desde que ano?
4. Descreva a estrutura inicial do CTG – espaço físico.
5. Como foi possível a aquisição da estrutura física e materiais? Houve doações?
6. O CTG está localizado no espaço original de sua fundação? Qual a distância do centro da cidade?
7. Descreva a estrutura atual do CTG – espaço físico e bens.
8. Com quantos sócios o CTG iniciou e quantos são na atualidade?
9. Os sócios fundadores continuam participando ativamente nas atividades deste CTG?
10. Do total de sócios qual o número destes que participam ativamente?
11. Relacione, na medida do possível, a região ou cidades de origem dos sócios fundadores e dos atuais sócios.

Bloco 2

12. Como está organizada a administração do CTG?
13. Quais são as internadas ativas do CTG?
 - 13.1. Quais são as atividades desenvolvidas em cada internada?
 - 13.2. Quantos integrantes possuem os grupo que constituem cada internada?
 - 13.3. Em que espaço são desenvolvidas essas atividades?
14. O CTG participa de eventos tradicionalistas realizados pela MTG? Quais eventos normalmente? quantos eventos por ano aproximadamente? E em que modalidades costumam participar?
15. O CTG organiza eventos como shows, bailes, rodeios, entre outros que promovam a tradição gaúcha, além dos eventos promovidos pelo MTG?
16. Quais são as atividades regulares do calendário do CTG?

17. O CTG realiza atividades de cunho religioso a exemplo da Missa Crioula? Com que frequência?
18. É exigida a pilcha gaúcha para a participação nas atividades desenvolvidas pelo CTG? Por que motivo?
19. Relate os principais acontecimentos ocorridos no histórico do CTG na cidade em que se instalou:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Relate sobre a História da constituição do CTG

Fundação

Nome

Objetivos Traçados

Evolução das atividades

Problemas Enfrentados

Relação com a Sociedade externa (outros grupos culturais, prefeitura)

Adesão de pessoas de outras origens ao CTG

Atividades desenvolvidas regularmente

Estrutura Disponível

2- Porque a Importância de Construir um CTG na época. E sua importância atualmente

3- Qual a Origem dos fundadores do CTG

4- Contribuições do CTG para a cidade onde está situado
(ações com instituições e/ou poder público)

5- Importância da Tradição Gaúcha

Utilização da Pilcha

O Galpão

6- Qual é sua trajetória dentro do Tradicionalismo e como atuou/atua dentro do CTG onde participa?

APENDICE C – DADOS DAS ENTREVISTAS E COLABORADORES

Dados das Entrevistas e Colaboradores				
CTGs do Oeste do Paraná	Municípios	Representantes	realizada:	Sobre o representante:
CTG Porteira Nova	Missal	Ronaldo Luis Glesse	02 de Julho de 2013	O entrevistado é empresário, nascido em Missal, no dia 04 de abril de 1969. Participa ativamente do CTG desde criança nas invernadas de dança, e logo sempre na diretoria do CTG.
CTG Sinuelo da Fronteira	Itaipulândia	Gentil Donini; Irio Ventrúsculo; Lucia Borre Rowedder	02 de Julho de 2013	Gentil Donini, é conselheiro tutelar, nascido em Horizontina – RS no dia 01 de agosto de 1952. Participa de atividades tradicionalistas desde criança, em sua cidade natal. Com sua vinda ao Paraná participo de CTGs em todas as cidades que se fixou. Contribuiu para a fundação do CTG Sentinela dos Pampas e também de sua diretoria por anos. Irio Ventrúsculo, é empresário, nascido em Mariano Moro - RS, no dia 18 de agosto de 1961. Participa de atividades tradicionalistas a muitos anos, contribuiu para a fundação do CTG Sentinela dos Pampas e desde então atua ativamente de sua diretoria. Lucia Rowedder é aposentada, nascida em Boa Vista do Buricá – RS. Passou participar do CTG na cidade de Itapiranga - SC, onde foi membro de sua diretoria, quando veio a Itaipulândia passou a participar do CTG Sentinela dos Pampas como professora de dança e também na sua diretoria.
CTG Charrua	Foz do Iguaçu	Nicanor Ferreira de Carvalho	16 de junho de 2013	O entrevistado é Folclorista, Tradicionalista, Trovador, especialista em comida campeira, profissional da comunicação. Nascido em Santo Ângelo - RS. Atualmente participa ativamente do CTG Charrua, mas considera-se um tradicionalista que participa de todos os Centros de Tradições. Já exerceu cargos de patronagem no Rio Grande do Sul.
CTG Estância Crioula	Foz do Iguaçu	Cezar Lakus	01 de novembro de 2013	O entrevistado é agricultor, filho de gaúchos, nascido em Foz do Iguaçu, no dia 11 de maio de 1970. Participa ativamente do movimento tradicionalista desde criança por influência de sua família que participou da fundação do CTG Charrua e logo do CTG Estância Crioula.
CTG Estância Quero-Quero	Diamante d'Oetse	Rodrigo Pinheiro Lunkes	02 de Julho de 2013	O entrevistado é consultor de vendas, filho de gaúchos, nascido em Caibaté - RS, em 25 de julho de 1985. Sua ligação com o tradicionalismo aconteceu por sua identificação com o grupo e através de sua família.
CTG Querência Amada	São Miguel do Iguaçu	Valdir Possato	03 de Julho de 2013	O entrevistado é comerciante, nascido em Orleans - SC. Contribuiu na construção do CTG de São Miguel do Iguaçu, mas não participava das atividades. Começou a participar das atividades por influência de seus amigos e desde então faz parte de sua diretoria.

CTG Sepé Tiaraju	Pato Bragado	Flavio Miguel Prigol	02 de Julho de 2013	O entrevistado é professor, nasceu em Ibicaré - SC. Passou a participar do CTG em 2000 porque seus filhos começaram a participar das invernadas de dança e música e também por conta do seu trabalho como secretário de educação e cultura do município, o qual o aproximou das atividades do CTG.
CTG Sentinela dos Pampas	Medianeira	Ivonir Lodi	02 de Julho de 2013	O entrevistado é produtor rural, nascido em Concordia - SC, no dia 31 de dezembro de 1952. Participa do CTG Sentinela da Fronteira desde sua fundação, sempre atuando na diretoria.
CTG Filhos do Sul	Santa Helena	Olazio Domingos Marchi	03 de Julho de 2013	O entrevistado é corretor de seguros, nasceu em Chateaubriand - RS. É filho de gaúchos, sempre gostou de música gaúcha, mas não se aproximava do tradicionalismo. Veio a participar do CTG em Santa Helena por influência dos amigos e hoje faz parte da diretoria do Filhos do Sul.
CTG Querência Nova	Matelândia	Francisco Braghini	03 de Julho de 2013	O entrevistado é produtor rural, nascido em Vacaria - RS, no dia 08 de julho de 1956. Começou a participar do CTG em Matelândia desde sua fundação, contribuiu na sua construção, participa de invernada campeira, já teve uma escola de laço e sempre faz parte da diretoria deste CTG.
CTG Índio José	Santa Rita - Paraguai	Luiz Carlos Ribeiro	16 de julho de 2013	O entrevistado é comerciante, nascido em Foz do Iguaçu, no dia 03 de fevereiro de 1965. Começou a participar do CTG no Paraguai primeiro por contato profissional com a instituição e logo começou a participar ativamente das atividades do Centro e fazer parte de sua diretoria.
MTG-PR	Cascavel	Oswaldo Martins	28 de março de 2013	O entrevistado nasceu em Apucarana - PR, no dia 19 de março de 03 de 1953. Começou a participar do tradicionalismo por influência de amigos e logo se envolve com a formação do MTG e desde então faz parte de sua diretoria. Contribuiu para a formação do CTG Poncho Crioulo em Curitiba e hoje é filiado do CTG Estância Colorada